



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO CARLOS OLIVEIRA NEVES

**A “MÁQUINA PARA O MELHORAMENTO DA NAVEGAÇÃO” DE JOÃO
FRANCISCO DE MADUREIRA PARÁ:
A engenhosa história de uma fraude (1825-1832)**

BELÉM
2023

BRUNO CARLOS OLIVEIRA NEVES

**A “MÁQUINA PARA O MELHORAMENTO DA NAVEGAÇÃO” DE JOÃO
FRANCISCO DE MADUREIRA PARÁ:
A engenhosa história de uma fraude (1825-1832)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará,
como parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em História, na área de História Social
da Amazônia, para a obtenção do título de Mestre.
Linha de Pesquisa: Cidade, Floresta e Sertão: cultura,
trabalho e poder
Orientador: Prof. Dr. David Alejandro Ramírez Palacios

BELÉM
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

N511m Neves, Bruno Carlos Oliveira.
 A MÁQUINA PARA O MELHORAMENTO DA
 NAVEGAÇÃO DE JOÃO FRANCISCO DE MADUREIRA
 PARÁ: : A engenhosa história de uma fraude (1825-1832) /
 Bruno Carlos Oliveira Neves. — 2023.
 220 f. : il.

 Orientador(a): Prof. Dr. David Alejandro Ramírez Palacios.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
 Graduação em História, Belém, 2023.

 1. Amazônia. 2. Ciências. 3. Inventos. 4. Plágio. 5. Fraude.
I. Título.

CDD 981.04

BRUNO CARLOS OLIVEIRA NEVES

A “MÁQUINA PARA O MELHORAMENTO DA NAVEGAÇÃO” DE JOÃO FRANCISCO DE MADUREIRA PARÁ:

A engenhosa história de uma fraude (1825-1832)

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, na área de História Social da Amazônia, para a obtenção do título de Mestre.
Linha de Pesquisa: Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder
Orientador: Prof. Dr. David Alejandro Ramírez Palacios

APROVADO EM: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. David Alejandro Ramírez Palacios
Orientador – PPHIST/IFCH/UFPA

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad
Examinador Interno - MPEG/UFPA

Prof. Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci
Examinador Interno - PPHIST/IFCH/UFPA

Prof. Dr. José Alves de Souza Júnior
Examinador Interno - PPHIST/IFCH/UFPA

Prof. Dr. Lucas Monteiro de Araújo
Examinador Externo - MPEG

Prof. Dr. Leandro Miranda Malavota
Examinador Externo - IBGE/INPI

Se o projeto desafia o senso comum, então existem apenas duas soluções: Ou o inventor é incompetente, ou então há alguém que tem uma estratégia clara e que está embolsando o dinheiro. (Bruno Latour)

AGRADECIMENTOS

Muita coisa mudou desde o ano de 2011, quando eu comecei a pesquisar sobre a vida de João Francisco de Madureira Pará, ainda na graduação em História, e mudaram ainda mais após o ano de 2015 quando, por motivos de saúde, tive que abandonar o mestrado. Chegou então o momento de agradecer a todos aqueles que permaneceram ao meu lado, me incentivaram a voltar para a pós-graduação e acreditaram que eu seria capaz de terminar esta dissertação.

Muitas pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, para a pesquisa, escrita e finalização desta dissertação, mas ela jamais existiria se não fosse o empenho e o profissionalismo de Yuri Leandro de Souza. Deixo aqui meu agradecimento pela escuta, pelo acolhimento e por todo o auxílio na superação dos problemas por mim enfrentados.

Ao Prof. David Alejandro Ramírez Palacios, meu orientador, que me fez ver muito além do que as fontes mostravam, obrigado por confiar no meu trabalho, por todas as conversas e direcionamentos de pesquisa e por ter me convertido em mais uma “Testemunha de Latour”.

À Profa. Magda Ricci, minha orientadora na graduação, por sempre acreditar em mim e por todo o apoio e confiança na minha capacidade de, mesmo após tantos anos, finalizar esta dissertação, cujo projeto inicial nós escrevemos juntos muitos anos atrás.

Ao prof. Nelson Sanjad, seus questionamentos e apontamentos feitos nas reuniões do grupo de pesquisa, e também na banca de qualificação, foram essenciais para esta dissertação.

Aos professores das disciplinas cursadas no PPHIST, Prof. Ipojuca Campos, Profa. Magda Ricci, Profa. Leila Mourão, Prof. Décio Guzman, Prof. David Palacios, as aulas e orientações de todos contribuíram decisivamente na construção desse trabalho.

Ao Prof. Márcio Couto Henrique, pela oportunidade de fazer o meu estágio na disciplina de *História do Brasil Império*, na turma de Bacharelado em História de 2020, e também agradeço à todos os alunos da turma pela acolhida.

À CAPES que através da bolsa possibilitou o desenvolvimento da minha pesquisa e também a elaboração desta dissertação.

Aos amigos que fiz durante as aulas do mestrado, Ejhon Lucas, Wesley David, Maria Rosa e Daniel Miranda, por todas as conversas sobre trabalhos, fontes, pesquisa e videogames que contribuíram e muito para diminuir o peso da carga de atividades do mestrado.

Ao meu grande amigo, Rafael Alexandrino Malafaia, obrigado pelas conversas, por todo o apoio e pelo mais de 20 anos de amizade.

À Amanda Paracampo, minha companheira, por sempre me apoiar nessa nova jornada, desde o dia que eu falei que ia fazer novamente a seleção de mestrado até o final da escrita desta dissertação, obrigado por todo o apoio e pelo auxílio na revisão deste trabalho.

Por último, ficou o agradecimento mais importante, que é para a minha filha caçula Helena Sophia. Meu amor, obrigado por me escolher para ser seu pai, obrigado por partilhar comigo a sua alegria contagiante, e também por permitir que este “velho calvo” possa dividir com você as paixões dele por videogames, animes e pelo Metallica. Amo você!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender e elucidar o processo de fabricação da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” do inventor paraense João Francisco de Madureira Pará sob a ótica da cartografia das controvérsias e da Teoria Ator-Rede. Tendo como fio condutor os escritos publicados por Madureira Pará, tornando assim o inventor o protagonista deste trabalho. E buscando cartografar a rede sociotécnica que se formou ao redor da sua “Máquina” inicialmente em Portugal, mas com maior ênfase no período em que trabalhou no seu invento no Rio de Janeiro, entre os anos de 1825 e 1832, este trabalho leva em consideração o contexto social e político nos dois reinos, os interesses particulares e o entendimento científico do inventor, da época e a formação dos grupos antagônicos que, por conta da descoberta de novas fontes, nos obrigou a fazer uma revisão da trajetória de vida de Madureira Pará. Dessa forma, e com uma análise mais criteriosa dos seus escritos, acabamos por descobrir que o “engenhoso inventor”, como era considerado por alguns historiadores e pesquisadores, foi alguém que, por meio de uma fraude muito bem elaborada, enganou o governo imperial do Brasil, em especial o Imperador Pedro I, com a promessa de uma “máquina de navegação revolucionária” que nunca existiu. A descrição das controvérsias nas quais o “inventor” esteve envolvido nos permitiu não somente a descoberta da fraude, mas também nos mostrou, a partir da sua relação com a rede formada ao redor do seu invento, como o Primeiro Reinado lidava com questões relacionadas ao desenvolvimento científico do Império que, sendo ainda pautado por antigos alvarás publicados por D. João VI, não conseguiu perceber que Madureira Pará, foi realmente muito “engenhoso”, exceto para fabricar o seu “grande invento”.

Palavras-Chave: Amazônia, Ciência, Inventos, Fraude, Plágio.

ABSTRACT

The present work aims to comprehend and elucidate the manufacturing process of the “Machine for the Improvement of Navigation” by the inventor João Francisco de Madureira Pará from the perspective of the cartography of controversies and the Actor-Network Theory. Having as a guiding principle the writings published by Madureira Pará, thus making the inventor the protagonist of this work. And seeking to map the sociotechnical network that was formed around his “Machine” initially in Portugal, but with greater emphasis on the period in which he worked on his invention in Rio de Janeiro, between the years 1825 and 1832, this work takes into account the social and political context in the two kingdoms, the particular interests and the scientific understanding of the inventor, the time and the formation of antagonistic groups that, due to the discovery of new sources, forced us to review the life trajectory of Madureira Pará. Therefore, and with a more careful analysis of his writings, we ended up discovering that the “ingenious inventor”, as he was considered by some historians and researchers, was, someone who, through a very well-elaborated fraud, deceived the imperial government of Brazil, especially Emperor Pedro I, with the promise of a “revolutionary machine of navigation” that never existed. The description of the controversies in which the “inventor” was involved allowed us not only to discover the fraud, but also showed us, from its relationship, how the First Reign dealt with issues related to the scientific development of the Empire that, still guided by old charters published by D. João VI, failed to realize that Madureira Pará, was really very “ingenious”, except to manufacture his “great invention”.

Keywords: Amazon, Science, Invention, Fraud, Plagiarism.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

- 1 O “inventor” em meio ao caos e o germinar das controvérsias**
 - 1.1 *O caminho percorrido por João Francisco de Madureira Pará antes da sua chegada ao Rio de Janeiro do 1º Império*
 - 1.2 *O gênio desmascarado e a verdade escondida: o que fez João Francisco de Madureira Pará em Lisboa?*

- 2 Do “Discurso bombástico” surge a primeira controvérsia**
 - 2.1 *O discurso para o Imperador*
 - 2.2 *Sem seguir o curso natural: o teste da máquina e a aclamada “Proteção Imperial”*
 - 2.3 *Navegando no Caos: a construção do seu “laboratório”, o início dos trabalhos e os requerimentos*
 - 2.4 *Madureira Pará enfrenta o inventor português Venâncio da Silva Velho*
 - 2.5 *“A verdade combatendo a ilusão” e “A verdade triunfante”*

- 3 O “inventor” e o Intendente no campo de batalha: o início da segunda controvérsia**
 - 3.1 *A devassa no Arsenal da Marinha da Corte*
 - 3.2 *A Ordem apresenta o seu soldado*
 - 3.3 *Os inimigos batem à porta: as acusações contra Madureira Pará*
 - 3.4 *As tardias movimentações de Madureira Pará e os trabalhos da Comissão*

- 4 Madureira Pará se afoga em um mar de mentiras: o fim da controvérsia e da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”**
 - 4.1 *A escrita do “Paralelo”: Madureira Pará tenta se mostrar cientista*
 - 4.2 *Madureira Pará em meio ao embate entre o Imperador e o Parlamento*
 - 4.3 *O leilão da elegante, e bem escolhida mobília*
 - 4.4 *Uma nova ordem se impõe, e o inventor se perde*
 - 4.5 *O inimigo implacável*
 - 4.6 *A quem pertencia a “Máquina”?*
 - 4.7 *Os segredos mais bem guardados por Madureira Pará: a sua família, a sua morte e o início da versão fantasiosa da sua vida*

Conclusão

Quem foi João Francisco de Madureira Pará?

Fontes bibliográficas

Referências bibliográficas

PREFÁCIO

A busca pela genialidade, a travessia das controvérsias e a descoberta da fraude

Antes de iniciar a pesquisa para esta dissertação, e com base na minha monografia, se alguém me pedisse para contar a história de vida do inventor paraense João Francisco de Madureira Pará, o texto seria, mais ou menos, como a seguir:

João Francisco de Madureira, que depois juntou o Pará ao seu nome, nasceu na cidade de Belém, capital da província do Grão-Pará, no dia 12 de outubro de 1797, filho de João Francisco Madureira e Innocencia Rosa de Oliveira. Madureira mostrou logo na infância que era dotado de uma inteligência ímpar, e após concluir seus estudos em Belém, foi nomeado Capelão-acólito supranumerário da catedral da Sé, e mais tarde tornou-se o seu tesoureiro.

Em 1818 foi nomeado Amanuense da Contadoria da Junta da Fazenda Real, pelo Capitão-General Conde de Villa-Flor; e em 1821, influenciado pela Revolução Vintista do Porto e reconhecendo a necessidade da montagem de uma tipografia na província, fabricou ele mesmo os tipos de madeira, sem nunca ter exercido ofício desta espécie e criou o seu primeiro invento, sua oficina tipográfica. Em 28 de maio do mesmo ano, Madureira Pará apresentou à Junta Provisória do Governo do Pará um requerimento impresso na sua oficina, demonstrando que a tipografia já podia funcionar e pedindo a licença de funcionamento para a mesma. A Junta lhe deu a licença para o funcionamento da tipografia com a condição de que ele publicasse o expediente do governo, que entrou para a história como a primeira imprensa do Pará.

Após enfrentar alguns problemas para manter a sua oficina em funcionamento, Madureira Pará viajou até Portugal, no fim de 1821, com o objetivo de melhorar a sua tipografia e foi na capital do reino português que desenvolveu aquele que foi o seu maior invento: a Máquina-Relógio, composta de duas peças que fariam uma embarcação navegar em linha reta, com qualquer vento, sem qualquer dificuldade mesmo nas entradas e saídas dos portos, sem vento e sem vapor nas calmarias, utilizando para isso o ar comprimido.

Impossibilitado de trabalhar na máquina em Portugal, Madureira viajou, em 1825, até a então capital do Império Brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro, para colocar em prática a sua invenção, com a proteção de D. Pedro I. Todo o seu trabalho na Máquina, e a

*perseguição que sofreu de opositores do governo, tiveram ampla divulgação nos jornais da cidade*¹.

De forma resumida, isso foi o que conseguimos compilar dos trabalhos de historiadores e pesquisadores que escreveram sobre a vida deste inventor e os seus dois inventos, em maior ou menor grau, e que está na monografia que foi defendida por mim no ano de 2014 no curso de história da Universidade Federal do Pará.

Já para falar especificamente sobre o seu segundo invento nesta dissertação, uma nova teoria e uma nova metodologia de pesquisa foi utilizada, o que me fez voltar ao início da pesquisa, agora com o foco voltado para a busca da Máquina, e que, inicialmente, gerou um pequeno levantamento acerca do que já foi escrito sobre Madureira Pará e sobre a sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, nosso intuito com isso era entender como o inventor foi visto por historiadores nos séculos XIX e XX.

Acreditamos que a primeira, ou pelo menos a mais conhecida, citação sobre João Francisco de Madureira Pará, está contida no livro *Compêndio das Eras da Província do Pará*, lançado no ano de 1838, pelo historiador Antônio Baena:

Apresenta João Francisco de Madureira Pará, natural do mesmo paiz e Amanuense da Contadoria da Junta de Fazenda, à Junta Provisoria do Governo um requerimento impresso em um prelo que elle mesmo organisou abrindo os ponçoens, moldando os caracteres alphabeticos, fundindo os typos e dirigindo o trabalho, só pelo estudo de algumas estampas estrangeiras, e não por ter visto este tipo de maquina, nem por ter noçoens praticas da arte de imprimir (...)²

Entretanto, o historiador que primeiro escreveu uma biografia de Madureira Pará, foi o militar Raymundo Cyriaco Alves da Cunha em seu livro intitulado *Paraenses Ilustres*³, lançado originalmente em 1896, e relançado pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará em 1970. Em pouco mais de cinco páginas, Cunha faz um apanhado da vida de Madureira Pará desde seu nascimento, apesar de errar o local onde o mesmo nasceu, descrevendo seu estudo na infância “pobre”, sua “inteligência vigorosa” e seu “primeiro emprego” na Catedral da Sé. Segundo Cunha a carreira eclesiástica não era o objetivo de Pará, queria ele estudar na Universidade de Coimbra, em Portugal, mas não conseguindo apoio da Câmara Municipal, acabou por ser nomeado amanuense da Contadoria da Junta da Fazenda Real e, foi neste trabalho, ainda segundo Cunha, que ele colocou em prática o “talento raro” que possuía.

¹ NEVES, Bruno Carlos Oliveira. **Do Despotismo desmascarado à verdade denodada: a tipografia de João Francisco de Madureira Pará e a Gênese da Imprensa no Grão-Pará no século XIX (1808-1825)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em História), Universidade Federal do Pará, 2014.

² BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo) Coleção Amazônica, Universidade Federal do Pará, 1969.

³ CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. **Paraenses ilustres**. 3.a ed. Conselho estadual de Cultura. Coleção “História do Pará”, Belém, Pará, 1970.

O autor descreve também o segundo grande invento de Madureira Pará, a “Máquina-Relógio”, como ficou conhecida, e todo o processo de sua criação desde a viagem do inventor para Portugal até a sua ida para o Rio de Janeiro. Apesar da confusão que faz ao utilizar algumas fontes, Cunha é também o primeiro historiador a falar sobre a “morte” de Madureira Pará, mas não diz em que ano o mesmo morreu. Entretanto, Cunha descreveu um fato que ocorreu com Madureira Pará já na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1834, que faz com que este escreva um livro tratando sobre o ocorrido e como este foi o último livro escrito por Pará, o ano de 1834 acaba por ser adotado como o ano da morte do paraense.

Também em Portugal, um pequeno estudo sobre a vida de Madureira Pará foi publicado no quarto tomo do *Diccionario Bibliographico Portuguez*⁴, escrito por Innocencio Francisco da Silva no ano de 1860, e foi neste livro que encontramos as primeiras referências de livros escritos por Madureira Pará. Na brevíssima análise que faz sobre o inventor, Silva diz que Madureira Pará “affirma que fora elle o que primeiro introduzira e cultivára no Pará a arte typographica”, descreve também Silva o requerimento impresso por Madureira entregue à Junta de governo do Pará, errando apenas o ano de impressão, dizendo ser de 1824 ao invés de 1821. Silva também faz a descrição das características do requerimento dizendo ser “em tipo graudo e hem pouco elegante. Consta de 4 pag. em folio”.

O segundo livro de Madureira Pará descrito por Silva no *Diccionario é Representação que à soberania nacional dirige João Francisco de Madureira Pará, inventor da nova machina de navegação, em que se demonstra a toda luz a deconnexada connivencia nas inexhaustas tortuosidades com que tem arrostado, sem outras armas que as do seu acrisolado patriotismo*. A saber, esta obra foi escrita no Rio de Janeiro no ano de 1832, e trata dos trabalhos do inventor na “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, entretanto o autor diz que não teve acesso ao conteúdo do livro, deixando assim de descrevê-lo.

De volta ao Brasil, no final do século XIX, João Francisco de Madureira Pará figura agora no quinto volume do *Diccionario Bibliographico Brasileiro*⁵, organizado pelo Doutor Augusto Victorino Alves Sacramento Blake e publicado entre os anos de 1883 e 1902. Na leitura da pequena biografia sobre Madureira Pará, podemos ver que o autor teve contato com a obra de Cunha e tomou-a como base, acreditamos também que Blake não leu os livros escritos por Madureira, ou se leu algum, muito provavelmente foi apenas o *Despotismo*, afirmando que Madureira “fez inventos que não pode ver realizados”, talvez se referindo à

⁴ SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez** (Tomo 05: Letras *Jo-Ma*). Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

⁵ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro** (Volume 5: Letras *Jo-Ly*). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. Reimpressão de Off-set, da edição de 1883-1902, 1970.

“Máquina”. Contudo, o livro de Blake é essencial para outros estudos sobre Madureira Pará, pois é nele que encontramos mencionado um grande número de livros escritos pelo inventor – seis no total –, ampliando o leque de fontes de pesquisa sobre o inventor paraense.

Já na primeira década do século XX, o historiador paraense Manuel Barata⁶ lança, no ano de 1908, o livro *Estado do Pará: Jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1822 a 1908*. Neste livro, Barata expõe o trabalho dos jornalistas paraenses nos 86 anos constantes no período analisado. Ao analisar a obra do pesquisador Alberto Bessa, *Resenha Chronológica do Jornalismo Brasileiro, desde 1808 a 1900*, Barata mostra que Bessa afirmou que em 1821 havia sido publicado no estado um jornal intitulado “Gazeta do Pará”, e que este havia sido impresso na tipografia criada por Madureira Pará, mas Barata diz desconhecer a existência do tal jornal.

Tentando mostrar que a tal “Gazeta do Pará” não existiu, Barata passa a contar a história da criação da tipografia de Madureira Pará com a intenção de mostrar que tal periódico não teria sido impresso por ele. Para isso passa a contar uma parte da história de vida do inventor, buscando provar que Madureira Pará não teria sido o impressor da “Gazeta” e dizendo que, caso esta “Gazeta” tivesse sido impressa por Madureira, e sendo seu trabalho mais importante, “ele não se calaria sobre este fato”.

Já em *Apontamentos para as Efemérides Paraenses*, publicada no ano de 1921, Manuel Barata oferece maiores informações acerca da vida de João Francisco de Madureira Pará, em especial sobre a sua infância e a sua viagem para Portugal em 1821. Utilizando como fontes alguns jornais cariocas e ofícios do Ministério da Marinha, Barata descreve também, e em maiores detalhes, o processo de “descoberta” e fabricação das peças da Máquina por Madureira Pará em Lisboa e depois o seu trabalho no Rio de Janeiro, além de pormenores sobre o custo e problemas que o inventor enfrentou com o governo imperial.

No decorrer do século XX, outros historiadores falam sobre Madureira Pará e sua tipografia: encontramos breves referências nos trabalhos de Palma Muniz⁷, Jorge Hurley⁸,

⁶ BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará: obras reunidas**. Belém: UFPA, 1973. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo)

⁷ MUNIZ, João de Palma. **Adesão do Grão-Pará à Independência**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

⁸ HURLEY, Jorge. **Belém do Pará sob o domínio português (1616-1823)**. Belém: Oficinas Gráficas da Livraria Clássica, 1940.

Carlos Rizzini⁹ e Werneck Sodré¹⁰, Vicente Salles¹¹ e Geraldo Mártires Coelho¹², nenhum deles, entretanto, falou sobre a “Máquina”.

Mas em 1934 apareceu um curioso trabalho sobre a vida de João Francisco de Madureira Pará. Este trabalho foi publicado no *Jornal do Brasil* do dia 1º de julho de 1934, com o título *Evocando a vida e a ação de um herói brasileiro*, e posteriormente foi inserido no livro *A Vida Singular de Angelim*¹³, lançado em 1936. Sua autora é a escritora carioca Dilke Barbosa Rodrigues, que é bisneta de Eduardo Angelim, um dos personagens da *Cabanagem* e, também é, como descobrimos na pesquisa, bisneta de Madureira Pará.

Rodrigues descreveu a criação da tipografia feita por Madureira Pará, e assim como fez Cunha, ela fala sobre o trabalho de Madureira na tipografia desde a apresentação do ofício impresso para a Junta de governo solicitando a licença de funcionamento até a sua viagem para Portugal e a posterior invenção da Máquina, ela é a primeira a escrever sobre a esposa de João Francisco de Madureira Pará.

Dilke de Barbosa Rodrigues descreveu também a morte de seu bisavô, estabelecendo, assim como Cunha, o ano de 1834 como o ano de seu falecimento, chegando a levantar a hipótese de que ele havia morrido no mesmo dia que D. Pedro I, 24 de setembro de 1834. Vale ressaltar, aqui, que Madureira Pará afirmava ter nascido no dia 12 de outubro de 1797, mesmo dia e mês de nascimento do Imperador e tendo sido Pedro I o principal benfeitor de Madureira na criação da Máquina, morrer no mesmo dia que o imperador do Brasil traria certa glória ao destino “inglório” de Madureira Pará, entrando para o panteão dos “gênios” que morreram pobres e desconhecidos. Entretanto, Rodrigues não cita nenhuma fonte que sustente a sua afirmação.

Escritos acadêmicos mais recentes falam, predominantemente, sobre a tipografia de João Francisco de Madureira Pará e fazem apenas breves citações sobre a Máquina, e o que existe de comum entre esses trabalhos é a visão que eles trazem do inventor como “gênio”, “engenhoso”, “primeiro inventor”.

Entretanto, duas coisas são dignas de nota em relação a esses pontos em comum. O primeiro é que quase todos estes trabalhos, do século XIX até hoje em dia, têm como base os

⁹ RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipologia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹¹ SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Esboço do pensamento político revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992.

¹² COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: Cejup, 1993.

¹³ RODRIGUES, Dilke Barbosa. **A vida singular de Angelim: a Cabanagem**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1936.

escritos feitos pelo próprio inventor, mesmo que cite apenas o livro de Cunha, a base deste é o livro de Madureira Pará, *O Despotismo derrotado ou a Verdade denodada*, se a citação for dos textos de Manuel Barata, a base deles é o *Discurso* feito pelo inventor para o Imperador Pedro I no Rio de Janeiro. O segundo é o diminuto número de fontes sobre a “Máquina para o Melhoramento da Navegação”. Nesses textos, com exceção de duas notas de jornais utilizadas por Barata, quase nada é falado sobre este invento, que deveria ser a obra da vida de Madureira Pará, e talvez o fato da Máquina nunca ter sido terminada tenha colaborado para que este momento da vida do inventor tenha virado apenas uma nota de rodapé nos livros de história.

Falta ainda falar sobre mais um trabalho escrito sobre a vida de João Francisco de Madureira Pará, uma monografia que foi defendida em 2014 no curso de história da Universidade Federal do Pará. e que ainda trazia a ideia de que Madureira Pará era “engenhoso”, “gênio” e “inventor”. Mas, como já falei rapidamente sobre ela no início deste prefácio, vou falar agora sobre como foi feita a pesquisa para a sua escrita, e também como dois apontamentos feitos por um membro da banca e alguns anos de pesquisa nos levaram até esta dissertação, e a perceber que eu estava sendo enganado o tempo todo.

Na manhã de um dia qualquer do primeiro semestre de 2011, um recém aprovado aluno do curso de História da Universidade Federal do Pará, saiu da Biblioteca Central Clodoaldo Beckmann, localizada no *campus* básico da UFPA, com um livro em mãos, a versão de 1970 do livro *Paraenses ilustres*. Como o seu nome já diz, o livro conta a história de grandes personagens paraenses e o aluno buscava saber mais sobre a história de um deles, o grande inventor Julio Cezar Ribeiro de Souza, que no final do século XIX tinha inventado três balões e escrito vários artigos sobre a navegação aérea.

Após ler o capítulo sobre o inventor do balão Victória e de seus experimentos de voo, o aluno, folheando o livro, percebeu que quase todos os personagens que constavam na obra, emprestaram seus nomes para as principais ruas e avenidas de Belém, e aqueles que não viraram nome de rua, eram conhecidos por suas histórias de vida exemplares.

Mas havia um nome que, para aquele aluno, era totalmente desconhecido, pois não havia uma rua na cidade com o seu nome ou de praça, e nem era reconhecido por sua história de vida. Ao ler aquelas poucas páginas, ele descobriu um novo inventor, com uma história de vida muito parecida com a história de Julio Cezar, mas a deste novo personagem era cheia de singularidades e feitos extraordinários, cheia de ideias, propósitos, viagens e inventos. Este ilustre desconhecido se chamava João Francisco de Madureira Pará.

Ávido por querer conhecer melhor a história daquele homem, o aluno de História começou uma busca por outros livros que falassem dele, mas não encontrou nada, parecia que aquele livro, escrito em 1896 e reeditado quase cem anos depois, era o único que relatava a vida de Madureira Pará, até que uma publicação em um grupo de historiadores no *Facebook* mudou tudo. A publicação divulgava que a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro havia acabado de lançar um site chamado “Hemeroteca Digital Brasileira”, um portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódico – jornais, revistas, anuários, boletins, entre outros gêneros de publicações – e de publicações seriadas.

Imagine a surpresa do aluno de História ao entrar no *website*, escrever o nome completo de João Francisco de Madureira Pará no campo de busca e ver surgir mais de quarenta citações ao nome do inventor. Estavam lá as suas viagens, os livros que ele escreveu, seu contato com o Imperador Pedro I, a sua Máquina, seus amigos e inimigos, sua esposa e seus filhos, uma história completamente desconhecida.

Contudo, ainda que 40 fontes fosse bem mais que as duas utilizadas por Barata, não foi possível para o aluno de História escrever sobre o grande invento de Madureira Pará, optando ele então, por fazer a sua monografia sobre o primeiro invento, a tipografia, e posteriormente voltaria seus olhos para a Máquina e falaria daquele que era o grande invento de um grande gênio.

Porém, alguns acontecimentos acabaram por mudar esta percepção do aluno sobre o “grande gênio” Madureira Pará. O primeiro aconteceu na defesa da monografia, quando um dos membros da banca avaliadora apontou duas incongruências na pesquisa; a primeira dizia respeito a um texto escrito por Madureira Pará que se “parecia” muito com um texto escrito por outro paraense, contemporâneo seu. O professor indicou para o aluno que ele fizesse uma pesquisa para tentar descobrir quem era o verdadeiro autor. A segunda tinha relação com o fato de Madureira Pará dizer ter sido nomeado “Cavaleiro da Ordem de Cristo” por D. João VI quando estava em Portugal: o professor indicou que, sendo ele um “exposto”, não seria possível dizer quem eram os seus pais, e, por isso, ele dificilmente conseguiria o título de nobreza, já que antes era feita uma grande pesquisa sobre a vida daquele candidato.

Será que aquele grande homem estava mentindo? O aluno não acreditou nessa possibilidade e tais questões ficaram em aberto e esquecidas, seguindo em sua busca pela Máquina de Madureira Pará, levando anos para conseguir um número de fontes suficientes e que o permitiram escrever um projeto e ser aprovado no mestrado em história, ele ainda defendia que Madureira Pará era um “gênio” e queria descobrir o motivo pelo qual ele não havia terminado a sua Máquina.

Entretanto, na primeira reunião com o seu novo orientador, uma frase dita por ele colocou uma dúvida na cabeça daquele aluno: *Madureira Pará pode estar mentindo e, na verdade, a máquina nunca funcionaria* e que o aluno deveria defender menos o inventor e prestar mais atenção no que ele falava e, principalmente, no que ele não falava sobre a Máquina. O aluno ainda pensou em argumentar que, se isso realmente fosse verdade, ele já teria descoberto; afinal, ele estava a quase dez anos pesquisando a vida daquele inventor, e isso era algo que dificilmente passaria despercebido, mas ele se lembrou do que havia sido dito pelo outro professor na sua defesa e disse que voltaria para as fontes para tentar encontrar algo.

Após esta reunião, enquanto participava das aulas e se debruçava nas leituras teóricas, indicadas pelo seu orientador, uma fala de outro professor e um trecho de um livro, mostraram para aquele aluno que, talvez, ele pudesse estar enganado em relação ao inventor. Em uma aula *online*, um professor foi enfático em dizer que, dependendo do ponto de vista, *todo documento é uma mentira!* Explicando: toda fonte histórica é escrita com uma intenção e, às vezes, essa intenção pode ser a de enganar alguém, tornando necessário descobrir a razão pela qual ela foi escrita e não tomar tudo o que está escrito como verdade. Já o trecho do livro, ao falar sobre projetos científicos, como o da Máquina de Madureira Pará, diz que: *Se o projeto desafia o senso comum, então existem apenas duas soluções: ou o inventor é incompetente, ou então há alguém que tem uma estratégia clara e que está embolsando o dinheiro*¹⁴.

Na manhã de um dia qualquer do primeiro semestre de 2022, o agora aluno de mestrado estava escrevendo o primeiro capítulo da sua dissertação quando decidiu ir atrás de algumas fontes que falassem sobre as relações entre Portugal e o Grão-Pará no início do século XIX. No *website* da Biblioteca Digital de Portugal, ele buscou por livros escritos em Lisboa entre os anos de 1818 e 1824, e sua pesquisa retornou com apenas um resultado, apenas um livro que, graças aos avanços da tecnologia, poderia ser rapidamente baixado e lido. O autor do livro era conhecido do aluno, Daniel Garção de Melo, impressor português que havia trabalhando com Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (1798-1866) no jornal “O Paraense” na cidade de Belém.

Neste curto livro, Garção de Melo falava sobre a chegada ao Grão-Pará das notícias sobre a “Revolução do Porto” e foi aí que o aluno percebeu algo estranho, que ele já havia lido aquele texto em outro livro. Ele buscou o livro na *internet* e começou a comparar os

¹⁴ LATOUR, Bruno. **ARAMIS**, or the love of Technology. Tra. Catherine Porter. Massachusetts: Harvard University Press, 1996. (tradução nossa).

textos. Ao notar que tinha descoberto, tirou algumas fotos das páginas e as enviou ao seu orientador para que ele pudesse confirmar algumas suspeitas do aluno.

Estava naquele livro o primeiro indicativo de que Madureira Pará estava ocultando algo em seus textos: alguns pontos que estavam no livro que Madureira Pará escreveu em Portugal, *O Despotismo*, e que havia sido a base da monografia escrita por aquele aluno não faziam sentido quando comparados com outras fontes, apesar de aquele livro dizer respeito apenas a sua tipografia, e não a sua Máquina. Do seu orientador, o aluno recebeu a tarefa de desconfiar de qualquer coisa que pudesse ter sido escrita por Madureira Pará, nada mais era uma fonte confiável, mas, isso traria um grande problema para a escrita, pois, como anteriormente falado, todos os trabalhos escritos sobre o inventor tinham como base apenas o que ele havia escrito.

Depois de ter que reescrever metade de um capítulo, o aluno continuou em sua busca pelas fontes sobre a Máquina. Seu orientador lhe pediu para fazer um levantamento sobre inventos parecidos na Europa e nos Estados Unidos, com a intenção de descobrir um possível plágio da Máquina, ver se ele havia copiado de outro inventor, mas ele não encontrou nada. Talvez a Máquina fosse realmente um invento dele, mas somente um documento poderia sanar esta dúvida.

Em agosto de 2022, o aluno do mestrado estava ocupado com a transcrição de um documento que havia encontrado na Biblioteca Nacional, ele havia viajado ao Rio de Janeiro para finalizar a sua pesquisa, pois havia alguns documentos que só podiam ser acessados presencialmente. Alguns ele conseguiu fotografar, outros ele teve que copiar a mão, mas aquele documento faltante estava agora na tela do seu computador, o *Discurso* feito por Madureira Pará para o Imperador Pedro I, em 1825; antes dele, apenas Manuel Barata teve acesso ao documento e por conta dele, o aluno de mestrado sabia que ele continha preciosas informações sobre a “Máquina para o Melhoramento da Navegação”.

Entretanto, e para a tristeza do aluno, quase tudo o que Madureira escreveu ali já estava presente em outros livros, e suas páginas não traziam nenhuma informação nova... exceto por uma frase. Em um parágrafo sobre a Máquina, que Madureira Pará já havia escrito outras vezes, uma passagem era destoante, e o aluno sabia, após 11 anos de pesquisas e leituras dos livros de Madureira Pará, que ele nunca havia escrito aquela frase, o alerta do plágio começou a tocar e aquele aluno fez o que qualquer pesquisador faz hoje em dia na nossa “sociedade da informação”: copiou a frase e jogou no *Google!*

Dois resultados apareceram: um artigo em um site era o primeiro, o segundo era o link para uma tese de doutorado¹⁵. A prévia mostrava que a frase completa estava naquela tese, o aluno fez o *download* da tese, procurou a página onde estava a frase e descobriu a verdade. Descobriu que o Prof. Alves estava certo ao dizer que ele devia investigar quem era o verdadeiro autor do texto que estava na sua monografia. Descobriu que o Prof. Ipojuca Dias Campos estava certo ao dizer que, de certa forma, *todo documento é uma mentira!* Descobriu que o Prof. David Palacios, seu orientador, estava certo ao dizer que Madureira Pará poderia estar mentindo, pois ele realmente estava.

A tese em questão falava sobre um grande livro escrito pelo português e padre jesuíta João Daniel (1722-1776) – tendo sido missionário em Belém e viajado por diversas vilas na Amazônia – no século XVIII, chamado de *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*¹⁶, escrito pelo padre enquanto ele esteve preso em Lisboa entre os anos de 1757 e 1776, utilizado até hoje por historiadores no norte do Brasil, e aquele aluno de mestrado já havia tido contato com ele quando estava na graduação. O resultado de toda a revisão feita na pesquisa serviu para mostrar ao aluno que João Francisco de Madureira Pará era realmente um “gênio”, um “inventor” e um “engenhoso”, mas não como ele e outros pesquisadores acreditavam.

Assim, o mestrando teria que voltar ao início de tudo, até mesmo reescrever a sua monografia e reavaliar tudo, a vida de abandono de Madureira Pará, que está descrita acima, teria que ser reavaliada, o “árido trabalho” na sua tipografia, também o seu título de “Cavaleiro da Ordem de Cristo” era mais um ponto a ser revisto. Agora, ele teria que falar novamente sobre as relações de Madureira com a Junta de Governo do Pará enquanto trabalhava na sua tipografia; depois falar sobre a sua viagem para Portugal; a escrita do *Despotismo* e as suas relações que o levaram a ter contato com o livro do Padre João Daniel; a descoberta da “Máquina” e a criação do pequeno modelo que fabricou dela, que tentou apresentar ao governo português para conseguir o apoio real para “fabricar a sua máquina”, o que acabou não conseguindo; e depois a sua viagem até o Rio de Janeiro onde, por meio de estranhas movimentações, munido com um título de nobreza e carregando o seu “protótipo”, conseguiu do Imperador Pedro I aquilo tudo que buscava desde que saiu de Belém, e recebeu do governo imperial tudo o que era necessário para “trabalhar” na sua “grande obra”, que era “fabricar a sua Máquina”, e também viver em meio à corte carioca como se fosse um nobre e

¹⁵ SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. **Dos cometas do nordeste aos tesouros da Amazônia: os jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no contexto das Ciências Naturais do século XVIII.** Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

¹⁶ DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas.** Rio de Janeiro. Contraponto, 2004.

buscando para si uma boa vida, fazendo isso durante cinco anos até que as controvérsias nas quais se envolveu na capital imperial fizeram com que o governo se cansasse das suas mentiras e vitimizações, colocando um fim na sua “obra”.

Daqui pra frente, nesta dissertação, vamos descrever a história deste “gênio” e de sua “Máquina”, acompanhando todas as suas movimentações e suas estranhas ligações com variados atores de uma rede que circulava um objeto tecnológico que nunca existiu, em uma linha do tempo que vai ligar o século XVIII ao século XX, onde buscaremos mostrar os segredos que João Francisco de Madureira Pará sempre tentou esconder com as suas movimentações, mas que estavam aparentes desde a monografia escrita, só era necessário mudar o *olhar* na pesquisa.

Introdução

*Artigos Não Oficiais*¹⁷

RIO DE JANEIRO

Tendo S. M. o Imperador ido ao Arsenal da Marinha, no dia 20 do mês de julho próximo passado, para assistir ao ato de fixação da caverna mestra da Corveta Campista, que se acha no estaleiro; nesta ocasião apresentou a Sua Majestade Imperial, João Francisco de Madureira Pará natural do Pará, o modelo de uma nau de sua invenção: e depois de feitas as necessárias experiências sobre o rio que banha a Cidade junto à ponte onde estavam SS. MM. II, o Ministro da Marinha, e mais autoridades, pareceu produzir efeito o novo método de construção, e por isso ordenou Sua Majestade Imperial, ao ministro da Marinha, houvesse de destinar uma embarcação, e dar as necessárias providências para que nada falte ao autor a fim de pôr em prática, em ponto grande sua invenção, que consiste em fazer navegar as embarcações contra o vento, e nas calmarias, sempre em linha reta, sem vapor, evitando-se assim os perigos a que ele expõe as embarcações, além do espaço que toma a máquina.

Se o nosso compatriota consegue o fim a que se propõe, será uma das descobertas mais interessantes que se tenham feito. Quando consideramos a força dos elementos contra os quais este Jovem Paraense pretende fazer marchar as embarcações, isto é, a lutarem contra o vento e mar que lhe é subsequente, confessamos achar alguma dificuldade no bom êxito de tal empresa, porém se o conseguir, o Sr. Madureira, fazendo um serviço não só a sua Pátria, mas ao mundo inteiro, mostrará ao mesmo o gênio de que são dotados grande número de brasileiros, e desafiará, com seu exemplo, seus compatriotas a empregarem-se no desenvolvimento de objetos dignos da nação.

*Este Brasileiro, na idade de 27 anos, dotado de gênio, ainda que com pouca cultura, conseguirá o que homens abalizados não têm conseguido, apesar de seus trabalhos. Desde muito tempo se oferecem grandes prêmios a quem descobriu o método de fazer prósperos os ventos contrários, e não se tem conseguido isso até agora. Ouvimos que a primeira embarcação ficará pronta até o fim do ano, e que seu autor tanto confia no bom êxito de sua obra que se propõe a navegar nela.*¹⁸

¹⁷ Todas as citações de jornais presentes nas notas de rodapé, provêm da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Ao final de cada nota, consta o respectivo permalink.

¹⁸ Artigos Não Oficiais. Império do Brasil: *Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, Vol. 6, n. 45, p. 02, 24 ago. 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/742>.

O artigo acima apresenta informações acerca de um teste realizado na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1825, envolvendo um “modelo de uma nau” que foi concebido pelo paraense João Francisco de Madureira Pará. O “novo método de construção” permitiria que um navio pudesse navegar contra o vento e a correnteza, sem a necessidade de utilizar a força do vapor, que, à época, representava a principal força motriz responsável pela revolução industrial e comercial. Além disso, no artigo, o autor da invenção argumentava que seu invento poderia reduzir os riscos de explosão da caldeira e o espaço necessário para o motor a vapor.

É importante ressaltar que um motor movido a vapor foi utilizado pela primeira vez na navegação em 1807, quando Robert Fulton¹⁹ equipou o seu barco de rodas, o *Fulton's North River / Clermont*, com o motor a vapor inventado pelo engenheiro e matemático britânico James Watt. O barco navegou com sucesso no Rio Hudson, realizando a rota entre as cidades de Nova York e Albany. Desde então, o uso do vapor na navegação tornou-se amplamente difundido, impulsionando o desenvolvimento econômico e a expansão das rotas marítimas.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um novo sistema que poderia tornar a navegação mais eficiente, sem a necessidade de utilizar a força do vapor, representava um avanço transcendental na área, e prometia, caso o inventor fosse bem sucedido, tornar o nascente Império do Brasil menos dependente da Inglaterra. O teste realizado na cidade do Rio de Janeiro podia ser visto como um primeiro passo nessa direção, mas, na realidade, representou o início das grandes controvérsias nas quais o seu inventor se envolveu nos anos à frente.

Entretanto, a pesquisa e o estudo das redes sociotécnicas que envolveram a história da “fabricação” deste objeto, revelou-se de grande importância para a compreensão de determinadas controvérsias que envolviam a ciência, e os inventos no recém-criado Império do Brasil. Através de uma cartografia destas controvérsias e a descrição da rede de atores ligados à máquina, em que a própria máquina é considerada um ator, intentamos abordar algumas questões relacionadas a fraudes, plágios e roubo de ideias, bem como aos desafios enfrentados pelos inventores no período estudado.

Com efeito, a análise das controvérsias geradas pelo invento de Madureira Pará, permite-nos apontar e descrever alguns dos desafios enfrentados por inventores no Primeiro

¹⁹ DUVAL, Edmond, FLACHAT, Eugène, CHEVALIER, Michel. **Des Machines à Vapeur aux États-Unis d'Amérique particulièrement considérées dans leur application à la navigation et aux chemins de fer**; traduit de l'Anglais. Précédé d'une introduction par E. Flachet, et accompagné de plans de machines à vapeur et de renseignements fournis par M. Chevalier. Paris: Librairie Scientifique-Industrielle de Il. Mathias (Augustin). Quai Malaquais, 15, 1842.

Reinado na busca por financiamento e reconhecimento, bem como mostram os interesses conflitantes dos diferentes atores envolvidos na fabricação de inventos inovadores. Deste modo, a história da Máquina de Madureira Pará pode ser vista como uma rica fonte de reflexão acerca das transformações sociais, políticas e científicas deste período específico.

Este trabalho tem como objetivo analisar as movimentações feitas por Madureira Pará durante os anos de sua jornada como “inventor”, utilizando como fio condutor as suas brigas, discussões e embates nas cidades de Belém, Lisboa e Rio de Janeiro. Buscando entender como Madureira Pará conseguiu se aproveitar de algumas situações *caóticas* ocorridas no Império, para estabelecer-se como um "engenhoso inventor" no século XIX. Para isso, serão descritas e analisadas duas controvérsias nas quais Madureira Pará se envolveu: a primeira é uma acusação de "roubo de ideias" feita pelo inventor português Venâncio da Silva Velho contra Madureira Pará em 1828. Depois, passaremos para a segunda controvérsia que se iniciou em 1829 e durou até 1832, envolvendo o inventor paraense e o Intendente do Arsenal da Marinha, o Almirante Luiz da Cunha Moreira.

A pesquisa foi conduzida fazendo-se inicialmente uma revisão bibliográfica aprofundada e por meio da análise de novos documentos históricos e fontes primárias que puderam contribuir para uma compreensão mais ampla das circunstâncias enfrentadas por Madureira Pará e os desdobramentos das controvérsias nas quais esteve envolvido. A análise também buscou considerar as movimentações de Madureira Pará em meio às controvérsias e sua relação com o contexto histórico nas quais ocorreram. Acreditamos que a *Teoria Ator-Rede*, idealizada pelo sociólogo francês Bruno Latour, pode nos fornecer valiosas informações para o estudo desses fenômenos, buscando compreender nas ações de Madureira Pará, as formas utilizadas por ele para esconder, de todos os seus “inimigos”, os principais segredos que cercaram tanto a sua vida, quanto os seus inventos.

Partindo do prefácio, o objetivo inicial deste trabalho era elucidar e compreender os desafios enfrentados por Madureira Pará na cidade do Rio de Janeiro do início do século XIX, bem como analisar as estratégias utilizadas por ele para lidar com as situações adversas enquanto tentava se estabelecer como um inventor bem-sucedido. Em seu final, esperávamos que este trabalho contribuísse para ampliar o debate sobre o papel dos inventores, dos inventos, da inovação tecnológica e da propriedade intelectual na sociedade brasileira e portuguesa no século XIX.

Contudo, na pesquisa feita para este trabalho, enquanto procurávamos nas fontes a compreensão dos trabalhos feitos pelo inventor João Francisco de Madureira Pará em meio ao ambiente caótico em que atuava, e apesar de sua falta de educação formal e de seus

limitados conhecimentos técnicos, conforme dito pelo próprio, descobrimos que Madureira Pará se mostrava um tanto intransigente em suas abordagens para lidar com potenciais aliados e opositores, em uma atitude que indicava que ele tinha algo a esconder. Tal atitude estava presente nos escritos de Madureira Pará quando este relatou que enfrentando vários inimigos e uma forte oposição de uma parte do governo imperial, e mesmo ele se auto-proclamando “Protegido do Imperador”, não conseguiu alcançar seus ambicionados objetivos, o que levou ao fracasso do seu invento.

E foi na busca por esses “fatores externos” que levaram ao insucesso de seu trabalho, e tentando entender como a sua abordagem pessoal impactou nesse processo, que acabamos por descobrir aquele que foi, durante muito tempo, o segredo mais bem guardado por João Francisco de Madureira Pará. A sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação” era uma fraude, quase todos os escritos feitos por ele, e que davam certo “embasamento científico” para o seu trabalho, eram plagiados, fazendo até mesmo uso de documentos falsos para conseguir aquilo que, na realidade, era o seu grande objetivo: viver em meio à Corte Imperial, como um nobre, enquanto se utilizava de mentiras para enganar a todos e viver à custa do Imperador.

No entanto, antes de adentrarmos na análise da grande rede que envolveu a fraude de João Francisco de Madureira Pará e da sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, é necessário destacar que este “invento” não foi o primeiro feito por ele. Pois, conforme o relato do próprio, tendo nascido em Belém, capital da província do Grão-Pará em 12 de outubro de 1797, ele foi o responsável pela criação da primeira tipografia conhecida na região, iniciando a sua montagem em 1818 e colocando a oficina em funcionamento em 1821.

Foi a partir da criação desta tipografia, que teve início uma série de eventos que levou João Francisco de Madureira Pará até Portugal, em 1822, e posteriormente ao Rio de Janeiro, em 1825. E por conta disso, teremos que reavaliar, reescrever, e cartografar esta sua trajetória, que estará em maiores detalhes no primeiro capítulo, no qual apresentaremos novos e diversos elementos controversos que, quando analisados mais profundamente, nos permitiram uma melhor compreensão do desenvolvimento, e das estratégias utilizadas por Madureira Pará, de sua grande fraude, bem como também observar o surgimento das grandes controvérsias nas quais o “inventor” se envolveu na fabricação da sua “máquina de navegação”.

Com o objetivo de analisar tais controvérsias de forma ampla, utilizaremos a *Cartografia das Controvérsias*, uma metodologia advinda das Ciências Sociais, que

possibilita acompanhar os rastros deixados por pessoas e objetos e revela o tamanho e a força das redes, ou grupos sociais, em formação.

A Cartografia das Controvérsias tem suas bases na obra *Reagregando o Social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*, do sociólogo francês Bruno Latour²⁰. Reunindo em um único livro mais de 20 anos de trabalhos de pesquisas dele e de diversos outros sociólogos de várias partes do mundo, tais como John Law, Michel Callon, Annemarie Mol, Madeleine Akrich, Andy Barry e muitos outros, Latour nos apresenta, de forma introdutória, a *Teoria Ator-Rede*, ou TAR (*Actor-Network Theory*, no original, de acrônimo ANT), uma nova abordagem em que a pesquisa social busca fugir do antropocentrismo, dando atenção especial para objetos e coisas, preferencialmente tecnológicas. Na TAR, os objetos são mais do que simples ferramentas a serem utilizadas pelos atores principais da história, os homens.

As reflexões sobre a TAR de Latour²¹, Callon e Law²², e Law²³ visam restaurar a capacidade dos pesquisadores em desenvolver novas visões da composição social, descobrindo que a existência coletiva, nada mais é do que aquilo que chamamos de sociedade.

Ao tentar estabelecer uma forma mais acessível da TAR, o italiano Tommaso Venturini²⁴, que foi assistente de Latour, desenvolveu a proposta da Cartografia das Controvérsias, que consiste, as suas palavras, em um exercício de elaboração de meios de se observar e descrever as relações e as formações das redes na TAR, tirando um pouco do peso dos conceitos que servem como base para a mesma. No entanto, ele nos alerta que a Cartografia não é uma versão simplificada da TAR e nem se destina a facilitar a investigação. Para ele, a tarefa de observar e descrever, ao mesmo tempo, propostas pelo método é muito complexa.

Quanto à definição de *controvérsia*, Venturini (2009) afirmou perceber que a definição dada por ele e por Latour era muito vaga. Isso porque o interesse principal da Cartografia de Controvérsias não é definir estritamente seus objetos. A promessa é demonstrar que o método pode ser aplicado aos mais diversos fenômenos sociais. Em uma

²⁰ LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

²¹ LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

²² CALLON, Michel; LAW, John. "The Life and Death of an Aircraft: a network analysis of technical change". in: BIJKER, Wiebe E; LAW, John (eds.). **Shaping technology/Building society**: studies in Sociotechnical Change. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. London, England, p.21-52, 1992.

²³ LAW, John. **On the methods of long-distance control - vessels, navigation and the portuguese route to India**. Sociological Review Monograph, p. 234-263, 1986b.

²⁴ VENTURINI, Tommaso. "Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory". In: **Public Understanding of Science**. May 29, 2009.

definição mais direta, Venturini afirma que uma controvérsia é uma situação em que os atores discordam, ou melhor, concordam em suas diferenças. É um lugar privilegiado para observar o mundo social em sua produção, onde os atores se tornam mais visíveis. É o momento ideal para que se vejam as circulações institucionais, as mediações, composição dos grupos de apoio e de antagonismo, as relações de poder e todos os conflitos, antes que a *caixa preta se estabilize*, ou seja, antes que o *objeto tecnológico seja terminado*. Para a TAR, as controvérsias são locais ideais para se analisar as formações de estruturas sociais, pois dão visibilidade para atores, organizações e suas relações que, em outros métodos, passariam despercebidos.

Dessa forma, podemos dizer que a Cartografia das Controvérsias pode entender-se como um conjunto de técnicas utilizadas para explorar, estudar e compreender as polêmicas que surgem em determinados grupos e também as suas movimentações e mediações. De forma sempre cuidadosa e tendo respeito com todos os atores envolvidos, o trabalho do pesquisador “cartógrafo” é deixar cada um dos atores falar e descrever os seus atos, até onde for possível, as suas interações. E a atenção do pesquisador deve estar voltada para perceber o maior número de associações e as relações que se formam através das diversas dimensões que compõem a vida social.

Tommaso Venturini teve um grande trabalho para documentar de maneira esclarecedora o método da Cartografia das Controvérsias, escrevendo dois importantes artigos. O primeiro se chama *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory* (2009), onde discute como observar e desdobrar a complexidade das controvérsias, através da Teoria Ator-Rede. O segundo artigo se chama *Building on faults: how to represent controversies with digital methods*²⁵, onde Venturini apresenta algumas técnicas descritivas para que os pesquisadores utilizem com o objetivo de ordenar a complexidade das relações observadas.

Entretanto, ao determinar algumas diretrizes para a escolha das controvérsias a serem cartografadas, Venturini faz algumas recomendações que, se forem levadas ao *pé da letra*, se constituem como um problema para o uso do método na pesquisa histórica. Talvez a mais problemática seja a de evitar controvérsias passadas. Isto é, segundo o autor, embora a Cartografia das Controvérsias permita o trabalho com o passado (na forma de detecção de rastros), as controvérsias atuais são mais fáceis e mais férteis para pesquisar. No que diz respeito ao objeto desta dissertação, o fato de estudarmos um *evento* que ocorreu há quase

²⁵ VENTURINI, Tommaso. “Building on faults: how to represent controversies with digital methods”. **Public Understanding of Science**, n. 21, pp. 796-812, 2012.

200 anos, já indica que nós estamos ignorando esta primeira recomendação.

As outras questões a se evitar são:

- 1- **Controvérsias frias**, que estejam fechadas, definidas ou que não sejam objeto de estudo no presente;
- 2- **Controvérsias ilimitadas**, ou de longuíssimo alcance, já que as controvérsias são, por si só, muito complexas, visto que Venturini diz que é melhor evitar fenômenos muito amplos ou que estejam além dos recursos disponíveis (humanos, técnicos, financeiros) para o seu mapeamento;
- 3- **Controvérsias *underground***, controvérsia a precisa estar sempre aberta ao debate público, por isso é recomendável evitar assuntos secretos ou mesmo de difícil acesso.

Fica claro que será necessário fazer algumas concessões e, até mesmo algumas adaptações, para que o uso da TAR e da Cartografia das Controvérsias atenda a necessidade do estudo histórico aqui colocado. Mesmo ignorando as recomendações acima pontuadas, a prática de *observar, descrever e representar* as controvérsias, principalmente no que diz respeito à visibilidade e representação dos atores, será seguida quase que à risca. Assim, levaremos em consideração na escrita três critérios distintos, que nos permitirão ajustar adequadamente a noção de proporcionalidade dos atores-rede no que diz respeito aos objetivos desta pesquisa. São eles:

- 1- **Representatividade:** Conferir a cada ator uma visibilidade proporcional ao seu peso no evento histórico.
- 2- **Influência:** Manifestar que as posições de cada ator não são equivalentes, apresentando diferenças e discrepâncias nos embates. Os atores que possuem maior influência merecem uma atenção especial, visto que apresentam melhores chances de moldar a controvérsia.
- 3- **Interesse:** Posto que os atores mais representativos e influentes devam possuir um lugar central no mapa, se for o caso, eles não podem ocupar todos os espaços da representação. Não podemos esquecer que, em princípio, a TAR leva em consideração todas as coisas que compõem a teia social e não apenas os humanos.

Dessa forma, para o melhor estudo do evento histórico, devemos sempre estar atentos às redes que se criam e se desfazem enquanto a história se desenrola, buscando cartografar, da melhor forma possível, os rastros deixados pelos atores, e assim, as três consequências do ato de cartografar, indicadas por Venturini, também serão seguidas aqui, pois, apesar de terem

alguma semelhança com alguns métodos de pesquisa em História, elas trazem novas formas de pesquisa que podem, se bem aplicadas, ser de muita utilidade para o historiador:

- 1- **A cartografia não será restrita a uma única teoria ou metodologia:** a Cartografia das Controvérsias não possui uma teoria ou metodologia específicas; por isso, recomenda-se a utilização de todas as ferramentas disponíveis, sem nenhuma restrição.
- 2- **A observação deve ser feita a partir de múltiplos pontos de vista:** na Cartografia das Controvérsias, as perspectivas nunca são isentas e o pesquisador nunca é neutro. Deve-se recusar o comprometimento com uma filosofia ou protocolo de pesquisa específico, encorajando a “promiscuidade” teórica e metodológica.
- 3- **Escutar as vozes dos atores:** aqui existe a necessidade do historiador, de forma contínua, rever suas atitudes diante do seu objeto de pesquisa, não devendo se colocar à frente dele e, com isso, negligenciar as observações e ideias dos atores observados por não terem base nas teorias e metodologias empregadas na pesquisa e na escrita do trabalho.

Para finalizar as bases teórico-metodológicas desta dissertação, utilizaremos também outros dois livros escritos por Bruno Latour e que possuem relações com o nosso objeto de pesquisa, resguardando o potencial anacronismo.

O primeiro é *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (2000), onde o autor analisa uma série de estudos de caso, em particular sobre muitos inventores, em uma tentativa de estabelecer as recorrências e as singularidades entre as situações e os contextos relatados nestes estudos, para então pensar nas problemáticas e métodos compartilhados por eles.

O segundo, que não tem tradução para o português, se chama *Aramis ou l'Amour des techniques*, publicado na França em 1992, traduzido para a língua inglesa em 1996 como *ARAMIS, or the love of Technology*, versão que utilizamos para esta dissertação²⁶. Nele, Latour nos oferece uma análise de um projeto de um metrô automático em Paris, conhecido como ARAMIS (*Agencement en Rames Automatisées de Modules Indépendants en Stations*, ou, em português, manejo de trens automatizados de módulos independentes em estações) e narra a história de um objeto tecnológico “dos sonhos” que acabou não dando em nada. Neste livro, um jovem pesquisador e seu professor seguem a trilha de Aramis – conduzindo

²⁶ LATOUR, Bruno. **ARAMIS**, or the love of technology, translated by Catherine Porter. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

entrevistas, analisando documentos, avaliando as evidências – enquanto as perspectivas continuam mudando e a verdade é revelada como multifacetada, indeterminada, abrangendo uma gama imensa de possibilidades e que permitiu a Latour mostrar o papel simétrico ocupado por “humanos” e “não humanos” no desenvolvimento de uma rede sociotécnica.

Para dar suporte para a metodologia utilizada, e trazer a discussão para o campo da história, utilizaremos também aqui o livro intitulado *O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*²⁷ escrito pelo historiador François Dosse; *Doze lições sobre a história*²⁸, do também historiador Antoine Prost; e por último a obra de mais um historiador francês, Bernard Lepetit, *Por Uma Nova História Urbana*²⁹. Essas obras possuem em comum uma profunda análise dos paradigmas historiográficos e também propõem alternativas para uma nova forma de se escrever e pesquisar a história pautada nos atores históricos e suas relações sociais.

Partindo dos fundamentos teóricos da Teoria Ator-Rede, que tem como base as obras do filósofo francês Bruno Latour, e expandindo-se com novas proposições metodológicas dos historiadores Antoine Prost, François Dosse e Bernard Lepetit, este estudo tem como objetivo analisar uma parte da vida de João Francisco Madureira Pará, um jovem paraense que estabeleceu uma tipografia em Belém entre 1818 e 1820, e posteriormente se apresentou como “Inventor” a homens de Estado e de fortuna entre o Pará, Lisboa e o Rio de Janeiro. O foco deste estudo também recai sobre a rede de relações estabelecida em torno de sua grande invenção, a “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, um motor de navio do qual se dizia que foi incumbido de fabricar pelo Imperador D. Pedro I.

Tal análise será realizada a partir da leitura das obras escritas pelo próprio Madureira Pará e de outras fontes que têm relação com a construção da sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”. Apesar da Teoria Ator-Rede afirmar que todos os atores envolvidos nas controvérsias devam ter, potencialmente, a mesma importância, neste estudo é possível afirmar que o “Inventor” foi uma figura central e atuante, tendo colocado a rede em movimento em várias direções possíveis, o que justifica a sua escolha como nosso ponto de partida.

A cartografia das controvérsias irá mostrar os caminhos percorridos por Madureira Pará na sua trajetória para ser visto como um “inventor de sucesso” e um igual entre a

²⁷ DOSSE, François. **O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

²⁸ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008.

²⁹ LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Salgueiro, Heliana Angotti (org.) São Paulo, SP: Edusp, 2001.

nobreza portuguesa e brasileira, partindo de Belém, passando por Lisboa e chegando ao Rio de Janeiro. As controvérsias que se formaram em torno da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, ocorreram em virtude dos conflitos entre seus diversos atores, e por meio da análise desses conflitos, buscou-se uma melhor compreensão da “Máquina” como objeto inovador, e essa busca acabou por nos levar a descoberta do seu “grande segredo”.

A rede criada por Madureira Pará em torno de sua invenção, nos ofereceu uma pequena visão da sociedade imperial brasileira, cuja dimensão engloba o Imperador Pedro I e vai até os trabalhadores do Arsenal do Rio de Janeiro, e passa pelos comerciantes, profissionais liberais, burocratas e homens pobres livres. Além disso, a análise dos deslocamentos feitos por Madureira Pará, com o intuito de participar ativamente deste cenário, nos revela a sua grande capacidade engenhosa para obter benefícios e favores do Governo Imperial, ao mesmo tempo em que se aproveitava da instabilidade política que persistia nas instituições brasileiras após a Independência.

E por fim, busco nas palavras de Bruno Latour um sentido para a teoria e a metodologia utilizadas nesta dissertação:

que consiste em seguir todas as provações capazes de ganhar ou não a convicção, todas as engenhosidades, todas as montagens, as astúcias, as descobertas, os truques, graças aos quais se termina por fazer evidente uma prova de maneira tal que finaliza uma discussão permitindo que os interlocutores mudem de parecer sobre o assunto a propósito do qual se encontram reunidos.³⁰

Com o intuito de mostrar os caminhos percorridos por João Francisco de Madureira Pará, bem como todas as suas movimentações e estratégias na fabricação de sua “Máquina”, culminando na descrição das controvérsias nas quais se envolveu, esta dissertação apresenta uma estrutura que contempla um prefácio, uma introdução, quatro capítulos, e um epílogo.

O *Prefácio* traz um breve relato sobre toda a pesquisa feita sobre João Francisco de Madureira Pará, não apenas para este trabalho, sendo o nosso intuito mostrar, primeiramente, as dificuldades de se encontrar fontes que fugissem daquilo que o próprio havia escrito; depois, as dificuldades para inserir Madureira Pará no mundo do Primeiro Reinado no Brasil, e que, somente com uma mudança metodológica e com o avanço da pesquisa histórica pelo meio digital, nos foi possível “rasgar o véu” da versão fantasiosa da sua vida e descobrir a real “engenhosidade” de Madureira Pará. Além do fato de que, finalmente, conseguimos perceber que ele havia nos enganado, por onze anos.

³⁰ LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. Trad. Jámille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2020.

Já a *Introdução* se inicia com o ponto de partida deste trabalho, a notícia publicada no jornal sobre o teste, e é onde fazemos um pequeno resumo sobre os nossos objetivos, apresentando a nossa metodologia de pesquisa e escrita, as fontes utilizadas e os locais de pesquisa.

O Capítulo 1, intitulado *O inventor em meio ao caos e o germinar das controvérsias*, é onde fazemos uma reescrita daquilo que foi o nosso objeto de estudo na monografia, a criação da tipografia de Madureira Pará. Para isso, falaremos primeiramente sobre o caótico momento político vivido no Grão-Pará, entre os anos de 1818 e 1821, ainda como colônia portuguesa, quando da chegada das notícias sobre a Revolução do Porto, e assim, começaremos a seguir o ator principal desta história, João Francisco de Madureira Pará, partindo da própria descrição que faz sobre a sua vida e o seu primeiro invento, a primeira oficina tipográfica de Belém. Em seguida, acompanhamos Madureira Pará na sua viagem para Portugal, que tinha como intuito inicial o aperfeiçoamento das suas habilidades tipográficas, mas que acabou por mudar drasticamente após a descoberta que fez da "Máquina para o Melhoramento da Navegação".

O Capítulo 2, *Do discurso bombástico surge a primeira controvérsia*, se inicia com uma análise do discurso feito por João Francisco de Madureira Pará ao Imperador Pedro I. Uma parte do que o “inventor” falou sobre a sua vida foi colocada no capítulo anterior, pois aqui, o nosso objetivo foi o de encontrar maiores informações sobre a sua “Máquina”, partindo do que já havia sido escrito pelo historiador paraense Manuel Barata, o primeiro a falar sobre esta fonte. Afirmamos, sem nenhuma dúvida, que o discurso é a fonte mais importante deste trabalho, pois é nele que encontramos o verdadeiro objetivo de Madureira Pará.

Após o discurso, o Imperador ordenou que um teste fosse realizado por Madureira Pará com o protótipo de sua invenção para a navegação diante dele, do Ministro da Marinha e outras personalidades vinculadas à Corte. O teste com o protótipo de Madureira Pará, de maneira misteriosa para nós, foi bem sucedido e o Imperador concedeu permissão para que o Ministro da Marinha negociasse com o inventor paraense as melhores maneiras de aplicar a máquina em uma das embarcações imperiais.

Neste ponto, a notícia do invento de Madureira Pará vai adquirir uma grande dimensão, uma vez que ele não observou os trâmites legais prescritos no alvará de 28 de abril de 1809, que estabelecia todo o processo necessário para a produção de um novo "invento" no Brasil. A afirmação de que estava sobre a “proteção imperial”, algo que era sempre enfatizado por Madureira Pará nas fontes, e que por isso seu “inventor” estava fora da alçada

do alvará de 1809, carece de fundamentos. Todavia, isso não impediu que o inventor obtivesse diversos benefícios do Ministro da Marinha, que lhe concedeu um novo galpão no Trapiche da Prainha e um navio adquirido de terceiros, com o propósito de possibilitar o início imediato dos trabalhos.

Contudo, as notícias do início das atividades de Madureira Pará na fabricação da sua máquina e a sua "Proteção do Imperador" chegam aos ouvidos de outro inventor da Corte Carioca, o português Venâncio da Silva Velho, que escreveu algumas notas em jornais acusando Madureira Pará de ter lhe roubado a ideia da máquina de navegação. Surge assim a primeira controvérsia, já que Venâncio publicou um pequeno livro, com vários documentos em anexo, onde diz ser ele o verdadeiro inventor do "sistema de remagem sem vento". Madureira Pará respondeu também com um livro, onde se defendeu das acusações, dizendo que Venâncio foi pago por seus "inimigos" para inventar mentiras contra ele.

O Capítulo 3, *O "inventor" e o Intendente no campo de batalha: o início da segunda controvérsia*, tem início a partir de uma análise da dinâmica de poder que permeia a atuação conflituosa de Madureira Pará no contexto do Arsenal da Marinha Imperial. Este capítulo vai abordar o desmanche de antigas redes e o surgimento de novas, com a entrada de novos atores no palco e o retorno de um antigo "aliado", mas que logo passou a ser visto como "inimigo", e que chegará muito perto de descobrir a verdade sobre a fraude de Madureira Pará.

Com medo de ter o seu "grande segredo" revelado, Madureira Pará passou a considerar todos os trabalhadores do Arsenal como seus inimigos, indicando que estes estariam interessados em destruir sua reputação e roubar seus inventos. Por diversas vezes, o inventor expressou tais acusações por meio de cartas dirigidas ao Ministro e ao Imperador, além de publicações em jornais. A resposta do Arsenal para as acusações se deu por meio do seu Intendente Luiz da Cunha Moreira, também ex-ministro da Armada Imperial, e que era o responsável pela coordenação dos trabalhos do inventor.

Este capítulo tem como objetivo principal abordar a segunda controvérsia surgida em decorrência da fabricação da "Máquina" no Arsenal da Marinha. Para tanto, será utilizado o conceito de "grupos" e "anti-grupos" desenvolvido por Bruno Latour, com a finalidade de compreender as formas pelas quais o grupo que dominava as atividades no Arsenal, e que era representado pelo seu Intendente, buscou interromper os trabalhos na referida "Máquina", demonstrando a todos que a forma de trabalho controversa de Madureira Pará não produziu resultados positivos, gerando somente gastos e problemas para o governo.

Por sua vez, o inventor paraense, mesmo escrevendo livros em defesa de sua criação, optou por manter a sua máquina “fechada”, não compartilhando o seu “segredo” com qualquer pessoa, inclusive com aqueles que poderiam auxiliá-lo na finalização da fabricação. Após cinco anos de trabalho, Madureira Pará apresentou apenas textos sem qualquer embasamento científico, uma máquina que somente ele “sabia como montar e fazer funcionar”, bem como um navio que não era capaz de navegar.

Devido ao aumento do número de elementos que compunham a rede sociotécnica ligada à “Máquina” de Madureira Pará, a segunda controvérsia continua no capítulo 4 deste trabalho, *Madureira Pará se afoga em um mar de mentiras: o fim da controvérsia e da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”*. Iniciando no ano de 1830, encontramos Madureira Pará lidando com a grande possibilidade de que descubram a verdade sobre a sua “Máquina”, enquanto tenta manter o seu último aliado ligado a ele e à “Máquina”, o Imperador Pedro I.

A intenção, neste capítulo, é mostrar a “engenhosidade” de Madureira Pará ao apresentar um livro ao Imperador onde fez comparações entre o seu, agora chamado por ele de, “sistema de navegação” com o motor a vapor, tentando demonstrar como o seu “sistema” era superior, e tentando se mostrar como um “intelectual cientista”. Mesmo sem responder quaisquer questões práticas acerca do seu “invento”, Madureira Pará conseguiu convencer o Imperador de que ele poderia terminar a “Máquina” e ainda conseguiu ser nomeado “funcionário adjunto” de uma das primeiras organizações de fomento à Ciência e ao desenvolvimento do Brasil Imperial, a “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”, que fez o seu nome figurar ao lado de Viscondes, Condes e Barões.

Tendo sido afastado da sua “Máquina” por uma “Comissão” que tinha como tarefa avaliar a sua viabilidade, Madureira Pará esteve bem perto de conseguir uma grande vitória contra o grupo opositor do seu trabalho, mas, conforme crescia o número de laços ligados ao seu invento, ele não conseguiu dar conta de controlar todos eles, e por conta de um anúncio de um leilão, ele perdeu tudo. Mas a extensão da sua fraude nunca foi descoberta, ninguém descobriu que a “Máquina” não era ideia sua, mas o anúncio do leilão revelou que algumas acusações feitas contra o “inventor” eram verdadeiras, ele vivia muito bem à custa do Império, desviando o dinheiro que deveria ser usado na sua “Máquina” e até mesmo o salário dos funcionários.

Ao redor de tudo, falaremos sobre outra controvérsia, muito maior e mais importante, que teve um grande impacto sobre Madureira Pará: a disputa da representação do povo brasileiro que envolvia o Imperador Pedro I e a Câmara dos Deputados. Enquanto Madureira

Pará se afoga em um mar de mentiras, ao mesmo tempo, o reinado de Pedro I naufraga, e com a sua *Abdicação*, o seu “protegido inventor” foi abandonado à própria sorte.

Para fechar este capítulo, falaremos de um elemento que consideramos ser o verdadeiro e mais bem guardado segredo por Madureira Pará, a sua família. Partindo da última fonte nominal que encontramos, a sua viagem para Cabinda, em Angola, falaremos sobre o seu casamento, sobre os seus cinco filhos, sobre a sua suposta morte e de como foi criada, e estabelecida, a fantasiosa versão da sua vida, que o mostrava como “engenhoso”, “intelectual”, “patriota” e “zeloso brasileiro”, versão esta que enganou diversos historiadores, e da qual nós também tomamos parte, quando escrevemos uma monografia sobre a sua vida e a invenção da sua tipografia, no ano de 2014.

E ao fim, temos uma conclusão onde tentaremos responder a uma pergunta: *Quem foi João Francisco de Madureira Pará?* Por meio de novas fontes, faremos um paralelo entre a versão fantasiosa de sua vida e aquela que acreditamos estar mais próxima do “real”. E onde também faremos um breve relato acerca da utilização da Teoria Ator-Rede na escrita deste trabalho.

As fontes que formam a base desta dissertação são os cinco livros escritos por João Francisco de Madureira Pará, que são:

O despotismo desmascarado ou a verdade denodada – dedicado ao memorável dia 1º de janeiro de 1821 em que a província do Grão-Pará deu princípio à Regeneração do Brasil. Oferecido ao Soberano Congresso da Nação Portuguesa. Lisboa. Tipografia de Desidério Marques Leão, 1822³¹.

A Verdade Triunfante, defendendo a invenção de João Francisco de Madureira Pará e destruindo a impostura de Venâncio da Silva Velho, oferecida ao respeitavel publico. Rio de Janeiro, RJ. Officina Typografica da Astrea, 1828³².

Parallelo das utilidades da nova machina da navegação, da invenção de João Francisco de Madureira Pará a despeito da navegação ordinária, e da de vapor. Três volumes. Rio de Janeiro, Na Typographia de Lessa & Pereira, 1830. Infelizmente, os dois primeiros volumes não foram encontrados, utilizamos aqui apenas o exemplar do terceiro volume, pertencente à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin³³.

³¹ Disponível no Google Books:

https://www.google.com.br/books/edition/O_despotismo_desmascarado_ou_A_verdade_d/ICk0AQAAIAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0.

³² Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=99832.

³³ Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1596>.

Representação que à soberania nacional dirige João Francisco de Madureira Pará, inventor da nova machina de navegação, em que se demonstra a toda luz a deconnexada connivencia nas inexhaustas tortuosidades com que tem arrostado, sem outras armas que as do seu acrisolado patriotismo. Rio de Janeiro, Lessa e Pereira, 1832. Exemplar pertencente à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin³⁴.

Refutação da projetada companhia inglesa, iniciada pelo decreto de 1º de fevereiro de 1834, obtido com ob e sub-repção por Joaquim José de Siqueira para total ruína do Pará e talvez do Brasil inteiro, pelo patriota paraense João Francisco de Madureira Pará. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1834. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, apenas para consulta no local.

Cada um destes livros foi usado como fonte de pesquisa, em um ou mais capítulos desta dissertação, pois, condensada em suas páginas, encontramos a história da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” de João Francisco de Madureira Pará, contada pelo próprio inventor, desde a sua *ideia inicial* até o seu fim e além.

A pesquisa de fontes, documentos e jornais utilizados para a escrita desta dissertação foi feita em sua maior parte na *Hemeroteca Digital Brasileira* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins, entre outros gêneros de publicações – e de publicações seriadas. A consulta, possível a partir de qualquer aparelho conectado à internet, é plena e avançada. Pode ser realizada por título, período, edição, local de publicação e palavra(s). A busca por palavras é possível devido à utilização da tecnologia de Reconhecimento Ótico de Caracteres³⁵ (*Optical Character Recognition – OCR*), que proporciona aos pesquisadores maior alcance na pesquisa textual em periódicos.

Também foram feitas pesquisas no Arquivo Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambos sediados na cidade do Rio de Janeiro, na Biblioteca Pública Arthur Vianna e no Centro de Memória da Amazônia, em Belém, e consultas *online* na Biblioteca Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, onde foram encontrados alguns livros escritos por Madureira Pará. Foram feitas consultas online também na Biblioteca Nacional Digital de Portugal e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A presente dissertação aborda a vida e os inventos de João Francisco de Madureira Pará, com ênfase em sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”. Através da análise e descrição de eventos relacionados a esse invento, nosso objetivo é contribuir para uma

³⁴ Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1597>.

³⁵ Tal consulta pode ser realizada no endereço eletrônico: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>.

melhor compreensão de um pequeno momento na história brasileira, o qual oferece importantes insights sobre a atuação da sociedade da época em relação a questões como plágio, documentos falsos, roubo de ideias, ciência, inventos, propriedade intelectual, uso de dinheiro público e a relação entre ciência e política no Império Brasileiro em formação.

Ademais, buscamos oferecer uma contribuição à metodologia de escrita histórica ao utilizar a Teoria Ator-Rede e a Cartografia das Controvérsias. Embora seja necessário realizar algumas análises teóricas e novas interpretações de conceitos, acreditamos que essas abordagens podem proporcionar ao historiador uma compreensão mais abrangente da sociedade e de suas relações, além de representar uma mudança nos métodos tradicionais de escrita histórica.

Dessa forma, adotamos como ponto de partida o “ator principal”, João Francisco de Madureira Pará, mapeando suas ações e movimentações antes mesmo do início das controvérsias. Nossa análise contempla não apenas o desfecho das controvérsias, mas também os outros atores envolvidos, bem como suas conexões com a rede que se formou em torno da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”. Não partiremos daquilo que é evidente e indiscutível, pois segundo Latour (2016), *a evidência nunca é evidente, ao menos no início; quanto ao indiscutível, ele é sempre discutido, ao menos no princípio.*

Capítulo 1

O “inventor” em meio ao caos e o germinar das controvérsias

1.1 - O caminho percorrido por João Francisco de Madureira Pará antes da sua chegada ao Rio de Janeiro do 1º Império

Seguiremos, neste capítulo, o ator principal da complexa rede que se formou ao redor da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” mesmo antes dela existir, apresentando o seu “descobridor”, João Francisco de Madureira Pará, como ponto de partida para a análise das dinâmicas presentes nessa rede interconectada de relações sociais. Salientamos mais uma vez que, dentre todos os indivíduos atuantes na rede, Madureira Pará destaca-se por ser um dos que mais contribuíram para movimentá-la em diversas direções, além de demonstrar grande habilidade em tecê-la e transpor suas intenções. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender o papel desempenhado por este personagem antes da sua chegada ao Rio de Janeiro, a fim de elucidar o funcionamento da rede e as implicações das movimentações do inventor e dos segredos que ele escondia.

O capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória de vida do inventor Madureira Pará, desde a criação de sua tipografia em Belém, no ano de 1820, até a criação da “Máquina para o melhoramento da Navegação”. Em um primeiro momento, a tipografia foi criada para aprimorar o trabalho de Madureira Pará e beneficiar a população da província com a publicação de livros. Entretanto, analisando o seu trabalho na criação da tipografia, é possível identificar os primeiros sinais das controvérsias que viriam a germinar no Rio de Janeiro. Essas controvérsias decorrem do trabalho caótico de Madureira Pará e da sua vida, descrita por ele mesmo como repleta de abandonos, perdas, sonhos e viagens.

A trajetória de vida de João Francisco de Madureira Pará tem sido objeto de estudo e análise por diversos historiadores e pesquisadores ao longo dos séculos XIX e XX. As narrativas produzidas acerca deste personagem são reveladoras de uma época em que a História era pautada pelos chamados “Grandes Homens”, o que acabou por favorecer a elaboração de relatos que, por vezes, assumiram contornos de ficção e fantasia, tendo como foco a história de um “gênio incompreendido que morreu quase que desconhecido”.

Este não é o nosso foco aqui, pois não faremos apenas um resumo da vida e das obras de João Francisco de Madureira Pará. Seguindo pelo caminho contrário, nas páginas subsequentes, mostraremos como o próprio inventor apresentou a si mesmo, detalhando tanto seus inventos quanto aspectos de sua trajetória pessoal, sendo assim descreveremos os seus encontros com o Rei D. João VI em Portugal, bem como a sua apresentação para o Imperador

D. Pedro I no Rio de Janeiro. Tais apresentações, para nós, representam o nosso “fio de Ariadne” para adentrar no intrincado labirinto da vida de João Francisco de Madureira Pará, e elas estão em duas obras escritas pelo inventor, o livro³⁶ que escreveu em Lisboa, e apresentou para as Cortes e para o Rei D. João VI, em 1821 e o *Discurso*³⁷ que fez para o Imperador Pedro I, em 1825.

Já na folha de rosto do *Discurso*, uma informação dada por Madureira Pará chama a nossa atenção: ele diz que nasceu em Belém, capital da então província do Grão-Pará, no dia 12 de outubro de 1797, e o Imperador Pedro I, ouvinte deste discurso, nasceu no dia 12 de outubro de 1798. Uma “coincidência” na data de nascimento ligava o inventor ao Imperador, ele também relata que não sabe dizer se seus pais eram humildes ou eram nobres, já que logo após o seu nascimento, ele foi enrolado em um pano e abandonado em frente a uma casa particular, cujas razões são desconhecidas por ele. O seu choro pôde ser logo ouvido, o que levou a sua descoberta em uma cesta deixada na porta da casa, sem que fosse possível identificar quem a havia deixado³⁸.

Madureira Pará segue em sua narrativa dizendo que a “dona da casa” logo o pegou no colo e ao remexer na cesta, encontrou um bilhete deixado por sua “mãe”, que trazia as seguintes palavras:

Virtuosa Senhora se tem como parece, uma alma generosa, que a exercite com este pequeno inocente, que a Onipotência incompressível depositou nas vossas mãos, por conhecer a grandeza de vossa alma. Nada mais deves saber, senão que sois escolhida para mãe de um inocente, a quem a sorte adversa com a maior atrocidade e já o oprime desde o berço; não mais para cumprir os decretos impreteríveis da Providência; a vossa humanidade para com ele será capaz de redimir uma mãe inconsolável pela perda de seu filho, a quem a tirania roubara no momento que tocou a terra, e a quem o vosso repúdio entregará nos braços da desesperança e da morte.³⁹

Na sequência de seu relato autobiográfico, Madureira Pará retrata sua condição de completo desamparo em termos de recursos materiais e intelectuais. Dizendo que contava apenas com as limitadas benesses oferecidas pela caridade de sua “mãe adotiva”, que assumia o papel de mentora e protetora. Esta situação, segundo ele, causou restrições na sua formação educacional e que por conta disso, foi muito prejudicada.

³⁶ PARÁ, João Francisco de Madureira. **O Despotismo desmascarado ou a verdade denodada** – dedicado ao memorável dia 1º de janeiro de 1821 em que a província do Grão-Pará deu princípio à Regeneração do Brasil. Oferecido ao Soberano Congresso da Nação Portuguesa. Lisboa. Tipografia de Desidério Marques Leão, 1822.

³⁷ PARÁ, João Francisco de Madureira. **Discurso Recitado na Alta Presença de Sua Majestade Imperial, Defensor Perpétuo Constitucional do Brasil, o Senhor D. Pedro Primeiro, em o dia 15 de julho de 1825, por João Francisco de Madureira Pará**. Fundação Biblioteca Nacional. Documento textual. Localização: Manuscritos - II-32,16,008. Publicação: Rio de Janeiro, 1825.

³⁸ BARATA, Manuel. **Formação Histórica do Pará**. Obras reunidas, Universidade Federal do Pará, 1973.

³⁹ *Idem*.

Já no livro que Madureira Pará escreveu em Portugal em 1822, e que apresentou para toda a Corte e também para o Rei D. João VI, ele nos falou um pouco mais sobre a sua vida após a adoção dizendo que, aos vinte anos, após viver apenas com os recursos dados por sua mãe e com poucos conhecimentos, frequentou o curso de *Latinidade*, mas devido à falta de recursos para prosseguir com sua educação, ele abandonou os estudos para assumir o cargo de amanuense na Contadoria da Junta da Fazenda Nacional e Real de Belém.

Antes disso, desempenhou funções religiosas quando ocupou o cargo de acólito supranumerário da Catedral da Sé na mesma cidade, sendo nomeado pelo bispo do Pará, D. Manuel de Almeida de Carvalho. Já a sua nomeação para o cargo de amanuense foi feita por ordem de António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha, o 7º Conde de Vila Flor, que era o então governador e capitão-general do Grão-Pará neste período. E quando já estava trabalhando na Contadoria, no ano de 1818, Madureira Pará relata que perdeu a sua mãe adotiva, o que segundo ele, o deixou completamente desamparado (PARÁ, 1822).

Primeiramente, é importante ressaltar que esta narrativa dos relatos pessoais de Madureira Pará pode ser compreendida como uma técnica retórica, cuja finalidade é persuadir o seu público, neste caso um Rei e um Imperador, a acreditar na sua capacidade de modificar a realidade em que vive. Ao contar as suas experiências pessoais e os problemas enfrentados, Madureira Pará busca estabelecer uma conexão emocional com o seu público, de modo a despertar a empatia e a compaixão por sua situação.

Além disso, a estratégia de Madureira Pará também pode ser entendida como uma forma de apresentar a sua genialidade e capacidade de superação diante das adversidades enfrentadas. Ao demonstrar que, mesmo diante dos problemas, foi capaz de encontrar soluções criativas e inovadoras, Madureira Pará busca mostrar que a sua genialidade poderá ser utilizada para transformar a sua vida, a da população de sua província e, posteriormente, do Reino e do Império.

Porém, não era somente a vida do jovem paraense que passava por instabilidades, também a província do Grão-Pará experimentava dificuldades decorrentes de frequentes mudanças de governo bem como a influência dos acontecimentos em Portugal e no Rio de Janeiro. É digno de nota aqui que, dentre esses acontecimentos, a Revolução Constitucionalista do Porto, ocorrida em 24 de agosto de 1820 em Portugal, foi, segundo o próprio inventor, o que deu início ao seu “gênio inventivo”.

Na região do Grão-Pará, no ano de 1820, a Revolução do Porto teve impacto na província por meio da chegada de notícias trazidas por paraenses que se encontravam no Reino. Dentre esses indivíduos, o advogado Felipe Patroni destacou-se como uma figura

notável. A sua chegada e a propagação das informações sobre a Revolução coincidiram com a partida do Conde de Vila Flor do governo da província, que buscava contrair um segundo matrimônio. Neste contexto, a burguesia local prontamente organizou uma "Junta Governativa", liderada pelo Bispo D. Romualdo Antônio de Seixas, que sucedera D. Manuel no comando da Sé paraense.

O objetivo do governo provisório era impedir que, de alguma forma, a falta de um governo indicado pelo Rei colocasse em desordem a sociedade paraense, barrando assim as ideias mais liberais, daí a colocação do Bispo para melhor acalmar os ânimos mais exaltados pelos acontecimentos em Portugal. O meio político paraense se agitou por conta da revolução, mas o que elevou as vozes na província foram as propostas das Cortes em Portugal sobre a volta ao *status* de colônia nas províncias da América. Os clubes maçônicos se reuniam traçando estratégias de apoio e manutenção da ligação com Portugal, enquanto muitas pessoas já falavam até em independência.

A Revolução, ao seu desfecho, culminou no retorno da Corte Portuguesa, que havia sido transferida para o Brasil durante a invasão de Napoleão, bem como no fim do regime absolutista em Portugal, mediante a ratificação e implementação da primeira Constituição lusitana. Em relação ao Brasil, a Revolução teve como resultado sua independência política, com o príncipe Pedro tornando-se o Imperador D. Pedro I. Tais acontecimentos marcaram profundamente a história das duas nações e foram decisivos para a configuração do quadro político institucional que se seguiu nos anos posteriores.

Na província do Grão-Pará, no início do século XIX, a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro levantou questões políticas e sociais acerca do status da região e seu alinhamento com a metrópole portuguesa. Como resultado, a junta governamental que liderava a província após a renúncia do Conde de Vila Flor foi deposta no dia 1º de janeiro de 1821, por meio de um golpe de estado perpetrado por militares e civis, que foi chamado pela história de *Adesão do Pará à Revolução Constitucionalista do Porto*. Essa ação foi motivada pelo desejo de manter a província do Grão-Pará sob a tutela de Portugal e afastada da influência do Rio de Janeiro. A deposição da junta governamental acentuou ainda mais as tensões, tornando evidente o choque de interesses políticos e a busca pelo controle da região⁴⁰.

O *Despotismo*, escrito por Madureira Pará em Portugal é dedicado ao “Golpe”, com o intuito de mostrar que estava ao lado do Rei, Madureira Pará descreve nesta obra todos os

⁴⁰ COELHO, Geraldo Mártires. **Letras & Baionetas**: novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém: Cultural CEJUP, 1989.

detalhes de como se deu todo o movimento. Madureira Pará apresentou um relato minucioso dos eventos que ocorreram no dia 1º de janeiro, retratando-se como uma testemunha ocular. Na ocasião, a província em questão aderiu ao movimento constitucional, formando uma rede de indivíduos cujos nomes foram revelados pelo autor. Este relato foi feito de maneira discreta, como se a rede de indivíduos tivesse se formado em segredo.

Concluído o processo de adesão e a posse da nova Junta de Governo, um acontecimento relevante emerge em meio ao cenário político caótico: a inauguração de uma tipografia, que alguns historiadores e pesquisadores consideram como sendo a primeira tipografia do estado do Pará. O responsável por tal empreendimento foi João Francisco de Madureira Pará que, acreditamos, se aproveitou da instabilidade política vigente para enfim expor o funcionamento de sua tipografia e obter o amparo do recém-instalado governo. Essa suposição se baseia no fato de que seu primeiro requerimento ao Governo, datado de março de 1821, foi feito apenas três meses após a “Adesão”.

Madureira Pará (1822) relata que, movido por um sentimento de patriotismo e pelo desejo de ser útil aos seus concidadãos, idealizou o projeto de estabelecer uma tipografia, mesmo sem ter qualquer experiência prévia na área e sem ter saído de seu país de origem. Consciente da urgente necessidade da tipografia, ele solicitou ao governo a dispensa do serviço para se dedicar à construção da mesma, obtendo autorização e auxílio de carpinteiros e ourives. Além disso, requereu permissão para encomendar uma peça de aço ao *Trem de Guerra*, indispensável para a realização do empreendimento, o que também lhe foi concedido mediante avaliação justa e prontamente realizada.

Madureira Pará (1822) segue em seu relato, afirmando ter se dedicado com cuidado em todas as observações que era capaz de fazer, segundo as “Luzes”, ainda que modestas, que tinha adquirido, para que seus compatriotas tivessem algo que lhes fosse próprio. Ele queria oferecer aos habitantes de Belém uma oportunidade de leitura e estudo. Então, diz ele que “abriu porções, moldou os caracteres, fundiu os tipos e dirigiu os trabalhos da máquina, e finalmente organizou a imprensa colocando-a em condições de trabalhar”, superando o estado de atraso em que se encontrava a indústria no Pará e a falta de recursos, e depois de decidir não economizar nada para completar uma obra tão importante, se desfez de tudo o que dizia possuir, o que, segundo ele, não foi suficiente para cobrir as suas despesas, assim, ele apresentou um requerimento ao governo pedindo um adiantamento do seu pagamento e uma licença de seu emprego, mas apenas a licença, de dois meses, lhe foi concedida.

Se levarmos em consideração este relato de Madureira Pará, é relativamente fácil entender o porquê de alguns historiadores o considerarem um “gênio”, enquanto outros o

rotularam como “louco”. A aparente rapidez com que ele estabeleceu uma tipografia funcional em um período de apenas três meses após a posse do novo governo, sem ter visto nenhuma outra em operação, é motivo de alguns questionamentos. Aparentemente, Madureira Pará já estava trabalhando em sua tipografia antes mesmo da chegada das notícias sobre a Revolução do Porto em Belém e dos acontecimentos relatados por ele sobre a “Adesão”.

O episódio relatado por Madureira Pará teve a intenção de destacar a sua inventividade e engenhosidade, mas ao mesmo tempo despertou dúvidas e desconfianças em relação à sua conduta. O fato de que ele tenha antecipado a criação da tipografia sugere um grau de preparação e planejamento que pode ser interpretado como um sinal de sua alegada genialidade, mas também pode ser visto como uma prova de uma imprevisibilidade ou, até mesmo, de alguma mentira.

As afirmativas do autor acerca da magnitude do projeto e das dificuldades enfrentadas para sua realização são aqui de suma importância. O projeto em questão é considerado árduo, o que demonstra as dificuldades enfrentadas para a implementação do invento. Expressões como “falta de meios”, “fraca indústria” e “atrasamento” são recorrentes e buscam marcar a complexidade do seu feito. A discussão acerca da nobreza das finalidades da “obra” será objeto de análise posteriormente. O relato da invenção, por sua vez, semeia uma controvérsia, que surgirá maior nos outros capítulos.

Madureira Pará continua o seu relato descrevendo o seu empenho em obter recursos financeiros para iniciar o seu trabalho na tipografia, e menciona que, depois de tentar obter financiamento sem sucesso, buscou ajuda com Francisco José Gomes Pinto, um negociante da região que também era um cidadão notável e havia participado da *Adesão*. Gomes Pinto prontamente ofereceu apoio financeiro e emprestou a quantia de cento e vinte mil réis para que Madureira Pará pudesse começar a trabalhar. Com a tipografia em funcionamento, Pará elaborou um requerimento ao governo, no qual solicitava a licença necessária para que pudesse exercer a sua atividade com total liberdade. Em uma sessão realizada em 28 de maio, ele então apresentou o requerimento ao Presidente da Junta de Governo e enviou convites aos deputados para que visitassem a sua oficina tipográfica, ele diz que todos elogiaram o seu trabalho e o colocaram sob a consideração do governo. Aqui, a intenção de Madureira Pará é mostrar que conseguiu superar as dificuldades financeiras e burocráticas graças à sua rede de contatos e à sua própria determinação em levar adiante o seu projeto.

O requerimento apresentado por Madureira Pará ao governo da província entra para a história com o primeiro documento impresso na região. Entretanto, uma vez que não há

descrição detalhada da tipografia utilizada, exceto pela menção de uma “pessa [sic] de aço” produzida no *Trem de Guerra*, situado nas dependências da Igreja das Mercês em Belém e que era utilizada também como fundição, este documento pode ser considerado como a única evidência da existência da referida tipografia.

A análise da forma e do funcionamento da tipografia de João Francisco de Madureira Pará seria de grande importância. Entretanto, a ausência de informações sobre a máquina é igualmente importante. O fato de não falar sobre a criação de sua tipografia pode ser interpretada como um elemento que suscita reflexões sobre a intencionalidade de Madureira Pará em relação à divulgação de sua invenção. Ao apresentar sua máquina em funcionamento apenas para um seleto grupo de indivíduos, por meio de convites, o inventor pode ter procurado evitar alguns questionamentos e a necessidade de ter que fornecer maiores detalhes sobre a sua criação, e isto é um comportamento que o inventor irá repetir na fabricação de sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”.

O que temos de concreto do trabalho de Madureira Pará é que, além do requerimento e convite impressos e apresentados no final de maio, ele diz que imprimiu vários papéis das Secretarias de governo e *mais de mil impressos para seus Compatriotas*. Destacamos que, apesar da descrição da significativa produção impressa por sua tipografia, também não conseguimos informações sobre como ele conseguia os recursos materiais utilizados, como papel e tinta.

Não conseguindo nenhuma resposta positiva, por parte do governo para os seus requerimentos, que entendia que, sendo funcionário público, Madureira Pará já recebia pagamento pelo seu trabalho, o inventor decidiu, após receber algum dinheiro de uma subscrição pública que fora organizada por alguns amigos e que cobriu as despesas que havia contraído, que deveria empreender uma viagem até a capital do Reino Português, a cidade de Lisboa, para conseguir a licença de funcionamento diretamente com o Rei D. João VI e também buscaria se aprimorar no funcionamento de uma tipografia.

Podemos levantar aqui algumas questões acerca dos motivos que levaram Madureira Pará a deixar Belém e procurar o Rei em Lisboa, apesar da subscrição feita pelos seus amigos para pagar suas dívidas. Será que em um curto período de tempo, o autor já havia enfrentado grandes problemas no funcionamento da tipografia e a única forma de superá-los seria se especializando em Lisboa? E como ficaria a sua tipografia, ele levaria a máquina para Lisboa, ou deixaria alguém responsável por ela em Belém?

No entanto, surge aqui a possibilidade de que a vida do autor siga um rumo tortuoso e caótico, assim como as linhas tortas impressas em seu Requerimento, levando-o a buscar

outras oportunidades em Lisboa, e que sua tipografia tenha sido apenas um meio para um fim desconhecido, porém, é importante reconhecer aqui a habilidade de Madureira Pará em tecer uma rede de aliados, ligar os seus laços à sua tipografia e movimentar-se por ela.

Pelo relato que faz no *Despotismo*, pode-se notar o empenho de Madureira Pará em empreender uma viagem para Lisboa, independentemente das dificuldades que pudesse encontrar em seu trabalho. A principal delas, segundo o texto, seria de natureza financeira, e o inventor esperava encontrar uma solução junto ao Rei D. João VI, por isso fez um requerimento para a Junta de Governo, solicitando mais uma vez um adiantamento de seu salário, contudo, não obteve resposta. Diante disso, Pará formulou outro requerimento, mais focado na viagem, mas acabou por receber um “Não!” para todas as suas solicitações.

Entretanto, é possível observar mais uma vez que a habilidade de Madureira Pará em estabelecer conexões e alianças o conduz ao sucesso de seus objetivos. Nesse sentido, surge um novo ator, João Pedro Ardasse, que prontamente se oferece para auxiliá-lo, e é importante destacar aqui a enfática defesa que Madureira faz do caráter de seu “mecenas”. Ardasse é descrito como um “português perfeito” mesmo que, em 1822, ele viesse a ser preso sob a acusação de ser o receptor do jornal *O Correio Braziliense*, impresso em Londres por Hipólito da Costa.⁴¹ Tal periódico era um veículo de defesa da emancipação das colônias portuguesas e crítico contundente da monarquia. As relações estabelecidas pelo jovem “inventor”, portanto, revelam informações importantes sobre sua personalidade e estratégias utilizadas em seu cotidiano. Segue o trecho de seu relato:

Em taes circumstancias, quem julgais Senhor que me prestou seu braço animado para suster-me do precipicio a que estava iminenti? Quem julgaes ter sido aquelle honrado Cidadão cujos puros sentimentos que lhe nutrem a alma sem limites! he a pura verdade em que se estriba? Elle he bem conhecido no Pará, João Pedro Ardasse, Negociante da Praça, cujo character proficuo he inacessivel a impura verdade, Portugues perfeito? eis o meu brioso Concidadão, a quem felizmente recorri, o qual sem vacilar hum só instante me ministrou passagem gratuita, recomendando-me a Manoel Alves de Mello, seu maior amigo nesta Cidade. (PARÁ, 1822)

João Francisco de Madureira Pará partiu para a capital portuguesa, Lisboa, em 27 de novembro de 1821 – apenas seis meses depois de ter apresentado a sua invenção tipográfica à elite local, o que gerou controvérsias e questionamentos nos estudos de história da imprensa no Pará ao longo dos séculos XIX e XX. Ainda há poucas informações sobre o invento, como

⁴¹ Por ofício de 6.11.1822, o governo civil do Grão-Pará acusou o cidadão João Pedro Ardasse como receptor desse jornal e que uma correspondência de Hipólito da Costa interceptada recomendava a venda a Francisco Ricardo Zani, capitalista e proprietário italiano com interesses econômicos estabelecidos no Pará e no Rio Negro (SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992, p. 29).

a sua classificação, o modo de operação, o tipo de material utilizado e os documentos oficiais impressos. De maneira especial, frisou-se em alguns estudos a relevante questão de saber se Madureira Pará fez em sua tipografia a impressão do primeiro jornal paraense. Este tema motivou uma série de historiadores a se aprofundarem em arquivos a fim de obter respostas.

Enquanto Madureira Pará atravessa o oceano, indo de Belém até Portugal, faremos algumas considerações acerca de sua figura enquanto “inventor”. A utilização das aspas no termo “inventor” não são enfeites, pois nos questionamos como é possível qualificá-lo dessa maneira, uma vez que não dispomos de informações precisas acerca da criação de sua tipografia. De fato, não há menção alguma acerca de sua construção ou funcionamento, tampouco há qualquer descrição acerca do processo de impressão da máquina. O pouco que dispomos acerca desse invento resume-se à descrição de uma única peça, do número de ajudantes e a um acervo documental extremamente escasso, deixando-nos somente com conjecturas, hipóteses e suposições acerca da sua invenção.

Este comportamento de Madureira Pará, que consistia em ocultar a sua invenção, e que vai se repetir no Rio de Janeiro, resultou em sua exclusão pela historiografia paraense, que conferiu a Felipe Patroni o título de “criador da imprensa no Grão-Pará”. Tal decisão se justifica pelo fato de que pouco se sabia sobre a tipografia de Madureira Pará, uma vez que não há registros de um jornal impresso por ele, e poucos documentos foram preservados até os dias atuais, além disso, o único relato confiável sobre a tipografia de Madureira Pará se encontra em um livro por ele mesmo escrito. Consequentemente, esses fatores foram determinantes para a falta de reconhecimento de Madureira Pará como o pioneiro da imprensa no Grão-Pará.

Exemplo disso é a citação mais antiga, encontrada nas fontes, sobre a tipografia de Madureira Pará. Ela está no livro *Compêndio das Eras da Província do Pará*, publicado originalmente em 1838 pelo militar e historiador Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850). Nele, Baena diz que:

Apresenta João Francisco de Madureira Pará, natural do mesmo paiz e Amanuense da Contadoria da Junta de Fazenda, à Junta Provisoria do Governo um requerimento impresso em um prelo que elle mesmo organisou abrindo os ponçoens, moldando os caracteres alphabeticos, fundindo os typos e dirigindo o trabalho, só pelo estudo de algumas estampas estrangeiras, e não por ter visto este tipo de maquina, nem por ter noçoens praticas da arte de imprimir isto he da arte de tirar facilmente numerosa copia dos discursos escriptos. No dito requerimento expressou que não obstante a falta de protecção e de necessarios conhecimentos tentara formar um prelo para suprir a carencia que delle tinha a sua patria; e que tendo esta obra quasi acabada a collocava sob o fâvor da Junta Provisoria, e pedia que não só lhe concedesse licença para entrar no destinado lavor, mas ainda que galardoasse a sua empreza se porventura ella disso fôr merecedora. Ja antes deste requerimento elle havia supplicado à mesma Junta subsidio em que estribasse a despesa de seu ensaio

Typographico; e obtendo meios que não podião emparelhar com os gastos recorreo ao Negociante Francisco José Gomes Pinto, que vio a Imprensa, e ministrou-lhe logo cento e vinte mil reis. Depois conseguiu uma subscrição de cento e dezoito pessoas, que compozerão a quantia de sete centos e oitenta mil duzentos e sessenta reis. (BAENA, 1969, p. 324-325)

A análise do texto acima evidencia que, se desconsiderarmos a citação ao número de pessoas que fizeram a subscrição, Baena apenas reproduziu o conteúdo escrito por Madureira Pará em seu livro de 1822. Ainda destacamos aqui que Baena e Madureira Pará viveram no mesmo período histórico, mas pertenciam a grupos políticos distintos durante o processo da “Adesão”, o que provavelmente fez com que Baena não recebesse um convite para ver a tipografia de Madureira Pará em funcionamento.

Esse será um padrão nas pesquisas feitas sobre a tipografia de João Francisco de Madureira Pará ao longo do século XIX e XX. Durante todo este tempo não houve nenhuma descoberta, em termos históricos, de qualquer fonte que mostrasse como era a tipografia de Madureira Pará de forma precisa. Mesmo em tempos atuais, no século XXI, o livro *O Despotismo*, obra utilizada por Antônio Baena em 1838, e escrita por Madureira Pará em 1822, continua a ser a principal fonte para se falar sobre a sua tipografia.

No entanto, é relevante mencionar alguns acréscimos neste momento, em virtude das novas pesquisas empreendidas no âmbito acadêmico acerca da tipografia de Madureira Pará. Embora informações precisas sobre sua forma e funcionamento não tenham sido encontradas, algumas hipóteses foram propostas.

Em sua tese de doutorado, concluída em 2017, Fernanda de Oliveira Martins⁴² discute a possibilidade de Madureira Pará ter construído sua máquina tipográfica baseando-se nos modelos apresentados na conhecida obra *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, editada por Jean le Rond D’Alembert e Denis Diderot, cujo primeiro dos 35 volumes foi publicado em 1751 (MARTINS, 2017, p. 93). Se pudéssemos confirmar esta informação, Madureira Pará passaria de um inventor para um copiadador, mas infelizmente, essa peça importante do quebra-cabeça permanece desaparecida, o que é lamentável para todos os pesquisadores que se dedicaram ao estudo dos trabalhos de Madureira Pará e da imprensa no Brasil. Entretanto, no que diz respeito à escrita desta dissertação, nossa função é mostrar que este tal “padrão” de Madureira Pará não é aleatório, e sim proposital, uma escolha deliberada do inventor com o intuito de esconder a sua real intenção com seus inventos, gerando grandes controvérsias anos depois.

⁴² MARTINS, Fernanda de Oliveira. **Impresso no Pará: 1820-1910** A memória gráfica como composição do espírito de época. 2017. 757 f. Tese (Doutorado em Design) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/9055>.

A fim de continuar acompanhando o percurso do inventor em sua jornada, é necessário aqui abordar uma importante questão. Embora em Belém Madureira Pará tenha mantido sua tipografia oculta, chegando até mesmo a impossibilitar a obtenção de informações sobre sua existência atualmente, em Portugal é ele que vai se esconder, pois muito pouco é falado por ele sobre os três anos em que viveu em terras lusitanas, exceto pelo que se relacionava diretamente com a sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”. Tentar cartografar os passos de Madureira Pará em Portugal é como montar um quebra-cabeça com a maior parte das peças faltando, e dessa forma, no tópico a seguir e a fim de viabilizar a compreensão de suas movimentações e relações que estabeleceu, serão utilizadas outras fontes que possibilitem identificar seu paradeiro, seja através de informações coletadas na nova pesquisa feita para este trabalho e também por outros historiadores. Diante disso, veremos agora os locais visitados e as atividades realizadas por João Francisco de Madureira Pará depois que chegou a Lisboa.

1.2 - O gênio desmascarado e a verdade escondida: o que fez João Francisco de Madureira Pará em Lisboa?

No dia 10 de fevereiro de 1822, João Francisco de Madureira Pará desembarcou na cidade de Lisboa, seu objetivo com essa viagem era o de se especializar no funcionamento de uma oficina tipográfica e obter uma "Licença Real" para operar sua tipografia em Belém. Para concretizar esse intento, Pará planejava solicitar uma audiência com o Rei D. João VI, a fim de obter a sua "mercê". Segundo fontes disponíveis, o encontro com o monarca português foi alcançado apenas oito dias após a chegada de Pará em Lisboa, possivelmente com a ajuda do Conde de Vila Flor (BARATA, 1973).

O monarca orientou o paraense acerca do caminho a ser seguido, no sentido de formalizar uma solicitação às Cortes para que fosse avaliada e eventualmente atendida. Entretanto, o inventor não quis realizar apenas este simples procedimento, e optou por redigir e publicar um livro, *O Despotismo Desmascarado ou A Verdade Denodada*, o qual serve como base para este primeiro capítulo. Antes de prosseguir com a narrativa do inventor, é importante tecer algumas considerações acerca do referido livro.

Este livro, cujo título completo é *O Despotismo desmascarado ou a verdade denodada – dedicado ao memorável dia 1o de janeiro de 1821 em que a província do Grão-Pará deu princípio à Regeneração do Brasil*, foi impresso em Lisboa, na tipografia de Desiderio Marques Leão. Ele possui 70 páginas, está dividido em quatro partes e um pequeno

anexo, e graças a um projeto antigo da *Google* de digitalização de livros antigos dos acervos de universidades estadunidenses, hoje uma cópia dele pode ser baixada da *internet*.

Na primeira parte do livro, Madureira Pará apresenta uma descrição completa da região do Grão-Pará, sua província natal, apontando suas riquezas e potencialidades para a exploração por parte da Coroa portuguesa. O autor, entretanto, indica que tais recursos eram subutilizados em função do desgoverno dos governadores designados para a região.

Na segunda parte do texto, Madureira realiza uma descrição dos acontecimentos que ocorreram na província do Grão-Pará, em momentos anteriores à *Adesão*, e apresenta suas implicações nas cidades mais próximas. Nesse sentido, ele também expõe os acontecimentos cotidianos de Belém, o que nos levou a acreditar que talvez tenham sido os temas abordados em seu, agora sabemos, inexistente “jornal”. Já em sua terceira parte, o autor relata, de maneira detalhada, sua “participação ativa” e como “testemunha ocular” da *Adesão do Grão-Pará à Constituição portuguesa*, que ele considerou uma verdadeira “revolução”.

Em sua quarta e última parte, João Francisco de Madureira Pará descreveu todo o “processo de criação” de sua oficina tipográfica, todos os problemas que enfrentou e que fizeram com que ele cruzasse o oceano até Portugal para se especializar no pleno funcionamento de uma tipografia com o objetivo de melhorar a sua. E encerra o livro com o pedido ao Rei de uma “Licença” para o funcionamento da sua tipografia, incluindo uma cópia do requerimento que foi entregue à Câmara de Belém no dia 28 de maio de 1821, mostrando que sua tipografia estava pronta para trabalhar e solicitando a devida licença para o funcionamento da mesma.

A análise do livro de Madureira Pará sugere que sua intenção ao redigir o livro dirigido para as Cortes de Lisboa e para o Rei D. João VI não se limitava a solicitar um favor simples. Madureira Pará tinha em mente firmar sua posição como um indivíduo altamente versado tanto em assuntos políticos quanto em questões relacionadas à natureza de sua província. Além disso, o autor se propôs a declarar sua lealdade aos portugueses, como evidenciado em seu relato da *Adesão*, o que fica ainda mais claro na citação a seguir, feita por Madureira Pará no último parágrafo do livro:

Eis o espírito firmíssimo dos meus amados Compatriotas! a respeito de quem imploro a V. MAGESTADE a necessária Licença, acompanhada de uma Ordem ao Governo: para que este auxilie a Typographia naquilo que for justo, e compatível com o systema Constitucional: bem como o facilitarem-me todos os papéis do mesmo Governo e Junta da Fazenda Nacional e Real, Governo das Armas daquela Capital, e que devam ser públicos segundo o actual systema. Sendo evidente que a pronta desenvoltura da Imprimaria de que belissimamente se podem aproveitar, dará triplicada utilidade no pronto expediente de todos os Tribunaes, não só em papéis circulares, como em quaisquer outros; e na utilidade que se pode colher na diminuição de alguns Officiaes copistas que por mais hábeis que possam ser, jamais

chegarão a velocidade da Impressão; de cujo desempenho me encarrego, animado de um verdadeiro amor patriótico. Confesso ingenuamente Senhor pela candura dos mais puros sentimentos que nem o tempo, as adversidades, os cuidados, e sustos, me poderão apartar do verdadeiro trilho que seguirão os imortais Heróis tanto deste, como daquele Hemispherio. Desejo a todos igualmente felizes. E eu entraria neste número, se chegasse a ser um instrumento passivo deste concurso. Deus que exalta e abate os Impérios, prospere o de V. MAGESTADE pelos annos de nossa necessidade. Assim o deseja e pede: O Patriota Paraense, o mais humilde dos súditos de V. MAGESTADE. João Francisco de Madureira Pará.

O encerramento da sua petição a D. João VI revela a sofisticação e a habilidade retórica de Madureira Pará. Ao ressaltar a importância de sua contribuição ao desenvolvimento da província, o autor quis afirmar seu papel ativo na promoção do bem-estar da população local. Ao mesmo tempo, nos parece que a escolha de suas palavras e a elaboração cuidadosa de sua argumentação sugerem uma intenção subjacente de afirmar sua posição social e sua competência em lidar com diversos assuntos.

Ao final das 70 páginas, Madureira Pará encaminhou ao Rei e às Cortes um pedido singular: o monopólio da impressão de documentos oficiais na região do Grão-Pará. Em sua solicitação, ele requisitou que apenas a sua tipografia fosse utilizada para imprimir todo e qualquer papel relacionado ao Governo da província, à Junta em que trabalhava, e ao Governo das Armas. Alguns estudiosos argumentam que tal solicitação pode ter contribuído para a crença de que o inventor era “meio doido”⁴³, visto que, após empreender uma viagem a Portugal em busca de especialização para seu empreendimento, ele, naquele momento, estava requerendo uma licença para se tornar a imprensa oficial da província?

Para tentar entender o que levou o inventor a fazer tal solicitação, buscamos reunir as informações disponíveis e investigar possíveis controvérsias. Concentramos-nos então em fazer uma análise do livro de Madureira Pará, que foi impresso em 1822, mas sem indicação do mês de impressão. No entanto, sabe-se que o livro foi recebido pelas Cortes Portuguesas na sessão do dia 4 de dezembro de 1822, como registrado no Diário do Governo⁴⁴:

João Francisco de Madureira Pará, Amanuense da Contadoria da Junta da Fazenda Nacional e Real da Província do Grão Pará oferece humas memórias, nas quaes faz ver as grandes vantagens que se podem tirar daquela vasta e rica Província; e conclui felicitando as Cortes: as memórias foram distribuídas, e a felicitação ouvida com agrado.

E também temos em outro diário, o *Diário das Cortes da Nação Portuguesa*, do dia 05 de dezembro, a seguinte nota:

⁴³ RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**, 1500-1822. São Paulo: Kosmos, 1946.

⁴⁴ Diário do Governo Digital. Cortes. **Diário do Governo**, Lisboa, n. 287, p. 02, 05 dezembro 1822. Disponível em: https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1822&mes=12&tipo=a-diario&filename=1822/12/05/D_0287_1822-12-05&pag=2&txt=amanuense.

Outra felicitação do cidadão *Francisco de Madureira Pará*, dando parte de haver estabelecido uma officina typografica no Pará, e de haver feito sobre aquela província duas memórias que oferecia ao Congresso: recebeu-se com agrado a felicitação, e se mandaram distribuir os exemplares das memórias.

De fevereiro, quando chegou a Lisboa, até dezembro, quando entregou as suas “memórias”, Madureira Pará teve um bom tempo para conseguir um trabalho para se especializar no funcionamento de uma tipografia, o objetivo de sua viagem. Quero chamar a atenção para um detalhe nas publicações dos dois “Diários”; não há nenhuma menção ao pedido da “Licença”, nenhum requerimento foi entregue aos deputados, sua tipografia foi mencionada apenas em uma das publicações, “oferece humas memórias” e “conclue felicitando as Cortes” é somente o que lemos.

Por que Madureira Pará não entregou apenas o requerimento às Cortes conforme o Rei havia lhe solicitado? Será que ele pensou que, em meio às convulsões que o reino português passava naquele momento, algum deputado iria ler o seu livro até o fim e “descobrir” que ali havia um requerimento pedindo uma licença de funcionamento de sua tipografia? Ou será que Madureira Pará já tinha outro objetivo em mente, e se utilizou do livro apenas para marcar a sua posição como “inventor” e “gênio”?

Como falamos anteriormente, pela dificuldade de se encontrar fontes e documentos sobre o tempo em que Madureira Pará esteve em Lisboa, fizemos uma busca por outros livros e textos escritos neste período e sobre este período. Um destes livros encontrados mudou para sempre o nosso entendimento sobre João Francisco de Madureira Pará e também mudou os rumos desta pesquisa.

Em 1821, um ano antes da chegada de Madureira Pará em Lisboa, Daniel Garção de Melo, futuro impressor do jornal *O Paraense*⁴⁵, imprimiu, também em Lisboa, um livro cujo título é *Peças Interessantes Relativas a Revolução Effeituada no Pará A Fim De Se Unir a Sagrada Causa da Regeneração Portuguesa*⁴⁶. Segundo Coelho (1989), neste livro estão inseridas as principais matérias que Felipe Patroni publicou em Lisboa sobre os eventos que levaram a província do Pará a aderir à Revolução Liberal do Porto e a Constituição Portuguesa no dia 1 de janeiro de 1821, ele também traz impresso, em anexo, um discurso que Felipe Patroni fez às Cortes Portuguesas no dia 5 de abril de 1821.

⁴⁵ HURLEY, Jorge. **Belém do Pará sob o domínio português (1616-1823)**. Oficinas Gráficas da Livraria Clássica, 1940.

⁴⁶ MELO, Daniel Garção de. **Peças interessantes relativas à Revolução efeituada no Pará, a fim de se unir à sagrada causa da Regeneração Portugueza**. Lisboa: Na Imp. Nacional, 1821. 110 p.; 15 cm. link: <https://purl.pt/24793>.

Quando fizemos a leitura deste livro, buscando informações sobre a situação política do Grão-Pará e também de Lisboa, descobrimos que João Francisco de Madureira Pará copiou várias partes deste livro para “montar” o seu, modificando apenas algumas sentenças, mudando palavras de posição, ou usando sinônimos, realizando, principalmente, uma mudança no caráter da obra. Os textos de Patroni são contrários ao governo português no Grão-Pará, enquanto o de Madureira é a favor, colocando a culpa pela má administração na pessoa e não no governo que o indicou. Madureira Pará retirou também todas as referências feitas no texto a Felipe Patroni, principalmente na última parte da narrativa da *Adesão*.

Para dar alguns exemplos do plágio feito por Madureira Pará, nas páginas 5 e 6 do livro de Garção de Melo, o texto escrito por Patroni relata o seguinte:

(...) mas levarão o terror de suas armas, por mares nunca dantes navegados, milhares de legoas distante do aurífero Téjo, avassallando Nações inteiras, fazendo tributários Monarchas poderosos, e ganhando na posteridade hum lugar honroso a par dos maiores homens, cujos feitos immortaes enchem os antigos fastos:(...)

Já Madureira Pará, na página 8 de seu livro, escreveu o seguinte:

(...) e penetrado Estados alem dos Mares nunca d’antes trilhados por alguma das outras Nações da Europa, avassallado Nações inteiras, tributariado Monarchas poderosos, n’Africa, n’Asia, e n’America, e ganhado na posteridade o justo premio a par dos maiores homens cujos feitos immortaes enchem os antigos fastos;(...)

Logo na sequência, na página 7, Patroni descreveu como se encontrava a população do reino português antes da “Revolução”:

Quantos talentos de merito superior jazião amortecidos; quantos escriptores famosos em desgosto, e lamentando em silencio a tyrannia dos opressores do seu paiz natal, contemplavão com pezar e magoa intranhavel ir-se o Povo affazendo ao continuo habito da escravidão, desordenando-se todas as molas da maquina de huma boa, e recta justica; corrião-se de pejo vendo queimar nos altares da lisonja, incensos, que só à virtude devem ser consagrados;

Já Madureira Pará, falando da sua “Pátria”, Belém, na página 10 do seu livro, escreveu o seguinte:

Lamentando em silencio a tirania dos opressores da minha Patria, contemplava com grande pezar e magoa entranhavel que tinha de ver que jazião amortecidos tantos talentos de merito superior, como tantos escriptores famosos com dissabor, e corridos de pejo por verem queimar-se nos altares da lisonja, insensos que só à virtude devem ser consagrados: e ainda mais os compungia a dor de não poderem remediar tamanhos males, e funestos abusos, quando vião hir-se o povo afazendo ao continuo habito da escravidão, desodernando-se todas as molas da maquina de huma boa, e recta justica.

Poderíamos aqui colocar muitos outros exemplos do plágio feito por Madureira Pará dos escritos de Patroni encontrado no livro impresso por Garção de Melo, mas, e para

finalizar, mostraremos abaixo as partes plagiadas do discurso de Felipe Patroni, cujo título é *Discurso Dirigido ao Augusto Congresso da Nação Portuguesa no dia 5 de Abril pelo Deputado do Pará Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, Bacharel nas Faculdades de Leis e Cânones*⁴⁷.

Na página 20 do livro de Garção de Melo, Felipe Patroni fala, em seu discurso sobre a famosa Belém, *Senhor, qual outra Belém sagrada, que nos fastos da História santa não he de certo reputada como a minima entre as terras de Judá.*

Já Madureira Pará, ainda na primeira parte de seu livro, na página 12, escreve que a *Preclara Bellem que nos fastos da Historia do novo Mundo não he de certo estimada como a minima d'entre as terras das Indias Occidentaes.*

Entretanto, nos parece que Madureira Pará foi mais cuidadoso ao copiar trechos do discurso de Patroni, já que tal discurso era bem conhecido tanto em Portugal como no Pará, pois havia sido publicado também em alguns jornais. Este trecho faz parte de uma citação maior, já anteriormente apresentada. É quando Madureira Pará diz quem o ajudou na sua viagem para Lisboa, o negociante português, João Pedro Ardasse:

Quem julgaes ter sido aquelle honrado Cidadão cujos puros sentimentos que lhe nutrem a alma sem limites! he a pura verdade em que se estriba? Elle he bem conhecido no Pará, João Pedro Ardasse, Negociante da Praça, cujo character proficuo he inacessivel a impura verdade, Portugues perfeito? eis o meu brioso Concidadão, a quem felizmente recorri.

Já Felipe Patroni em seu discurso, página 25 do livro, apresenta desta maneira o seu acompanhante naquele dia nas Cortes, o Alferes Domingos Simões da Cunha, que participou da “Adesão” e foi o primeiro a levar a notícia dela até Portugal:

Quem julgais, Senhor, quem julgais ter sido aquelle, que, mostrando-se, quaes outros seus irmãos de brio, de coragem, de honra, Portuguez na alma, Portuguez no coração. Elle está diante de vós: ei-lo aqui, o Sr. Cunha, o meu brioso e destemido concidadão.

Para finalizar, praticamente toda a descrição da “Adesão”, feita por Madureira Pará, é plagiada, ele só tomou o cuidado de retirar qualquer citação ao nome de Felipe Patroni do seu livro, talvez porque, em 1822, Patroni já estivesse contra o governo português no Pará, enquanto Madureira se colocava ao lado do governo, já que esperava receber as benesses do mesmo para o seu invento, que talvez aqui não seja mais a tipografia, já que, sem dúvida, ele teve conhecimento de que Daniel Garção de Melo e Felipe Patroni, haviam viajado para o

⁴⁷ PARENTE, Felipe Alberto Patroni Maciel Martins. **Discurso pronunciado nas cortes pelo senhor Felipe Alberto Patroni Maciel Martins Parente**, membro da deputação do Pará. 4 p, 29,5 x 20,5 cm. Rio de Janeiro. Régia Officina Typographica. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1529>.

Pará com uma tipografia comprada em Lisboa, e criado o jornal *O Paraense*, o primeiro da região, em maio de 1822.

Primeiro, a hipótese de que João Francisco de Madureira Pará pudesse ter copiado o modelo de uma tipografia presente na *Enciclopédia*, e agora a comprovação de que o inventor plagiou, em grande parte, o livro de Garção de Melo e o discurso de Felipe Patroni. O *Despotismo Desmascarado e a Verdade Denodada*, o livro que, por mais de um século, serviu como fonte primária para se falar sobre a vida de Madureira Pará era o fruto desse plágio.

Ele nunca foi um dos participantes ou uma “testemunha ocular” da *Adesão*, ele apenas copiou o texto do livro impresso por Garção de Melo, seu “amor pela Pátria”, Belém, era na realidade o amor de Felipe Patroni e mesmo que a última parte de seu livro, aquela na qual ele fala sobre a criação da sua tipografia, seja original, que garantia temos para afirmar que tudo aquilo realmente aconteceu? A maior parte de seu livro é a verdadeira primeira “invenção” de Madureira Pará.

Dois apontamentos nossos devem ser colocados aqui para uma melhor análise desta questão. O primeiro é que, segundo Coelho (1989), no período em que Madureira Pará preparava o seu “livro” em Lisboa, Felipe Patroni também estava na capital portuguesa, ele chegou preso à cidade em agosto de 1822, mas recebeu um indulto do Rei e foi solto em outubro do mesmo ano. O segundo apontamento é que o *Despotismo* foi impresso na mesma tipografia, a de Desidério Marques Leão, na qual Felipe Patroni imprimiu duas obras suas, lançadas em 1823, que foram o *Panegírico dedicado ao senhor D. João VI, pai da pátria, e do seu século, modelo dos imperantes, rei melhor que o ótimo rei* e a *Arte Social, ou sistema de Direito público universal*. Fica a dúvida de saber se estes dois personagens da história paraense se encontraram ou mantiveram algum tipo de contato neste período, pois sabemos que ele irão se encontrar posteriormente quando os dois estiverem no Rio de Janeiro.

A fim de compreender os motivos que levaram Madureira Pará a apresentar uma obra com considerável teor de plágio perante as Cortes de Lisboa e ao Rei D. João VI, é necessário um exame da sociedade de corte portuguesa no início do século XIX. Neste contexto, é pertinente salientar o interesse de Madureira Pará em integrar-se nesta sociedade, o que sugere a possibilidade de uma motivação social e cultural para o ato de plágio em questão. Contudo, o foco da nossa análise recai sobre as questões ligadas à ciência e às invenções, tendo em vista a possibilidade de que tais temas possam ter influenciado a escolha do autor em recorrer a elementos alheios à sua obra.

A sociedade da corte do período em questão estava pautada em um conjunto de valores, crenças e práticas sociais específicas, que incluíam a busca por prestígio, poder e

status social. Nesse contexto, a produção intelectual era uma importante forma de construção da reputação e inserção na sociedade de corte. O plágio, por sua vez, era uma prática comum na época, muitas vezes justificado pela noção de que a apropriação de ideias alheias era uma forma de honrar os autores originais.

Madureira Pará, ao apresentar um livro com grande parte do texto plagiado, pode ter buscado obter reconhecimento e prestígio na sociedade de corte, demonstrando sua erudição e habilidade intelectual. Além disso, o contexto histórico-político no qual o autor estava inserido, marcado pela pressão exercida pelas Cortes de Lisboa sobre o Brasil, pode ter influenciado a decisão de apresentar uma obra supostamente original, a fim de atender às expectativas da metrópole e forçar um reconhecimento de sua posição como “inventor” e “intelectual” no cenário político local.

Para entender tais motivos, falaremos de outro ator, ao qual Madureira Pará tentou se ligar neste período, o Rei de Portugal, D. João VI, tendo que fazer um retorno no tempo, quando D. João ainda era Regente e Napoleão iniciava sua campanha contra a Inglaterra em 1806.

A imposição do bloqueio continental pela França à Inglaterra em 1806 teve como objetivo dificultar e eliminar o acesso do comércio britânico ao continente europeu durante a Revolução Industrial. Tal acontecimento teve significativas repercussões no Brasil e na cultura científica brasileira. Portugal, aliado histórico da Inglaterra, encontrava-se sob ameaça de invasão francesa em virtude de suas relações comerciais com os britânicos e incapaz de resistir militarmente aos franceses. Diante disso, em janeiro de 1808, a corte portuguesa partiu rumo ao Brasil, que se tornou sede do governo português.

Segundo José Carlos de Oliveira⁴⁸, os navios que chegaram ao Brasil na época da transferência da corte portuguesa para a colônia estavam repletos de bens valiosos, como tesouros do Estado, obras de arte, jóias, móveis e pratarias. Além desses itens, também foram transportados diversos embriões da cultura científica brasileira, incluindo uma grande quantidade de livros que compunham a Biblioteca Real da Ajuda, e o laboratório de Antônio Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, que trouxe seus aparelhos científicos, biblioteca pessoal, manuscritos e coleção de estampas. Acompanhando tais objetos, uma equipe de intelectuais versados em conhecimentos científicos, membros da Academia de Ciências de Lisboa e professores, todos ansiosos por aplicar suas ideias e planos na nova sede da monarquia, também embarcaram nos navios.

⁴⁸ As ciências no paço de d. João...The sciences at dom Joao's Palace...José Carlos de Oliveira 2006 <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/CJKbCVLhd8VD9QW8LrKmh4G/?lang=pt#>.

A política implementada por D. João foi um catalisador para a gestação da cultura científica brasileira, visto que atendeu às necessidades, aspirações e desejos de seus residentes, tanto antigos como novos. Para isso, o monarca criou várias instituições que se concentraram no conhecimento científico. Nesse contexto, a necessidade de formar profissionais com habilidades adequadas para atender às demandas da época, especialmente engenheiros, militares e médicos, em um lugar onde havia uma escassez de recursos humanos, estimulou a vida intelectual, que até então era propositadamente reprimida na colônia.

Oliveira (2006) ressalta que, logo no início de sua permanência no Brasil, D. João tomou medidas para fomentar o desenvolvimento científico no país. Ele ordenou a abertura dos portos, permitindo a criação de manufaturas e instituiu a liberdade de imprensa. Além disso, criou escolas de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, bem como escolas militares com *status* de curso superior, cursos avulsos de ciências, bibliotecas, jardins botânicos e um museu de ciências naturais. Tais iniciativas foram viabilizadas pela mobilização de recursos humanos vindos de Portugal, o que proporcionou a emergência da cultura científica em território brasileiro, resultante exclusivamente de medidas estatais.

O objetivo dessas ações governamentais era despertar o interesse pela ciência e valorizar sua utilidade. Tanto que, em 1813 e 1814, circulou no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, um periódico dedicado à divulgação científica, denominado *O Patriota*, o qual contou com aproximadamente duzentos assinantes. Esta foi uma das poucas iniciativas no seio da sociedade civil que buscavam disseminar o conhecimento científico. Assim, pode-se afirmar que D. João iniciou uma trajetória de estímulo ao desenvolvimento científico, que se mostrou importante para a cultura e a sociedade brasileiras.

Chamamos atenção aqui para um fato gerado pelo Rei D. João VI, que ocorreu logo após chegar ao Rio de Janeiro: a implementação de uma nova política comercial que favoreceu a importação de produtos britânicos para o Brasil, que entrava em conflito com a sua permissão para a criação de manufaturas, embrião da indústria nacional. Essa medida resultou na importação de produtos britânicos fabricados em larga escala para atender ao vasto Império Britânico, tornando-os mais competitivos em preço do que aqueles produzidos localmente.

Para Madureira Pará, fazia bastante sentido se relacionar com aquele que fora o responsável pela *liberdade de imprensa* no Brasil e, por consequência, no Grão-Pará, se o seu intuito fosse realmente buscar a licença para o funcionamento da sua tipografia que havia pedido em seu livro, mas analisando as suas movimentações no decorrer do tempo que

passou em Lisboa, o “inventor” paraense parecia estar buscando algo mais do que um simples documento real para depois voltar a Belém.

A “invenção da tipografia”, na verdade, representou um meio pelo qual Madureira Pará buscou posicionar-se diante das Cortes e do Rei como um inventor. Com efeito, tal narrativa encontrada na sua obra, mesmo que plagiada, mostrou-se crucial para a obtenção de apoio para seu novo projeto, o qual, acreditamos, ele já havia “descoberto” em 1822, pelo menos em sua forma prototípica. É, portanto, por meio da trajetória de construção desse novo “invento” que navegamos, em conjunto com Pará, rumo às controvérsias que permearam seu desenvolvimento.

Contudo, antes de prosseguir com o relato do inventor acerca de sua nova máquina, algumas questões permanecem obscuras e carecem de respostas definitivas. É verdade que Madureira Pará desistiu de sua oficina tipográfica durante a travessia do oceano? Ou ele buscou de fato a tão propagada “especialização” com o intuito de retornar a Belém e prosseguir com o ofício de impressor? E em que momento ocorreu a epifania da máquina de navegação?

Em um dos trechos do discurso proferido por Madureira Pará diante do Imperador D. Pedro I em 1825, ele já havia mencionado que solicitou às Cortes a concessão de um “prelo” – isto é, uma máquina de impressão –, juntamente com todos os equipamentos, “de cinco ou seis que se achavam devolutos em Coimbra”, e que se comprometeu a pagar por ele assim que chegasse ao Pará. Entretanto, seu pedido foi negado, assim como também teria pedido ao Rei D. João VI um emprego como amanuense em Lisboa (BARATA, 1973, p. 105).

Essas podem ter sido as últimas tentativas de Madureira Pará para adquirir uma prensa e retornar a Belém, ou até mesmo de se estabelecer definitivamente em Portugal. No mais, Coelho (1989) destacou o fato que Patroni, durante sua partida de Lisboa para Belém, em 1821, também solicitou para as Cortes a entrega de um prelo, e que não sendo atendido, ele resolveu comprar um de um particular.

Acreditamos que Madureira Pará tenha abandonado sua profissão de tipógrafo em algum momento entre 1822 e 1823. Esse fato ocorreu em decorrência do estabelecimento de uma nova tipografia e de um jornal na província do Pará. Havia informações desfavoráveis sobre as agitações promovidas pelo editor do jornal, Felipe Patroni e que pioraram com a entrada de um novo editor, o Padre João Batista Gonçalves Campos (COELHO, 1989) o que pode ter influenciado na decisão de Madureira Pará de não retornar à sua pátria. O destino da tipografia pertencente a Madureira Pará em Belém permanece um mistério e até o presente momento não se conseguiu responder a essa questão.

Antes de darmos o primeiro passo na direção da busca por este novo invento de Madureira Pará, cabe dizer aqui novamente que, quando se trata de seus inventos em terras portuguesas, a escassez de informações é evidente. Embora tenham sido realizadas pesquisas sobre o assunto, há poucas fontes confiáveis que forneçam informações precisas sobre as invenções de Madureira Pará em Portugal.

Além da falta de informações, a dificuldade de acesso a documentos e outros livros que poderiam esclarecer o assunto é uma realidade. Muitos desses materiais estão indisponíveis para pesquisa ou simplesmente desapareceram ao longo dos anos. Essa situação dificulta ainda mais o trabalho de cartografar os caminhos do “inventor” paraense em Portugal e somente quando Madureira Pará já estiver no Rio de Janeiro é que saberemos um pouco mais sobre o que se passou nestes anos em que ele viveu na cidade de Lisboa.

Resta-nos, portanto, continuar seguindo o próprio inventor, porém, adotando uma postura de desconfiança em relação aos seus escritos, tendo em vista que o relato que traremos a seguir foi escrito por Madureira Pará em seu *Discurso* de 1825, quando já se encontrava no Rio de Janeiro, narrando sucintamente o início de sua vida, a criação de sua tipografia e os motivos que o levaram à concepção de seu segundo invento, a "Máquina para o melhoramento da Navegação", e vamos trazer ele aqui pela ótica do historiador paraense Manuel Barata.

De acordo com o *Discurso* de Madureira Pará, conforme relatado por Barata (1973), o inventor foi apresentado ao Rei D. João VI por intermédio do Conde de Vila Flor, e, após ter obtido “graças e favores”, passou a colocar em prática seu projeto. No entanto, a natureza exata dessas graças e favores é desconhecida. Barata destaca que Madureira Pará foi agraciado com o hábito da *Ordem de Cristo*, uma ordem nobiliárquica que em sua “Carta de Lei” previa a concessão do título em decorrência de serviços prestados. A ordem, originalmente militar e criada em substituição aos Templários no século XIV, foi transformada em uma ordem nobiliárquica no século XIX. Ainda segundo Barata (1973) somente após receber o título foi que Madureira Pará apresentou um novo requerimento detalhando seu novo invento à Junta do Comércio de Lisboa.

O relato de Manuel Barata (1973) descreve que o requerimento para a Junta falava da “descoberta” de dois inventos destinados a aprimorar a navegação. O primeiro deles permitiria que as embarcações navegassem em linha reta mesmo diante de ventos intensos, sem enfrentar maiores dificuldades durante o acesso aos portos. Já o segundo, permitiria a navegação das embarcações nas calmarias sem vento ou vapor, sem interrupções, proporcionando uma viagem tranquila e eficiente. Madureira Pará solicitou o privilégio de

utilizar esses inventos para a criação de barcos comuns no rio Amazonas e seus afluentes, por tempo limitado e após este período, o uso destes inventos ficaria disponível para toda a nação. Segundo Barata, Madureira Pará descreveu o seu invento da seguinte maneira:

Tinha descoberto dois inventos para melhorar a Navegação, capazes de a elevar ao maior apuro; os quaes eram, um para fazer navegar as Embarcações com todos os ventos em linha recta, sem soffrerem a menor dificuldade, ainda mesmo nas saídas ou entradas dos portos; outro para fazê-las navegar sem vento, e sem vapor nas calmarias, sem que estas lhe impeçam o andamento, antes fazendo uma próspera viagem, como se fazia na ocorrência de bons ventos; além de inumeráveis vantagens que lhe são anexas (BARATA, 1973, p. 227).

O trecho acima apresenta uma breve descrição da ideia inicial da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” de Madureira Pará, bem como a sua apresentação ao Rei, à Junta do Comércio e às Cortes portuguesas. Contudo, para a obtenção do “Privilégio”, além dos desenhos, um teste prático da funcionalidade da máquina era necessário. Ainda que de forma sucinta, este trecho revela aspectos relevantes da história dos inventos em Portugal, bem como a dinâmica entre inventores e autoridades políticas na busca de reconhecimento e proteção legal de suas criações.

Madureira Pará diz então que fabricou o modelo de uma embarcação marítima e equipada com a sua “Máquina”, e que este “protótipo” foi testado na propriedade do Marquês de Fronteiras, em meio a uma “grande publicidade” e sob a observação do Doutor Clemente Alves de Oliveira Mendes e Almeida, que era neste período o *Encarregado dos Negócios do Brasil* no Reino Português. Este último não somente proporcionou sua generosa proteção ao fabricante da embarcação, mas também convidou personalidades notáveis e instruídas a assistirem ao experimento.

Após a realização do teste que, segundo o inventor, foi bem-sucedido, Madureira Pará documentou sua invenção por meio de uma ata assinada por todos os presentes, em conformidade com o que o renomado cientista irlandês Robert Boyle havia proposto como “método científico” para a condução de experimentos com sua Bomba de Vácuo⁴⁹. Tendo em vista a validação obtida, Madureira Pará submeteu a documentação de sua inovação marítima à Junta de Comércio, aguardando o exame e a votação de seu requerimento.

Antes de seguirmos adiante, é necessária uma pequena explicação sobre a comparação entre os trabalhos de Boyle e a bomba de vácuo por ele desenvolvida em colaboração com o inglês Robert Hooke, com o teste da “Máquina” feito por Madureira Pará. Através de seus experimentos com a bomba, Boyle contribuiu significativamente para a construção de um

⁴⁹ SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. **Leviathan and the Air Pump: Hobbes, Boyle, and the experimental life**. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

método científico experimental que contava com o auxílio de objetos e tecnologias. Toda essa rede foi denominada de *tecnologias construtoras da ciência moderna* por Shapin e Schaffer (2011, p. 77).

As tecnologias construtoras mencionadas são: a *tecnologia material*, que engloba o próprio invento – no caso, a bomba de vácuo, seu funcionamento e os espaços de experimentação, conhecidos como laboratórios. Além disso, há a *tecnologia social*, que evidencia os indivíduos envolvidos na produção e avaliação dos conhecimentos, e por fim, a *tecnologia literária*, que se concentra na produção de conhecimento e em sua reprodução. Boyle produziu uma série de livros que apresentavam descrições detalhadas de seus experimentos, tornando-se possivelmente o primeiro divulgador científico da história.

Avaliando o teste realizado por Madureira Pará, podemos observar, em parte, a presença das “três tecnologias”, ainda que a localização exata do “laboratório” onde a máquina foi construída permaneça desconhecida. O “local de testes”, por sua vez, ocorreu na *Quinta do Marquês de Fronteiras*, o que mostra a relevância das figuras convidadas a avaliar o invento, incluindo parte da nobreza portuguesa e “pessoas gradas, e de saber” a convite do futuro Cônsul do Brasil em Portugal. Esses atores foram responsáveis pela produção da literatura referente ao experimento, materializada em uma “Ata” que indicava o funcionamento da invenção. Tal procedimento, similar ao adotado por Madureira Pará em relação à sua tipografia em Belém, poupou-o de maiores explicações acerca do funcionamento da máquina, e caso a descrição da invenção não atendesse plenamente aos requisitos da Junta, Madureira Pará talvez acreditasse que as assinaturas dos nobres portugueses cumpririam a função de validar o experimento.

Para concluir esta comparação e elucidar sua relevância, cabe mencionar que um projeto denominado “embarcação para navegar com todos os ventos”, o qual constitui uma síntese elementar do que seria a máquina idealizada por Madureira Pará, foi originalmente listado como o item número 19 (chamado *A Ship to sail with All Winds*)⁵⁰ em uma compilação de projetos científicos elaborada por Robert Boyle no século XVII.

Voltando a Lisboa, tudo o que temos de informações sobre a máquina de navegação de Madureira Pará dão conta de duas peças relacionadas à navegação e um protótipo fabricado e testado pelo inventor. O foco principal, no entanto, é a rede de interesse que se formou em torno desse invento, uma vez que a máquina de navegação tinha o potencial de

⁵⁰ The Royal Society. **What scientists want: Robert Boyle's to-do list**. Disponível em: [What scientists want: Robert Boyle's to-do list | Royal Society](#). Acesso em: 04 de abril de 2021.

resolver questões e problemas que afetavam todas as nações do mundo na época, tais como garantir maior segurança na travessia dos oceanos a um custo financeiro reduzido.

José Carlos de Oliveira⁵¹ nos diz que, no decorrer da história, o progresso técnico frequentemente precedeu a explicação dos fenômenos subjacentes que permitiam o funcionamento de determinadas inovações. Esse fenômeno persiste até os dias atuais, onde muitas atividades são conduzidas com o intuito de criar produtos capazes de realizar determinadas performances, sem a devida aplicação de conhecimento científico sistematizado.

Neste contexto, observa-se que Madureira Pará elaborou uma máquina que atendia aos anseios da sociedade portuguesa, encarnando seus vícios e virtudes, buscando gerar grande atenção em relação ao seu invento. O Rei de Portugal, as Cortes, a Junta do Comércio, a nobreza portuguesa, representada pelo Conde de Vila Flor e pelo Marquês de Fronteiras, e o Encarregado dos Negócios do Brasil formaram a rede que se ligou à máquina por meio das movimentações de seu inventor, que almejava obter o “privilégio” real. Infelizmente, a tal “Ata” assinada pelas “pessoas gradas, e de saber” é mais um dos muitos “documentos perdidos” na história de Madureira Pará.

No entanto, a rede circundante à Máquina de Madureira Pará foi fortemente perturbada pelo agitado plasma que a cercava. O magma das revoluções logo explodiu, e o seu resultado foi um pequeno desastre para o inventor, que no seu *Discurso* narra que; “sob os auspícios de V. M. I, o Brasil proclamou sua independência, causando grande alarme em Portugal e afetando as circunstâncias dos brasileiros que lá estavam, incluindo o Suplicante, que se viu subitamente impedido de receber suprimentos de sua província” (PARÁ, 1832, p. 21).

A Independência do Brasil, ocorrida em 1822, marco histórico que mudou a relação entre o Brasil e Portugal, foi um processo que envolveu diversos fatores, tais como as demandas da elite brasileira por autonomia política e econômica, a crise do Império Português, a influência das ideias liberais e revolucionárias que circulavam na Europa e a interferência de outras potências internacionais.

A partir da proclamação da Independência, o Brasil se tornou uma monarquia constitucional, tendo como primeiro imperador Dom Pedro I. Portugal, por sua vez, reagiu de forma negativa ao processo de independência, considerando-o um ato de traição que levou à

⁵¹ OLIVEIRA, José Carlos. **D. João VI, adorador do Deus das ciências?: a constituição da cultura científica no Brasil (1808-1821)**. Rio de Janeiro. Editora E-papers, 2005.

perda de uma importante colônia. A separação entre os dois países afetou profundamente as relações comerciais e diplomáticas, além de ter consequências políticas e sociais para ambos.

A situação de João Francisco Madureira Pará tornou-se ainda mais complicada em 1823, quando se propagou a notícia de que a província do Pará havia declarado sua independência em 15 de agosto do mesmo ano, aderindo à justa causa do Brasil. (BARATA, 1973, p. 106). E a situação em Portugal também não era cômoda ao inventor, pois diversos fatores contribuíram para o enfraquecimento da estabilidade política e social do Estado, tais como a suspensão da constituição, a perda de sua principal colônia e a conspiração liderada pela Princesa Carlota Joaquina e pelo Príncipe Miguel, filho de D. João VI e irmão de Pedro, o agora Imperador do Brasil. Tais eventos quase levaram Portugal a uma guerra civil, o que provocou a fuga de dois nobres portugueses que apoiavam Madureira Pará, o Conde de Vila Flor e o Marquês de Fronteiras, de Lisboa e do país⁵².

O *status* de Madureira Pará sofreu uma mudança drástica. Ele passou de “nascido no reino português” para um “estrangeiro”, ele também perdeu o seu emprego em Belém e, aparentemente, não conseguiu encontrar outro emprego em Lisboa – tudo isso em menos de um ano. Embora ainda pudesse contar com o apoio de Manoel Alves de Mello, o amigo indicado por Ardasse para ajudá-lo no Reino, ele Madureira Pará recebia mais qualquer ajuda financeira do Grão-Pará. Acreditamos que foi neste momento que Madureira Pará tenha recebido uma proposta, que destaca em seus relatos; provavelmente, intermediada por Manoel Alves de Mello, com a qual teria resolvido seus problemas financeiros e permitido a fabricação da sua máquina de forma autônoma.

João Francisco de Madureira Pará afirmou que estava em um grave estado de aniquilação quando foi solicitado por um dos membros da Sociedade das Barcas a Vapor da Inglaterra para apresentar seu plano em uma reunião. O membro prometeu a Madureira Pará não apenas o prêmio de 400 mil libras esterlinas, que foi proposto ao inventor de uma máquina para melhorar a navegação, mas também a admissão na sociedade e a participação nos lucros vantajosos da mesma (PARÁ, 1832, p. 21).

Apesar de contar e recontar esta história por várias vezes, Madureira Pará nunca deu maiores informações sobre este encontro e nada conseguimos descobrir sobre essa tal “Sociedade”, apesar de ser praxe a oferta de prêmios em dinheiro por inventos e descobertas na Europa. Exemplo disso foram os prêmios para o primeiro inventor que encontrasse uma

⁵² ANDRADA, Ernesto Campos de. **Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861** / rev. e coord. por Ernesto de Campos de Andrada. 5v. Coimbra: Impr. da Universidade, 1928-1932..

maneira de determinar a posição leste-oeste (longitude) criado por vários Estados europeus. O caso mais conhecido é o do governo britânico, que aprovou a Lei da Longitude em 1714, oferecendo uma recompensa de 20.000 libras, cujo “vencedor” foi John Harrison, que após muitas controvérsias, e somente com a intervenção direta do Rei George III, recebeu parte do prêmio apenas em 1773, para o quinto modelo de seu cronômetro marinho⁵³.

Provavelmente, a “Sociedade” mencionada era composta por um grupo de proprietários portugueses de navios a vapor adquiridos dos britânicos, em vez de ser um grupo genuinamente inglês, como sugerido por Madureira Pará. Não é possível determinar o verdadeiro motivo pelo qual o inventor rejeitou a oferta da sociedade, o seu “patriotismo” e o “amor à pátria” foram os motivos declarados por ele, e que foram exaltados por historiadores e pesquisadores, como já dissemos, eram apenas artifícios retóricos. Na realidade, não podemos afirmar se tal reunião realmente aconteceu.

O que sabemos, por intermédio do inventor, é que um dos indivíduos integrantes da fugaz rede portuguesa que circundava a “Máquina de Navegação” de Madureira Pará manteve-se ligado a ela e, possivelmente, facilitou a partida do inventor paraense da cidade de Lisboa, transportando consigo para o Brasil o protótipo que já havia fabricado. Esse ator em questão pode ter desempenhado um papel relevante no deslocamento do inventor em direção a um novo destino, um novo país e um novo governante, na figura de um imperador.

De acordo com informações corrigidas, Clemente Álvares de Oliveira Mendes e Almeida - e não Alves, como havia anteriormente referido o inventor - exercia a função de Cônsul-Geral do Brasil em Portugal, e não de Encarregado dos Negócios do Brasil. Almeida não só prestou auxílio ao jovem inventor, mas também a diversos paraenses que foram detidos em Portugal e levados à Torre de S. Julião da Barra, em virtude de suas posições favoráveis à Independência do Pará⁵⁴. De fato, foi ele o responsável por prover meios para que os brasileiros e paraenses retornassem às suas localidades de origem, ao estabelecer diálogo direto com D. João VI⁵⁵.

Embora não haja evidências documentais conclusivas, presume-se que a realização do projeto de construção da “Máquina” por parte de Madureira Pará na cidade do Rio de Janeiro apenas seria possível por meio do contato e recomendação de um indivíduo com alto cargo no Império Brasileiro. Inferimos que somente essa recomendação permitiria que o inventor

⁵³ SOBEL, Dava. **Longitude**. The true story of a lone genius who solved the greatest scientific problem of his time. New York: Penguin Books, 1995.

⁵⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Revista 200** (n. 1, 2018), Revista 200, 2018, p. 225.

⁵⁵ MUNIZ, João de Palma. **Adesão do Grão-Pará à independência e outros ensaios**. Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1973.

tivesse acesso facilitado ao Ministro da Marinha e até mesmo ao Imperador Pedro I como veremos no capítulo a seguir.

No dia 15 de abril de 1825, João Francisco de Madureira Pará realizou uma solicitação ao governo português para obter um passaporte que lhe permitisse viajar ao Rio de Janeiro⁵⁶, ele não tinha planos de retornar para sua cidade natal, Belém, juntamente com os paraenses que sobreviveram ao período de prisão em Lisboa. Ademais, em decorrência de uma subscrição realizada pelo Rei D. João VI em benefício dos “Emigrados do Brasil”⁵⁷, o inventor paraense recebeu a quantia de 30 mil réis para cobrir os gastos de sua viagem.

Dois dias após receber o seu passaporte, Madureira Pará embarcou na galera Condessa da Ponte e navegou por 47 dias de Lisboa até a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil. E foi nesta “Muy Leal e Heróica” cidade, que as controvérsias floresceram de forma intensa; a rede ao redor de sua máquina tomou grandes proporções; pela primeira vez, o inventor teve opositores; e um anti-grupo se formou buscando impedir que suas ideias disruptivas destruíssem a “ordem” estabelecida.

Com base nesses eventos, é possível traçar um mapa das controvérsias que envolveram a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” e entender de que maneiras o recém-criado Império do Brasil incentivava os inventores e o desenvolvimento de seus inventos no início do século XIX. Além disso, é possível compreender, ao menos em parte, o funcionamento da validação científica, da propriedade intelectual e da burocracia em relação à ciência e às invenções na época.

⁵⁶ Projeto Resgate-Biblioteca Luso-Brasileira: Requerimento de João Francisco de Madureira Pará, para o rei [D. João VI], solicitando passaporte para seguir viagem para o Pará. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/101760.

⁵⁷ Google Books: **Subscrição e socorros aos emigrados do Brasil**, por ordem de Sua Magestade Imperial o senhor D. João VI de gloriosa memória, 1827. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Subscrip%C3%A7%C3%A3o_e_socorros_aos_emigrados/mGoCAAAAYAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0

Capítulo 2

Do “Discurso bombástico” surge a primeira controvérsia

TELEGRAPHO

Partes dadas no dia 5

Entrarão hontem o Navio Nacional Condeça da Ponte, de Lisboa em 47 dias: Passageiros o Administrador da Alfandega de Pernambuco Alexandre José de Carvalho; o Official da mesma Antonio José da Rocha, João Francisco Madureira Pará e Joaquim Ferreira Guedes: diz o Mestre, e passageiros que alli se afirma terem se ultimado os negócios do Brazil com a chegada do Ministro Inglês àquella Corte. (Jornal Diário do Rio de Janeiro, 07 de junho de 1825)⁵⁸

O artigo acima fala sobre a chegada de João Francisco de Madureira Pará na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, no dia 05 de junho de 1825, e também fala brevemente sobre o contexto político que marcou a sua saída de Portugal. A independência do Brasil, seguida da adesão de outras províncias, ocasionou o retorno de muitos brasileiros aos seus locais de origem. Entretanto, diferentemente de muitos, o inventor paraense optou por se deslocar até o Rio de Janeiro, supostamente transportando consigo um pequeno protótipo de sua “máquina de navegação”, diversas estratégias em mente e uma série de controvérsias.

Conforme discutido no primeiro capítulo, a falta de documentação acerca dos inventos de Madureira Pará limita a compreensão da amplitude de suas obras e também de suas ações. Apesar de ter construído uma tipografia em Belém, a escassez de informações sobre suas atividades durante esse período impede uma análise detalhada dos processos e técnicas empregados na fabricação deste equipamento. De maneira similar, a “Máquina de navegação” criada posteriormente em Lisboa, embora tenha sido mencionada em declarações, carece de descrições detalhadas sobre suas especificidades e seu funcionamento.

No segundo e terceiro capítulos, objetivamos dar continuidade à análise acerca da invenção de Madureira Pará, considerando agora não apenas os relatos fornecidos pelo próprio inventor. De fato, constatamos que, no Rio de Janeiro, a rede tecida em torno da Máquina de Madureira Pará adquiriu grande importância e novos atores se ligaram a ela e por meio destes surgiram as primeiras críticas, cobranças e pressões. O “inventor”, pela primeira vez em sua trajetória, teve de prestar contas a alguém que se situava hierarquicamente acima

⁵⁸ Telegrapho. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 158, p. 04, 07 jun. 1825. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/5363.

dele, e que também era detentor de poder de decisão sobre a Máquina. Além disso, destacamos também as movimentações do “Plasma”, ou seja, o contexto histórico pode nos oferecer novas visões acerca das possíveis influências que o ambiente social, político e cultural da capital do Império Brasileiro pode ter exercido sobre a concepção e desenvolvimento da Máquina de Madureira Pará.

E aqui, antes que pareça que este capítulo é apenas uma sucessão de fontes, com alguns comentários esporádicos, continuaremos trabalhando com uma primeira regra básica: “seguir os passos de cientistas e engenheiros nos momentos e nos lugares nos quais planejam. Com este método simples precisamos apenas seguir o melhor de todos os guias, os próprios cientistas”⁵⁹.

Partindo de um postulado bem simples, “alguém faz uma afirmação e o que acontece quando outros acreditam nela ou não” (LATOURE, 2000a, p. 40), já sabemos que o nosso protagonista, João Francisco de Madureira Pará, é um mestre em se movimentar nas redes, transladar interesses e angariar apoiadores⁶⁰, o que nem sempre é feito de uma maneira ordeira, já que o inventor tem um modo “caótico” de trabalho e de movimentação nas redes criadas.

No momento em que Madureira Pará desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, suas “estranhas movimentações” atingiram o seu auge. No entanto, se em Belém, durante a concepção de sua tipografia, Madureira Pará poderia ser considerado um pioneiro e único especialista no assunto; na capital do Império, entretanto, essas “movimentações” não passaram despercebidas e, com a mesma rapidez que ganhou importantes apoiadores, Madureira Pará também angariou inimigos poderosos.

Continuemos então a acompanhar o protagonista da nossa história, haja vista que dispomos de escassas informações acerca de suas atividades posteriores à chegada, é de nosso conhecimento apenas o endereço onde ele se estabeleceu inicialmente, o andar superior do imóvel situado no número 221 da Rua Direita. Cumpre destacar que tal localização oferecia-lhe inúmeros benefícios estratégicos, uma vez que se encontrava em frente aos portões do Arsenal da Marinha, certamente uma escolha meticulosamente calculada por Madureira Pará, levando em consideração os objetivos por ele almejados.

⁵⁹ LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000a, p. 39.

⁶⁰ LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

2.1 - O discurso para o Imperador

Madureira Pará relatou que ao chegar ao Rio de Janeiro imediatamente buscou uma audiência junto ao Excelentíssimo Ministro da Marinha. Por intermédio deste, foi concedido o privilégio de ser apresentado à Sua Majestade Imperial, que, sensível às suas petições, determinou que fosse realizada uma prova no Arsenal da Marinha, a fim de que a mesma fosse avaliada por especialistas da área⁶¹.

É nesta apresentação ao Imperador que Madureira Pará fez o seu *Discurso*, cujo título completo é *Discurso recitado na Alta Presença de Sua Majestade Imperial, Defensor Perpétuo e Constitucional do Brasil, o Senhor D. Pedro Primeiro, em o dia 15 de julho de 1825, Rio de Janeiro*.

Acreditamos que apenas dois historiadores tiveram contato e falaram sobre o “Discurso” de Madureira Pará em seus trabalhos: Cyriaco da Cunha e Manuel Barata, sendo que o segundo transcreveu algumas partes do mesmo na sua obra *Apontamentos para as Efemérides Paraenses*, publicada originalmente em 1904 (que não utilizamos aqui, porém foi incluída na versão compilada de suas obras lançada em 1973, esta utilizada no presente trabalho). O exemplar original do *Discurso*, escrito a mão por Madureira Pará, pertence hoje ao acervo da Biblioteca Nacional, entretanto apenas a sua versão em microfilme pode ser consultada. Manuel Barata, ao começar a falar sobre o *Discurso* escreve que “este bombástico discurso, eivado de despropósitos que bem denotam o espírito desequilibrado de seu autor” (BARATA, 1973, p. 103).

Em outro trabalho seu, *Jornais, Revistas e outras publicações periódicas de 1822 a 1908*, Manuel Barata volta a falar de Madureira Pará, com maior foco na sua tipografia, mas também menciona que “nesta cidade, e graças talvez ao lisonjeiro e bombástico discurso que recitara ao imperador, obteve deste o generoso e largo auxílio, que solicitou, para construir uma certa máquina, de seu invento, para Navegação” (BARATA, 1973, p. 228).

Contudo, mais de 100 anos depois de Manuel Barata, nós tivemos acesso ao *Discurso* de Madureira Pará ao Imperador, obviamente em sua versão microfilmada, e munido das novas informações sobre a vida do inventor, temos que concordar com o nosso colega historiador, pois o *Discurso* é realmente bombástico, mas discordamos quanto a ele ser “eivado de despropósitos”. Muito pelo contrário, Madureira Pará tinha propósitos bem

⁶¹ PARÁ, João Francisco Madureira. **Representação que à soberania nacional derige João Francisco Madureira Pará, inventor da nova machina da navegação, ou breve quadro em que se demonstra à toda a luz, a desconnexada connivencia, nas inexhaustas tortoosidades com que tem arrostado; sem outras Armas, que as de seu acrisolado Patriotismo.** Rio de Janeiro, Tipografia de Lessa e Pereira, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1597>.

definidos quando escreveu o *Discurso*, foi o desconhecimento das movimentações do inventor paraense em Lisboa que acabou por confundir o historiador na sua análise da fonte.

Em suas análises sobre Madureira Pará, observamos que Barata faz uso de referências e transcrições de documentos originais relacionados a alguns eventos da vida do inventor sobre os quais falaremos mais à frente, tais como a *criação da Comissão de avaliação da Máquina* e do *embargo do Leilão da mobília de Madureira Pará*. Embora a qualidade de conservação desses documentos seja comparável a do *Discurso*, Barata cometeu pequenos erros na transcrição, tais como a grafia de “Dezerat” em vez de “Pezerat”, o sobrenome de um dos membros da Comissão, bem como a expressão “ricamopilia” em lugar de “rica mobília”. Além disso, ao transcrever uma outra parte do discurso, Barata incorreu em equívoco ao afirmar que a mulher mencionada por Madureira Pará como sendo sua mãe adotiva seria, na realidade, sua esposa.

O manuscrito original do *Discurso* pertence ao acervo da Biblioteca Nacional e pode ser consultado em sua versão microfilmada presencialmente, e foi a esta versão que tivemos acesso. Esse documento tem 37 páginas e está em péssimo estado, mesmo a sua versão microfilmada possui pelo menos 10 páginas que são quase impossíveis de serem lidas. A versão *online*⁶², talvez por conta da ferramenta utilizada na digitalização, é ainda mais difícil de ler do que a versão em microfilme.

João Francisco de Madureira Pará apresentou-se ao Imperador do Brasil, D. Pedro I, pouco mais de um mês após sua chegada à capital do Império do Brasil, o Rio de Janeiro. O seu discurso de apresentação consistiu em duas partes distintas. Na primeira parte, Madureira Pará proferiu intensas louvações ao Imperador, utilizando um texto que evocava a genealogia dos reis portugueses, entrelaçado com citações de pensadores gregos e romanos.

Na segunda parte, o inventor discorreu sobre sua trajetória de vida, desde o nascimento e abandono até a criação de sua tipografia. Ele também mencionou sua viagem para Portugal, onde se encontrou com o Rei D. João VI, pai de D. Pedro I, recebendo dele a “Comenda da Ordem de Cristo”, e finalmente, apresentou sua grande invenção, que o motivou a deslocar-se para o Rio de Janeiro a fim de colocá-la em prática sob a proteção do Imperador.

Em uma primeira análise, o discurso de Madureira Pará é escrito com uma retórica clássica que valoriza o uso de citações de grandes pensadores e a evocação da genealogia real

⁶² PARÁ, João Francisco de Madureira. **Discurso recitado na Alta Presença de Sua Majestade Imperial, Defensor Perpétuo e Constitucional do Brasil, o Senhor D. Pedro Primeiro**, em o dia 15 de julho de 1825, Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/bndigital2513/bndigital2513.pdf.

como estratégia de legitimação e persuasão. A escolha de enfatizar a importância do Imperador como protetor de sua invenção deixa evidente a crença do “inventor” no poder e na influência do monarca como chave para o sucesso e reconhecimento da sua criação.

Contudo, em uma investigação mais minuciosa, ao considerar que quando o inventor se apresentou perante as Cortes e o Rei D. João VI em Lisboa, ele o fez por meio da apropriação dos textos de Felipe Patroni, publicados na mesma cidade por Garção de Melo, nossa análise se concentrou, inicialmente, em qualquer referência que pudesse indicar que o *Discurso* também pudesse conter trechos retirados de outras obras. Com o auxílio das ferramentas de busca cada vez mais avançadas da *internet*, descobrimos não apenas outra ocorrência de plágio por parte de Madureira Pará, mas também novas informações e eventos que evidenciam a verdadeira extensão da genialidade do inventor, e até onde a sua “engenhosidade” em se movimentar nas redes criadas ao redor de sua “Máquina” conseguiu levá-lo.

Inicialmente, é possível verificar que, de fato, o texto elaborado por Madureira Pará não apresenta um sentido coerente, e Manuel Barata (1973) dizia que o motivo pelo qual o texto se encontrava desta maneira era por um “desequilíbrio” de Madureira Pará. Mas, na realidade, o texto parece estar sem coerência por se tratar de mais uma apropriação indevida, em outras palavras, o texto era resultante de mais um ato de plágio do inventor paraense.

Todas as 11 primeiras páginas do *Discurso* até o momento em que Madureira Pará começa a falar sobre o seu nascimento foram retiradas de um livro chamado *Ensaio de eloquencia sobre diversos assumptos interessantes*⁶³, publicado em Lisboa por Sebastião de Santo Antônio no ano de 1791, e o motivo que fez com que Manuel Barata não entendesse o texto foi o fato de Madureira Pará ter copiado vários discursos diferentes em um só. Seu texto é uma colcha de retalhos de discursos gregos, romanos e portugueses, Madureira Pará apenas fez algumas modificações para incluir no texto a figura de Pedro I.

No primeiro parágrafo do *Discurso*, Madureira Pará escreveu o seguinte:

Ainda que a virtude, imperial senhor, este dom celeste que caracteriza os homens no meio da multidão vulgar de seus semelhantes, tem sempre um atrativo que pede graciosamente as nossas homenagens, parece que o retoca com maior "viveza" nas pessoas que nos são mais interessantes. É então que, medida a sua utilidade, ou pela ideia que temos do emprego em que nos servem, ou pela aversão que deixam de si próprios os que lhe precederam, somos fáceis, e ainda apaixonados em lhes tributarmos todos os sinais de respeito à proporção do quanto nos lisonjeiam os seus benefícios (PARÁ, 1825, p. 1).

⁶³ SANTO ANTÔNIO, Sebastião de. **Ensaio de Eloquência sobre diversos assuntos interessantes**. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1791. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Ensaio_de_eloquencia_sobre_diversos_ass/HF1kNpMKOQwC?hl=pt-BR&gbpv=0.

E nas páginas 39 e 40 do *Ensaio de eloquência* temos o seguinte texto:

Ainda que a virtude, Senhores, este dom celeste, que caracteriza os homens no meio da multidão vulgar de seus semelhantes tem sempre hum attraiço, que pede graciosamente as nossas homenagens, parece que o retoca com maior viveza nas pessoas que nos são mais interessantes. He então que medida a sua utilidade, ou pela idea que temos do emprego em que nos fervem, ou pela aversão que deixão de si proprios os que lhes precederão, fomos faceis, e ainda apaixonados em lhes tributarmos todos os sinais de respeito á proporção do quanto nos lisonjeão os seus beneficios.

Na segunda página do *Discurso*, Madureira Pará escreveu a seguinte passagem:

O Imortal Virgílio, só bastaria o desenganar destas verdades, qualquer gênio presumido de austero, que desprezasse o merecimento encantador da Poesia!. Ainda quando se lhe chegassem armadas de tantas serpentes, como as que foram os cabelos das Fúrias, suflando todos para o terror dos viventes, surpreendidos destes monstros do Tártaro: Ah, elas adormeceriam todas alienadas tão docemente pelo harmonioso som da sua lira, como já tinha feito a águia de Júpiter depois de estufar as penas, fechar as pálpebras, reclinar a cabeça, esquecer mesmo a rapidez de seus voos ao toque da de Píndaro, de quem tomou perfeitamente a melodia (PARÁ, 1825, p. 2).

Este trecho foi retirado de outro discurso que consta no *Ensaio* na página 335:

Immortal Virgilio, tu só bastaria a desenganar destas verdades qualquer genio perfumado de austero, que desprezasse o merecimento encantador da Poefia. Chegado a ti armado de tantas serpentes, como as que forão os cabellos das Furias, fufando todas para terror dos viventes, fuprendidos destes monstros do Tártaro: ah! ellas adormecerião todas alienadas, tão docemente pelo harmoniofo som da tua Lyra, como já o tinha feito a aguia de Jupiter depois de entufar as pennas, fechar as palpebras, reclinar a cabeça, esquecer mesmo a rapidez de seus voos ao toque da de Pindaro de quem tomaste perfeitamente a melodia.

Nas quarta e quinta páginas do *Discurso*, Madureira Pará faz algumas modificações no texto para incluir o nome do Imperador:

como daria a conhecer estes que só aspiram a felicitar os que lhe deram o direito do nascimento e da eleição dos Povos na pessoa de seu primeiro avô, o piíssimo, e justíssimo Guerreiro Afonso Henriques, se é por este modo que ele magnifica um Príncipe, elevado na sua soberania ao ponto de parecer arrogante, apesar da sua natural sempre esperada afabilidade, quanto exaltaria aos que se humanizam, sem que os mesmo súditos possam lembrar-se de outros modos mais gratos ao tempo de lhes ouvirem as próprias precisões? Se é tão sublimemente que ele fala de César, como falaria do Imortal Pedro Primeiro!! Ah! Soberano Senhor, é evidente o quanto os brasileiros honrados se regozijam, pronunciando os ternos nomes da Soberana Família Imperial de todo o Brasil, tão digno da poesia do maior dos Poetas, e de outros que o mundo, e principalmente o nosso clima sempre fecundo em raros gênios possam produzir (PARÁ, 1825, p. 4-5).

O texto plagiado pelo inventor está na página 339 do *Ensaio*:

como daria a conhecer estes, que só aspiram a felicitar as que lhes deram o direito do nascimento, e da eleição dos povos na pessoa de seu primeiro Avô, o piíllimo, e justíllimo Guerreiro Affonso Henriques; se he por este modo que elle magnifica hum

Príncipe elevado na sua soberania ao ponto de parecer arrogante; apesar da sua natural sempre espera da afabilidade; quanto exaltaria aos que se humanisam, sem que os mesmos vassallos possam lembrar-se de outros modos mais gratos ao tempo de lhes ouvirem as próprias precisões? Se he tão sublimemente que elle falla de César, como fallaria de... Ah! Senhores, dizei-o vós mesmos: honrai-vos, e regozijai-vos, pronunciando os ternos nomes da soberana Família Real de toda a Lusitânia, tão dignos da Poesia do maior dos Poetas, e de outros, que o mundo, e particularmente o nosso clima sempre fecundo em raros genios possam produzir.

Para concluir, foi possível constatar que, em seu discurso diante do Imperador, Madureira Pará empregou pelo menos seis discursos diferentes que foram copiados, modificados e aglutinados em um conjunto de 11 páginas. Tal procedimento conduziu a um texto sem muito sentido lógico, de acordo com Manuel Barata, por misturar textos provenientes de diferentes eras, localidades e contextos. E essa prática de plágio vai se estender para outros escritos do inventor, tais como artigos de jornais e livros.

Assim como havia feito em Portugal, Madureira Pará discorreu sobre sua vida, desde o momento em que foi abandonado até seus trabalhos na Igreja da Sé de Belém e sua ocupação como Amanuense, também relatando a sua viagem a Lisboa, apresentando modificações no texto que antes havia sido apresentado para D. João VI, pois no novo contexto imperial, Madureira Pará agora se colocava no texto ao lado dos brasileiros, tendo em vista que em Lisboa ele precisou alinhar-se aos portugueses.

Por isso, a sua narrativa enfatiza a importância da constituição do Império brasileiro, desmerecendo a constituição portuguesa que antes era exaltada, e da mesma forma, ele altera a descrição dos capitães Moura e Villaça, que antes foram apresentados como “heróis”, e agora eram chamados de “déspotas”, tal estratégia de Madureira Pará objetivava alcançar, para si e para a sua Máquina, a proteção do Imperador Pedro I, mediante uma narrativa de “amor à sua nova pátria”.

Ainda ocorre até aqui um fato que já destacamos antes, as poucas informações que temos sobre as *estranhas movimentações* de Madureira Pará em Portugal são narradas pelo próprio inventor, ele ainda detém o “monopólio da palavra” sobre as suas ações, é daí que derivam as narrativas heróicas e trágicas sobre a sua vida que foram escritas por historiadores ao longo dos séculos XIX e XX, já que alguns pontos da sua história poderiam passar despercebidos por conta de uma análise de fontes que ainda não havia se modificado com o advento da *internet* e seus motores de busca. Dessa forma, é possível que alguns pontos relevantes da trajetória de Madureira Pará tenham sido subestimados, superestimados e ignorados.

Na sequência do seu *Discurso*, Madureira Pará narrou para Pedro I os encontros que teve com D. João VI, pai do Imperador, e sobre os problemas que enfrentava em Lisboa quando ainda, segundo ele, estava buscando se especializar na operação de sua tipografia:

Durante a continuação de tantos sofrimentos, tive lugar de preparar e oferecer a S. Majestade, como prova de um verdadeiro amor filial, um mimo, cuja delicadeza e singularidade foi credora de sua Real Atensão, não só tive a felicidade de que S. Majestade se dignou aceitá-lo, como também de me agradecer com aquela afabilidade paternal, de que só a sua Grande Alma seria capaz, chegando até a louvar a minha tênue habilidade. Não fizera jus a sua grandeza! S. Majestade quis estender mais longe os raios de sua Real Beneficência, e gratidão, dizendo-me que não só atendendo ao que eu lhe havia representado, sobre os meus trabalhos, e sacrifícios, em pró da Pátria, de que estava bem ciente, como por efeito de Sua Real Gratidão, me fazia Cavaleiro da Ordem, e que tratasse de haver os meus diplomas da competente Secretária; beijei a mão de S. Majestade, por graça tão relevante, e que eu na verdade não merecia, e retirando-me executei o que me determinara. (PARÁ, 1825, p. 22)

Madureira Pará (1825) menciona ter recebido a honraria com grande satisfação, mas depois relata que, ao se encontrar novamente com D. João VI, este lhe perguntou se já havia recebido os diplomas da sua nomeação. Com tristeza, o inventor informou ao Rei que ainda não havia recebido o documento, revelando que a causa do atraso na entrega do diploma se deu pela recusa de um dos ministros em emitir o documento. Apesar disso, Madureira Pará relata que o próprio Rei de Portugal interveio na situação, e que depois de alguns meses ele recebeu o seu diploma em casa, e cheio de felicidade, Madureira Pará descreve ter enviado uma carta para D. João VI agradecendo a concessão da honraria. Nas páginas finais do *Discurso*, Madureira Pará oferece ao Imperador o seu “invento” e pede para que ele lhe conceda a honra de usar a comenda da Ordem de Cristo no Rio de Janeiro:

Vi-me pois, Soberano Senhor, oprimido por todos os lados, por uma total falta de providências; porém como o meu foco sempre foi o grande desejo de ser útil a minha Pátria, servindo ao Soberano; vi-me obrigado a escolher uma outra causa, em que satisfizesse o meu primeiro desejo; para o que lancei mão daquele objeto que me pareceu de maior utilidade, cuja importância (se merecer a atensão de V. Imperial Majestade) não tem limites. Não só por que tivesse sofrido na dilatada viagem que fiz para Lisboa, mais de vinte dias de calmarias, chegando as mais das vezes ao ponto de se perder o governo do leme, em multiplicados ventos contrários, forçosos motivos estes de que por assim compor aquela derrota, como também por que já tinha em vista o buscar um meio de fazer boa a sorte dos meus Compatriotas, cujos se fazem dignos de toda a contemplação, por que até a minha saída daquele Porto. Sim, Imperial Senhor, a imortal glória que hoje consigo, me anima a que deposite nas mesmas mãos que beijo, o meu coração, e com ele a mesma Graça que o Augusto Pai de V. I. Majestade a quem tanto respeito, se dignou conferir-me por decreto de oito de julho de mil oitocentos e vinte e três, quando ainda o Pará lhe pertencia; para que a julgue segundo for do seu Imperial Agrado. Portanto, I. Senhor, eu me cubro, como Leal Brasileiro debaixo da sombra impenetrável de Vossa Imperial Beneficência, na firme certeza de que serei olhado com desprezo, por aquele que é o primeiro em todos os princípios, e o último em todos os fins. (PARÁ, 1825, p. 31)

Madureira Pará colocou no trecho acima a data do decreto que o consagrou cavaleiro, para mostrar ao Imperador que, como havia recebido a graça antes do Pará se tornar independente de Portugal, ele tinha certa validade no Brasil, e o historiador Manuel Barata, na sua obra *Efemérides Paraenses*, colocou entre os muitos documentos que compõem o livro, a descrição do decreto recebido por Madureira Pará que o fez “Cavaleiro da Ordem de Cristo”. Contudo, isso é uma mentira do inventor, pois não existe decreto nenhum, João Francisco de Madureira Pará nunca recebeu o *Hábito da Ordem de Cristo*.

Para falarmos sobre isso, vamos voltar um pouco no texto do *Discurso* para o momento em que Madureira Pará (1825) narrou que havia feito alguns requerimentos para as Cortes de Lisboa ainda em relação à sua tipografia. O inventor diz que as Cortes exigiram informações do governo do Pará sobre os seus trabalhos e seu “patriotismo”, mas que após a chegada dos documentos, estes ficaram retidos no *Tesouro Público* e que nunca foram avaliados e nem mesmo foram entregues ao inventor quando este se retirou para o Rio de Janeiro.

Entretanto, Madureira Pará mentiu ao dizer que os seus documentos não lhe foram entregues antes que ele viajasse para o Rio de Janeiro, pois não só ele estava de posse dos documentos, como os mesmos hoje fazem parte do acervo da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional⁶⁴. Os dois documentos que nos interessam desta coleção são um *Atestado passado a favor de João Francisco de Madureira*⁶⁵, assinado por Giraldo José de Abreu, e dois ofícios enviados por Madureira Pará ao Ministério do Império, solicitando uma “licença” para que ele pudesse usar, no Rio de Janeiro, a condecoração da Ordem de Cristo⁶⁶.

E por qual motivo Madureira Pará mentiu no seu discurso sobre não ter recebido os documentos solicitados pelas Cortes sobre os seus trabalhos em Belém? Foi porque ele apresentou ao Ministério do Império estes mesmos documentos a nível comprobatório de que ele havia recebido das mãos de D. João VI o hábito da Ordem de Cristo. Contudo, Madureira Pará cometeu aqui dois erros fundamentais: primeiramente, ele não levou em consideração que a apresentação do diploma da Ordem de Cristo, juntamente com a jóia, já era suficiente

⁶⁴ Provisão do bispo do Pará, concedendo o cargo de adido à Igreja Paroquial da Sé, provisão do presidente do governo, conde de Vila Flor, concedendo o lugar de amanuense da contadoria da junta da fazenda, e requerimento, impresso, pedindo licença para fundar uma imprensa] [Manuscrito]. Pará : [s.n.], 1813-1825. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=104648.

⁶⁵ ABREU, Giraldo José de. **Atestado passado a favor de João Francisco de Madureira**. Documento textual. Localização: Manuscritos. Número de chamada: I-03,16,040. Coleção José Carlos Rodrigues. Publicação: Lisboa: 30/08/1822.

⁶⁶ PARÁ, João Francisco de Madureira. **Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando mercê do Hábito da Ordem de Cristo**. Documento Textual. Localização: Manuscritos. Número de chamada: C-0750,020. Documentos biográficos. Publicação: 1825.

para comprovar a concessão da honraria; e em segundo lugar, ele ignorou o fato de que a maioria dos membros do primeiro escalão do governo imperial eram Cavaleiros da Ordem de Cristo, e estavam, assim, familiarizados com os procedimentos necessários para a concessão da honraria, realizada pela *Mesa de Consciência e Ordens* em Lisboa, e que começava pela *Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo*, documento este que Madureira Pará não possuía.

Por ora, vamos manter em suspenso, por um momento, o nosso julgamento acerca desta mentira de Madureira Pará, afinal, ele poderia ter sim recebido a mercê, ter um diploma e o documento da diligência de habilitação, e todos estes documentos podem ter sido perdidos, da mesma forma que outros ao longo de sua história. Dessa forma, é necessário questionar se Madureira Pará tinha o direito de receber tal mercê, para, tentar entender se ele estava tentando enganar o governo imperial. Vamos então, descrever, de forma resumida, todo o processo que precisava ser feito para que alguém recebesse a mercê da Ordem de Cristo.

Para se tornar um cavaleiro da Ordem de Cristo, além da exigência de “Limpeza de sangue”, outros dois requisitos eram estabelecidos, a saber: a prestação de serviços à Coroa e a habilitação pela Mesa de Consciência e Ordens. A obtenção da mercê do hábito de Cristo era concedida como recompensa/remuneração da Coroa portuguesa aos candidatos que haviam prestado serviços relevantes. Após a concessão da mercê e o registro no *Registro Geral de Mercês*, os candidatos precisavam ser habilitados pela *Mesa de Consciência e Ordens* para serem armados Cavaleiros, para isso, eles tinham que provar que não possuíam "defeito de mecânica", ou seja, que não haviam vivido do trabalho de suas próprias mãos, o que se estendia também aos pais e avós dos candidatos. A *Mesa de Consciência e Ordens* coletava depoimentos acerca das origens dos candidatos em várias partes do Império português e, não obstante, era possível obter uma licença para realizar os interrogatórios em Lisboa com pessoas que tivessem tido relações com os candidatos, mediante petição. Normalmente, quem conduzia as *provanças* em âmbito local eram os comissários da Ordem de Cristo⁶⁷. A “limpeza de sangue” consistia na exigência de que os candidatos comprovassem a ausência de descendência de raças consideradas “infectas”, como mouros, judeus, negros, mulatos e gentios.

⁶⁷ RODRIGUES, Aldair Carlos. **Os processos de habilitação**: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro. Revista Fontes, Guarulhos, SP, Brasil, 2014 - ISSN: 2359-2648. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9182>.

Resumindo ainda mais o processo, para receber a mercê da Ordem de Cristo, além da limpeza de sangue, era necessário comprovar a limpeza de ofício, ou seja, a ausência de trabalho manual, idade entre 18 e 50 anos, ser filho legítimo e não possuir ascendentes condenados pelo Santo Ofício. Neste caso, João Francisco de Madureira Pará teria grandes dificuldades para comprovar tais requisitos, já que ele não podia provar a limpeza de seu sangue, uma vez que não era filho legítimo, tampouco a sua limpeza de ofício, tendo trabalhado como amanuense e tipógrafo. Ademais, Madureira Pará não escondeu tais informações em seu discurso, o que resultou na negação de seu diploma pelo Ministério do Império, conforme veremos no decorrer deste trabalho, seguido de suas reclamações acerca da decisão do Ministro.

Para encerrar a questão em análise, atualmente é possível realizar pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por meio da *internet*, sobre todas as *Diligências de Habilitação para a Ordem de Cristo*⁶⁸, desde 1564 até 1833, já que uma parte significativa desses documentos encontra-se digitalizada e disponível para consulta online e as diligências estão organizadas de forma cronológica e alfabética. Durante as pesquisas realizadas para esta dissertação, não se constatou a existência de nenhuma diligência datada de 8 de julho de 1823 ou em nome de João Francisco de Madureira Pará. O decreto mencionado por Manuel Barata na obra “Efemérides” não existe e trata-se de uma mentira de Madureira Pará amparada em documentos falsos.

Após passarmos pela sua “obtenção” do título de “Cavaleiro da Ordem de Cristo” e se dizendo “oprimido por todos os lados, por uma total falta de providências”, vamos ler o que Madureira Pará relatou sobre como se deu a *descoberta* da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, dizendo ser compelido a buscar uma nova causa, que pudesse satisfazer um anseio primordial. Para tal, ele recorreu a um objeto que lhe pareceu de grande utilidade e cuja importância, se merecesse a atenção de Pedro I, seria imensurável, e narra como enfrentou inúmeros obstáculos na sua viagem de mais de vinte dias, saindo de Belém rumo a Lisboa, sofrendo de calmarias e ventos contrários que, por vezes, ameaçaram o controle do leme da embarcação. Tais adversidades, segundo Madureira Pará, foram determinantes para que ele escolhesse o seu novo propósito, buscando uma maneira de melhorar a sorte de seus conterrâneos, que eram dignos de toda a sua contemplação.

⁶⁸ **Habilitações para a Ordem De Cristo.** Nível de descrição: Série. Código de referência: pt/tt/mco/A-C/002. Tipo de título: Formal. Datas de produção: 1564 A 1833. Dimensão e suporte: 345 Maços. Extensões: 345 Maços. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223379>.

Madureira Pará seguiu em seu *Discurso*, afirmando ao Imperador que o seu *amor pela Pátria* o conduziu ao árduo caminho da especulação. Seu objetivo era buscar entre as causas desconhecidas uma solução capaz de prevenir um mal tão conhecido, trivial e prejudicial à humanidade, esse mal que, segundo ele, está inseparavelmente ligado ao Mar, seja pelo vento contrário ou pela calmaria; e que tais elementos são inerentes às viagens trabalhosas no interior da região amazônica, onde os altos arvoredos impedem a concorrência dos ventos, e a navegação é feita apenas através da força dos braços e dos remos. Além disso, diz ele, esses elementos são também inseparáveis do mar alto, já que quando um é favorável a um grupo, é contrário a outro; e finaliza dizendo que importância dessas descobertas é bastante evidente, e qualquer avaliador imparcial poderia reconhecer o seu mérito.

Na sequência, Madureira Pará diz ter sido “escolhido por Deus” para descobrir aquilo que havia negado para os “maiores homens” que, incansavelmente, tinham buscado incursionar por esse campo, apoiados em suas vastas literaturas, impulsionados pela fama e pelos avantajados prêmios que são propostos desde tempos imemoriais ao primeiro que conseguir a sorte de “descobrir alguma indústria capaz de tornar prósperos os ventos contrários e transformar os ponteiros em bonançosos, seja por meio de bolsos nas velas ou por algum outro meio” (PARÁ, 1825, p. 24-25); e assim, depois de jurar novamente seu “amor pela Pátria”, diz ele que:

[fez] um requerimento a Junta do Comércio de Lisboa, mostrando que tinha descoberto dois Inventos, para melhorar a navegação, capazes de a elevar ao maior apuro, os quais são; um para fazer navegar as embarcações com todos os ventos em linha reta, sem sofrerem a menor dificuldade, ainda mesmo nas saídas ou entradas dos portos; outro para fazer-las navegar sem vento, e sem vapor nas Calmarias, sem que estas lhe impeçam o andamento, antes fazendo uma próspera viagem, como se faria na ocorrência de bons ventos; além das inumeráveis vantagens que lhes são anexas (PARÁ, 1825, p. 25).

Esta passagem, que também consta no livro de Manuel Barata, apresenta a primeira descrição feita por Madureira Pará das duas peças que compõem a sua “Máquina”. No entanto, Madureira Pará apenas menciona o que elas podem fazer na ideia do inventor, sem fornecer um desenho das peças ou uma descrição técnica de seu funcionamento ou montagem. Ele apenas relatou que, após não ter obtido atendimento da Junta, continuou com seus trabalhos e construiu um modelo da máquina, descobrindo algumas dificuldades que poderiam impedir sua prática. Depois de fazer algumas modificações, melhorou o modelo e gostaria de apresentá-lo ao Imperador, se ele concedesse essa graça. Madureira Pará conclui dizendo que a despesa feita na fabricação do modelo foi além de suas posses naquele momento em Lisboa.

Devido à falta de informações detalhadas sobre o invento de Madureira Pará, alguns historiadores, em especial o militar Alves da Cunha, optaram por destacar o aspecto patriótico presente em seu discurso. O amor pela pátria, a exaltação de Pedro I como salvador do Brasil e a descrição do Pará como uma “terra arrasada” pelos governos despóticos foram alvo de análises, enquanto a “Máquina” permanecia esquecida. Entretanto, não se deve atribuir aos historiadores a responsabilidade por essa lacuna, pois tal estratégia foi adotada pelo próprio inventor, como ele afirmou posteriormente, caso divulgasse mais informações sobre sua invenção, correria o risco de ter a sua ideia roubada.

No entanto, é possível observar que esta atitude de João Francisco de Madureira Pará, e que perdurou por muitos anos, tinha como intuito ocultar o “grande segredo” por trás de sua invenção. Este segredo consiste no fato de que a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” não apenas era uma quimera, como também sequer foi inventada por ele, de fato. Ele diz ter medo que a sua ideia seja roubada, quando, na realidade, ele tem medo que descubram que ele se apropriou da criação de outro inventor e a apresentou à Junta de Comércio de Lisboa como se fosse uma descoberta de sua autoria.

Esta dissertação é o resultado de 12 anos de pesquisa em que foram identificados certos padrões na escrita de Madureira Pará nos diversos textos que publicou sobre a “Máquina”. Ele sempre buscava ocultar o “segredo” do invento, utilizando a mesma descrição em todos os textos: sua criação consistia em permitir a uma embarcação “navegar nas calmarias e fazer prósperos os ventos contrários”. Contudo, em seu *Discurso*, quando falou sobre a “Máquina”, Madureira Pará acrescentou uma frase que não havia sido observada por nós em nenhum dos seus escritos anteriores: “converter em bonanzosos os ponteiros, ou já por meio de bolsos nas velas”. Já conhecedores dos problemas do *Discurso* de Madureira Pará em relação a textos plagiados, mentiras sobre a sua vida, e uso de documentos falsos, obviamente que uma frase nunca antes usada pelo inventor iria chamar a nossa atenção. Abaixo está o trecho completo, como foi escrito por Madureira Pará no *Discurso*:

Dignando-se pois o Providente descobrir-me, é mostra-me aquilo mesmo que tem ocultado aos maiores homens, que o tem buscado com ardor, já apoiados em suas vastas literaturas, como impelidos pela fama, e pelos avantajados prêmios que se tem proposto desde tempo imemorial, ao primeiro que tiver a felicidade achar alguma Indústria com que fazer prósperos os ventos contrários e converter em bonanzosos os ponteiros, ou já por meio de bolsos nas velas, ou por algum outro, os quais por mais que tenham quebrado as cabeças, o não tem conseguido mais do que com os bordos ou rodeios no mar, por meio da boleina, e nos portos, para as esperas de determinadas monções há que apelam; como é evidente (PARÁ, 1825, p. 25).

É imprescindível, mais uma vez, mencionar que as descobertas realizadas neste estudo foram possíveis devido aos avanços tecnológicos no campo da pesquisa digital em história, bem como à criação de bibliotecas e hemerotecas digitais e ao aprimoramento da busca por palavras-chave. Essas melhorias permitiram que o número de fontes sobre João Francisco de Madureira Pará, objeto de estudo desta dissertação, aumentasse consideravelmente. Em 2011, apenas uma fonte estava disponível, mas esse número foi elevado para 40 em 2014 e, em 2023, superou 300, englobando uma grande variedade de acervos, tais como livros, documentos, ofícios imperiais e uma grande quantidade de periódicos. No entanto, a descoberta de que a invenção da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” não era de autoria de Madureira Pará ocorreu por meio de uma rápida pesquisa no Google. Ao copiar e colar a frase específica na ferramenta de busca foi possível identificar prontamente a passagem que comprova tal fato:

Mui debatido argumento e matéria de grandes discursos tem sido de indagar alguma indústria com que fazer prósperos os ventos contrários, e converter em bonanzosos os ponteiros; ou já por meio de bolsos nas velas, ou algum outro, mas por mais que se quebrem as cabeças, não tem para onde apelar mais que para os bordos, ou rodeios, e para as esperas de determinadas monções, mais prósperas em certas estações do ano.⁶⁹

A ideia inicial para a criação da “Máquina”, e que posteriormente foi usurpada por João Francisco de Madureira Pará, é obra do padre jesuíta português João Daniel, nascido na cidade de Vizeu, em Portugal, no ano de 1722. Entre os anos de 1741 e 1757, João Daniel viveu em Belém e foi missionário na Amazônia. Em 1757, foi preso pelo governo português, transferido para a metrópole e enviado ao Forte de Almeida, e posteriormente para a Torre de São Julião, onde faleceu em 19 de janeiro de 1776. Durante o período de sua prisão, o padre escreveu o manuscrito *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, dividido em seis partes, que descreve a vida na Amazônia nos séculos XVII e XVIII, incluindo sua fauna, flora, cultura, saberes, mitos e costumes. A obra é finalizada com ideias de máquinas que poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento da região, apresentadas na Sexta Parte do livro.

Para falar um pouco mais sobre esta obra de João Daniel, e de como João Francisco de Madureira Pará pode ter tido acesso a ela, vamos voltar um pouco no tempo, para o ano de 1808, que marca a chegada da Família Real Portuguesa no Brasil. A história é amplamente conhecida, mas cabe fazer um pequeno relato aqui. Fugindo do exército de Napoleão e protegido pela Marinha Inglesa, o Príncipe-Regente D. João VI transferiu toda a corte de

⁶⁹ DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Amazonas*. v. 2, Rio de Janeiro, Contraponto, 2004, p. 547.

Lisboa para o Rio de Janeiro, tornando o Brasil o novo centro do governo português. Foram necessários oito naus, três fragatas, três brigues e duas escunas para o transporte. Outros quatro navios da esquadra britânica acompanharam a corte. Além de milhares de pessoas, foram trazidos para o Brasil móveis, documentos, dinheiro, obras de arte e todo o acervo da Real Biblioteca de Portugal foi transferido de Lisboa para o Rio de Janeiro. O acervo inicial de 60 mil volumes era composto por livros, mapas, manuscritos, estampas e medalhas e foi a origem da atual Biblioteca Nacional.

No meio destes volumes estava a obra já citada, o famoso códice manuscrito feito pelo padre jesuíta João Daniel — *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas* — que ainda hoje é peça integrante do valioso acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional. O Padre João Daniel dividiu o seu manuscrito em seis partes, das quais cinco estão no códice existente nesta Biblioteca, mas a sua sexta parte, e uma outra versão da quinta parte, ficaram em Portugal, no acervo da Biblioteca de Évora.

Uma edição da outra quinta parte, a pertencente à Biblioteca de Évora, foi publicada no Rio de Janeiro em 1820, cinco anos antes da chegada de Madureira Pará, pela *Imprensa Régia*. Em 1840, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen publicou a segunda parte, em uma série de volumes da Revista do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, e, na opinião de Varnhagen, esta era a parte mais relevante da obra de João Daniel, e fez várias sugestões para que a obra fosse publicada de forma integral, o que aconteceu apenas em 1976, após a Biblioteca Nacional receber da Biblioteca de Évora as versões em microfilme da quinta e da sexta parte⁷⁰.

Entretanto, a indicação de Varnhagen é contrária a do próprio João Daniel, que diz que a parte mais importante do *tesouro* é a *sexta*, e que todas as outras levam até ela. Os Anais da Biblioteca Nacional⁷¹, onde a obra foi publicada em dois volumes, contam que esta parte foi remetida pelo autor ao Frei Gregório José Viegas, que era seu sobrinho, e este doou os manuscritos para o seu mestre, o Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, que depois fez a sua doação à Biblioteca de Évora, quando ainda era bispo da mesma cidade. Na passagem abaixo, que consta ao final da quinta parte, João Daniel fala sobre a importância da sexta parte, e explica também porque ela foi separada das cinco outras:

Muitas outras advertências se podiam dar aos novos povoadores do Amazonas sobre a mesma matéria, e método da melhor, e mais própria, economia daquelas terras, e

⁷⁰ SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. **Dos cometas do nordeste aos tesouros da Amazônia: Os jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no contexto das Ciências Naturais do século XVIII**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em História, 2006.

⁷¹ **Anais da Biblioteca Nacional**, Vol. 95, Tomo 1, 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1975_A00095.pdf.

suas riquezas; porém reservando-as ou para melhor tempo, se Deus for servido dá-lo, ou para outros curiosos, dos muitas que têm vivido, e sabem muito bem as suas melhores conveniências, acabo já esta quinta e última parte do *Tesouro descoberto no rio Amazonas*. Chamo-lhe última sendo esta a 5^o; porque como a 6^o, não obstante ser a principal, trata de vários inventos, engenhos, e fábricas indiferentes a todo o mundo, porque a todo mundo são igualmente úteis, fica reservada para tratado à parte, e para outra melhor ocasião se Deus a der. (DANIEL, 2004, p. 540)

Esta dissertação não tem como objetivo abordar a vida do Padre João Daniel enquanto missionário na Amazônia e tampouco o período em que esteve aprisionado em Portugal, ocasião em que escreveu o seu *Tesouro*. Acerca desses temas, muito já foi discutido em inúmeros escritos, artigos, teses e revistas, sendo que alguns deles estão referenciados nas notas de rodapé que acompanham este texto. Nossa intenção, quanto a isso, em primeiro lugar, é chamar atenção para o fato de que a sexta parte da obra é comumente negligenciada por grande parte dos estudiosos que escreveram sobre o Tesouro de João Daniel, incluindo Varnhagen, que tomou para si a decisão de declarar qual seria a parte mais relevante da obra, ignorando, dessa forma, a perspectiva do próprio autor. Na introdução da versão do livro de João Daniel, publicada em 2004, Vicente Salles apresenta notáveis relações da obra com a música e com escritos ficcionais. Todavia, Salles dedica apenas dois parágrafos, em 25 páginas, para tratar da sexta parte da obra.

Consideramos que talvez o tempo em que esta última parte ficou oculta possa ter influenciado as escassas referências feitas a ela, já que todos os inventos, engenhos e fábricas descritos por João Daniel podem ter se tornado tecnologicamente ultrapassados ou inviáveis de serem produzidos e utilizados. De fato, somente 200 anos após ter sido escrita, esta última parte da obra tornou-se conhecida no Brasil. Entretanto, questiona-se o que teria acontecido caso alguém a tivesse descoberto anteriormente, ou se algum indivíduo que não fosse o próprio padre tivesse tentado colocar tais inventos em prática.

Ao final de seu manuscrito, João Daniel deixa transparecer sua expectativa em relação à possibilidade de que *algum curioso* pudesse fazer experiências com os seus inventos ao falar sobre os novos equipamentos que havia desenvolvido para o corte de madeira. Por conseguinte, Daniel expressa sua crença de que havia ainda outras aplicações potenciais da matéria-prima, mas reconhece, no entanto, que suas observações se limitam a notas de campo, esperando que, em algum momento no futuro, sua obra possa ser utilizada por outros pesquisadores que possam comparar suas reflexões com a experiência prática (DANIEL, 2004, p. 617).

Na última página do manuscrito, João Daniel fornece esclarecimentos adicionais sobre a razão pela qual separou a sexta parte do restante da obra, além de expressar a esperança de ser libertado. Ele também explica seus planos para explorar seus inventos, destacando a importância de povoar a região e desfrutar dela de forma eficiente, o que, segundo ele, é um compromisso essencial dos senhores na época. Na quinta parte, ele apresenta um método excelente para atingir esses objetivos; enquanto, na sexta parte, ele apresenta um método curioso para navegar no rio com facilidade e conveniência, superando os ventos contrários e as calmarias, e permitindo uma boa viagem mesmo sem remadores ou vento favorável. Não suficiente, João Daniel apresentou outros inventos “curiosos e úteis para os habitantes da região”.

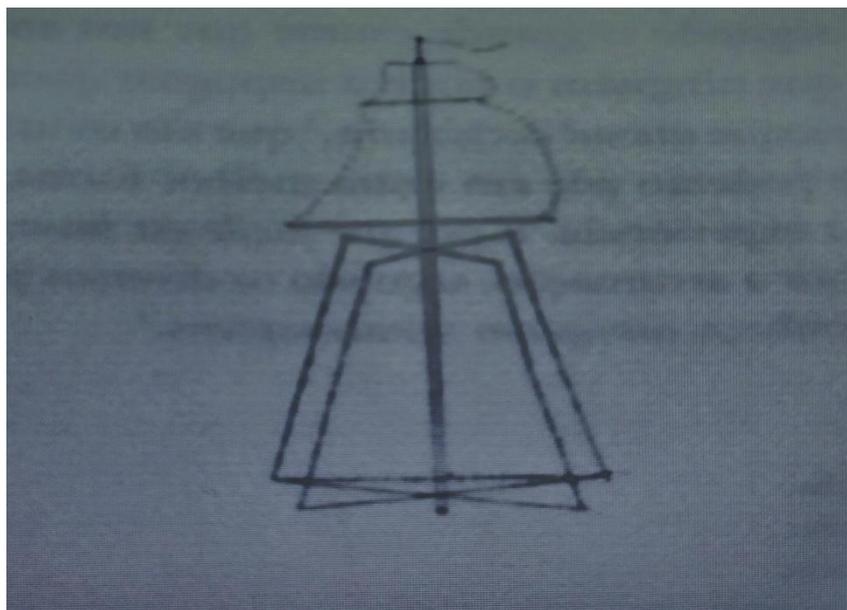
Embora os inventos descritos na “Parte Sexta” possam “ser úteis para o mundo todo”, João Daniel os separou neste tratado para dar-lhes melhor forma, incluindo outros inventos relacionados. Ele destacou a necessidade de cautela no exame dos inventos, para que os consultores não os divulguem sem autorização. E se, nas suas palavras, a prática corresponder à teoria, João Daniel sugeriu a obtenção de alvará de privilégio para proteger seus inventos, além de arrendar o privilégio de navegar com o novo método para uma única pessoa no rio Tejo, no rio Amazonas do Pará e no Maranhão (DANIEL, 2004, p. 622).

Ao contrário de Madureira Pará, que tentou de várias formas esconder a sua “Máquina”, o Padre João Daniel, no *Manuscrito de Évora*, descreve os dois inventos com muitos detalhes, até mesmo fornecendo os desenhos das máquinas. O verdadeiro criador da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” descreve as peças da seguinte maneira:

Consiste pois todo o invento só em duas indústrias dependentes uma da outra de sorte que nenhuma delas sem a outra vale de coisa alguma, e são velas e remos; as velas para moverem os remos, e estes para puxarem os navios. O que suposto, toda a dificuldade está na qualidade, e feitio das velas, que são o cardo rei do invento, porque devem ser velas de tal feitio, e de tal sorte postas, e dispostas, que sejam totalmente indiferentes para toda a variedade de ventos, e por consequência muito dessemelhantes às velas antigas; antes muitas vezes se largaram umas, e outras e todas juntas levarão melhor os vasos. (DANIEL, 2004, p. 548)

Após este parágrafo, ele inicia a explicação das duas peças por três métodos, um especulativo, onde fala sobre a ideia da peça, como ela deveria ser feita e como deveria funcionar; o método mecânico, que consiste na sua montagem dentro do navio, as adaptações que devem ser feitas e algumas soluções para pequenos problemas que podem surgir; e, por último, o método compendioso, que descreve como deve ser a operação do navio, já com a peça colocada nele, em alto mar. Vamos à descrição feita pelo inventor da forma de fabricação das velas *dobaduras*, seguida de um desenho feito por ele no *Manuscrito*:

Devem pois ser estas velas, para serem expostas a toda a variedade de ventos, semelhantes às rodas das fiandeiras, chamadas *dobadouras*, que andam à roda dos mesmos eixos, em que se sustentam. Da mesma sorte pois estas novas velas hão de andar à roda de seus eixos, que são os mastros; e deste seu moto feíto e semelhança, chamaremos *velas dobadouras* para distinção das velas antigas. De cujo motor circular já os leitores inferem: 1-Que estas *dobadouras* não devem estar firmes em alguns mastros, como as antigas, mas antes hão de girar à roda deles com regular moto mais ou menos ligeiras, segundo o maior, ou menor impulso dos ventos. (DANIEL, 2004, p. 548)



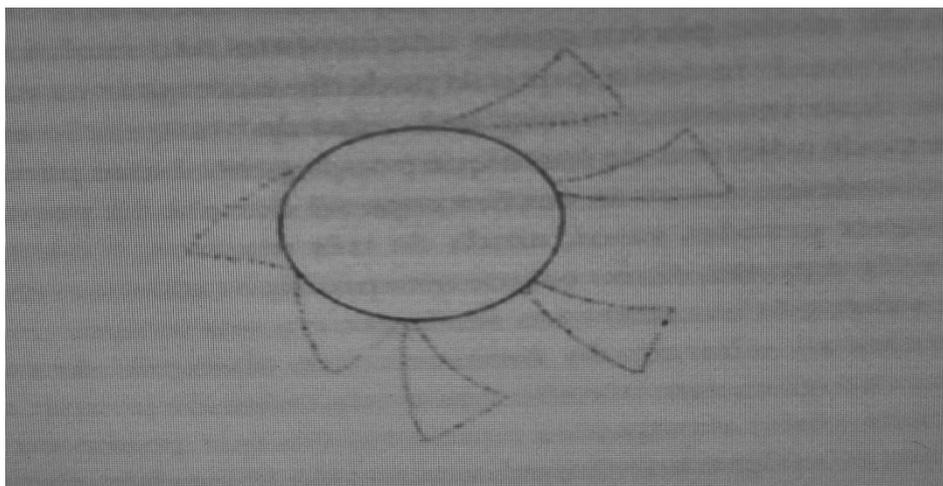
Desenho das *velas dobadouras*, de João Daniel, 2004, p. 548.

A segunda peça do invento de João Daniel era chamada por ele de *roda com orelhas*, e foi pensada originalmente para substituir as velas *dobadouras*. O Padre a descreve da seguinte forma:

Sendo tão útil o 1º invento para a navegação, por dar ideia aos mareantes de encurtarem as viagens por terem prósperos todos os ventos, ainda é mais útil, e curioso, este 2º por dar indústria muito fácil para navegar sem ventos, porque o primeiro é sim muito útil, mas depende de ventos e este segundo posto que também pode servir para quando há ventos, tem de mais a conveniência de servir para quando não os há, ou nas calmarias, fazendo nela tão boa, próspera e ligeira viagem, como se faria na ocorrência dos bons ventos... *em lugar das dobadouras*, se ponha uma roda de peso proporcionado, suspensa em duas colunatas com suas orelhas proporcionadas de uma, e outra parte para se poder mover, como têm todas as rodas de mão arqueadas ambas, ou para a mesma parte, ou melhor encontradas, isto é uma orelha para cima, e outra para baixo (DANIEL, 2004, p. 557-558).

Este segundo invento é muito bem explicado por João Daniel, ele fala sobre a forma, o peso, o tamanho que deveria ser diferente para cada tipo de embarcação, de que maneira ela movimentava os remos, e finaliza a sua descrição com um desenho da *roda*:

É uma roda por modo de arco; a roda na parte de fora tem seis dobradiças, que abrem ao descer, e fecham ao subir, reguladas de sorte que uma cheguem às outras. No fim, ou remate de cada dobradiça, se ponha uma maça de ferro de 8 libras, ou meia arroba; sendo de meia arroba, fazem em todas a conta de 3 arrobas, porém pode ser mais, ou menos, à vontade de cada um; e como essas dobradiças por si abrem ao descer, com o seu peso vão impelindo a roda na sua mesma circulação, ao modo dos gatos com fogo no rabo, que lhes serve de estímulo para mais correrem. Pelo contrário, quando sobem se vão unindo à mesma roda, cuja figura é a seguinte (DANIEL, 2004, p. 558-559).



Desenho das *rodas com orelhas*, de João Daniel, 2004, p. 559.

O jesuíta João Daniel primeiro anteviu que algum curioso poderia ter acesso aos seus inventos e fazer as experiências, e depois descreveu a melhor forma para explorá-los e, em um acaso do destino, o que achamos que o Padre creditaria como obra de Deus, isso realmente aconteceu, alguém encontrou a Parte Sexta muito antes que qualquer historiador brasileiro soubesse da sua existência, fez as suas experiências, não falou sobre o invento, não o divulgou, e em Portugal seguiu os ditames do padre ao pedir alvará de privilégio.

Este curioso, profetizado por João Daniel, foi João Francisco de Madureira Pará que, relembramos, havia viajado para Portugal com o intuito de se especializar no funcionamento de uma tipografia, mas que, em algum momento por nós desconhecido, encontrou o *Manuscrito de Évora*, nome pelo qual a sexta parte do Tesouro era conhecida em Portugal, e apresentou os dois primeiros inventos de João Daniel como sendo seus. A “Máquina para o Melhoramento da Navegação” de Madureira Pará era fruto de um roubo de ideias, seus poucos textos sobre ela eram copiados dos escritos de João Daniel, e ele também roubou outros inventos, pois segundo Cunha (1971) e Barata (1973), Madureira Pará apresentou para a Junta de Comércio de Lisboa os inventos de cortar madeira e máquinas para plantação como sendo seus.

De que forma Madureira Pará teve acesso ao Manuscrito de Évora, para nós, é um mistério, uma vez que não há registros de uma visita sua a Évora em nenhum de seus escritos durante sua estadia em Portugal. Embora tenha residido em Lisboa e tenha feito algumas viagens para Coimbra e Vila Franca de Xira, não há menções de sua ida a Évora. Não sabemos também se a *Sexta Parte* já havia sido publicada em Portugal ou se o próprio Madureira Pará fez uma cópia dela na Biblioteca de Évora.

Como observado no primeiro capítulo, Madureira Pará foi extremamente cuidadoso ao copiar trechos do discurso de Felipe Patroni, que haviam sido publicados em jornais em Portugal e Belém. Isso sugere que ele pode ter sido ainda mais cauteloso ao copiar o Manuscrito de Évora, talvez por temer ser descoberto. Uma cópia da quinta parte de Évora já havia sido publicada no Rio de Janeiro em 1820, e, portanto, se a Sexta Parte fosse publicada enquanto trabalhava na Máquina, ele seria facilmente descoberto. É possível que Madureira Pará tenha se esquivado de falar sobre o funcionamento da Máquina e evitado responder a quaisquer perguntas sobre a mesma por conta do medo de ser descoberto.

Temos, ao final do *Discurso*, a tentativa de João Francisco de Madureira Pará de introduzir no Império do Brasil uma máquina que havia sido originalmente concebida para a Amazônia colonial, mais de 50 anos separam a concepção da máquina por João Daniel e a realização do primeiro teste do protótipo no Rio de Janeiro, com o qual Madureira Pará conseguiu influenciar o governo imperial brasileiro para patrocinar a sua “genialidade”. É importante salientar que, no ano de 1776, ainda não existiam barcos que utilizassem a propulsão a vapor, o que se configura como um fator relevante para a compreensão da resistência que a máquina de Madureira Pará enfrentou.

A “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, objeto tecnológico deslocado no tempo e no espaço, demandaria de Madureira Pará um árduo trabalho de translação de interesses, negociação e transformação. Entretanto, e como veremos a seguir, por conta de sua intransigência e, talvez pelo grande medo de ser descoberto, ele teria dificuldades em manter o governo imperial interessado na Máquina, e no que diz respeito a essas transformações e adaptações da máquina ao novo tempo e espaço, ainda persistem dúvidas de que essa seria a real intenção de Madureira Pará. Nesse sentido, a sequência da história da “Máquina” pode nos permitir elucidar algumas relações entre ciência, inventos, poder e sociedade no Primeiro Reinado do Brasil.

A partir deste momento em diante, nesta dissertação, vamos acompanhar o inventor e navegar com ele no mar bravio das controvérsias iniciadas pelo seu *Discurso*. Veremos também todos os meios utilizados por Madureira Pará em sua tratativa com o governo

imperial, este que lhe deu inúmeros benefícios, em troca de um objeto tecnológico cuja ideia original não era sua e talvez sequer funcionasse. A primeira delas aconteceu por conta da ampla divulgação do apoio conseguido por Madureira Pará junto ao Imperador D. Pedro I, o que o levará, ironicamente, a sofrer uma acusação de roubo de ideias.

2.2 - *Sem seguir o curso natural: o teste da máquina e a aclamada “Proteção Imperial”*

Cinco dias após o seu *Discurso*, João Francisco de Madureira Pará esteve, mais uma vez, na frente do Imperador Pedro I, que desta vez estava acompanhado da Imperatriz Leopoldina e também de alguns ministros. O local do novo encontro foi o Arsenal da Marinha, onde foi feito o teste do modelo da “invenção” de Madureira Pará e segundo o *artigo não oficial*, publicado em um jornal e transcrito na introdução deste trabalho, o novo método de construção pareceu ter um efeito positivo, razão pela qual o Imperador ordenou ao Ministro da Marinha que providenciasse uma embarcação e demais recursos para que Madureira Pará pudesse colocar em prática sua invenção em uma escala maior.

A invenção de João Francisco de Madureira Pará, segundo a notícia, consistia em um sistema de navegação que permitiria que as embarcações se deslocassem em linha reta, sem a necessidade de utilização de máquinas a vapor, mesmo em condições desfavoráveis de vento ou calmaria. Dessa forma, evitam-se os perigos que as embarcações são expostas quando utilizam as máquinas convencionais, bem como se diminui o espaço necessário para as mesmas.

Com base na análise das movimentações e do padrão utilizado por Madureira Pará em seus escritos, é possível afirmar, com quase certeza, que o próprio inventor redigiu a notícia que descreveu o teste. A descrição da “Máquina”, bem como a ênfase na dificuldade enfrentada pelo inventor, sua “devoção à Pátria” e a exaltação de sua “genialidade”, sugerem que o autor do texto seja Madureira Pará. Contudo, é incontestável que o teste da máquina foi bem-sucedido em certa medida, e o inventor conseguiu persuadir o Imperador Pedro I de que sua ideia era viável e, pelo menos no protótipo, funcional, mas a maneira como isso se deu, para nós, segue sendo um mistério.

Entretanto, quando João Francisco de Madureira Pará chegou ao Rio de Janeiro, no ano de 1825, encontrou um jovem Império que ainda operava com leis e ordenamentos do período colonial, medidas criadas por D. João VI quando este fugiu de Lisboa e que tinham como objetivo dar à colônia os meios para cumprir suas novas funções de sede do governo português. Oliveira (2005) afirma que tais medidas criaram condições que serviram como introdução de uma nova maneira de pensar a ciência e criar uma cultura científica. Contudo, e

ao contrário dos países europeus, o Brasil do século XIX não tinha uma sociedade dinâmica que pudesse fornecer as condições necessárias para o crescimento do saber científico, e termina dizendo que “as condições objetivas e necessárias para o desenvolvimento do saber racional e a constituição da cultura científica eram ausentes no Brasil da época” (OLIVEIRA, 2005, p. 108).

Sendo isto ainda motivo de discussão, foi neste contexto que D. João VI assinou um Alvará, datado de 28 de abril de 1809, que estimulava a invenção e dava garantia de privilégios aos inventores. O artigo VI do Alvará, diz o seguinte:

VI. Sendo muito conveniente que os inventores e introdutores de alguma nova máquina, e invenção nas artes, gozem do privilégio exclusivo além do direito que possam ter ao favor pecuniário, que sou servido estabelecer em benefício da indústria e das artes; ordeno que todas as pessoas que estiverem neste caso apresentem o plano do seu novo invento à Real Junta do Commercio; e que esta, reconhecendo a verdade, e fundamento dele, lhes conceda o privilégio exclusivo por quatorze anos, ficando obrigadas a publicá-lo depois, para que no fim desse prazo toda a Nação goze do fruto dessa invenção. Ordeno outrossim, que se faça uma exata revisão dos que se acham atualmente concedidos, fazendo-se público na forma acima determinada, e revogando-se todos os que por falsa alegação, ou sem bem fundadas razões obtiveram semelhantes concessões⁷².

Mesmo com a independência do Brasil e com a nova constituição outorgada pelo Imperador em 1824, que possuía um artigo que tratava dos inventos e inventores, o alvará de 28 de abril de 1809 ainda tinha validade no Brasil.⁷³ Pois, como, o trâmite apresentado que um inventor deveria percorrer para conseguir um privilégio de invenção, apenas a “Real Junta” mudou de nome, sendo conhecida como *Junta do Comércio, Artes e Navegação*. O império brasileiro somente terá uma nova lei para tratar de invenções em 1831.

Madureira Pará conhecia bem os procedimentos presentes no alvará, pois eram os mesmos que D. João VI, então rei de Portugal, havia solicitado ao “inventor” que realizasse para obter autorização para usar sua tipografia no Grão-Pará e, posteriormente, fabricar a sua “máquina” em Lisboa. No entanto, e como bem sabemos, Madureira Pará se esquivou de seguir tal lei em Portugal. Para evitar ter que detalhar a sua “Máquina”, Pará tentou uma nova abordagem mais direta, a qual lhe deu acesso a dois aliados influentes: Francisco Vilela Barbosa, também conhecido como Marquês de Paranaguá, que ocupava o cargo de Ministro da Marinha em 1825; e o Imperador D. Pedro I. Foi com esta abordagem, e com um “golpe

⁷² Alvará de 28 de abril de 1809. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809, Página 45 Vol. 1. Disponível em: [Legislação Informatizada - ALVARÁ DE 28 DE ABRIL DE 1809 - Publicação Original](#).

⁷³ MALAVOTA, Leandro Miranda. **Inovar, modernizar, civilizar**: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882). Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

de sorte” no teste do modelo da sua “máquina”, que Madureira Pará teve êxito em conseguir o patrocínio imperial.

Nesse sentido, temos dificuldades em explicar como se deu a formação desta nova rede em formação ao redor da “Máquina”, e por qual motivo ele foi atendido em suas solicitações de forma tão rápida. Relembramos aqui que o teste do modelo foi realizado apenas cinco dias após Madureira Pará declamar o seu *Discurso* para o Imperador. Existe aqui a hipótese que de Madureira Pará pudesse ter uma “Carta de Recomendação” dada pelo Cônsul-Geral do Brasil em Portugal, Clemente Álvares de Oliveira Mendes e Almeida, mas nem a provável existência de tal carta, somada ao seu “bombástico discurso”, possa explicar os seus rápidos encontros.

Além disso, é importante ressaltar que Madureira Pará não foi o primeiro a tentar contornar os trâmites do artigo VI do Alvará. De fato, outros indivíduos, anteriormente tentaram fazer o mesmo, como José Maria da Silveira Vianna, que em 1820 solicitou um privilégio de 20 anos para explorar a navegação dos rios do Sul, mas seu requerimento não incluía informações técnicas relevantes e consistia apenas em uma “carta de recomendação” do Conde de Palma (MALAVOTA, 2011). Apesar disso, o requerimento foi apresentado à Junta do Comércio. No entanto, ao contrário de Vianna, Madureira Pará não seguiu esse procedimento.

Dessa forma, se dizendo portador de um título de nobreza português e declarando ter a honra de ter sido encarregado por Sua Majestade Imperial para construir sua inovadora “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, João Francisco de Madureira Pará começou as suas movimentações e deu início aos trabalhos de fabricação do seu “grande invento”, e embora não existam maiores detalhes sobre ela até este momento, sabemos que o “Inventor” tem a sua própria política, exemplificada pela falta de observância aos trâmites legais para inventos, como será visto mais adiante, terá uma nova forma de planejamento e construção, cujo maior intuito será o de esconder a verdade sobre a sua invenção.

E talvez não seja errado afirmar que a rapidez com que Madureira Pará conseguiu estabelecer seu projeto inventivo e divulgar avidamente suas ideias e métodos de trabalho pode ser considerada como um importante fator desencadeante das controvérsias que se seguiram. E ainda, o inventor, talvez ávido demais em querer ser visto como útil e tentando manter seus aliados sempre interessados na sua “Máquina”, deu até o tempo necessário para

finalizar a sua invenção, dizendo que a embarcação estaria pronta até o fim do ano de 1825, “e que seu autor tanto confia no bom êxito de sua obra que se propõe a navegar nela”⁷⁴.

2.3 - *Navegando no Caos: a construção do seu “laboratório”, o início dos trabalhos e os requerimentos*

Madureira Pará, em seu livro, escrito e publicado no ano de 1832, afirmou que a construção da máquina em grande escala teve início imediatamente após o teste. No entanto, a história não transcorreu dessa forma. Assim como em Belém, em 1820, e em Lisboa, em 1823, a cidade do Rio de Janeiro, em 1825, também foi abalada por agitações políticas, e uma dessas agitações teve impacto na conturbada história da invenção do paraense.

No dia 15 de julho de 1825, *Sir Charles Stuart*, um experimentado diplomata inglês, aportou no Rio de Janeiro, coincidindo com a data mencionada na capa do *Discurso* de Madureira Pará. A sua chegada marcou o início de uma importante missão, a qual consistia no reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, ao diplomata foram concedidos plenos poderes para cumprir tal tarefa, com base em uma série de cartas escritas pelo Rei D. João VI. Essas cartas serviram como referência para a criação de um “Tratado” de reconhecimento.

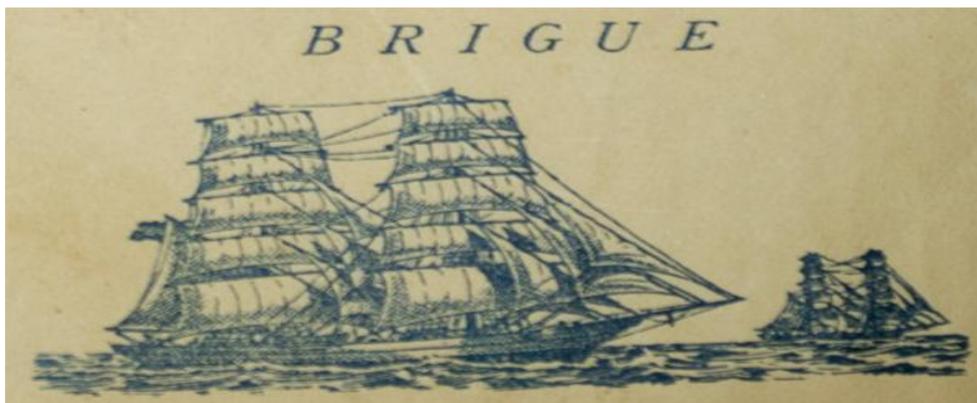
Pedro I, Imperador do Brasil, indicou três ministros de Estado para representá-lo em negociações com o representante de seu pai, o Rei de Portugal, com o objetivo de discutir a sucessão da coroa portuguesa e brasileira. Os indivíduos nomeados foram o Marquês de Paranaguá, que detinha o cargo de Ministro da Marinha; o Marquês de Santo Amaro, José Egídio Álvares de Almeida; e o Visconde de Cachoeira, Luís José de Carvalho e Melo. A negociação envolveu intensos debates e discussões acerca da sucessão da coroa portuguesa e brasileira. Após longas e árduas conversas, o tratado em questão foi finalmente assinado em 29 de agosto de 1825⁷⁵.

Na qualidade de Ministro da Marinha, o Marquês de Paranaguá também foi designado pelo Imperador para negociar com Madureira Pará a respeito da produção da Máquina. Embora possa ser argumentado que a independência do país deveria ter sido a prioridade, dado o contexto político, é importante destacar que algumas semanas antes da assinatura do tratado, o governo brasileiro adquiriu o navio onde Madureira Pará deveria instalar sua máquina.

⁷⁴ Artigos Não Oficiais. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 6, n. 45, p. 02, 24 ago. 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/742>.

⁷⁵ Para maiores informações sobre o tratado, ver: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11>.

Esse processo de compra foi intermediado pela Repartição dos Negócios da Marinha⁷⁶ e pelo Intendente da Marinha, e envolveu a aquisição do Brigue Berifen, bandeira dos EUA, pertencente ao estadunidense James Birkhead – que era conhecido no Rio de Janeiro como Diogo Birkhead – por 12 contos de réis. Um brigue era um modelo de veleiro de dois mastros principais, muito utilizado no comércio e podendo carregar de doze a vinte canhões, e era muito popular não apenas entre mercadores, mas também entre piratas e comerciantes de escravos, esta última função que era exercida por James Birkhead.



Desenho de um brigue, disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/tag/brigue>.

Madureira Pará já possuía o necessário para montar a sua “Máquina”, mas ainda precisava encontrar um local adequado para desenvolver os seus “trabalhos”. Nesse sentido, ele escolheu o primeiro armazém do recém-inaugurado *Trapiche da Prainha*⁷⁷, que fazia parte do Arsenal da Marinha, embora estivesse distante de suas oficinas principais. A escolha desse espaço como seu laboratório foi determinada pela sua localização estratégica e acessibilidade. No entanto, é possível que as agitações políticas da época tenham contribuído para que Madureira Pará só conseguisse ter acesso ao Armazém em outubro de 1825.

Após apenas três meses de sua chegada, Madureira Pará obteve os recursos necessários para iniciar os “trabalhos na sua Máquina”, o que incluiu o suporte de duas das mais importantes autoridades públicas do Império brasileiro, um navio e um laboratório. O inventor se mostrou bastante determinado em alcançar seus objetivos, desconsiderando o trâmite legal do Alvará de 1809 e buscando diretamente a audiência com o *deus mortal*⁷⁸ do *Leviatã* do Brasil, Pedro I, a quem se referiria posteriormente como sua autoridade direta no

⁷⁶ Artigos de Ofício. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 06 n. 46, p. 01, 25 ago. 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/745>.

⁷⁷ Artigos de Ofício. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 06 n. 46, p. 02, 04 novembro 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/985>.

⁷⁸ HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3ª Ed. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

desenvolvimento da “Máquina”, sempre dizendo que estava “sob as ordens do Imperador”. Tal estratégia lhe conferiria um escudo protetor contra quaisquer questionamentos sobre seu trabalho, bem como uma poderosa espada a ser utilizada em sua defesa.

Conforme relatado no livro de 1832, Madureira Pará empenhou-se na fabricação de sua "Máquina para o Melhoramento da Navegação", uma vez que havia prometido entregar a "primeira" embarcação até o final de 1825. Todavia, Madureira Pará, graças a mais um golpe de sorte, não seria cobrado pelo não cumprimento de sua promessa, uma vez que ocorreu uma nova agitação no Brasil, decorrente do caos político dos tempos coloniais.

Ainda em abril de 1825, ocorreu uma rebelião na antiga província de Sacramento, localizada no sul do Império, e que neste momento era conhecida como Cisplatina. Essa região era historicamente objeto de disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A liderança da rebelião foi assumida por Juan Antonio Lavalleja. Pedro I não quis uma resolução do conflito por meio de soluções diplomáticas, por acreditar que isso resultaria na perda do território conquistado pelo seu pai, D. João VI. Diante dessa situação, o imperador Pedro I decidiu tomar uma atitude enérgica e, em 10 de dezembro de 1825, declarou guerra à Cisplatina⁷⁹. É importante ressaltar que este conflito armado foi marcado por diversos embates, tanto em terra quanto no mar, e contou com a participação de tropas de outros países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai. O resultado final da guerra resultou na independência da Cisplatina, que se tornou a República Oriental do Uruguai em 1828.

O contexto caótico gerado pela guerra apresentou-se como uma oportunidade para Madureira Pará sustentar a sua fraude. A ausência de trabalhadores do Arsenal na capital do Império em razão da sua mobilização para o sul do país implicava em consequências para o andamento dos trabalhos na Máquina, o que favoreceu a perpetuação da farsa criada por Pará. Entretanto, em virtude da extensa burocracia do Império, foi possível monitorar detalhadamente as atividades do inventor paraense.

Nesse sentido, analisando as múltiplas correspondências entre Pará e o Imperador, representado pelo Marquês de Paranaguá, assim como suas solicitações e requisições documentais, é possível compreender as estratégias empregadas pelo inventor para atingir seus objetivos, bem como suas relações com a Corte, e destacamos que grande parte desses registros foi publicada nos periódicos da capital do Império.

⁷⁹ Para maiores informações sobre esta guerra, ver: *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da Formação do Estado no Brasil*, tese de Aline Pinto Pereira. Disponível em: <https://www.historia.ufrj.br/stricto/td/1390.pdf>

O primeiro desses registros que apresento aqui, entretanto, não se trata de um ofício ou requerimento, mas sim de uma notícia publicada no jornal *O Verdadeiro Liberal* em 1º de abril de 1826. Curiosamente, essa notícia foi inserida na seção *Notícias Estrangeiras* e não apresenta nenhuma assinatura de autoria. No entanto, é de suma importância, uma vez que se trata da primeira notícia acerca da "Máquina para o Melhoramento da Navegação" após o "início dos trabalhos". O texto se inicia da seguinte maneira:

Vimos, há poucos dias, o modelo da embarcação que se está construindo para poder navegar, independente dos ventos, por meio de uma tal machina que, tomando a quinta parte do espaço que ocupa a de vapor, move com uma força considerável rodas semelhantes às que têm as mesmas embarcações de vapor; de sorte que não só está livre de explosão, mas também serve para carga e para navegação do mar alto, por mais extensa que possa ser.⁸⁰

A primeira vista, a notícia parece tratar-se de uma entrevista com Madureira Pará, na medida em que se menciona sua "ideia" para um invento, a proposta realizada pela "Companhia Inglesa dos Barcos de Vapor", a recusa do inventor em "vender o seu invento" e sua viagem para o Rio de Janeiro. Ao final da notícia, há um elogio ao Ministro da Marinha, seguido de uma crítica em relação ao valor pago pelo trabalho de Madureira Pará, que foi de apenas dez tostões, em comparação com o valor que recebe um obreiro do Arsenal, dois mil réis por dia. Por fim, a notícia conclui enaltecendo o talento e o patriotismo do inventor paraense. Acreditamos que, uma vez mais, o responsável por esta notícia seja o próprio inventor, Madureira Pará. Presumimos que ele recorreu a este artifício com o intuito de manter seus aliados engajados na sua pessoa e na sua invenção, de modo a demonstrar que está comprometido com suas atividades, apesar das dificuldades que têm surgido.

Até o momento presente, a "Máquina para o Melhoramento da Navegação" de Madureira Pará, mesmo sendo uma fraude, representa um exemplo clássico daquilo que denominamos de "Caixa-Preta" (LATOURE, 2000a), não no sentido de um objeto finalizado conforme a definição proposta por Latour, mas sim no sentido de algo oculto. No entanto, uma vez que a "construção da máquina" encontra-se em seus estágios iniciais, ela ainda pode ser caracterizada como uma "Caixa-Cinza", pois, mesmo não finalizada, já é um objeto controverso, gerando conflitos e disputas dentro das redes que a cercam e contrariando os esforços de Madureira Pará para mantê-la sob sigilo.

No dia 16 de junho de 1826, aproximadamente um ano após sua chegada ao Rio de Janeiro, Madureira Pará redigiu uma carta endereçada ao Marquês de Paranaguá e a publicou em um jornal. A carta sugere que, em algum momento anterior, o inventor havia solicitado a

⁸⁰ Notícias Estrangeiras. *O Verdadeiro Liberal*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 07, 01 abril 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700460/69>.

contratação de um assistente, embora tal pedido tenha sido negado devido à ausência de acordo prévio com o Ministro. Além disso, a carta também respondia a uma cobrança, por parte do Ministro, sobre o estado da Máquina, e o inventor, para mostrar a razão do “atraso”, listou as suas atividades e as dificuldades que enfrentou até aquele momento:

Mutilado, e quase exangue, tenho a predileta honra de me apresentar diante de quem tanto me tem Protegido, do mais honrado Brasileiro que eu tenho encontrado, de V. Exc., para que me faça a Graça de levar novamente ao Conhecimento de S. M. I., que nunca foi de minha intenção o lesar a Nação em um único seutil, antes sim felicitá-la (como prova a experiência)⁸¹.

Após exaltar o teste bem sucedido da “Máquina”, na continuação do texto, Madureira Pará justifica a necessidade de ter um homem para supervisionar e inspecionar as atividades do armazém do Trapiche em seu lugar. Ele argumenta que tal ação se torna imprescindível, uma vez que a realização dessas tarefas é bastante morosa. Além disso, menciona também que, como ele tem os trabalhos divididos por diferentes Arsenais e oficinas particulares, qualquer atraso nesses locais é facilmente percebido na sua ausência. Dessa forma, Madureira Pará justifica a necessidade de ter um substituto no Trapiche, para evitar possíveis atrasos nas atividades dos artífices. Acreditamos que o Arsenal mencionado por Madureira Pará possa ser uma referência ao Arsenal do Exército, tendo em vista que, no ano de 1826, o Arsenal da Marinha estava concluindo a construção da Corveta Campista.

A próxima seção da carta escrita por Madureira Pará aborda um assunto até então não mencionado, a saber, seu temor de que o seu “segredo” pudesse ser descoberto. Ele expressa sua apreensão justificada de que sua invenção possa ser violada, visto que ele não tem ninguém em quem confiar para proteger os objetos. Consequentemente, diz ele que se vê confrontado com um dilema: ou fecha as portas de seu armazém sempre que precisar sair, deixando os artesãos do lado de fora, ou então corre o risco de expor sua “Máquina” ao roubo. Não somente, Madureira Pará alerta que mesmo algumas das peças da “máquina de metal” – um objeto de grande importância para ele – podem ser extraviadas, já que a Guarda que vigia o Trapiche onde ele trabalha não pode impedir o extravio de itens pequenos, como parafusos, molas e outras peças menores que podem ser levadas nas roupas.

Aqui começou a estratégia de Madureira Pará em dizer que a “Máquina” só não está pronta por conta de uma perseguição, dizendo que se vê “cercado de inimigos sem os procurar” e que são eles que atrasam o término de sua obra, e até tiveram a “ousadia de questionar” a validade da sua “mercê” de cavaleiro, que já dissemos ser falsa. Madureira Pará

⁸¹ Papel Avulso. **Carta ao Marquês de Paranaguá**, datada de 16 de junho de 1826. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1459/bndigital1459.pdf.

relatou ainda que foi repreendido por um “Sr. Rezende”, em razão de ter solicitado ao Imperador a contratação de dois trabalhadores oriundos de Sorocaba para realização de fundição de ferro. Como retaliação, o Sr. Rezende negou o uso da “mercê” com a justificativa frívola de que teria sido concedida por um monarca estrangeiro, quando, na verdade, a concessão lhe foi feita muito antes da independência do Pará.

O “Sr. Rezende”, a quem Madureira Pará fez referência e que impediu seu acesso à mercê da *Ordem de Cristo*, era Estevão Ribeiro de Rezende, o ainda Conde, e futuro Marquês de Valença, que ocupava o cargo de Ministro do Império em 1825, e uma de suas funções era outorgar graças e mercês de títulos de grandeza, ordens, nomeações de ofícios ou cargos, cabendo destacar aqui que o Conde era um Cavaleiro da Ordem de Cristo.

No final da carta, Madureira Pará faz diversas promessas acerca da finalização da obra, apesar de alegar enfrentar dificuldades, e após isso exalta a si próprio como um “Patriota”, destacando o seu “árduo trabalho”, que ocorre sem uma hora de sossego em todo o ano. Ao término da carta, Pará implora pela proteção do Marquês de Paranaguá, dizendo que este o tem sido como um pai em diversas ocasiões, e solicita que, após comprovar seu comprometimento e cumprir as promessas feitas, o Imperador possa conceder-lhe a sua “demissão”.

O desfecho *dramático* da carta evidencia que, tal qual já ocorrera em Lisboa, Madureira Pará utiliza a estratégia de atribuir a terceiros a responsabilidade por seus atrasos e infortúnios, ao mesmo tempo em que identificava em seus “inimigos” uma ameaça constante, prontos a se apropriar de suas ideias, difamá-lo ou mesmo obstruir a conclusão de seus projetos, os quais não estavam finalizados e em pleno funcionamento apenas por conta das interferências e das perseguições sofridas.

Meses depois, já no ano de 1827, Madureira Pará publicou mais um ofício dirigido ao Ministro da Marinha, o Marquês de Paranaguá. No entanto, é importante salientar que a publicação da carta ocorreu como resultado de uma cobrança feita por um *anônimo* em relação à máquina que havia sido divulgada no jornal *Astréia*. A resposta de Madureira Pará foi publicada na edição número 82 do mesmo jornal, em 04 de janeiro de 1827.

O conteúdo da carta indica que os escritos de Madureira Pará não foram suficientes para obter uma resposta favorável do Ministro, que cobrou novamente o término da obra já no final daquele ano, em dezembro de 1826. Além de apresentar reclamações e acusações já conhecidas, a resposta de Madureira Pará traça um panorama de todo o trabalho que ele realizou, ou tentou realizar, em sua máquina. A carta começa da seguinte maneira:

O silêncio, que tenho conservado sobre a Máquina (de minha invenção) para Melhoramento da Navegação, de que tenho a honra de me achar encarregado por Sua Majestade Imperial, me há feito culpado nas mentes das pessoas, que ignoram a causa primária de seu atrasamento, e de não estar já concluída esta Obra tão útil, como necessária. Vejo-me, pois, obrigado a dizer alguma coisa em abono da verdade, para crédito meu, e do Providente Governo, que por felicidade nos Rege.⁸²

Nesta carta Madureira Pará chama, pela primeira vez, o seu “invento” pelo nome de “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, e apesar dela ter sido chamada de outras formas, “Máquina-Relógio” e “Navio do Relógio” em jornais e por outros historiadores, o nome dado pelo “inventor” é o que consideramos oficial.

Madureira Pará já deixou claro muitas coisas apenas nessa introdução: a “Máquina” é sua invenção, o escudo de estar encarregado da construção dela pelo Imperador é colocado à frente, a causa do atraso não é culpa do inventor, nem de algo relacionado à sua “Máquina” e nem mesmo do Governo Imperial, pois o *Leviatã* é providente. Na sequência, pediu ele ao redator que, junto com a sua carta, fosse publicado um ofício que ele tinha enviado ao Marquês de Paranaguá, datado de 23 de dezembro de 1826, onde descreveu, após ter sido cobrado pessoalmente pelo Ministro para que finalizasse a obra, todos os trabalhos que fez, os problemas que enfrentou, os requerimentos que escreveu, seus novos aliados e possíveis inimigos, além daqueles que são invisíveis, é claro.

Madureira Pará iniciou seu ofício expressando sua crença na dedicação do Ministro da Marinha, e que uma frase proferida por ele no dia anterior o levou a não duvidar dos esforços incansáveis que estão sendo feitos por seus adversários – ou, mais precisamente, os adversários de Sua Majestade Imperial, de Vossa Excelência e da Nação – para enganá-lo. Madureira Pará afirma que esses adversários estão tentando derrubar a Nação, privando-a das delícias perpétuas que o governo bem ajustado e iluminado de Sua Majestade Imperial prepara para ela através de sua “Máquina”, embora ele diga que estava disposto a aceitar a punição que lhe seja imposta se for responsável por qualquer omissão, e por isso afirma que as expressões tocantes do Ministro, em parte, foram por ele merecidas.

Na sequência, Madureira Pará falou acerca da declaração feita pelo Ministro de que as ordens para a execução da “Máquina” foram emitidas e que não falta nada ao inventor para sua realização, afirmando que é um fato que o Ministro tomou as providências mais prontas e enérgicas. No entanto, diz Madureira Pará que as ordens não têm sido cumpridas exatamente e que não dão a devida importância a elas, nem ao que o inventor representa, e a única exceção feita por ele foi ao *Excelentíssimo Almirante Intendente da Marinha*, que se

⁸² Correspondências. *Astrea*, Rio de Janeiro, n. 82, p. 02, 04 janeiro 1827. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749700/332>.

destacava, segundo Pará, por seu comportamento honroso e prestativo em tudo o que lhe foi exigido.

O provável “novo aliado” de Madureira Pará era o Vice-Almirante da Armada Nacional, José Maria de Almeida⁸³ e eram suas funções como Intendente do Arsenal, visitar e vistoriar os navios da Armada, tomar dos capitães o termo de fiança, fazer vistorias em obras reais pertinentes à Marinha e tirar devassa na chegada dos navios⁸⁴. Madureira seguiu descrevendo todos os ofícios enviados para o Ministro e para o Imperador naquele ano com os relatos dos problemas que sofreu e para a resolução de assuntos que dependiam de outros ministérios.

Na sequência da carta, Madureira Pará falou, pela primeira vez, sobre o *Brigue Berifen*, agora chamado de “Empreendedor”, o navio comprado para que nele fosse montado a sua máquina. O *Brigue*, que havia sido comprado em agosto de 1825, somente foi entregue ao inventor em julho de 1826, quase um ano depois, se esse atraso foi por demora no pagamento ou por outro problema relativo à compra, nós não sabemos.

Relatou também o inventor dos problemas que teve com a *Repartição da Guerra* com a demora na fabricação de peças que estavam sendo feitas no *Arsenal de Guerra* e que, segundo ele, foi apenas com a intervenção do próprio Imperador que a questão teve solução. E fez ainda um convite ao Ministro para que ele fosse até o Armazém para acompanhar o andamento da obra, em uma tática clara de “Está duvidando do que escrevi? Deixe-me mostrar-lhe!” (LATOURE, 2000a, p. 106). Em suas palavras,

Eu convido a Vossa Excelência, para que me faça a graça de se dignar chegar ao Armazém do Trapiche, onde se acham as obras em vivo manejo, e mesmo a bordo do Brigue, para ver o que está feito; pois estou certo, que Vossa Excelência, cuja vista é assaz penetrante, jamais deixará de conhecer, e confessar o grande trabalho que eu tenho tido, e as dificuldades que tenho vencido... Sua Majestade Imperial Se dignou assim o fazer, e se desenganou de que o pretendiam iludir, como querem fazer a Vossa Excelência, confio na retidão, e justiça, que me justificará.⁸⁵

Ao final do extenso ofício, Madureira Pará solicitou ao Ministro da Marinha que enviasse 18 novos trabalhadores ao seu *laboratório* para finalizar uma obra, descrevendo as funções específicas de cada um e referindo-se à presença de inimigos não identificados que não cumpriram as ordens dadas. Não temos certeza se o Marquês de Paranaguá atendeu aos

⁸³ Edital. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 04, n. 17, p. 02, 20 julho 1824. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706752/2088>.

⁸⁴ Memória da Administração Pública. **Dicionário Período Imperial** - Intendente da Marinha da Corte. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/367-intendentes-intendencias-de-marinha-1822-1889>

⁸⁵ Correspondências. **Astrea**, Rio de Janeiro, n. 82, p. 02, 04 janeiro 1827. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749700/332>.

pedidos do inventor, enviando os trabalhadores solicitados e visitando as obras pessoalmente, já que deixou o cargo de Ministro da Marinha no dia 16 de janeiro de 1827. Essa saída provavelmente justificaria as pressões impostas a Madureira Pará, uma vez que o Marquês não teria desejado deixar inacabados os projetos iniciados durante sua gestão como Ministro.

A perda do seu aliado mais próximo, juntamente com a partida do Imperador para o front de batalha na Cisplatina, talvez indicasse que Madureira Pará enfrentaria ainda mais obstáculos para a conclusão de “sua máquina”. Entretanto, pelo que as fontes indicam, 1827 foi um ano de relativa calma para o inventor que foi deixado em “paz para trabalhar”, ao contrário do que acontecia com o Império do Brasil, que passava por um ano difícil na guerra da Cisplatina, mesmo com um grande bloqueio naval declarado e com vários aprisionamentos de navios de corsários que serviam às Províncias Unidas. Além disso, o ano também teve o seu início marcado pela morte da Imperatriz Leopoldina.

Tudo isso já indicava que a vida do único aliado de Madureira Pará que restara não estava nada fácil. D. Pedro I tinha problemas bem maiores para resolver do que os atrasos na fabricação de uma máquina de navegação, as sucessivas derrotas na Cisplatina, a morte de seu pai, D. João VI, todo o envolvimento que teve na sucessão da Coroa portuguesa, e depois a notícia da morte da sua esposa, minaram não somente o seu espírito, mas também a sua relação com parte da população, com os deputados e outros membros da Corte⁸⁶.

E como uma das consequências da Guerra da Cisplatina, surgiu a discussão sobre a noção de soberania, na qual os deputados divergiram sobre o papel do Imperador, e quem, de fato, representava o povo na política imperial. Os debates se acirraram ainda mais após a derrota na Batalha de Ituzaingó, ou Passo do Rosário, que já indicava o fracasso do Imperador e a iminente perda da província, e apesar de ainda existir um grande respeito à figura do Imperador, até mesmo por parte de seus opositores, isso não os impedia de questionar as ações da Coroa.

Este início dos embates entre os deputados, senadores e ministros do Império e a Guerra da Cisplatina acabaria por se estender por todo o ano de 1827 e, mais uma vez por sorte, João Francisco de Madureira Pará teria um pouco de sossego antes do início de uma nova leva de ofícios, respostas e representações, pois já chamava a atenção de muita gente o fato de que, enquanto o Brasil comprava navios dos Estados Unidos para utilizar na campanha naval na Cisplatina, outro navio comprado pelo governo imperial estava *parado* no Arsenal da Marinha, era o “Empreendedor”, o brigue da “Máquina” de Madureira Pará.

⁸⁶ Para maiores informações sobre o Imperador, ver: LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Madureira Pará voltou à estaca zero, e teria que fazer novos acordos e negociações com o novo Ministro da Marinha, Francisco Afonso de Meneses de Sousa Coutinho, o Marquês de Maceió, italiano de nascimento e ex-militar da Marinha de Portugal, e não manteve contato com o Imperador por quase todo o ano, enquanto o plasma ao redor da rede estava em constante agitação, ele já estava “trabalhando” na “Máquina” por dois anos.

Entretanto, Pedro I ainda cumpria as suas funções de Imperador e “Pai” do Brasil, assim como o seu saudoso pai, D. João VI, foi responsável pela criação, ou pela “adoção” de algumas instituições científicas no país. Duas importantes foram criadas no ano de 1827 e acolhidas pelo Imperador, a primeira foi o Observatório Astronômico, que ficou subordinado ao Ministério do Império e ligado às Academias Real Militar e da Marinha⁸⁷. A segunda, que era organizada por particulares, foi a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN. Seu nome foi baseado no da *Société d'Encouragement pour L'Industrie National*, fundada em Paris, na França, em 1801.

Seriam admitidos como sócios efetivos, segundo o estatuto, “todos aqueles que se fizerem dignos pelo testemunho ou apresentação de algum invento novo, modelo, máquina ou memória de reconhecida utilidade a benefício da indústria e oferecida gratuitamente à sociedade”. O objetivo principal da sociedade era “auxiliar a indústria”, que no sentido do século XIX, incluía também a agricultura e a pecuária e, igualmente, iniciar estudos para a utilização de máquinas no trabalho do campo, com dispensa da força de trabalho escravo e para o aumento da produtividade⁸⁸.

Coube à SAIN a implantação de práticas e conhecimentos científicos durante boa parte do Império, como um campo de debate científico, social, político e econômico, mas, por muito tempo, ela foi esquecida por boa parte dos historiadores, que ignoraram a sua intensa atividade e sua participação na criação de vários institutos pelo país, além do maior deles, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Pela sua íntima ligação com o Estado, a SAIN atraiu a participação de inúmeros notáveis da intelectualidade brasileira do século XIX, viabilizando um espaço onde a atividade científica passou a expressar uma realidade concreta ligada a agentes ativos de um tempo e de um espaço social⁸⁹.

⁸⁷ MOTOYAMA, Shozo. org. **Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil**. colaboradores: NAGAMINI, Marilda. QUEIROZ, Francisco Assis. VARGAS, Milton. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

⁸⁸ PENTEADO, David Francisco de Moura. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825–1904)”. In: **Revista Brasileira de História da Ciência**. v. 15 n. 1. 2022. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/728>.

⁸⁹ BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**, Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A ideia da Sociedade foi obra de Ignácio Alves Pinto de Almeida, que apresentou sua ideia para a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação ainda em 1825, e que após parecer favorável dos deputados, dado no mês de agosto, foi ratificado pelo Imperador por provisão de 31 de outubro de 1825. Por conta da guerra, a SAIN só foi oficialmente instalada em 18 de julho de 1827, através de uma portaria emitida pelo Visconde de São Leopoldo que designou a sua diretoria e seus funcionários⁹⁰.

A historiadora Patrícia Barreto⁹¹, em tese de doutorado sobre a SAIN defendida em 2009, diz que o papel da Sociedade era colocar o Brasil na “Era das Máquinas”, e implantá-las em favor do aproveitamento dos recursos que a natureza lhes fornecia, a fim de promover, reduzindo-se os custos da mão de obra escrava, a prosperidade do país. E, para tanto, seus fundadores advogam um amplo papel que os conhecimentos aplicados à natureza fariam em prol do crescimento econômico do Império. E em relação aos funcionários da Sociedade, Barreto (2009) nota que, embora nos estatutos constasse que apenas o presidente seria nomeado pelo Imperador, os demais sócios da primeira comissão administrativa foram todos nomeados por D. Pedro I, conforme Portaria emitida em 18 de Julho de 1827. Segundo o documento, eram eles:

João Ignácio da Cunha, o Visconde de Alcântara, foi escolhido como primeiro Presidente; o Vice-Presidente foi o Brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres de Sousa Melo e Alvim; o Visconde de Jerumirim, para o cargo de Secretário; o seu idealizador Ignácio Álvares Pinto de Almeida; seu Tesoureiro foi João Fernandes Lopes, e seus funcionários adjuntos eram o Tenente Coronel José Fernando Carneiro Leão, o Conde de Vila Nova de São José, João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, o Capitão Engenheiro Domingos Monteiro, o Tenente de Artilharia Manoel José Onofre e, em meio a grandes nomes da corte carioca, juntamente com dois Viscondes, um Conde, Um Barão, dois membros da Junta de Comércio, sendo que um deles era também o *Guarda-Roupa* do Imperador, estava o “Inventor” da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, João Francisco de Madureira Pará.

Barreto (2009) escreve uma pequena biografia sobre os *fundadores* da SAIN, mas sobre os três últimos funcionários, cita apenas o nome de cada um deles. Se essa indicação do Imperador foi um “prêmio de consolação” para Madureira Pará, talvez para compensar o fato de que ele não podia usar a “insígnia de Cristo”, é algo que não conseguimos descobrir ao

⁹⁰ VISCONDE DE S. LEOPOLDO. **Portaria de 18 de Julho de 1827**. Rio de Janeiro, 18 jul. 1827.

⁹¹ BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena**. Rio de Janeiro, 2009. 385 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

longo da pesquisa. O fato aqui é que tal indicação pode ser vista como uma renovação da sua “proteção imperial”, indicando também que o Imperador não só acreditava no que ele dizia, como também acreditava que ele iria terminar a sua “Máquina”.

Embora a indicação como funcionário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) não possuísse o mesmo prestígio que uma concessão de título de nobreza, ela ainda representava um valioso acréscimo ao currículo de “inventor” de Madureira Pará. Em agradecimento à sua nomeação, Madureira Pará presenteou o Imperador com um desenho do navio que estava construindo, renomeando-o como "Fama Imperial do Brasil", escolhendo estrategicamente o dia 12 de outubro daquele ano para apresentar sua oferta, uma vez que coincidia com o aniversário do Imperador e também com o seu próprio aniversário.

Senhor - João Francisco de Madureira Pará, tem a distintíssima honra de Felicitar a V. I. M. por dia tão fausto, qual o do felicíssimo Natalício do Grande e Imortal Fundador do melhor dos Impérios; e da nossa incomparável genealogia, e felicidade. E grato aos inúmeros bens, que da perene fonte das graças do melhor dos Soberanos têm recebido (pelo que animado), toma o inexplicável prazer de apresentar a V. I. M. não só o desenho do vaso, destinado para a máquina de sua invenção, que está construindo para o melhoramento da Navegação; tal qual deve ficar, quando pronto; como também aproveita a ocasião de oferecer à aprovação de V. I. M. um lindo "jeroglífico", com que possamos demonstrar a todas as zonas, o sublime grau da nossa glória, cuja se deve estender à duração de séculos, pela feliz memória do melhor dos Césares... E só fito na indelével bondade de V. I. M. se atreve a esperar merecer a Imperial Aprovação; graça que, com indizível alegria, se juntará às que já tão gloriosamente tem gostado.⁹²

A descrição do “jeroglífico” ou, como consta no ofício “Alegoria, ou descrição da Fama Imperial do Brasil”⁹³, é enorme, e se resume à descrição do amontoado de desenhos que servem para lisonjear o Imperador e destacar todas as suas qualidades como monarca. Do que nos interessa aqui, o desenho do navio, nada foi dito ou publicado, e não foi publicado também outro ofício do inventor que solicitava ao Ministro da Marinha que ele, Madureira Pará, fosse autorizado a contratar os trabalhadores que necessitava para a conclusão da obra, já que o governo, com suas atenções voltadas para a Cisplatina, não conseguiu fazer isso.

Sabemos da existência de tal ofício pelas respostas que o inventor recebeu algumas semanas depois: a aprovação do Imperador aos seus desenhos, e a do Ministro que o autorizava a contratar os trabalhadores por conta própria, pagando-os com o seu dinheiro e depois sendo ressarcido pelo Pagador do Arsenal. Assim, ainda no final do ano de 1827, ele

⁹² Ofícios. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 105, p. 03, 05 nov. 1827. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/3399>.

⁹³ Ofícios. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 105, p. 04, 05 nov. 1827. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/3400>.

começou a publicar nos jornais do Rio anúncios de contratação de *Serralheiros e Carpinteiros de Obra Branca*⁹⁴.

No término de mais um ano, Madureira Pará conseguiu permanecer com a sua “Caixa-Preta” fechada, uma vez que ele mantém as informações sobre sua criação em sigilo, e os poucos detalhes técnicos divulgados, apenas dois até agora, não permitem uma compreensão mais precisa do potencial da máquina. Em um primeiro momento, é possível dizer que as táticas de posicionamento adotadas e os métodos utilizados para estabelecer alianças se mostraram, mais ou menos, ineficazes, levando o inventor ao isolamento, mas sabendo que tudo não passa de uma fraude, é mais provável dizer que o isolamento era a real intenção de Madureira Pará, pois diminuía o número de pessoas para quem ele deveria se reportar ou dar quaisquer explicações.

O ponto de maior relevância aqui é o poder dado ao inventor, pelo novo Ministro da Marinha, para contratar os trabalhadores necessários para a sua obra por conta própria, pois se em um primeiro momento, isso poderia ser visto como um benefício por tirar o inventor do meio da burocracia imperial, ela acabou por dar a Madureira Pará, pela primeira vez, acesso direto a uma grande soma de dinheiro já que, segundo a ordem do Ministro, o inventor iria pagar do próprio bolso os *jornaes* dos funcionários e depois prestaria contas dos valores ao *Pagador do Arsenal* e receberia o valor pago adiantado de volta.

No entanto, os eventos que descrevemos até aqui, aliados ao pouco que Madureira Pará falava sobre a sua “Máquina”, chamavam a atenção da opinião pública da corte carioca, e por isso, muitas pessoas acompanhavam os trabalhos do inventor por suas publicações nos jornais. Todavia, em razão da forma grandiosa como Madureira Pará descrevia seu invento e de suas constantes menções à “proteção imperial”, um de seus “opponentes” veio à tona, recebendo nome e sobrenome. Dessa forma, iniciou-se a primeira controvérsia: o embate em torno da primazia da invenção ganhou forma quando Venâncio da Silva Velho, um inventor português, também recorreu aos jornais e acusou Madureira Pará de ter-lhe roubado a ideia da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”.

2.4 - Madureira Pará enfrenta o inventor português Venâncio da Silva Velho

Diz Venâncio da Silva Velho, que em o anno de 1823 alcançou invenções mui vantajosas para sem vapor se andar e remar contra o vento, ou sem elle em toda a sorte de Embarcações &c.; cujas vantagens são as mencionadas no requerimento, ou representação N. 1. Que no decurso de dois meses o Supplicante melhorou o conhecimento, destas descobertas, trabalhando no seu particular por meio de

⁹⁴ Declarações. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.16, p.01, 20 nov. 1827. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/8318.

debuxos, e obras de vulto; e se bem que em pequeno ponto veio a certificar-se por experiências, que não eram úteis, ou erradas as suas luzes &c.⁹⁵

Assim começou a reclamação escrita pelo português Venâncio da Silva Velho e apresentada ao Imperador dizendo ser sua ideia a “remagem sem vapor para navios” que Madureira Pará estava construindo no Arsenal. Juntamente a essa reclamação, havia outros projetos de inventos e que, segundo o autor, seriam muito úteis ao Brasil.

Do pouco que conseguimos levantar nas fontes sobre Venâncio da Silva Velho, ele foi um dileitante inventor do início do século XIX. Nascido em Portugal, veio ao Brasil juntamente com a Corte de D. João VI em 1808. O seu sistema de “remagem sem vapor para navios” está incluído em outro invento seu, chamado de “socorro náutico”, cujo projeto original se encontra no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

A reclamação de Silva Velho ilustra bem a forma que alguns inventores tinham de ver as patentes como uma “propriedade”, um título de “mercê”. Assim, mesmo não tendo construído o seu invento, Silva Velho tinha a *autoria da invenção*, e queria ser reconhecido como um *inventor*, mesmo que não tenha feito o uso prático ou uma aplicação econômica de seu invento (MALAVOTA, 2011).

No início do ano de 1828, Silva Velho divulgou amplamente em diversos periódicos a sua reclamação contra Madureira Pará, inclusive a oferecendo por 260 réis pelas 12 folhas do documento⁹⁶. A referida reclamação, contudo, é um dos muitos documentos desta história que se perderam ao longo do tempo, restando-nos apenas uma parte dela que se encontra depositada na Biblioteca Nacional. É curioso notar que a reclamação de Silva Velho só veio a público três anos após o início dos trabalhos de Madureira Pará na “Máquina para Melhoramento da Navegação”, época em que tudo parecia caminhar para o término dos trabalhos com a apresentação do desenho do navio para o Imperador. Madureira Pará, acreditamos, deve ter lido a reclamação e não deixou o inventor português sem resposta.

Entretanto, a reclamação de Silva Velho devia ter alguma substância, pois levou o Imperador D. Pedro I a fazer uma nova visita ao Armazém do Trapiche, e os motivos e resultados dela estão em um ofício de Madureira Pará, publicado no jornal *Império do Brasil: Diário Fluminense*, e datado de 28 de fevereiro de 1828. O seu teor nos mostra que três questões estavam em discussão naquele momento: o dinheiro gasto na obra, a pomposa

⁹⁵ VELHO, Venancio da Silva. **Requerimento encaminhado a S.M.I. solicitando privilégio exclusivo, durante quatorze anos, para a máquina para movimentar barcos sem vela, sem vento e sem vapor.** Manuscritos – C-0350,009. Documentos biográficos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1829-1833.

⁹⁶ Notícias Particulares. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n.85, p.04, 14 fev. 1828. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_01/475.

descrição dos ornamentos do navio e a revelação do funcionamento da “Máquina”, o “segredo” mais bem guardado por Madureira Pará. A controvérsia teve como ponto inicial a pressão pela abertura da “Caixa-Preta” e o inventor, já adotando o tom de perseguido, iniciou o texto da seguinte maneira:

Reflexionando com a madureza, que me adorna o espírito, sobre o preceito que V. I. M. Se Dignou impor-me em o dia de ontem no Arsenal Da Marinha; sou impelido pela justeza do meu caráter, a patentear a V. I. M. os indelévels sentimentos de uma alma que não só O respeita, como O adora⁹⁷.

Após esta breve introdução, Madureira Pará relatou que, ao desprezar as ofertas de ingleses e portugueses pela sua Máquina, agiu com base na expectativa de ser bem acolhido pelo Imperador e pelo Brasil como sua Pátria-mãe. No entanto, ele afirma ter se enganado na segunda parte dessa suposição, uma vez que o país, em particular seus políticos e homens poderosos, o trataram como um aproveitador.

Na sequência, Madureira Pará diz que a sua permanência no serviço para a nação só é possível em virtude da proteção provida por D. Pedro I. A despeito da rejeição com que é tratado, o inventor declarou não buscar quaisquer recompensas financeiras ou prêmios, argumentando que seu serviço ao Brasil e ao Imperador decorre do amor e gratidão que nutre por ambos. Madureira Pará, inclusive, diz que declinou do recebimento da ajuda de custo disponibilizada pelo governo, em razão da sua aversão em se tornar um fardo para o país, dada a condição precária em que se encontra em virtude da guerra em curso.

No entanto, Madureira Pará não deixou de reclamar acerca do fato de não poder usar a “Comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo” que lhe foi dada por D. João VI, e escreveu ainda não querer nada, além de poder cumprir a sua palavra de honra para com D. Pedro e assim que fizesse a prova real do invento, e cumprindo o que ele havia prometido ao Imperador, que fosse dada a sua carta de demissão e que ele fosse dispensado de servir ao Brasil, como já havia antes pedido ao Marquês de Paranaguá em uma representação feita ainda em 1826, na qual cedia seus direitos como inventor da máquina ao Império, pois somente daquela forma teria sossego.

Ao responder a possíveis boatos de que estava perdendo tempo enfeitando demais o navio com o objetivo de atrasar ainda mais a obra, Madureira Pará diz que seus detratores, para destruir sua imagem, se ocupavam com coisas tão pequenas, que tais ornatos que estavam sendo feitos no navio serviam para mostrar ao mundo o triunfo da nação brasileira ao criar a grande máquina que substituiria o vapor nas navegações, e se as barcas de vapor

⁹⁷ Ofício Avulso. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 11, n. 49, 28 fev. 1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/3789>.

que servem apenas para o comércio recebiam todo o tipo de ornato, por que com a sua seria diferente?

Madureira Pará encaminhou a conclusão do ofício dizendo que, se o Imperador desejasse que ele revelasse os segredos de seu invento, ele o faria com a cláusula de que, assim que o fizesse, ele seria dispensado do término da obra. Porém, caso fosse desejo de D. Pedro I que a obra fosse concluída pelo inventor, então não poderia divulgar nada sobre o funcionamento de seu mecanismo. Ao finalizar o ofício, Madureira Pará não pôde deixar de responder a reclamação de seu opositor, Venâncio da Silva Velho, dizendo que caso ele não conseguisse terminar a obra, em nada perderia o Imperador e o Brasil, pois:

Tem dois homens muito hábeis que a podem concluir: que é o atual Construtor do Arsenal da Marinha, que diz publicamente, se eu não fizer andar a embarcação, que ele o fará! Ou quando ele não dê conta da obra, pelos seus muitos afazeres... há esse outro homem, a quem os meus antagonistas pagaram para publicar um papel, que se fundava não só em deteriorar meu crédito, como em provar que eu lhe roubei a invenção, estando em Portugal, e ele no Rio de Janeiro. Pelo expedido está demonstrado, que nada periga ou perde a nação, com a minha morte prematura, e talvez desejada, ou com a minha ausência, antes ganha muito, empregando homens tão abalizados e de tantos merecimentos...⁹⁸

Madureira Pará adotou aqui a estratégia de se vitimizar ao ponto de dizer que seus inimigos desejam a sua morte. Isso o levou a apontar outro “inimigo” além de Silva Velho, o *Construtor do Arsenal*, que ao que tudo indica, seria João dos Santos Primeiro, construtor da Corveta Campista, que foi finalizada no ano de 1826⁹⁹. Seu laboratório permaneceu fechado e a sua “Máquina” também, mas o inventor foi se tornando cada vez mais intransigente conforme avançavam as tentativas de abertura da “Caixa-Preta”.

Por ora, o “inventor” ficaria em silêncio, mas Silva Velho não, e logo uma nova publicação surgiu nos jornais cariocas, era a resposta do inventor português às acusações de Madureira Pará. No início de março, Silva Velho mandou publicar uma carta, também no *Diário Fluminense*, onde relatou que não conhecia João Francisco de Madureira Pará, nunca o viu e nem se embarçou com ele em coisa alguma. Disse também que seu requerimento, apresentado em janeiro daquele ano para o Imperador, apenas questionava o fato de que ele já tinha apresentado um modelo de navegação de sua autoria e, tornada pública a sua invenção, ele se sentiu usurpado quando Madureira Pará foi atendido em seu pedido enquanto ele, com invento semelhante e anterior, não foi.

⁹⁸ Ofício Avulso. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 11, n. 49, 28 fevereiro 1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/3790>.

⁹⁹ Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. **Descrição da Fragata Campista**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/CampistaFragata1826-1846.pdf>.

Reclamou, inclusive, das acusações à sua pessoa, apesar de não constar o seu nome no ofício, feitas pelo inventor paraense na carta de 28 de fevereiro e pediu que Madureira dissesse ao público se tais calúnias publicadas eram endereçadas a ele, pois se não o fizesse sofreria processo pela lei como caluniador. E também que mostrasse um documento autêntico provando a antiguidade de sua máquina e do sistema de remagem de navios sem vapor; porém, segundo ele, mesmo que Madureira Pará fizesse a apresentação de tal documento, de nada valeria, já que não fez nenhuma demonstração pública do invento. Mas aqui, Silva Velho ignora aqui o teste feito por Madureira Pará em 1825.

Silva Velho finalizou a sua carta dizendo que o seu trabalho não o permitiu expor tudo com mais energia e clareza sobre o ofício de Madureira Pará, porém, logo o faria público com a sinceridade própria de um “Brasileiro, que zela a Soberania Nacional e a integridade da Monarquia”¹⁰⁰. Ele prometeu continuar o embate para provar que Madureira Pará roubou a sua ideia. Mas essa última parte do seu escrito nos dá algumas indicações de que outras coisas além da “paternidade da Máquina” estavam em jogo.

Enquanto acabava esta primeira parte do embate entre os dois inventores, Madureira Pará publicava nos jornais vários anúncios de contratação de funcionários para o trabalho na “Máquina”, especificamente buscando por carpinteiros e serralheiros para a conclusão da obra, pedindo que estes se dirigissem à sua casa na Rua Direita, nº. 221¹⁰¹. Entretanto, observamos que as convocações feitas pelo inventor eram mensais, o que indicava uma estranha rotatividade dos funcionários. Logicamente, existe um motivo por trás de tais convocações mensais, e Madureira Pará colocava até mesmo os valores que seriam pagos aos funcionários, como forma de atrair mais trabalhadores¹⁰².

2.5 - “A verdade combatendo a ilusão” e “A verdade triunfante”

Em abril de 1828, Venâncio da Silva Velho voltou à cena para mais um capítulo da controvérsia com Madureira Pará. Silva Velho publicou um panfleto de seis páginas intitulado *A verdade combatendo a ilusão*, na qual tentava provar ser ele o verdadeiro inventor e proprietário do sistema de “remagem sem vapor para navios”, e acusou Madureira Pará de roubar seu invento, a carta estava sendo vendida por 160 réis nas principais lojas de livros do Rio de Janeiro. Juntamente com a carta, ele fez a publicação do requerimento

¹⁰⁰ Particulares. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 11, n. 63, 15 mar. 1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/3844>.

¹⁰¹ Declarações. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.11, p.01, 13 mar. 1828. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/8690.

¹⁰² Declarações. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.21, p.01, 25 jul. 1828. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/9129.

originalmente feito ao Imperador no mês de janeiro, e este estava sendo vendido por 260 réis¹⁰³. Infelizmente, e como já dissemos anteriormente, não conseguimos encontrar um exemplar da carta de Silva Velho, o que nos impossibilitou de fazer uma análise da sua reivindicação.

Entretanto, e à primeira vista, a resposta para as acusações do *coleccionador* não veio de Madureira Pará que continuou com os anúncios nos jornais em busca de operários para terminar a sua “Máquina”. Isso se deu em um folheto intitulado *A verdade triunfante, defendendo a invenção de João Francisco de Madureira Pará e destruindo a impostura de Venancio da Silva Velho*, oferecido “ao Respeitável Público” por um misterioso “J.... A....”, contendo 18 páginas e impresso na tipografia do jornal *Astrea*, o mesmo jornal onde Madureira Pará havia publicado algumas de suas cartas ao Imperador, e tinha o intuito, como diz o seu título de fazer a defesa de Madureira Pará como verdadeiro inventor da Máquina e inocentá-lo da acusação de roubo feita por Silva Velho. Mas na realidade, seu escritor fez uma defesa explícita da “genialidade” de Madureira Pará, enquanto fazia pesadas acusações contra Silva Velho¹⁰⁴.

O “misterioso autor” nos forneceu, logo no início, alguns detalhes sobre o que Silva Velho havia escrito no seu panfleto, dizendo que algumas passagens soam contraditórias e que serviam mais para desacreditar o inventor português, do que como provas a seu favor. Ele se propôs então a apresentar “resultados exatos para que o respeitável Público imparcial” pudesse conhecer o caráter e merecimento de João Francisco de Madureira Pará, e também o de Venâncio da Silva Velho, para depois dizer qual dos dois era o inventor da nova Máquina para a Navegação; e qual deles era o mais digno de louvor.

Na sequência, o autor iniciou uma breve biografia de Madureira Pará desde a sua infância, passando por seus trabalhos em Belém e na fabricação da sua tipografia. Passou então a falar da ida do inventor para Portugal, “e chegando àquele Reino, sempre desejoso de aproveitar os talentos, que lhe deu liberal a natureza, teve a dita de meditar e ‘descobrir’ a Invenção de uma nova Máquina para a navegação”.

Cabe a nós destacar aqui que, apesar do autor ter cometido alguns erros na escrita desta biografia, como por exemplo, Madureira Pará não era um Escriturário, ele era Amanuense; uma tipografia na província não era necessária, Madureira fez a sua por conta

¹⁰³ Obras Publicadas. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.23, p.01, 29 abril 1828. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/8839.

¹⁰⁴ Autor desconhecido. *A verdade triunfante*. Defendendo a invenção de João Francisco de Madureira Pará e destruindo a impostura de Venâncio da Silva Velho. Rio de Janeiro, Officina Typografica da Astrea, 1828. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1474/bndigital1474.pdf.

própria; e os políticos indicados pelo autor como testemunhas deste fato, a criação da tipografia, não estavam sequer na cidade naquele momento, apesar disso, não é incorreto afirmar que o autor escreve a biografia da mesma forma que Madureira Pará contou a sua história no *Discurso*.

Outro erro ocorre quando ele fala sobre a fabricação da Máquina de Navegação, iniciada ainda em Portugal no ano de 1822. Quando tanto o Brasil quanto o Pará se tornaram independentes, o autor diz que Madureira Pará, ao tentar conseguir uma passagem para deixar a Europa, “recorreu ao Encarregado dos Negócios deste Império na Inglaterra, hoje Marquez de Barbacena, e não conseguiu socorros para o seu transporte; que só muito depois pôde obter de outros”. Madureira Pará recorreu, na realidade, ao Cônsul-Geral do Brasil em Portugal, que foi quem conseguiu a passagem de volta para o inventor.

Entretanto, na parte referente à chegada de Madureira Pará ao Rio de Janeiro, o autor não cometeu nenhum erro, colocando com exatidão até a data do teste com o modelo originalmente feito em Lisboa, e que foi apresentado ao Imperador, e termina dizendo que Madureira Pará sofre intensas perseguições para que não conclua a obra, e que é por seu “patriotismo” e por sua “honra” que ainda trabalha pela nação.

A promessa inicial contida no folheto sugeria que seu autor seguiria os mesmos moldes com Silva Velho, no entanto, ele tomou uma abordagem divergente, lançando ataques contra o inventor português ao questionar a sua nacionalidade. Essa questão é abordada pelo autor com base em dois escritos de Silva Velho, nos quais aponta que ele ora se autodeclara português, ora brasileiro. Após isso, o autor passou a questionar a invenção da máquina com base nas duas cartas escritas por Silva Velho, já que na primeira carta, datada de 1827, Silva Velho mencionou que sua ideia foi elaborada de acordo com desenhos e obras de vulto.

No entanto, em sua “Representação” de 1824, apresentada ao Imperador, Silva Velho só fez uma proposta sem desenhos, provas ou modelos. O autor argumenta então que Madureira Pará não poderia ter roubado a ideia de Silva Velho, pois a invenção do paraense data de 1822. Portanto, todas as acusações contra Madureira Pará são infundadas, e para finalizar, o autor resumiu os eventos sobre a tese da invenção de Silva Velho contra a “Verdadeira invenção” de Madureira Pará, em ordem cronológica até o ano de 1825.

Neste ponto, podemos identificar o possível motivo subjacente à controvérsia em questão, a qual parece estar associada a uma disputa entre os dois inventores pela obtenção do apoio do Imperador. De acordo com as informações apresentadas no folheto, Silva Velho teria submetido uma única proposta de invenção a D. Pedro I, também sem seguir os procedimentos estipulados pelo Alvará de 28 de abril de 1809. O autor do folheto identificou

uma série de solicitações feitas por Silva Velho, bem como os auxílios que recebeu do governo. Ao mesmo tempo, o autor indica que existiam discrepâncias entre o que foi solicitado por Silva Velho e o que foi registrado no requerimento e posteriormente na carta enviada por ele.

Desse modo, o autor misterioso acusou Silva Velho de ter solicitado e recebido assistência financeira de Sua Majestade Imperial, e que manteve consigo as obras produzidas no Arsenal, acusando-o também de ser um falsificador e ingrato ao afirmar que lhe faltou tal assistência. Ademais, o autor o descreve como um impostor, ao ter prometido diversas invenções em 1824 e 1825, mas sem apresentar qualquer protótipo ou modelo ao público em quatro anos. Ainda de acordo com o autor, Silva Velho seria mais um transformador do que um inventor, como demonstrado e reconhecido em seu texto.

No decorrer do texto, é introduzida a figura do Imperador, a qual os dois possíveis inventos em questão estariam vinculados, e que talvez fosse o verdadeiro objeto de disputa entre os dois inventores. Por essa razão, o autor do folheto prosseguiu em sua crítica à Silva Velho, buscando demonstrar que as suas acusações também estavam direcionadas ao Imperador, já que em sua segunda carta, Silva Velho teria tratado o invento de Madureira Pará como um mero “divertimento do Imperador”, dizendo que este não tinha qualquer benefício para a Nação, enquanto apenas a sua máquina seria de utilidade pública.

O autor argumentou que Silva Velho nunca forneceu evidências concretas de seu invento, incluindo testes, desenhos ou uma suposta máquina pronta, que ele afirmava estar pronta desde 1824 em um navio no Arsenal. E então fez mais um resumo da vida de Madureira Pará, destacando seus inventos em Belém e Lisboa, e também enfatizou que o Imperador o nomeou “funcionário adjunto” da SAIN, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, “uma organização composta por sábios e respeitáveis Varões Brasileiros”; concluindo o texto com mais elogios ao inventor paraense, ao Imperador e aos membros do Governo que protegem a “Máquina” e seu criador.

No entanto, é total a ausência de informações detalhadas sobre as “máquinas” em questão, incluindo suas composições e funcionamento. A controvérsia entre os dois inventores, que se desenrola ao longo do capítulo, ilustra bem este momento e levanta algumas discussões sobre inventos e inventores no Brasil do Primeiro Reinado, pois, embora exista uma lei que estabelece todos os trâmites necessários para o uso e aplicação de inventos e a concessão de patentes, nenhum dos dois inventores em questão cumpriu rigorosamente essa legislação. Silva Velho, não apresentou em suas reclamações sequer um desenho do seu navio e da sua máquina para análise. Por outro lado, Madureira Pará, que trabalha a três anos

em sua máquina, possuía apenas um modelo de testes e ainda não havia finalizado a construção do seu invento.

O conflito existente entre Madureira Pará e Silva Velho transcende a disputa pela autoria do sistema de “remagem sem vapor”, na verdade, ambos buscam a manutenção do título de inventor e do amparo concedido por uma figura que, por sua posição, pode agir acima das normas legais, o Imperador. O apoio e proteção de Pedro I representam um benefício superior a qualquer patente que ambos poderiam eventualmente obter, posto que, ao que tudo indica a atribuição de “Inventor” possui maior importância que a própria invenção (MALAVOTA, 2011).

Vale ressaltar novamente aqui que, na pesquisa feita para esta dissertação, não conseguimos encontrar nenhum exemplar do requerimento e do panfleto de Silva Velho, tampouco qualquer referência ao seu invento nos jornais da época, ao contrário de Madureira Pará, pois podemos acompanhar todas as suas vicissitudes nos jornais desde a sua chegada ao Rio de Janeiro.

Contudo, encontramos na Biblioteca Nacional um documento de Venancio da Silva Velho escrito em 1833, intitulado *Requerimento a S.M.I solicitando o privilégio exclusivo por 14 anos, para pôr em prática a sua descoberta náutica para movimentar barcos sem vela, sem e contra o vento e sem vapor*, que já mencionamos antes. A partir dele, temos algumas novas informações sobre este embate. Todavia e apesar do título ele trata também de outros projetos e inventos de Silva Velho. O documento está dividido em quatro volumes, e é no segundo volume que está o seu pedido de privilégio e, ao que parece, ele é uma versão “atualizada” do requerimento de 1827, pois, em 1833, existia uma nova lei para inventos e patentes, a Lei de 28 de agosto de 1830¹⁰⁵, que ampliou e substituiu o Alvará de 1809.

No terceiro volume, Silva Velho diz que foi ele o primeiro inventor da máquina “no mundo inteiro” e que ela estava pronta para ser testada, pois encontrava-se armada em um navio no porto. Isso é a mesma coisa que ele disse ao Imperador Pedro I no requerimento de 1827, seis anos antes, e também é igual à falta de desenhos, planos e o projeto técnico do navio e da máquina. As acusações contra Madureira Pará ainda constam neste novo requerimento, mas as citações ao antigo imperador foram retiradas. Seis anos depois do

¹⁰⁵ **Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sancionar, e em que se estabelecem os casos e meios de assegurar aos descobridor ou inventor de uma indústria útil, a propriedade, e o uso exclusivo da sua descoberta, ou invenção, na fôrma acima declarada.** Registrada a fls; 129 do L. 5º do registro de Leis, Alvarás, e Cartas. Secretaria de Estado dos Negócios do Imperio, 30 de Agosto de 1830. - Albino dos Santos Pereira. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viivTodos/C90C5C35B917ADB183257B970055C0B6?OpenDocument&HIGHLIGHT=1.Concede%20privilegio%20ao%20que%20descobrir>.

embate com Madureira Pará e nove anos depois da sua primeira “proposta de invento”, feita em 1824, Venâncio da Silva Velho ainda não tinha sequer um desenho do seu sistema, mas, mesmo assim, buscou mais um privilégio.

Voltando ao ano de 1828, observamos que, ao que parece, Madureira Pará contava com novos aliados, ou pelo menos com um novo aliado, que era o autor misterioso do folheto em sua defesa. É importante, entretanto, destacar algumas características desse mesmo folheto, pois conforme apontamos anteriormente, o autor cometeu alguns erros quando se referiu à vida e aos inventos de Madureira Pará em Belém e Lisboa, ao apontar os seus aliados e amigos nesses dois locais. Porém, quando se tratou do período em que o inventor estava no Rio de Janeiro, não houve qualquer erro, e o texto é rico em detalhes que só Madureira Pará poderia ter conhecimento.

E considerando a diferença de tempo entre a publicação da carta “A verdade combatendo a ilusão” por Silva Velho em abril de 1828 e a data de lançamento do folheto “A verdade triunfante” em agosto do mesmo ano, juntamente com o fato de que este último foi impresso na tipografia do jornal *Astréa*, onde Madureira Pará publicou alguns de seus trabalhos anteriores, podemos levantar a hipótese de que o próprio inventor, Madureira Pará, tenha sido o autor do folheto. É possível que ele tenha usado iniciais falsas para evitar críticas por estar investindo tempo e energia em uma controvérsia, ao invés de se dedicar exclusivamente à finalização de sua “Máquina”.

Pode-se afirmar que Madureira Pará saiu vitorioso da controvérsia em questão? Após a publicação do folheto, Venâncio da Silva Velho não apresentou quaisquer questionamentos adicionais em relação à invenção e criação da máquina, o que sugere que ele possa ter aceitado a sua derrota. Entretanto, a controvérsia evidencia que Madureira Pará não estava em uma posição muito confortável, mesmo após a renovação da sua proteção pelo Imperador, dada a quantidade de questionamentos a que sua invenção estava sujeita, ele não conseguiu angariar aliados capazes de defender a sua posição de forma mais efetiva. É certo dizer que as estratégias adotadas pelo inventor não estavam tendo o efeito desejado e conforme as pressões aumentavam, Madureira Pará ia se tornando cada vez mais intransigente e subindo o tom de vitimismo.

A manutenção da sua estratégia de “perseguido por inimigos” acabou por colocar Madureira Pará em conflito com um novo opositor, dotado de maior inteligência e recursos legais, bem distinto de seu oponente anterior. E uma nova controvérsia teve início quando um ex-aliado de Madureira Pará, Francisco Vilela Barbosa, o Marquês de Paranaguá, reassumiu o cargo de Ministro da Marinha no dia 4 de dezembro de 1829.

Capítulo 3

O “inventor” e o Intendente no campo de batalha: o início da segunda controvérsia

A metodologia principal deste capítulo ainda é seguir os atores envolvidos na controvérsia e descrever as interações que ocorrem entre eles. À medida que avançamos nas fontes, observamos que as dificuldades de leitura e análise aumentam consideravelmente, o que pode ser atribuído ao crescente número de elementos interconectados dentro da rede, particularmente no contexto da controvérsia envolvendo a “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, a fraude de João Francisco de Madureira Pará. Por isso, é necessário analisar e descrever os atores envolvidos e as interações entre eles, já que a rede de atores ao redor da máquina tornou-se complexa e cada vez mais densa. Já o objetivo deste capítulo é descrever a segunda controvérsia envolvendo o “inventor” João Francisco de Madureira Pará, que se tornou ainda mais acirrada que a primeira quando um novo opositor desafiou suas alegações (LATOURE, 2000a).

A controvérsia emerge a partir da disputa entre duas visões distintas e opostas, na qual o inventor faz uma afirmação sobre seu invento e seu maior opositor contesta essa afirmação. Nesse contexto, é possível observar de perto a criação de grupos e anti-grupos, bem como os laços criados dentro da rede sociotécnica e todas as suas ligações com o objeto tecnológico, que já sabemos ser uma fraude. Seguiremos adotando a abordagem e os pressupostos básicos da Teoria Ator-Rede para analisar essa controvérsia, por isso não pretendemos realizar avaliações, grandes comparações ou julgamentos, mas sim descrever, entender, elucidar e explicar a controvérsia (VENTURINI, 2009), com o objetivo de evidenciar as associações, a formação das redes e as estratégias de todos os atores envolvidos.

Agora, façamos uma breve recapitulação desta dissertação desde o seu início até este capítulo: tudo o que temos até agora é uma “afirmação” de Madureira Pará; a de que a sua “Máquina” funciona e é revolucionária. Mas este objeto, a “Máquina”, que já sabemos não ser sua invenção, ainda não apareceu e tudo até aqui é baseado no “empírico”, em uma única experiência feita pelo “inventor”. O que sustenta tal “afirmação” até este momento? Notícias em jornais, ofícios, textos, fontes.

De acordo com Latour (2000a, p. 131), a base para esta “afirmação” deveria ser composta por uma série de elementos, tais como desenhos, gráficos, tabelas, instrumentos e porta-vozes, a fim de fornecer um “arsenal” completo de instrumentos para sustentar tanto a Máquina quanto seu “inventor”. No entanto, a situação atual de Madureira Pará é exatamente oposta, pois ele não dispõe desses recursos. O pouco que havia conseguido anteriormente

perdeu-se, e, apesar de termos o considerado um “mestre” em mobilização, cooptação de aliados e em movimentações, no momento em questão, ele não tem nenhum recurso ou aliado para se defender das críticas à sua afirmação.

E é aqui, nesta nova controvérsia, que surge o maior dos discordantes, o maior antagonista do “inventor”, quem fez de tudo para desacreditar, desagregar e desassociar tudo aquilo que estava contido e relacionado com a “afirmação” feita por Madureira Pará, e este oponente possui, literalmente, um “Arsenal” ao seu favor. Ele representa bem o que Latour (2000a) apontou que seria o papel do “opositor”, um conhecedor de toda a literatura técnica, um visitante do laboratório onde se constrói a “afirmação”, e depois um *impertinente inspetor*, manipulando todos os seus instrumentos para verificar até que ponto a “afirmação” de Madureira Pará era verdadeira e buscando todas as maneiras para desacreditá-lo.

A segunda controvérsia teve início no ano de 1829 e se estendeu até o ano de 1832. Em virtude do extenso tempo, ela será dividida em duas partes, a primeira, presente neste capítulo, vai de 1829 até a metade do ano de 1830, e a segunda parte, que estará no próximo capítulo, vai de 1830 até o ano de 1832. A controvérsia começou quando Madureira Pará vê o retorno de um antigo aliado ao seu antigo posto. O Marquês de Paranaguá voltou ao comando do Ministério da Marinha após o fim da Guerra da Cisplatina e a perda da província por parte do Brasil, e uma das suas missões era fazer uma devassa na Marinha, levantado todos os gastos feitos até aquele momento e fazendo de tudo para cortar despesas desnecessárias.

O Ministro, que, apesar de ter sido indicado ao cargo novamente pelo Imperador, operava agora sob as ordens da Câmara dos Deputados, logo enviou vários ofícios para todos os chefes das instituições que estavam ligadas ao seu Ministério, e uma delas era o Arsenal da Marinha. Foi do Arsenal que saiu o novo antagonista de Madureira Pará e deu-se início a segunda controvérsia, e nela o Marquês de Paranaguá teve um papel crucial, apesar de não saber, pois foi ele que nos mostrou o embate entre o “Inventor” e o Herói da Armada.

3.1 - A devassa no Arsenal da Marinha da Corte

O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro foi fundado em 1763 por ordem do rei português D. José I, como parte dos esforços de modernização e fortalecimento da Marinha Portuguesa. O objetivo era criar uma base naval capaz de abrigar e reparar navios de guerra, além de produzir e armazenar equipamentos navais.

Durante os primeiros anos, sob a direção de Antônio Álvares da Cunha, o Arsenal foi utilizado principalmente para construir e reparar navios mercantes, sendo o primeiro deles a nau *São Sebastião* de construtor desconhecido e que comportava uma tripulação de

aproximadamente 1000 homens, mas em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, o Arsenal passou a ter uma nova importância estratégica. Com o apoio do príncipe regente D. João, foram realizados investimentos para modernizar as instalações e equipamentos do Arsenal, e foi criada uma escola de aprendizes para formar trabalhadores qualificados (MOTOYAMA, 2004).

Durante o período do primeiro Império do Brasil, o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro desempenhou um papel fundamental na construção e manutenção da Marinha Imperial. Foram construídos vários navios de guerra, como a fragata Niterói e a corveta Dom Afonso, além da condução de reparos em outras embarcações. Além disso, o Arsenal foi responsável pela produção de diversos equipamentos navais, como âncoras, cabos e velas, e pela construção de instalações portuárias, como o cais da Imperatriz. O Arsenal também teve um papel importante na formação de marinheiros e oficiais, através da Escola de Aprendizes e da Academia Imperial de Marinha.

Contudo, desde o ano de 1825, mesmo após a construção da corveta Campista – entre 1824 e 1826 – as condições de instalação do Arsenal da Marinha, no Brasil eram consideradas precárias. Em comparação com outras nações, o Arsenal era considerado atrasado tecnologicamente, e alguns prédios importantes, tais como o da Intendência, encontravam-se em estado de ruína¹⁰⁶. Cabe salientar que, de acordo com o Alvará de 3 de junho de 1797, o qual regulamentava todo o funcionamento do Arsenal, a posição de Intendente era sempre ocupada por um oficial da Marinha, e isso não foi modificado mesmo com a chegada da Família Real em 1808, e com a independência do Brasil em 1822.

Quando o Marquês de Paranaguá reassumiu o cargo de Ministro da Marinha no Império brasileiro, nomeou o Almirante Luiz da Cunha Moreira como Intendente do Arsenal. Além disso, o Almirante foi designado para integrar uma “comissão” com uma função a ser elucidada mais adiante neste capítulo. Apesar de expressar sua insatisfação ao Ministro sobre a redução em seu salário decorrente da nomeação para o cargo de Intendente¹⁰⁷, o Almirante recebeu do Imperador a promessa de que sua “representação” seria devidamente considerada em momento oportuno.

Antes disso, foi instaurada outra comissão de grande relevância para esta controvérsia denominada “Comissão de Marinha e Guerra sobre o orçamento do Ministério da Marinha”. Essa comissão era composta por alguns Deputados e liderada pelo Deputado Raimundo José

¹⁰⁶ GREENHALGH, J. **O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro na História**. Vol. 1. Rio de Janeiro, Editora Noite, 1951.

¹⁰⁷ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 17, 23 janeiro 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6051>.

da Cunha Matos, militar e historiador que já havia ocupado o cargo de Vice-inspetor do Arsenal da Marinha em 1819. O propósito da Comissão era elaborar um extenso relatório sobre os gastos da Armada Imperial, a fim de indicar e implementar cortes orçamentários, especialmente em relação ao pessoal, após a guerra da Cisplatina. O relatório, que seria apresentado à Câmara dos Deputados pelo Ministro da Marinha, tinha como finalidade fornecer um levantamento completo dos gastos da Armada Imperial e propor medidas para uma gestão financeira mais eficiente.

A função básica desta Comissão consistia em reduzir despesas desnecessárias e viabilizar a dispensa de funcionários, exigindo, por conseguinte, uma extensa coleta de informações acerca de todas as repartições atreladas ao Ministério. Tal processo implicou a emissão de um considerável fluxo de correspondências e requisições, por meio de ofícios enviados pelo Ministro e da apresentação das respostas pelos diretores das repartições. Cumpre destacar que tal dinâmica não se restringiu à esfera do Ministério da Marinha, uma vez que todos os demais ministérios de estado adotaram a mesma medida, estendendo-se até mesmo às províncias, sobretudo àquelas mais afetadas pela guerra da Cisplatina. Com o intuito de viabilizar a divulgação do relatório de produção, todos os ofícios enviados por Paranaguá eram publicados no periódico oficial do governo, o *Diário Fluminense*.

De maneira lógica, a análise feita nesta dissertação irá se restringir aos documentos que abordam especificamente o Arsenal da Marinha e a “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, de autoria de João Francisco de Madureira Pará. Apesar de ter estabelecido negociações diretas com o Ministro da Marinha e de ter se reportado, em muitas ocasiões, somente ao Imperador, o “inventor” não detinha total liberdade para conduzir suas atividades enquanto trabalhava em sua máquina. De fato, ele estava sujeito às regulamentações do Arsenal da Marinha e de seus principais funcionários, notadamente o Intendente e o Inspetor.

As estratégias de trabalho de João Francisco de Madureira Pará entravam em conflito com o modelo organizado, baseado em leis e regulamentos, do Arsenal da Marinha, e por isso, o “inventor” passou a considerar todos aqueles que trabalhavam no Arsenal como seus “inimigos”, ansiosos por destruir sua reputação e se apropriar de sua invenção, e ele os acusou publicamente disso em diversas ocasiões, tanto em jornais quanto em cartas dirigidas ao Ministro e ao Imperador.

E este trabalho que o Ministro da Marinha, a Marquês de Paranaguá, e do Intendente, Luiz da Cunha Moreira no Arsenal, talvez como resultado da sua posição proeminente na sociedade da corte ou das expectativas em relação aos seus respectivos papéis, estava sendo acompanhado por diversas pessoas, não somente do Rio de Janeiro, mas também de todo o

Império, como evidenciado por uma notícia publicada no jornal *Astréa*, datada de 02 de março de 1830 e retirada do jornal *Abelha Pernambucana*:

Noticias do Rio de Janeiro nos referem que o Eisel. Ministro da Marinha tem principiado a fazer algumas reformas nos estabelecimentos de sua Repartição, e a ser verdade o que se diz, foi o Arsenal da Marinha da Corte por onde S. Eisel. iniciou estes trabalhos, nomeando para Intendente ao Sr. Luiz da Cunha Moreira, ex-ministro da mesma Repartição (...) é de crer que empregará constante e forte todos os meios ao seu alcance, para trazer aquele maravilhoso Arsenal sob vigilância tal que dele faça desaparecer os escandalosos fatos que o tem tornado celeberrimo na crônica dos Arsenais da Marinha de todas as nações.¹⁰⁸

O autor da notícia em questão, ao mencionar as reformas feitas pelo Ministro Marquês de Paranaguá, e a indicação de Luiz da Cunha Moreira para a Intendência, relata que os problemas e escândalos ocorridos no Arsenal eram amplamente conhecidos e discutidos pela população em geral, e se tais problemas já eram conhecidos em Pernambuco, é de se imaginar a como a corte carioca os encarava. A despeito disso, o autor da notícia elogiou a iniciativa dos líderes mencionados, destacando a importância e a relevância de seu trabalho. Entretanto, outra parte do texto sugere que a tarefa em questão não seria simples, exigindo deles um esforço considerável para enfrentar os desafios e problemas enfrentados pelo Arsenal.

Porém quão grande e quão considerável é esta imensa tarefa! Quanto trabalho há de custar ao Governo e aos respectivos agentes introduzir Ordem, economia e regularidade naquele modelo de Desordem, de desperdícios e de prodigalidades inauditas, com que este Arsenal se tem constituído o mais espantoso sorvedouro dos dinheiros nacionais!! Milagrosa varinha de condão têm sido ele para muita gente má, e que hoje quer à força ser muito de bem e honrada! Mais prodigioso e mais útil ainda que no tempo das Fadas.¹⁰⁹

De acordo com o autor da notícia, o Arsenal da Marinha, havia se transformado em um ambiente de desordem e má fama. Ademais, a sugestão à “Varinha de Condão”, que sustentava muita gente má, poderia estar relacionada ao “inventor” Madureira Pará. Nesse contexto, caberia ao Ministro, Marquês de Paranaguá, realizar a ordenação do Arsenal. Para tanto, o autor da notícia descreve como deveria ser o *modus operandi* do Ministro. O texto sugere que o trabalho do Ministro deveria ser guiado pela honestidade, pela competência técnica e pela objetividade. Igualmente, o autor destaca a importância da transparência e da comunicação efetiva com os demais envolvidos no processo.

O autor da notícia destaca também os conhecimentos teóricos e práticos do Ministro Marquês de Paranaguá para o sucesso de sua empreitada no Arsenal da Marinha. Essas

¹⁰⁸ Correspondência. *Astréa*, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 539, 02 mar. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749700/2259>.

¹⁰⁹ Idem.

habilidades seriam fundamentais para que o Ministro pudesse compreender a real situação do Arsenal e identificar os problemas que precisavam ser resolvidos. O autor sugere que a situação do Arsenal poderia ser pior do que o que era noticiado, o que reforça a complexidade da tarefa que estava diante do Ministro.

Em seguida, são descritos em detalhes os problemas ocorridos no Arsenal de Pernambuco, demonstrando que as questões relacionadas aos Arsenais não eram isoladas, mas sim um problema nacional. Dessa forma, segundo o autor, fica evidente a importância da atuação do Ministro para solucionar esses problemas e garantir o bom funcionamento das instituições ligadas à Marinha.

Por fim, o autor termina fazendo um apelo ao Ministro para que se dedique com afinco à tarefa de ordenação do Arsenal, destacando a relevância desse trabalho para a Marinha e para o país como um todo. Dessa forma, a notícia sugere que a solução dos problemas enfrentados pelo Arsenal era uma questão de grande interesse público, o que reforça a importância da atuação do Ministro e a urgência da situação.

Em resumo, o papel do Ministro Marquês de Paranaguá era trazer ordem ao Arsenal da Marinha. Essa ordem seria alcançada por meio da informação, uma vez que a ordem é uma forma de informação que serve a um objetivo¹¹⁰. O objetivo principal do Ministro era reduzir os gastos do Arsenal, e para isso, era necessário implementar um sistema de ordem eficiente. No entanto, essa desordem criava um caos que imperava no Arsenal e do qual o “inventor” Madureira Pará tirava proveito. Esse personagem é beneficiado por uma série de eventos desordenados que, vista de longe, parecem aleatórios, mas que foram cruciais para seus objetivos. E é importante destacar que, segundo Kurzweil (2007), o caos e a ordem são duas faces da mesma moeda e dependem um do outro para existir.

Dessa forma, é a partir dos ofícios enviados pelo Ministro que será possível perceber a interação entre os funcionários do Arsenal e Madureira Pará, bem como a importância de um sistema ordenado para a resolução dos problemas enfrentados pelo Arsenal da Marinha. A implementação de um sistema de ordem eficiente, que era o objetivo de Paranaguá, seria fundamental para reduzir os gastos e colocar o Arsenal em funcionamento pleno novamente.

3.2 - A Ordem apresenta o seu soldado

Se já sabemos quem se alimenta do caos nessa controvérsia, é necessário então apresentar seu antagonista, o “Soldado da Ordem”. Esse personagem é o opositor, o maior

¹¹⁰ KURZWEIL, Ray. **A Era das Máquinas Espirituais**. São Paulo: Aleph, 2007.

dos discordantes, que por muito tempo foi apenas uma sombra, um título em uma reclamação. No entanto, agora será revelado por inteiro, com nome, sobrenome e títulos no plural.

Almirante Luiz da Cunha Moreira, futuro Visconde de Cabo Frio, primeiro Ministro da Marinha do Brasil independente. Nascido na Bahia no dia 1º de outubro de 1777 participou da “Conquista de Caiena”, na Guiana Francesa, em resposta à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. Como ministro, ele foi o responsável por organizar a primeira esquadra brasileira, instrumento fundamental utilizado por D. Pedro I para a consolidação da independência, coordenando as batalhas que levaram à união de províncias, que ainda estavam ligadas a Portugal, ao Império Brasileiro, como o Grão-Pará, por exemplo. Devido a sua atuação nesses episódios históricos, Cunha Moreira é considerado um herói nacional com direito a medalhas comemorativas com o seu rosto e uma turma no Colégio Naval que leva o seu nome.¹¹¹

Em 1825, quando Madureira Pará chegou ao Rio de Janeiro, Luiz da Cunha Moreira era membro do *Conselho Supremo Militar e de Justiça*. Cumpre esclarecer que Moreira já não desempenhava a função de Ministro da Marinha, cargo que ocupou de 22 de outubro de 1822 a 15 de novembro de 1823. No mais, pontua-se que, diferente de alguns de seus predecessores e sucessores, foi somente no governo de D. Pedro II é que voltou a ocupar o posto ministerial, apesar de ter ocupado vários outros cargos no âmbito da Marinha Imperial, inclusive. Supomos que, à época, em virtude de ser Chefe de Esquadra, Luiz da Cunha Moreira deve ter estado presente no teste realizado por Madureira Pará do protótipo da sua “Máquina”.

Luiz da Cunha Moreira além de ter sido o primeiro ministro e organizador da “Armada Imperial”, que se tornou o embrião da Marinha Brasileira, desempenhou funções como comandante das “guerras” de adesão das províncias ao Império do Brasil, foi membro do Conselho Militar e ocupou diversos cargos no Arsenal da Marinha, além de ter sido, anteriormente, Intendente e também Inspetor.

Pode-se constatar que a escolha do Marquês de Paranaguá em nomear mais uma vez Luiz da Cunha Moreira como Intendente do Arsenal se baseava no fato de que não havia ninguém com maior capacidade para ajudá-lo neste trabalho, que a notícia acima dizia ser imenso. No entanto, como será demonstrado nas fontes a seguir, Paranaguá descobriu que a “Ordem” já estava deturpada. Afinal, essa estrutura que foi criada nos tempos coloniais

¹¹¹ Colégio Naval Realiza Cerimônia De Encerramento Do Ano Escolar 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cn/node/671>. Acesso em: 20 abr. 2021.

difícilmente poderia continuar válida em um país que agora era um Império. Isso, naturalmente, geraria desordem e caos, e muitos tiraram proveito disso, criando uma nova (des)ordem que o Ministro descobriria ser muito difícil de coordenar para recolocar nos trilhos.

Assim que Luiz da Cunha Moreira assumiu o cargo de Intendente do Arsenal, os ofícios do Ministro começaram a chegar em grande número. É importante ressaltar que estes documentos oficiais foram publicados nos jornais do Rio de Janeiro, pois o Ministro queria manter os deputados, o Imperador e o público a par de todas as suas solicitações. No entanto, são poucos os ofícios com as respostas de Moreira aos pedidos do Ministro aos quais tivemos acesso. Mesmo assim, é possível traçar todo o caminho que esta controvérsia percorreu.

Quanto tempo esses ofícios levariam para alcançar as contas de certa máquina que estava sendo construída há quatro anos e que ainda não estava pronta? E mais, quanto tempo também levaria para o Ministro descobrir que havia muitos outros problemas acontecendo no Arsenal, como desvios de dinheiro, sumiço de madeiras, compras de materiais que nunca aconteceram?

Dezoito dias, demorou dezoito dias para que o Intendente, Luiz da Cunha Moreira, recebesse as primeiras cobranças de Paranaguá. A primeira delas continha um texto curto, mas que evocava a antiga “Ordem” que deveria reger as funções do Arsenal:

Determinando o parágrafo 3 do Alvará de 13 de maio de 1808, que dessa Intendência se remeta mensalmente à esta Secretaria de Estado, mapas do estado desta Repartição, e não se tendo há muito verificado a remessa de tais mapas, cumpre que V.S informe do motivo desta falta. Deus guarde a V.S. Paço, em 22 de dezembro de 1829 - Marquês de Paranaguá - Sr. Luiz da Cunha Moreira.¹¹²

Este foi o primeiro de seis ofícios expedidos pelo Ministro para a Intendência do Arsenal, e a leitura dele já indicava a deturpação da “Ordem”. O segundo ofício refere-se à negociação de aquisição de embarcações “miúdas” na cidade do Porto, em Portugal, em que se destaca a responsabilidade do negociante João Batista Moreira. Com a ausência de informações a respeito dessa transação, o Ministro solicitou ao Intendente a apresentação de todos os contratos, arrematações e vendas realizados pela Intendência no ano de 1828 e 1829.

É importante esclarecer que a negociação mencionada na comunicação do Ministro para a Intendência do Arsenal, sobre a compra de embarcações “miúdas” na cidade do Porto, é relevante para entender alguns dos questionamentos que serão feitos posteriormente pelo Ministro acerca da Máquina de Madureira Pará. Durante certo período entre 1828 e 1829,

¹¹² Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 18, 25 jan. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6054>.

Luiz da Cunha Moreira ocupava simultaneamente os cargos de Intendente e Inspetor do Arsenal da Marinha, o que lhe conferia a responsabilidade pelas compras realizadas para o funcionamento do Arsenal e pela fiscalização do cumprimento das leis vigentes nessas transações. Essa dupla ocupação conferiu a Cunha Moreira a posição de fiscalizar as próprias compras que fazia, sem precisar se justificar perante outras autoridades.

No entanto, o último ofício enviado pelo Ministro é de particular interesse nesta controvérsia, uma vez que apresenta seis questões às quais o Ministro solicitou uma resposta urgente. Além da assinatura do Marquês, o ofício também apresenta a assinatura do Oficial do Estado Maior da Marinha, Joaquim Francisco Leal. O primeiro quesito, dentre os seis apresentados, questiona o Intendente sobre os gastos realizados no Arsenal com a “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, de Madureira Pará.

1 - A quanto montam as despesas até o presente com a máquina de invenção de João Francisco de Madureira Pará, por que modos são feitas estas e fiscalizadas: se os indivíduos nela empregados são apontados e por quem: quem fiscaliza as respectivas fêrias, e o seu pagamento: declarando como se faz este, em que espécie, e quantitativo de cada uma.¹¹³

Embora Madureira Pará pudesse guardar para si o “segredo” do funcionamento da sua “Máquina”, ele não tinha essa mesma opção em relação aos custos de fabricação da mesma para o Império, pois, como mencionado anteriormente, mesmo sendo o “proprietário da máquina”, ele estava sujeito à burocracia do Arsenal. Isso significa que o *Intendente*, Luiz da Cunha Moreira, era responsável pela compra dos materiais solicitados por Madureira, enquanto o novo *Inspetor*, Tristão Pio dos Santos, era quem fiscalizava essas compras. Os funcionários que trabalhavam na construção da máquina eram indicados pelo Imperador e recebiam seus pagamentos do *Pagador*, Diogo Jorge de Brito. Qualquer violação dessa ordem poderia ser considerada crime, dependendo das circunstâncias.

Mas o que os ofícios do Ministro nesta devassa irão nos mostrar é que cometer crimes, ao que parece, era a “ordem do dia” no Arsenal da Marinha da Corte, onde seus três principais funcionários, que há anos se revezavam nos principais cargos, operaram uma “rede de desvios” que, como mencionado, transformaram o Arsenal no órgão que mais gerou gastos ao Império até aquele momento e pouco contribuiu em termos de benefícios. E enquanto percorremos a trilha criada pelos ofícios sobre a “Máquina para Melhoramento da Navegação”, conseguiremos ver os pequenos rastros, às vezes nem tão pequenos, deixados por essa rede.

¹¹³ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 18, 25 jan. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6055>.

Voltemos a focar nos questionamentos acerca do trabalho de Madureira Pará, pois em outro ofício do Ministro, encontramos alguns novos detalhes sobre as despesas feitas pelo governo com a Máquina: o Ministro diz que recebeu o ofício enviado pelo Intendente que foi acompanhado da conta com a despesa da “máquina” de Madureira Pará, até o mês de agosto de 1829, e diz que não pôde deixar de reparar no atraso que existe na escrituração das contas, pois ele apresentou em dezembro a conta que foi feita em agosto, além de pedir ao Intendente que tome providências para colocar as contas em dia, conforme manda a lei, “pois do contrário sofrerá o serviço inconvenientes, e a Fazenda prejuízos, em razão dos abusos e fraudes, que de tal atrasamento podem resultar”¹¹⁴.

Existem duas observações relevantes a serem feitas a respeito deste ofício. Em primeiro lugar, apesar da entrega do navio estar atrasada há quatro anos, um atraso adicional de quatro meses na prestação de contas não parece tão problemático. Em segundo lugar, é importante destacar a velocidade de resposta do Intendente, que, ao receber um ofício com seis quesitos enviados pelo Ministro, o respondeu no mesmo dia, embora tenha respondido a apenas um quesito, especificamente o que tratava da “máquina” de Madureira Pará.

No mesmo jornal, encontramos uma correspondência do Ministro da Marinha que não foi endereçada ao Intendente, mas que é de fundamental importância para se compreender quando teve início a desordem no Arsenal. O ofício em questão foi recebido pelo Marquês de Barbacena, que naquele momento era o Ministro da Fazenda do Império¹¹⁵. Paranaguá, por sua vez, solicitou que fosse extraída e enviada com brevidade uma conta de todos os recursos financeiros que o Tesouro Nacional havia enviado para a Intendência da Marinha, desde o dia 1º de janeiro de 1828 até o momento presente – a saber, o final de 1829. Essa conta deveria incluir uma descrição das espécies monetárias em que os fundos foram entregues ao Tesoureiro Geral da Marinha, a quantidade de cada uma dessas espécies e as datas em que foram entregues.

Inicialmente, o pedido de Paranaguá para que o Ministério da Fazenda fornecesse uma conta detalhada dos recursos financeiros que foram passados à Intendência da Marinha pode ter parecido uma formalidade comum entre ministros, no entanto, esse pedido acabou se tornando um elemento crucial para a investigação do caos que se instalou no Arsenal. Após receber a conta, o número de ofícios que relatavam erros e falhas nas operações do Arsenal aumentou significativamente. Todos esses ofícios foram publicados nos jornais da Corte e,

¹¹⁴ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 19, 26 jan. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6059>.

¹¹⁵ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 19, 26 jan. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6058>.

indicamos que, antes da devassa ter início, em média apenas dois ofícios desse tipo eram publicados diariamente. Após a devassa, esse número aumentou, chegando a ser de seis a oito ofícios por dia, evidenciando a importância da conta fornecida pelo Ministério da Fazenda para a descoberta dos problemas no Arsenal.

Será através dos olhos do Marquês de Paranaguá, que acompanhamos a batalha entre o “Soldado da Ordem” e o “Inventor”, pois, o levantamento dos gastos feitos com a máquina se torna um ponto crucial de interesse para o Ministro. Dessa forma, de um lado, no armazém do Trapiche da Prainha, encontraremos João Francisco de Madureira Pará com sua “Máquina” ainda escondida dos olhares do público. Do outro lado, na sala da intendência do Arsenal, o ex-ministro e atual Intendente, Luiz da Cunha Moreira, que se tornou o principal informante do Ministro, relatando como a ordem estava sendo gerenciada no Arsenal e respondendo a questionamentos sobre problemas que, provavelmente, ele mesmo criou.

Anteriormente, mencionamos a existência de diversos casos de possíveis crimes cometidos pelo Intendente. Optamos, entretanto, por selecionar apenas alguns casos que consideramos cruciais para entender os procedimentos ilícitos de Cunha Moreira e como essas práticas afetaram o trabalho de Madureira Pará.

No primeiro conjunto de ofícios datados em 22 de dezembro de 1829, há uma cobrança do Ministro, endereçada ao Intendente, que se refere à entrega de uma quantia em dinheiro para a compra de barcos que seria realizada na cidade do Porto, em Portugal. Paranaguá solicitou o envio de informações com urgência sobre a ordem de entrega dessa quantia, o seu valor e quando foi entregue ao negociante João Baptista Moreira. Além disso, solicitou também cópias de todos os contratos, arrematações e vendas feitas pela Intendência durante todo o ano de 1828 e até dezembro de 1829¹¹⁶.

Entretanto, em contraste com sua resposta imediata ao ofício referente aos gastos na máquina de Madureira Pará, Luiz da Cunha Moreira optou por permanecer em silêncio temporariamente em resposta ao Ministro e só respondeu uma semana depois. Ao que parece, sua resposta não foi suficiente para atender a todas as informações solicitadas, o que levou Paranaguá a cobrá-lo novamente por meio de outro ofício onde diz que é necessário que se exija do referido negociante uma explicação sobre o motivo pelo qual o acordo ainda não foi cumprido até o momento presente, e pede que Cunha Moreira apresente um relatório sobre o

¹¹⁶ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 18, 25 jan. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6054>.

resultado dessa exigência, incluindo a especificação do pagamento realizado pela Intendência, cujo valor foi de 1:800U000rs¹¹⁷(mais de 220 mil reais, em valores de hoje).

Importante destacar que João Baptista Moreira não era somente um negociante comum, mas sim um notório comerciante de escravos, nascido em Portugal. Além disso, em 1827, foi nomeado Cônsul interino de Portugal no Brasil, e em 1828, esteve em Portugal durante a usurpação da Coroa portuguesa por D. Miguel. Posteriormente, em 1829, Moreira retornou ao Rio de Janeiro e foi nomeado Cônsul Geral em 1830. Em virtude de seus serviços prestados às duas coroas, Moreira foi agraciado com o título de Barão, sendo nomeado Barão de Moreira¹¹⁸.

Após seu nome ser envolvido nesta controvérsia, o diplomata português João Baptista Moreira respondeu ao Ministro argumentando que a compra não pôde ser efetuada devido a um erro de cálculo em relação ao tamanho das embarcações, que deveriam ter 30 palmos de comprimento. Moreira atribuiu a responsabilidade pelo erro ao Inspetor da Arsenal, na época da negociação, Luiz da Cunha Moreira. O conteúdo completo da resposta de Baptista Moreira ao Marquês de Paranaguá não pôde ser encontrado, no entanto, uma correspondência publicada no jornal *Astréa*, em 13 de fevereiro de 1830, assinada por “o que não sofre insultos”, nos forneceu uma visão de como o público em geral estava percebendo essa controvérsia.

Snr. Redator.

Diz o Snr. João Baptista Moreira que o negócio das embarcações miúdas e sua compra, encarregada ao Diplomata Português, não envolveu mistério de Diplomacia, nem segredo de gabinete. Mas o que envolveria a demora da encomenda, para a qual logo recebeu o dinheiro, comprometendo-se a apresentar as embarcações no prazo de 6 meses, e não às apresentando nem ainda passado três anos? Oh! se isso é falta (diz mais o Diplomata) não procede de mim, nem do meu correspondente, e sim de quem calculou a construção de 30 palmos e daí para cima, sem atender a dificuldade da condução, que naturalmente foi o Inspetor daquele tempo.¹¹⁹

Nesta primeira parte da correspondência, são mencionados alguns pontos relacionados a mistérios e segredos de estado, bem como a presença de um “correspondente”. Tais pontos provavelmente foram levantados por Luiz da Cunha Moreira na tentativa de justificar a demora na negociação e também de evitar se indispor com alguém tão próximo do Imperador.

¹¹⁷ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 20, 27 jan. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6063>.

¹¹⁸ Google Books. NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto e. **João Baptista Moreira, Barão de Moreira**-esboço biographico. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert. 1862. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Jo%C3%A3o_Baptista_Moreira_Bar%C3%A3o_de_Moreira/oL3rAAAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0.

¹¹⁹ Correspondência. **Astréa**, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 532, 13 fev. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749700/2230>.

Talvez ele tenha optado por deixar o Marquês e o Cônsul resolverem a controvérsia sozinhos, enquanto se escusava de assumir o seu erro e evitava a descoberta de algo maior.

A continuação da correspondência apresenta acusações contra o Cônsul Português, que é descrito como insolente e zombeteiro. Seu autor afirma que o Cônsul pretendia responder ao Marquês com silêncio, o que seria um desaforo, e sugere que ele devia explicar, de forma mais adequada, a demora na entrega das embarcações e prestar contas do dinheiro entregue. O autor da correspondência também aconselha o Cônsul a ser mais comedido em suas expressões e não ameaçar as ordens do Ministro da Marinha, o que seria “o cúmulo da ousadia estrangeira”. O resultado desta negociação fraudulenta foi a emissão de uma ordem pelo Imperador para que João Baptista Moreira restituísse o dinheiro aos cofres públicos, acrescido de juros, contudo, este montante nunca foi de fato devolvido.

Este caso inicial exemplifica claramente como o Arsenal se tornou o principal órgão que mais despendeu recursos financeiros na Marinha Imperial, efetuando compras ilegais, negociações que não eram devidamente fiscalizadas e elaborando documentos inexistentes. Enquanto o Arsenal se deteriorava, seus funcionários pareciam esbanjar recursos financeiros em objetos que frequentemente não eram entregues ou desapareciam na imensa quantidade de papelada desorganizada, gerando queixas diárias por parte do Ministro.

Tais queixas do Ministro acerca dos problemas na Intendência ficam bem claras na sua fala na Câmara dos deputados, na sessão do dia 25 de maio de 1830, onde fez um apanhado dos problemas enfrentados e buscou dar possíveis soluções para resolver as fraudes. Diz o Marquês de Paranaguá que:

Bem desejava eu dizer o mesmo da intendência da marinha. Pelo contrário, muito há que emendar em semelhante estação que dispõe dos dinheiros e maneja a administração e arrecadação da fazenda. Já durante o meu primeiro ministério reconhecia eu a necessidade de algumas providências; mas não era então a ocasião mais oportuna para reformas, a de uma guerra em que se achavam absorvidos os cuidados do governo, pelo dever de sustentar a integridade do império e a honra e dignidade nacional.¹²⁰

Na sequência, ele narra quais são os grandes problemas que ocorrem dentro do Arsenal, apontando os vícios e possíveis fraudes:

Com efeito, senhores, não se tem ali tomado contas aos mestres das diversas oficinas do arsenal, das matérias que recebem das classes do

¹²⁰ Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão do dia 25 de maio de 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/4607>

almoxarifado para as diferentes obras da sua competência. Tem ali tido lugar uma prática viciosa e abusiva por meio de uma escrituração informe, confusa e irregular. Observam-se ali vícios gravíssimos nos lançamentos das somas que descem do Tesouro, e na sua distribuição, vícios no tomar das contas do almoxarifado e comissários das embarcações, vícios na forma seguida para as despesas de um e de outros, podendo acontecer (e oxalá que não tivesse acontecido) que por este lado venha a fazenda pública a pagar muito mais do que realmente despende com os navios da Armada.

No decorrer do discurso do Ministro, ele diz que existe uma crescente discussão sobre a ocorrência de furtos em embarcações armadas, mas que é importante salientar que essa questão não é tão precisa ou abrangente quanto geralmente se presume. Embora seja verdade que ocorram desvios em tais contextos, estes se limitam àqueles que, do ponto de vista moral, são praticamente impossíveis de evitar. Paranaguá ressalta que o Brasil uma legislação abrangente que visa a prevenir e controlar irregularidades a bordo. O alvará emitido em 07 de janeiro de 1797, segundo ele, constitui um instrumento jurídico que satisfaz plenamente esse propósito, restando apenas a sua devida implementação para a efetivação das medidas necessárias.

E no fim, ele aponta onde o governo deve direcionar as suas forças se quiser mudar o estado crítico de fraudes e roubos no qual se encontra o Arsenal da Marinha Imperial:

Os descaminhos e avultadas dilapidações praticam-se em terra, daí já vão feitas ou preparadas. É nas classes do almoxarifado onde importa evitar que se passem conhecimentos de gêneros supostamente vendidos à Fazenda Nacional, que esta seja lesada com enorme quantidade de gêneros lançados ali em despesa por termos de avaria, os quais uma ou outra vez apareçam a novos exames para se proceder a novos termos e, finalmente, que se passem conhecimentos no valor de dois, a favor daquele que só entrou com um. É sim nesta repartição que o governo tem de fazer muitas e necessárias reformas, por meio das quais consiga afastar dela o espetáculo imoral de uma escandalosa dilapidação. Tempo, porém, é preciso para penetrar em todos os tortuosos esconderijos deste intrincado labirinto¹²¹.

Outro caso emblemático, e que evidencia bem de que maneira a desorganização reinava no Arsenal, se deu por meio da aquisição de cabos navais por Luiz da Cunha Moreira. O Marquês de Paranaguá, por meio de um novo ofício, cobrou do Intendente a efetuação do

¹²¹ Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão do dia 25 de maio de 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/4608>

pagamento relativo à compra de uma “porção de cabos” efetuada junto ao negociante Henrique Jacob Gerger, no montante de 1:545\$655 réis¹²².

O Ministro diz em seu ofício que, mesmo após a comunicação verbal de recebimento dos cabos, o Intendente não havia providenciado os documentos referentes ao destino e à finalidade desses materiais. Além disso, os documentos apresentados pelo Intendente não abarcavam as especificações estabelecidas para a compra de suprimentos, o que sugere uma possível incompreensão ou desvio proposital por parte do Intendente em relação às diretrizes estabelecidas, pois o contrato firmado com o negociante não atendia aos requisitos necessários para a aquisição de gêneros, sendo que somente uma “fatura de pagamento” foi disponibilizada, a qual não constava em nenhum dos registros de pagamentos do Arsenal. Ao final do ofício, o Ministro pediu ao Intendente uma “maior circunspecção nos exames das informações” apresentadas a ele e que são levadas à presença do Imperador, para evitar irregularidades.

Aparentemente, estes incidentes envolvendo pagamentos, ou a ausência destes, de compras por parte de Luiz da Cunha Moreira suscitou fortes suspeitas no Ministro da Marinha de que havia algo seriamente errado ocorrendo no Arsenal, e que os três principais funcionários do estabelecimento talvez estivessem sistematicamente desobedecendo a ordens e buscando enganar qualquer indivíduo que tentasse investigar as atividades. Como resultado, e conforme relatam as fontes, o Ministro da Marinha iniciou uma investigação completa de todos os registros do Arsenal, a fim de determinar a extensão deste comportamento e também se os funcionários estavam, de fato, prejudicando o governo.

Durante todo o ano de 1830, o Marquês de Paranaguá, em sua posição de Ministro, remeteu diversos ofícios ao Arsenal, a maior parte deles dirigidos ao Intendente, seguindo as mesmas diretrizes que havia estabelecido para o inventor paraense. Esses documentos eram enviados e, posteriormente, publicados nos periódicos do Rio de Janeiro, representando o meio pelo qual o Ministro buscou manter o Imperador informado sobre os acontecimentos em questão.

No dia 3 de julho, o jornal *Diário Fluminense* publicou quatro ofícios do Ministro que foram enviados para Luiz da Cunha Moreira. O primeiro ofício abordava a chegada de cal e tijolos provenientes da Bahia, que haviam sido recolhidos ao armazém. O Ministro demandava informações a respeito do efetivo recolhimento do material, bem como sobre o pagamento realizado e a finalidade dada a ele. No segundo ofício, o Ministro requisitou

¹²² Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 41, 22 fev. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6146>.

informações sobre o recebimento de 36 contos de réis do Tesouro Público destinados à construção de três brigues que deveriam ser enviados para os portos de Alagoas, Santos e Paranaguá, bem como sobre a quantia destinada a cada um desses portos. O terceiro ofício se relacionava a uma confrontação de documentos referentes a pagamentos realizados e fundos pertencentes à Intendência, apontando discrepâncias e exigindo esclarecimentos acerca do destino dos valores faltantes. Por fim, o último ofício demandava informações sobre o pagamento dos marinheiros do “Brigue Pirajá”, cobrando explicações sobre eventuais atrasos.

As cobranças presentes nos ofícios remetidos pelo Ministro para Luiz da Cunha Moreira talvez buscassem mostrar como o “Herói da Armada” operava dentro do Arsenal, se ele realmente mantinha tudo sempre em atraso com o intuito de dificultar o acesso às informações e, conseqüentemente, evitar uma eventual investigação. Entretanto, as respostas enviadas pelo Intendente para esta nova série de correspondências remetidas por Paranaguá contêm um erro que pode vir a selar seu destino na Corte Carioca.

No terceiro ofício, com data original de 14 de junho de 1830, o Marquês de Paranaguá redigiu uma mensagem que confrontava as informações apresentadas pelo Contador da Marinha, e que acompanhou um ofício enviado pelo Intendente. Especificamente, o Ministro abordou a quantidade de dinheiro que havia sido transferido da Academia da Marinha para o cofre da Intendência, bem como o produto de multas que havia sido cobrado pela mesma. Para isso, o Ministro comparou as informações fornecidas pelo Contador com a representação do Comandante da Companhia dos Guardas Marinhas, que havia motivado a emissão da Portaria de 10 de dezembro de 1823, e também levou em consideração um mapa demonstrativo do estado do cofre em questão.

Paranaguá conclui dizendo que, conforme a informação fornecida, foram depositados no cofre da Companhia dos Guardas Marinhas um total de 324U200, sendo 100U000 em uma Apólice Portuguesa, 224U200 em papel-moeda da mesma nação, e 698U077rs em prata, além de quantias em notas e em ouro que, juntamente com os valores mencionados, perfaziam o montante de 1:600U. Entretanto, apenas uma Apólice Portuguesa de 100U00 e 241U240rs em prata foram encontrados no cofre após a análise, sugerindo um gasto de 456U839rs em papel-moeda e 224U200rs em moeda corrente. Em vista disso, o Ministro solicitou que o Intendente realizasse os exames necessários para verificar se esses valores foram de fato gastos, quando isso ocorreu e qual foi a finalidade da despesa¹²³.

¹²³ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 16, n. 03, 03 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6558>.

O Ministro da Marinha demonstrou sua determinação em cumprir com suas obrigações, para isso, ele confrontou documentos referentes ao período em que Luiz da Cunha Moreira ocupava o cargo de diretor da Academia da Marinha, apontando possíveis irregularidades financeiras. Diante das acusações, o Intendente não conseguiu encontrar uma justificativa para afastar a atenção do Ministro e, portanto, optou por permanecer em silêncio. Um mês depois, o Ministro solicitou novamente, por meio de um novo ofício, que fosse encaminhada com urgência à Secretaria de Estado da Marinha a declaração exigida no ofício de 14 de junho, que tratava das discrepâncias observadas nos valores recebidos pela Intendência provenientes da Academia da Marinha¹²⁴.

Cunha Moreira agora se encontrava obrigado a responder ao Ministro e foi nesta resposta que ele cometeu uma grave falha. Ao encaminhar sua aguardada resposta, a chamada “Apólice Portuguesa”, anteriormente registrada como armazenada nos cofres da Intendência, simplesmente desapareceu. O Marquês de Paranaguá notou imediatamente a ausência incomum e mencionou que, no mapa demonstrativo do estado atual do cofre geral da Marinha, que acompanhava o ofício enviado pelo Intendente, a “Apólice Portuguesa”, cujo valor era de 100U000rs não constava mais, e não havendo qualquer observação no mapa que indicasse o destino da referida Apólice, era necessário que o Intendente declarasse prontamente o motivo para a falta da mesma¹²⁵.

Para apresentar uma demonstração mais aprofundada da desordem causada no Arsenal pelo Intendente, bem como da sua situação em relação ao Ministro, neste mesmo jornal encontramos outro ofício que o cobrava por diversas transações realizadas no Arsenal, as quais apresentaram problemas e para as quais o Ministro aguardava uma resposta desde março de 1830.

A pressão sobre o Intendente se intensificou à medida que o Ministro da Marinha adquiriu acesso a vários documentos e identificou os diversos problemas no Arsenal. Várias instâncias de desvio de fundos ou de materiais foram descobertas por Paranaguá, inclusive a detecção de notas falsas, bem como de compras não pagas no Arsenal. Ocorrências de funcionários fantasmas e desvio de fundos do Monte Pio da Marinha também foram encontradas.

Para abordar de forma concisa toda a desordem dentro do Arsenal e suas implicações em todos os locais relacionados, uma dissertação adicional seria necessária. Os ofícios do

¹²⁴ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 16, n. 47, 24 ago. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6734>.

¹²⁵ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 16, n. 48, 25 ago. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6738>.

Ministro e suas cobranças acabaram por abalar o prestígio e influência de Luiz da Cunha Moreira junto ao Imperador, restando apenas ao Intendente apresentar uma reclamação ao Parlamento sobre uma suposta perseguição que ele estaria sofrendo por parte do Marquês de Paranaguá.

Nesse sentido, podemos levantar a hipótese de que os procedimentos adotados por Luiz da Cunha Moreira, na condição de Intendente do Arsenal, podem ser caracterizados como *corrupção*, aqui conceituada como o uso do poder ou autoridade para obter vantagens e apropriação de recursos públicos em benefício próprio. Ao que as fontes indicam, o Intendente colocou pessoas de sua confiança em posições estratégicas, aproveitou-se da alta rotatividade de ministros e se beneficiou do grande volume de recursos recebidos pelo Arsenal devido à Guerra da Cisplatina.

Entretanto, é preciso retornar ao início de 1830 e direcionar nossa atenção ao outro lado do campo de batalha, aquele que Luiz da Cunha Moreira usava para esconder os seus crimes da vista do Ministro, direcionando-a para um local que já havia consumido uma grande quantia de recursos públicos e que ainda se encontrava fechado. O Armazém do Trapiche da Prainha, onde estava a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” de João Francisco de Madureira Pará.

3.3 - Os inimigos batem à porta: as acusações contra Madureira Pará

E se estamos falando de objetos não entregues pelos quais o Arsenal despendeu grandes quantias de dinheiro, logo o alvo do Ministro da Marinha seriam as atividades do inventor paraense, João Francisco de Madureira Pará. Em 1830, completava-se o quinto ano dos trabalhos em seu grande invento, a “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, e é razoável presumir que Madureira Pará já estivesse ciente dos questionamentos do Ministro acerca dos gastos feitos com o seu “invento”.

Entretanto, é possível que o inventor não estivesse tão preocupado com tais questionamentos, sobretudo em virtude do apoio que recebera do Marquês de Paranaguá quando chegara ao Rio de Janeiro, em 1825. Todavia, Madureira Pará talvez não estivesse levando em conta a possibilidade de que o “Leviatã”, que lhe havia concedido generosos recursos, pudesse retirá-los tão prontamente quanto os havia disponibilizado, ou até mesmo de forma ainda mais rápida.

No dia 26 de janeiro de 1830, o Ministro, após obter as respostas fornecidas por Luiz da Cunha Moreira acerca dos gastos com a “Máquina”, encaminhou um breve ofício para João Francisco de Madureira Pará. Esse ato pode ter sido motivado pela intenção de realizar

uma comparação entre as respostas do Intendente e do inventor, bem como para firmar uma decisão acerca da continuidade dos trabalhos. O ofício em questão apresentava três questões específicas que deveriam ser respondidas por Madureira Pará.

V. M. me informará com urgência sobre os seguintes quesitos: 1º- o que lhe falta para concluir a obra, de que se acha encarregado? 2º- que tempo será para isso necessário? 3º- finalmente a quanto montará a despeza, que terá ainda que fazer-se com tal obra?

Deus guarde a V. M. Paço em 26 de janeiro de 1830 - Marquês de Paranaguá - João Francisco de Madureira Pará.¹²⁶

O inventor paraense prontamente atendeu às questões levantadas por Paranaguá, utilizando sua peculiar maneira de se expressar. Entretanto, ele devia ter conhecimento de que a intensa investigação realizada nas finanças da Marinha Imperial, proposta pela Câmara dos Deputados e executada pelo Ministro com determinação, poderia comprometer a continuidade da sua fraude, e ele teria que ser extremamente habilidoso para não ser descoberto. O que veremos daqui para frente serão as estratégias utilizadas por Madureira Pará com o objetivo de sustentar a sua fraude diante da pressão do governo e de seus “inimigos”.

Contudo, antes de adentrarmos no conteúdo do ofício de Madureira Pará, é pertinente apresentarmos um breve resumo sobre o personagem principal da segunda controvérsia neste momento, o Ministro da Marinha, Francisco Villela Barbosa, o Marquês de Paranaguá. Tal contextualização é necessária para melhor compreensão acerca das motivações por trás das decisões tomadas pelo ministro, quando este recebe a resposta de Madureira Pará.

Francisco Villela Barbosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1769, e, como quase todo fidalgo brasileiro, viajou para Portugal para estudar em Coimbra, se formando em Matemática. Entrou para a Marinha portuguesa como primeiro-tenente em 1801 e depois foi professor na Academia da Marinha de Portugal até 1822, ano da independência do Brasil. Depois disso, foi nomeado coronel graduado do Corpo de Engenheiros, Ministro do Império em 1823, anos em que também era vice-secretário da Real Academia de Ciências; em 1825, foi nomeado como Ministro da Marinha, o que se repetiu em 1829. Também foi escritor de livros sobre geometria que foram usados na Academia da Marinha, na Academia Militar e na Escola Politécnica de Lisboa¹²⁷.

Terminada esta pequena biografia do Ministro, tendo como foco a sua formação científica, passaremos então ao ofício de Madureira Pará. Contudo, faremos uma modificação

¹²⁶ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 29, 08 fev. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6098>.

¹²⁷ OLIVEIRA, José Carlos de. **D. João VI: Adorador do Deus das Ciências?**. Rio de Janeiro. E-papers. 2005.

na sequência de sua resposta, uma vez que a resposta ao primeiro quesito levantado pelo Ministro contém, em nossa opinião, um erro crucial cometido por Madureira Pará em sua tática de continuar “trabalhando em seu invento”. E este ofício¹²⁸, diferentemente de outros remetidos por Madureira Pará, não foi publicado nos periódicos do Rio de Janeiro, o que, possivelmente, se deve ao teor das respostas oferecidas pelo inventor ao Marquês de Paranaguá.

Em sua resposta ao segundo quesito, Madureira Pará diz que, regulando o tempo pelo trabalho que já se tem feito, e pelo que ainda há para fazer, atento aos inconvenientes provocados pela fundição do ferro, dizendo que é preciso muitas vezes refundir sete e mais vezes uma peça, para que ela estivesse em perfeito estado de uso, o que o faz perder tempo, e triplicou as despesas da “Máquina”, além do grande trabalho que dá o ajuntamento de peças feitas truncadas em diversas partes; além de outros tropeços causados pelos operários, não é possível para ele dar um tempo certo para concluir os trabalhos.

Para um trabalho que se iniciou em 1825, dizer ao ministro, em 1830, que não sabe quando este trabalho irá acabar, não nos parece, a princípio, a resposta mais adequada a ser dada por Madureira Pará, além de justificar a demora no término do trabalho pelos obstáculos que têm surgido durante o processo e que não são de sua responsabilidade, mas sim dos “outros”, de seus “inimigos”.

Madureira Pará afirmou ao Ministro que a conclusão da “Máquina” ainda em 1830 seria possível se este o fornecesse mais dez serralheiros bons, seis carpinteiros de machado escolhidos, vinte serventes para moverem os grandes pesos, prontidão no fornecimento das matérias primas, além do pagamento imediato dos funcionários envolvidos no projeto, a fim de evitar a acumulação de dívidas. Madureira Pará também mencionou que as alterações frequentes no projeto têm produzido grandes empecilhos nos trabalhos e que tem sofrido impertinências e disparates dos trabalhadores devido à falta de pagamentos dos seus *jornaes*¹²⁹. A estratégia de Madureira Pará nos parece ser a de ganhar mais tempo e acesso direto a mais recursos, sem ter que passar pelos três principais funcionários do Arsenal, o *Intendente*, o *Inspetor* e o *Pagador*.

Já na sua curta resposta ao terceiro quesito, que é “a quanto montará a despeza, que terá ainda que fazer-se com tal obra?”, Madureira Pará diz que tendo como base a despesa que ainda terá que ser feita, e mais os pagamentos operários e serventes necessários para se

¹²⁸ Papel Avulso. Carta ao Marquês de Paranaguá, datada de 01 fev. 1830, págs. 2-3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1461/bndigital1461.pdf.

¹²⁹ Papel Avulso. **Carta ao Marquês de Paranaguá**, 01 fev. 1830, pág. 3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1461/bndigital1461.pdf.

terminar o trabalho, ele calcula que, sem contar a despesa feita até o fim de janeiro daquele ano, o valor necessário para concluir a Máquina não passará de “cento e vinte contos de réis. Eis o que me cumpre informar a V. Ex. para deliberar com aquela justiça em que confia toda a Nação Brasileira”¹³⁰.

Talvez, apenas o acréscimo de 120 contos de réis nas despesas feitas com a “Máquina” de Madureira Pará, e que ainda não tinham sido completamente calculadas pelo Ministro, já seria motivo suficiente para uma deliberação contrária aos desejos do inventor por parte do Marquês de Paranaguá. Contudo, acreditamos que a resposta ao primeiro quesito, somada com acusações feitas por Luiz da Cunha Moreira contra Madureira Pará, tenham tido grande importância para os acontecimentos vindouros.

Em sua resposta ao primeiro quesito: “o que lhe falta para concluir a obra, de que se acha encarregado?”, João Francisco de Madureira Pará diz que a sua “Máquina” é composta de “quinze mil e oitocentas peças metálicas”. Entre grandes e pequenas, ele diz que “onze mil e setecentas” já estão prontas, e que ainda restam por fazer, para a total conclusão da “Máquina”, “quatro mil e cem peças”, sendo a maior parte dessas, miudezas, e mais fáceis de se construírem¹³¹.

15.800 peças, quinze mil e oitocentas peças de metal feitas para uma “Máquina” que o próprio “inventor” dizia ser “cinco vezes menor que a máquina de vapor” é, sem dúvida, um número absurdo, e se esta é a nossa reação lendo o ofício duzentos anos depois do ocorrido, podemos tentar conjecturar como reagiu o Marquês de Paranaguá, um Ministro formado em Matemática, escritor de livros de geometria e soldado da Marinha ao ler tal resposta dada por Madureira Pará.

Mas antes de passar para as deliberações do Ministro, o inventor, ao final do ofício, tenta justificar esse número absurdo de peças dizendo que ele se tornou seis vezes maior do que devia ser, pois foi preciso fazer uma divisão das peças maiores que não puderam ser forjadas inteiras, dada a “configuração e volume” deste material. Madureira Pará diz que a culpa disso é “o grande atrasamento em que se acha a Indústria no Brasil”, e por conta disso ele tem que criar artistas próprios para este trabalho, mas que o abandonam logo depois, e também por não haverem fundições capazes de criar peças de grandes dimensões.

Assim, ele diz que é obrigado a subdividir um grande número delas, e fez isso em algumas mais de cem vezes, mas se manteve atento a sua “forma e grandeza, como o

¹³⁰ Papel Avulso. **Carta ao Marquês de Paranaguá**, 01 fev. 1830, págs. 4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1461/bndigital1461.pdf.

¹³¹ Papel Avulso. **Carta ao Marquês de Paranaguá**, 01 fev. 1830, págs. 1. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1461/bndigital1461.pdf.

Ministro bem poderia examinar”. Ele finaliza dizendo que, se tais dificuldades fossem destruídas, ele poderia reduzir o custo da sua “Máquina” em dez vezes, não somente pelo menor número de peças, mas também pela mão de obra, e diz ainda que poderia reduzir a despesa em *vinte vezes* se tivesse acesso ao “ferro das nossas inesgotáveis minas”¹³².

No primeiro capítulo desta dissertação, nós falamos sobre o “semear de controvérsias”, para fazer referências a algumas coisas feitas, escritas ou faladas por Madureira Pará quando este estava em Belém, e depois em Lisboa, trabalhando nos seus “inventos”, a fala dele aqui, dizendo que um dos problemas que enfrenta se dá por conta do “atrasamento da Indústria no Brasil”, já havia sido utilizada por ele para se referir às dificuldades que teve na criação de sua tipografia em Belém. Madureira Pará repete a sua estratégia de “superação”, dizendo que apesar de todos os “problemas” que enfrenta, ele pode concluir a obra apenas com a sua genialidade, e ele teria mesmo que ser um *gênio* para explicar ao Ministro como conseguiu subdividir *uma* peça em *mais de cem* para depois fazê-la funcionar da mesma maneira.

E a capacidade de João Francisco de Madureira Pará em conectar todas as 15.800 peças da sua “Máquina” sozinho, deve ter sido outra questão que passou pela cabeça do Ministro. Em uma comparação grosseira, e um tanto anacrônica, um carro de Fórmula 1 – um dos veículos mais avançados tecnologicamente do século XXI que é movido por um motor – é composto por 14.500 peças e requer a colaboração de até 130 pessoas para fabricá-lo e montá-lo simultaneamente¹³³. No entanto, a “Máquina” de Madureira Pará, no século XIX, possuía 1.300 peças a mais do que um carro de Fórmula 1 e o “inventor” dizia ser capaz de dividi-las e montá-las sozinho.

Utilizando mais uma vez os escritos de Latour (1996) como base, podemos inferir que o projeto da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” desafiava o senso comum da época. E o fato de que ninguém chegou perto de descobrir as suas mentiras e desmascarar a sua fraude, talvez nos deixe apenas com duas soluções para esta controvérsia: ou todos os atores envolvidos até aqui são incompetentes, e a desordem no Arsenal da Marinha fez com que ninguém conseguisse perceber o engodo, ou então existe mais alguém nesta controvérsia, além do próprio “inventor”, que tinha uma estratégia clara e que estava embolsando muito

¹³² Papel Avulso. **Carta ao Marquês de Paranaguá**, 01 fev. 1830, págs. 1-2. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1461/bndigital1461.pdf

¹³³ Conheça, em todas as etapas, como é fabricado um carro de Fórmula 1. **Redação Motorsport.com**. Disponível em <https://motorsport.uol.com.br/f1/news/conheca-em-todas-as-etapas-como-e-fabricado-um-carro-de-formula-1/7657669/>. Acessado em 18 nov. 2022.

dinheiro, e se tivermos que descartar a primeira solução, não poderemos fazer o mesmo com a segunda.

Porém, quem de nós poderia resolver esta controvérsia? “Ninguém” é a resposta. Em nossas posições de historiadores, avaliadores, leitores e analistas, estamos longe do papel de juízes deste caso. Mais uma vez, nós não julgamos os atores, não podemos fazer isso estando aqui, no futuro, lendo as fontes, quase duzentos anos depois destes acontecimentos.

Este papel cabe a outro ator da controvérsia, aquele que estava lá, tentando restabelecer a ordem, participando da controvérsia no passado, enquanto ela é um presente em movimento¹³⁴. E assim como João Francisco de Madureira Pará e Luiz da Cunha Moreira, ficaremos no aguardo das deliberações de Francisco Vilela Barbosa, o Marquês de Paranaguá, pois está nas mãos dele o destino dos dois combatentes desta controvérsia.

Todavia, antes da tomada de decisão do Ministro, Luiz da Cunha Moreira tentou piorar a situação do inventor paraense por meio do envio de documentos assinados pelo segundo Pagador do Arsenal, que era o responsável por pagar as jornadas dos operários que trabalhavam na máquina. Os documentos mostravam que, contrariando a lei governamental, era Madureira Pará que recebia todo o dinheiro, e era ele próprio, e não o Pagador, quem distribuía o dinheiro entre os funcionários responsáveis pelos trabalhos na sua “Máquina”. O intuito do Intendente era levantar suspeitas de que o inventor poderia estar desviando dinheiro público. O Marquês de Paranaguá, logicamente, não deixou que este abuso continuasse ocorrendo.

Em resposta, o Ministro solicitou ao Intendente que ordenasse ao Pagador para que fosse enviada com urgência, uma nota contendo informações precisas sobre as quantias pagas em relação às férias correspondentes à obra da “Máquina” de João Francisco de Madureira Pará, com detalhes específicos sobre os valores pagos em bilhetes de banco e moedas de cobre. E sobre as informações recebidas de que Madureira Pará estaria, abusivamente, recebendo o pagamento dos funcionários que trabalhavam sob a sua direção, para que posteriormente, ele fizesse a distribuição do dinheiro, o Marquês, evocando a figura do Imperador, determinou que este procedimento fosse imediatamente interrompido e que a Lei fosse seguida em relação ao pagamento das férias de todos os funcionários do Arsenal¹³⁵.

É possível dizer aqui que o Intendente teria como objetivo acusar Madureira Pará de práticas ilícitas talvez para desviar a atenção de suas próprias condutas questionáveis. No

¹³⁴ LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

¹³⁵ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 32, 11 fev. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6111>.

entanto, é importante destacar que o Ministro não é ignorante em relação às atitudes de Cunha Moreira, uma vez que há outros dois ofícios publicados no mesmo periódico que denunciam violações das leis que regem o Arsenal por meio de conversas e bilhetes. O Ministro caracteriza esses comportamentos como abusos que se introduziram na marcha do serviço desta Repartição, destacando que até mesmo um simples bilhete pode interromper a observância da Lei. Assim, é possível dizer também que nenhuma Lei é de fato seguida no Arsenal em questão.

Entretanto, apesar das comunicações e respostas trocadas tanto pelo inventor como pelo Intendente, o Ministro ainda buscava uma resposta para uma importante questão: qual seria o valor total das despesas feitas pelo governo imperial com a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” de Madureira Pará, desde o ano de 1825 até o presente momento em 1830? Acreditamos que esta seja a questão central que precisa ser esclarecida a fim de permitir que o Ministro tome uma decisão definitiva sobre o futuro da “Máquina”. Com o objetivo de esclarecer esta questão, foram enviados dois breves ofícios ao Intendente. O primeiro ofício solicitava o seguinte:

Para se haver perfeito conhecimento da despesa feita com a máquina da invenção de João Francisco de Madureira Pará, cumpre que V. S. declare se nas contas, que já transmitira de tal despesa, vem incluídas as que se fizeram pelas Repartições do Exército, e da Fazenda, ou somente aquelas que se tem abonado por essa Repartição. Deus guarde a V. S. Paço em 06 de fevereiro de 1830 - Marquês de Paranaguá - Luiz da Cunha Moreira.¹³⁶

Já o segundo ofício do Ministro, com a mesma data do primeiro, e publicado no mesmo periódico, apresentava a seguinte indagação:

Não se tendo designado, nem no orçamento apresentado em ano próximo passado, nem nos anteriores, quantia alguma para as despesas com a máquina, em que se trabalha, da invenção de João Francisco de Madureira Pará; cumpre que V. S. declare, se no cálculo das despesas das férias do Arsenal, se compreenderam àquelas; e no caso contrário, a razão desta omissão. Deus guarde a V. S. Paço em 06 de fevereiro de 1830 - Marquês de Paranaguá - Luiz da Cunha Moreira.

Luiz da Cunha Moreira era, na qualidade de Intendente do Arsenal da Marinha, incumbido de informar o governo acerca de todas as obras em andamento na referida repartição e, inexplicavelmente, não incluiu o montante financeiro necessário para dar continuidade à obra da “Máquina” de Madureira Pará no orçamento apresentado ao governo, e embora a resposta do Intendente aos dois ofícios seja mais um documento perdido desta controvérsia, o resultado de sua manifestação é conhecido. Em 11 de fevereiro de 1830, cinco

¹³⁶ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 34, 13 fev. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6118>.

dias após a emissão dos ofícios pelo Ministro da Marinha, a decisão final deste sobre o destino da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” de João Francisco de Madureira Pará foi divulgada nos periódicos do Rio de Janeiro, em um longo ofício assinado pelo Marquês de Paranaguá.

Na primeira parte do ofício, o Ministro diz que o governo imperial gastou com a “Máquina” de “invenção” de João Francisco de Madureira Pará, até o fim de dezembro de 1829, a enorme quantia de 230:323U028rs, incluídos neste valor os suprimentos feitos pelas Repartições de Guerra, e da Fazenda, e sem contar o valor do navio onde a “Máquina” deveria ser montada.

Depois diz o Ministro que, a partir das informações dadas pelo próprio “inventor”, para a conclusão desta “Máquina” seria necessário o gasto de 120:000U000rs a mais, e mais um ano de trabalho, e que tal despesa não aparecia nos orçamentos apresentados ao Corpo Legislativo, e por conta disso, não havia valor nenhum reservado para estes trabalhos, que só poderiam seguir em frente se alguma outra obra fosse prejudicada, o que, segundo o Ministro, não poderia acontecer, já que ele considerava todas como “indispensáveis a bem do serviço da Repartição da Marinha”.

Então, o Ministro e o Imperador resolveram que o Intendente deveria “tomar conta do armazém, onde se acha a sobredita máquina”, que todos os trabalhos fossem imediatamente suspensos, e uma *Comissão* foi indicada para “examinar o estado da obra e dar a sua opinião sobre o resultado”, que o “Inventor”, Madureira Pará, deveria estar presente no dia do exame da Comissão, “a fim de dar as explicações que forem necessárias”. No final do ofício, constam os nomes dos membros da *Comissão*: o Chefe de Esquadra Graduado, Tristão Pio dos Santos, o Brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres, e o Capitão de Engenheiros Pedro José Pezerat, e o Ministro finalizou o ofício pedindo ao Intendente que “facilite todos os meios para que a Comissão preencha os fins a que se destinam”¹³⁷.

O governo ainda não havia descoberto o “grande segredo” de Madureira Pará, mas ao tirar o seu acesso à “Máquina”, já que ele não poderia mais entrar no armazém, e nomeado uma *Comissão* para avaliar os trabalhos feitos, ele ficaram bem próximos de descobrir a sua fraude, e acreditamos que tal situação deva ter sido desesperadora para Madureira Pará. O embargo da “Máquina” se deu pelo seu alto custo para o governo, e lembremos que a função maior do Ministro era cortar gastos, e o gasto que foi feito em um objeto que sequer estava pronto, era enorme – mais de 230 contos de réis –, e Pará ainda disse precisar de mais 120

¹³⁷ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 37, 17 fev. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6130>.

contos para finalizar a “Máquina”. Fazendo uma conversão hipotética desses valores, sem levar em consideração a inflação até hoje, teremos um custo atualizado aproximado, de R\$ 28,7 milhões de reais, e Madureira Pará pedia ainda o equivalente a R\$ 14 milhões de reais para terminar a sua obra¹³⁸.

E para efeito de comparação, que tem como objetivo mostrar o quanto o valor gasto na “Máquina” de Madureira Pará era enorme, entre 1797 e 1802 foi construído no Arsenal da Bahia o navio *Príncipe do Brasil*, projetado pelo arquiteto e construtor português Manuel da Costa. Este navio integrou a frota usada pela Corte portuguesa em sua fuga para o Brasil em 1808, e nele viajaram o então príncipe D. João e seus filhos Pedro, agora Imperador do Brasil, e Miguel, além da Rainha de Portugal D. Maria I. Manuel da Costa foi indicado pela Rainha como “construtor de naus e fragatas da Armada Real do Arsenal da Bahia” onde deu início à construção do navio¹³⁹.

Três coisas aqui são passíveis de comparação entre os trabalhos de Madureira Pará e Manuel da Costa: ambos sofreram com problemas com autoridades que desejavam modificar os projetos, os trabalhos tiveram duração de cinco anos (quase seis, no caso de Manuel da Costa); e o navio *Príncipe do Brasil* teve um custo total de 233 contos de réis, menos de um conto de réis mais caro que a Máquina de Madureira Pará.

A grande diferença entre os dois objetos, contudo, é que o *Príncipe do Brasil*, de Manuel da Costa, era um navio completo, construído do zero. Já Madureira Pará estava, segundo ele próprio, construindo uma “Máquina” que seria colocada em um navio já pronto, e que, repetimos aqui, era cinco vezes menor que uma máquina a vapor. A “Máquina para o Melhoramento da Navegação” não era um navio completo, era “apenas” um motor.

Só que agora a “Máquina”, e o próprio inventor, Madureira Pará, estavam nas mãos do seu pior opositor e de uma *Comissão* liderada por ele. Para piorar a situação, um dos membros dela, *Tristão Pio dos Santos* era, naquele momento, o Inspetor do Arsenal, indicado para este cargo por Luiz da Cunha Moreira, e que também tomava parte na *Desordem* gerida pelo Intendente e no mesmo jornal onde foi publicado o ofício acima está também outro ofício do Ministro diretamente para o Inspetor, que o informava da sua nomeação. Os outros dois membros eram o Brigadeiro *Francisco Cordeiro da Silva Torres*, engenheiro luso-brasileiro e professor de engenharia civil da Academia Real Militar do Rio de Janeiro; e

¹³⁸ DINIZ, Bruno. **Conversão de valores em Réis para o Real**. Disponível em <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>. Acessado em 15 dez. 2022.

¹³⁹ FIORAVANTI, Carlos. Identificada nau portuguesa do século XIX. **Revista Pesquisa Fapesp**. Edição 314. abr. 2022. Atualizado em 6 jun 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/identificada-nau-portuguesa-do-seculo-xix/>.

o Capitão de Engenheiros *Pedro José Pezerat*, arquiteto e engenheiro francês, que era o Arquiteto Imperial, e que naquele momento estava trabalhando na reforma do Paço de São Cristóvão, dando-lhe a aparência neoclássica que ele possuía até o incêndio que o destruiu em 2018.

João Francisco de Madureira Pará, sempre temendo que descobrissem o seu “segredo” e, por muitas vezes, agindo como se estivesse “acima de todos” por ser achar um “protegido do Imperador”, viu todas as suas movimentações caírem frente a um poderoso oponente, um antagonista que o utilizou como escudo, revelando todos os possíveis crimes do “inventor” para afastar os olhos do Ministro dos seus próprios crimes, e como veremos mais à frente, Luiz da Cunha Moreira era a outra pessoa, além de Madureira Pará, que estava se beneficiando do “trabalho do Inventor”, mesmo sem saber que tudo era uma grande fraude, afinal, era ele que aprovava todos os gastos e as compras feitas para a “Máquina”.

Provavelmente se encontrando em desespero, já que tinha perdido o acesso ao armazém e a sua “Proteção Imperial”, Madureira Pará, no mesmo dia 11 de fevereiro, após ver as portas do armazém do Trapiche da Prainha serem trancadas e receber das mãos do seu *inimigo*, Luiz da Cunha Moreira, as cópias dos ofícios do Marquês de Paranaguá com as suas determinações e as do Imperador, e também uma cópia da chave do grande cadeado que encerrava a sua Máquina, com uma segunda cópia ficando com a *Comissão* e a original ficando na posse do Intendente, resolveu escrever um novo ofício para o Ministro. Neste ofício, o inventor tentava, tardiamente, se defender das acusações, feitas por Luiz da Cunha Moreira, em relação aos pagamentos dos funcionários e também de utilizar o dinheiro do governo em benefício próprio, mostrando que até mesmo a gratificação que recebia do governo, havia sido cortada pelo Intendente.

Madureira Pará iniciou o ofício dizendo que havia “cessado o pacto que o ligava a obrigação restrita, de desempenhar a minha palavra de honra, sobre o concluir a Máquina para o melhoramento da Navegação”, que ele estava construindo no Arsenal Imperial da Marinha, “debaixo dos imperiais auspícios, e a custa da Nação, desde o momento em que desapareceu a boa fé, e apareceu a desconfiança no Governo que a protegia”¹⁴⁰, e disse também que o motivo para tal foi a suspensão do pagamento das férias dos funcionários “que ele fazia aos sábados, para ao depois receber o seu importe”, sem que ele fosse ouvido.

Na sequência do ofício, relata que nunca foi a sua intenção lesar a Nação Brasileira, pois, se aceitou “as três patacas que V. Ex me mandou dar em gratificação, no começo da

¹⁴⁰ Papel Avulso. **Carta ao Marquês de Paranaguá**, datada de 11 de fevereiro de 1830, p. 1-2. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1461/bndigital1461.pdf

Obra, foi para que não se dissesse que o que [ele] queria era comer à custa da barba longa”. Mas aponta que logo deixou de receber o seu pagamento e enviou um documento em anexo como prova da sua afirmação, e disse que não tinha a intenção de “ser, como esses desgraçados mercenários, que para fazerem a sua fortuna, andam iludindo, e adulando as Autoridades, vertendo o sangue daqueles mesmos a quem são mais obrigados”¹⁴¹.

Após essa última afirmação, o que encontramos Madureira Pará fazendo no texto? *Adulando uma Autoridade*, com os já habituais elogios ao Imperador, em uma tentativa desesperada de manter o único apoio que acreditava possuir, e dizendo que Pedro I sempre o defendeu das “numerosas Harpias sedentas de sangue”, sendo o único que assegurava a possibilidade do “inventor” terminar a sua tarefa. E logo surge a nova estratégia do “inventor” para continuar sustentando a sua fraude, ele diz que quer “acabar a obra por conta própria” porque, segundo ele, só assim é que poderia “mostrar a S. M. I. e a Nação quem fala a verdade, de quem tem sido a culpa do atrasamento dos trabalhos, e de não estar a muito tempo acabada uma Obra de tanta utilidade”¹⁴².

Madureira Pará reitera por várias vezes no ofício a sua nova estratégia, apesar de não dizer como e nem dar garantia nenhuma de que consiga fazer, ele escreve que esta é “a única medida capaz de cortar pela raiz todo o mal, pois, assim terminam a despesa, as suspeitas, o [seu] descrédito, as desfeitas diretas e indiretas, as palições, e a responsabilidade de V. Ex, como Ministro da Marinha, para com a Nação, recaindo toda esta sobre [ele]”. E novamente adotando o papel de vítima, Madureira Pará diz que enfrentará o ódio, a vingança e a perfídia para “terminar a sua Máquina”, e para isso, precisaria “apenas” do amparo do Imperador.

E de nada adiantou para Madureira Pará incluir neste ofício os documentos que provavam que ele havia deixado de receber a sua gratificação, desde janeiro de 1828 a 1830, e nem mesmo os documentos nos quais ele havia sido autorizado pelo Ministro da Marinha anterior a pagar as férias dos funcionários de forma antecipada.

Seu pedido para “terminar a obra por conta própria” soou como um blefe ou um ato de desespero de alguém que teme que a sua fraude seja descoberta, afinal, onde ele conseguiria arrumar 120 contos de réis para a conclusão da “Máquina”? Daqui para frente, Madureira Pará irá pedir ao governo que entreguem a ele “todas as peças da Máquina e o brigue”¹⁴³, mas o governo imperial, que já havia nomeado a Comissão que iria avaliar a sua “Máquina”, não deixaria que o inventor retornasse aos seus trabalhos assim tão facilmente.

¹⁴¹ *Idem.*

¹⁴² *Ibidem.*

¹⁴³ Artigos. **Astréa**, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 587, 10 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749700/2462>.

Obviamente, nada do que Madureira Pará escreveu surtiu qualquer efeito no campo de batalha desta intensa controvérsia, e agora Luiz da Cunha Moreira possuía três aliados, na realidade três comandados, enquanto o “Inventor” estava sozinho, quem lhe protegia, passou a lhe atacar e aquele cujo apoio ele empunhava como espada e escudo, tinha problemas muito maiores e mais importantes para resolver.

João Francisco de Madureira Pará, que rapidamente havia conseguido tudo o que necessitava para trabalhar na sua grande invenção, perdeu tudo de uma forma ainda mais rápida, e agora ele teria que cumprir todos os ditames do Ministro e enfrentar sozinho a *Comissão* que poderia revelar para todos a sua fraude.

3.4 - As tardias movimentações de Madureira Pará e os trabalhos da Comissão

Tardiamente, acreditamos nós, João Francisco de Madureira Pará começou algumas pequenas movimentações que, inicialmente, eram estratégias suas para sobreviver aos ataques de Cunha Moreira e da *Comissão*, mas que tinham como real intenção trazer um novo ator para o campo de batalha, o qual poderia alçar o “Inventor” às alturas, mas também ocasionar a sua queda em um grande abismo. Após o envio do seu ofício para o Marquês de Paranaguá, uma *Correspondência* sua foi publicada no jornal *Astréa* como suplemento avulso; nela, o inventor, dirigindo-se ao *Respeitável Público*, fez acusações contra o Ministro, os seus “inimigos” no Arsenal e pedia, mais uma vez, que o Imperador o deixasse “acabar a obra por conta própria”. A *Correspondência* inicia da seguinte maneira:

Senhor Redactor.

Para satisfazer ao Respeitável Público, sobre a opinião boa ou má, que este possa fazer de mim, eu lhe rogo de distribuir com a sua bem acreditada folha; este Documento, para que se conheça onde existe a verdade, cobrindo-os com estas duas linhas. *Não é no corpo, nem nas riquezas, que consiste a felicidade dos Homens, mas sim na retidão, e na justiça*¹⁴⁴.

Madureira Pará, após falar sobre “estar encarregado da criação da Máquina para o melhoramento da Navegação por sua Magestade [sic]”, diz que o Ministro da Marinha, contrariando a ordem do Imperador, “tácita, e subversivamente”, paralisou os seus trabalhos, “uma obra de timbre para o Brasil, e que S. M. I. quer que seja toda feita cá, embora custe mais caro para a completa glória do Império”. Logo neste início, duas coisas são dignas de questionamentos, a primeira é a acusação de Madureira Pará contra o Ministro da Marinha, dizendo que este agiu “subversivamente” para parar a obra. No entanto, fica claro por todos os ofícios apresentados que não foi isto o que aconteceu, sendo que o Marquês de Paranaguá

¹⁴⁴ Suplemento Avulso do Jornal *Astréa*. **Correspondência**, 11 fev. 1830, págs. 1-2. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1475/bndigital1475.pdf.

nada fez contra a lei ou a ordem, e sim estava tentando restabelecer a lei e a ordem no Arsenal.

A segunda é imputar ao Imperador o desejo de que a Máquina “seja feita toda cá”, ou seja, no Brasil. Não encontramos nenhuma fonte, ofício, carta, ou publicação em jornal de tal “ordem do Imperador”. Apenas uma pessoa, na realidade, fala sobre isso nos documentos, o próprio Madureira Pará. O que vai ficar claro nesta *Correspondência*, é a estratégia do “inventor” em continuar bajulando o Imperador, mostrando-o como único protetor da “Máquina”, na esperança de que a opinião pública o pressione para que as peças e o brigue sejam entregues a ele, pois diz que trabalha “pela glória de minha Nação, e do Supremo Chefe da mesma, a quem [consagra] afeição, e afeição não vulgar”.

Para conseguir seu objetivo, Madureira Pará diz que a “Honra, o Dever, e a Gratidão para com um tão amável monarca, o Patriotismo, e o amor que desde o berço [consagrou] a felicidade da Nação, a que [tem] a honra de pertencer, [lhe anima] a ultimar a [sua] custa uma tão gloriosa empresa”. E ao final, temos o seu grande mote, quando Madureira Pará diz ao redator do jornal que ele “pode estar certo de que a Obra não paralisa senão enquanto vem a solução de que S. M. I. faça a graça de [lhe] deixar acabar a Obra à [sua] custa”, e diz que confia somente nas decisões do Imperador, “de quem ora está pendente negócio de tanta monta”. Madureira Pará desafiou neste final todas as ordens do Marquês de Paranaguá, e apesar de declarar que levará os apontamentos da *Comissão* em consideração, ele jogou todo o peso de suas acusações para o Imperador esperando, como já dito, que a pressão popular lhe devolvesse a proteção perdida.

Madureira Pará se aproveitou da pouca movimentação feita do outro lado do campo de batalha, pois a *Comissão* de avaliação da sua “Máquina” sequer tinha começado os seus trabalhos, Contudo, Luiz da Cunha Moreira parecia não querer dar um minuto de sossego ao “Inventor”. Dias depois do embargo da obra, o escritório do Ministro da Marinha é inundado por ofícios enviados pelo Intendente com reclamações de operários da Marinha, e que trabalhavam na Máquina de Madureira Pará, dizendo que foram demitidos pelo inventor sem que para isso houvesse uma ordem oficial. Logicamente, era mais uma tentativa de Cunha Moreira de imputar possíveis crimes que Madureira Pará possa ter cometido enquanto a Máquina estava sendo feita. A resposta do Ministro para as reclamações pediu que o Intendente chamasse o inventor e que lhe fosse feita uma reprimenda “por tão ousado procedimento”:

Verificando - se pela informação, que V. S. dera em seu ofício de 16 do corrente, sobre o requerimento do oficial de Espingardeiro João Vaz Guedes, haver com efeito João Francisco de Madureira Pará despedido dos trabalhos da Máquina

de sua invenção, todos os operários que neles se empregavam, antes de ter para isso recebido a competente Ordem. Determina Sua Majestade o Imperador, que V. S., chamando à sua presença o referido Pará, lhe estranhe no Imperial Nome, um tão ousado procedimento. Pois que ainda que da intenção do Governo fosse mandar, como mandou depois, suspender os referidos trabalhos, pelas ponderosas razões expostas no Aviso de 11 do corrente, todavia jamais tal suspensão poderia ter lugar por arbítrio dele Pará, e sim unicamente por ordem do Governo, visto tratar-se de uma obra feita á custa da Nação, e em que ele tinha apenas a direção como inventor da sobre dita máquina. Deus guarde a V. S. Paço em 19 de fevereiro de 1830 - Marquês de Paranaguá - Luiz da Cunha Moreira.¹⁴⁵

Este foi apenas um de pelo menos cinco ofícios que encontramos e que trazem reclamações dos funcionários sobre os procedimentos do inventor paraense enquanto trabalhava na sua “Máquina”. Eles revelam outra estratégia de Madureira Pará com o intuito de esconder a sua fraude, não deixava que os funcionários passassem mais do que um mês trabalhando no armazém; desta forma, ninguém seria capaz de dar qualquer informação sobre como a “Máquina” funcionava e de como estava o “progresso” dos trabalhos. Isso era o motivo de tantos anúncios de contratação de operários feito por Madureira Pará nos jornais, além disso, como muitos funcionários eram enviados para locais distantes do Rio de Janeiro, ele acabava por ficar com o dinheiro dos pagamentos.

E nos parece que o *Intendente* não mediu esforços para acabar com a reputação de Madureira Pará, mas que, acabou por vezes mostrando os seus próprios crimes. Um bom exemplo disto é o sumiço de objetos e mobília de uma barca de vapor, o *Correio Imperial*, vindo da Inglaterra e que envolveu também o inventor. Em um ofício, o Ministro cobra do Intendente o paradeiro destes objetos¹⁴⁶.

Paranaguá diz que viu relacionados, por documentos que recebeu do Intendente, apenas alguns poucos objetos pertencentes ao *Correio Imperial* e que, segundo os documentos, se achavam em poder do *Comandante das Imperiais Galeotas*, e constava também que ele havia entregado a João Francisco de Madureira Pará, “dezoito colchões de cabelo” que seriam usados na “Máquina de sua invenção”. Contudo, Paranaguá diz não acreditar que sejam tão poucos objetos pertencentes ao *Correio*, pois, segundo ele – no ofício que recebeu do *Escrivão* – constavam espelhos, talheres e outros muitos artigos, que não são mencionados pelo Intendente, e termina dizendo que eram 30 colchões, e não 18, e estavam acompanhados de dois lençóis e uma fronha cada um, que também sumiram.

¹⁴⁵ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 49, 03 mar. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6178>.

¹⁴⁶ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 54, 09 mar. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/6198>.

Ao fim, vem a ordem de Sua Majestade o Imperador para que o Intendente confronte o inventário do *Correio*, “que deve achar-se nesta Intendência”, com todos os objetos que pertencem ao mesmo navio, e que ele organize uma relação de tudo o que falta, declarando nela o destino que tiveram, e por quais ordens. Depois, que recolhesse aos armazéns, tudo o que foi fornecido, “imprópria e indevidamente”, ao *Comandante das Imperiais Galeotas*, e por último, deve informar que fim Madureira Pará deu aos colchões de cabelo que lhe entregaram.

O desaparecimento de objetos e mobílias de navios sob a guarda de Cunha Moreira é uma constante neste período. Este não é o primeiro e nem será o último ofício enviado pelo Marquês de Paranaguá sobre este assunto. No entanto, queremos chamar a atenção para a situação envolvendo Madureira Pará, pois o pedido de 18 colchões para serem utilizados em um navio em construção já é algo estranho, ainda mais considerando que os outros 12 restantes, juntamente com lençóis, fronhas e utensílios de cozinha desapareceram. Assim algumas questões surgem: Madureira Pará pode ter solicitado os colchões para uso diferente do que era destinado à sua máquina, aproveitando-se do caos reinante no Arsenal da Marinha, ou alguém pode ter usado o nome do inventor para fazer pequenos “desvios” desses objetos. Independentemente da resposta, este foi apenas mais um dos problemas que Madureira Pará teve que lidar.

Ao mesmo tempo, enquanto tinha que se defender das acusações do Intendente e se sujeitar às cobranças de Paranaguá, Madureira Pará acompanhou o primeiro trabalho da *Comissão*, criada pelo governo para avaliar a sua “Máquina”, que foi fazer o inventário de todas as peças que a compunham, ele teria que responder aos três membros quais eram as funções de cada uma delas. Contudo, o *inventário* é outro documento perdido desta controvérsia e foi apenas graças a outro ofício de Madureira Pará, enviado ao Imperador, que conhecemos alguns detalhes importantes deste documento. Por ora, veremos o resultado deste primeiro encontro do paraense com a Comissão, pois ele traz um novo ator para a controvérsia, e mostra o estado de desespero de Madureira Pará.

O inventor, desde quando havia chegado ao Rio de Janeiro, no ano de 1825, morou em uma casa de sobrado na Rua Direita, nº. 221, em frente ao portão do Arsenal da Marinha. No andar de baixo da casa, funcionava a loja de João Ventura Rodrigues, negociante e leiloeiro da cidade, que também realizava cobranças de dívidas, pagamentos e possuía navios que faziam transporte de cargas e passageiros para algumas cidades do Brasil e também para a Europa. Este leiloeiro, que logo terá um papel muito importante nesta controvérsia, todas as vezes que publicava um anúncio nos jornais cariocas, colocava o seu nome no mesmo, como

era de praxe de todos os leiloeiros da cidade. Segue exemplo de um anúncio feito por Rodrigues:

67-João Ventura Rodrigues, residente na Rua Direita n. 221, por segunda vez, avisa a todos os credores de Félix Antonio de Araújo, criado que foi do Sr. D. João Sexto, que lhe apresentem os títulos de seus créditos para serem pagos. Sendo legais e verdadeiros, na certeza que se sabe os que devem existir¹⁴⁷.

E por que é importante frisar isso aqui? Pois, no mesmo período em que Madureira Pará foi acusado de ter recebido alguns colchões para a sua máquina, sem explicar qual seria o uso deles na obra, de ter demitido operários da obra sem nenhuma ordem do governo para tal, e logo depois da *Comissão* ter feito o inventário das peças da sua “Máquina”, um *morador* da casa de sobrado n°. 221, na Rua Direita, começou a vender alguns de seus bens, apesar de que em nenhum desses anúncios consta o nome de João Ventura Rodrigues, e logo podemos inferir que este outro *morador* é João Francisco de Madureira Pará.

O primeiro destes anúncios, diz o seguinte: “15. Na rua Direita. 221, vende-se, por um preço cômodo, um lindo sofá, forrado, e com travesseiros, e almofadas de seda de excelente gosto”¹⁴⁸. Algum tempo depois, há outro anúncio, também sem o nome de Ventura Rodrigues, seu conteúdo indicava que este *morador* buscava sair do Rio de Janeiro: “7-Na rua Direita n.221, 1º andar, há para vender um preto bom cozinheiro, pertencente a uma pessoa que se retira”¹⁴⁹. Ainda encontramos outros dois anúncios nos mesmo moldes, um de venda de uma escrava e outro de venda de itens de casa.

Mesmo sem saber o conteúdo do inventário, podemos afirmar que a *Comissão* chegou muito perto de descobrir a fraude de Madureira Pará, ao analisar o conteúdo dos anúncios de venda feitos por ele e a indicação de que se *retirava* da cidade. Mas antes de perguntarmos como o “inventor”, que não tinha um trabalho e não recebia, segundo ele mesmo, a gratificação paga pelo governo desde o ano de 1828 conseguiu comprar dois escravos e os outros itens de “excelente gosto”, atenhamo-nos às fontes que indicavam que Madureira Pará pretendia ir embora do Rio de Janeiro – ou seja, estaria o inventor querendo fugir, por se sentir acuado por seus “inimigos” e não tendo forças para combatê-los? A *Comissão* teria descoberto a sua fraude?

¹⁴⁷ Notícias Particulares. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.19, p.04, 24 abr. 1830. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/11165.

¹⁴⁸ Vendas. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.19, p.01, 23 mar. 1830. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/11063.

¹⁴⁹ Vendas. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.20, p.01, 25 abr. 1830. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/11167.

Para responder estas interrogações, passemos à análise de outro ofício, este que foi enviado pela *Comissão* ao “inventor”. Também não conseguimos ter acesso ao ofício original, mas conhecemos o seu conteúdo graças a Madureira Pará, que o publicou, na íntegra, no jornal *Astréa* do dia 10 de julho de 1830. O texto diz que, de acordo com as instruções emitidas pela Secretaria de Estado da Marinha, no ofício de 11 de fevereiro de 1830, a *Comissão* encarregada de examinar a “Máquina” inventada por Madureira Pará, para uso na navegação, solicitou ao “inventor” que desse as informações necessárias para que a mesma fizesse um relatório que seria apresentado ao Ministro e ao Imperador, e que a simples inspeção das peças da máquina, com a produção do inventário, não foi suficiente para que eles pudessem fazer uma avaliação fundamentada sobre o desempenho da “Máquina”.

Esta diligência deveria ser cuidadosa para avaliar adequadamente a importância e a responsabilidade do objeto em questão, e para finalizar o seu relatório, a *Comissão* formulou algumas perguntas para Madureira Pará, que ele deveria responder “de acordo com os princípios gerais necessários para construir qualquer máquina”. O ofício termina com os membros da *Comissão* reiterando que não pretendiam “roubar o segredo” da “Máquina”, mas emitir um relatório responsável e informado sobre o assunto¹⁵⁰.

Destacamos, aqui, algumas informações importantes que constam no ofício. Primeiramente, era necessário que o inventor fornecesse respostas precisas para que a decisão de continuar ou embargar a construção fosse tomada. Além disso, as informações dadas por Madureira Pará durante o inventário foram consideradas vagas e imprecisas. Por último, os membros da Comissão que avaliavam o caso afirmam que não tinham intenção de roubar o segredo da invenção, mas sim utilizar tais informações para elaborar o relatório final que seria entregue ao Ministro e ao Imperador. Ao final do ofício, estão os treze quesitos que João Francisco de Madureira Pará precisava responder:

Quesitos:

- 1º Qual é a potência habitual do motor?
- 2º Com que método, e por quais regras se avaliou esta potência, em relação a força de um cavalo, ou qualquer outra unidade dinâmica?
- 3º Supondo o motor em ação por qualquer meio mecânico, qual é a quantidade de movimento fornecido pelo motor em sua aplicação?
- 4º Depois destes cálculos da potência, e avaliar as fricções e atritos de toda a máquina, qual será o resto ou excesso da ação sobre as pás, remos, ou pinas das rodas?
- 5º Que velocidade imprimirá o Navio em mar chão, ou em uma corrente de uma velocidade dada?
- 6º Qual é, finalmente, a resistência daqueles remos ou pás, às pancadas do mar?
- 7º Qual é a relação da velocidade do Navio com a força da Máquina?
- 8º Qual a relação da resistência do Navio com a força da Máquina?

¹⁵⁰ Artigos. *Astréa*, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 587, 10 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749700/2461>.

9º Por quais meios o autor conserva, aumenta ou diminui a ação do seu motor, conforme as precisões da manobra, e qual é a potência do meio que emprega para suspender o seguimento de uma velocidade dada?

10º Determinar a relação da potência para uma aceleração pedida.

11º Determinar o máximo de velocidade a que se possa chegar o Navio com o máximo da potência da Máquina.

12º Avaliar o efeito do jogo, e dilatação das madeiras do navio sobre as engrenagens da Máquina.

13º Finalmente, por quais teorias se calculou o equilíbrio de todo o sistema, assim como a posição, a forma, o peso, a grandeza e a resistência de cada uma de suas partes?

Deus Guarde a Vmc. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1830. Snr. João Francisco de Madureira Pará. Francisco C. da S. Torres – Tristão Pio dos Santos – Pezerat.

Tais quesitos foram enviados para Madureira Pará após o período de avaliação da Máquina que, segundo o próprio, durou vinte dias. Se avaliarmos o tempo gasto pela *Comissão* para produzir o inventário e o teor dos quesitos, podemos inferir, com certo cuidado, que Madureira Pará estava, hipoteticamente, fabricando uma “máquina” ou, ao menos, tinha peças para isso. Isso nos leva a presumir que talvez, e durante algum tempo, ele acreditou que podia realmente fabricar a máquina de João Daniel e após não conseguir, preferiu esconder a sua falha e sustentar uma mentira, ou, o mais provável, a fraude de Madureira Pará era muito mais elaborada do que nos contam as fontes.

Logicamente, o “inventor” não respondeu a nenhum dos quesitos, afinal, ele mesmo já havia dito que não tinha formação e conhecimentos técnicos suficientes para isso e já havia dito que a *decisão final* sobre a continuação da obra seria do Imperador. Em uma carta com data de 27 de junho de 1830, Madureira Pará diz para a *Comissão* que não pode responder a nenhum dos quesitos acerca da sua “Máquina” “sem violar o segredo da máquina, que é tão valioso para [ele] quanto [sua] propriedade”. E por esse motivo, ele diz que solicitou a intervenção do Imperador, “de quem está pendente este negócio”¹⁵¹.

Após receber a carta de Madureira Pará, a *Comissão* entregou ao Ministro o seu relatório sobre a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” do inventor paraense, e Paranaguá o incluiu no relatório maior, referente a todo o seu trabalho no Ministério da Marinha que foi entregue à Câmara dos Deputados, detalhando todos os gastos feitos pelo governo até o final da *Guerra Cisplatina*, e apontando os cortes que já havia feito e aqueles que ainda estavam por fazer. O relatório da *Comissão* foi incluído no item 12, referente aos gastos feitos no Arsenal da Marinha:

A Comissão igualmente lembra a esta Augusta Câmara as somas enormíssimas já consumidas na célebre Máquina da Navegação, que mostrando

¹⁵¹ Artigos. **Astréa**, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 587, 10 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749700/2462>.

fecundo gênio de seu inventor, talvez nunca seja limitada por Potência alguma marítima do Universo; e roga que se recomende ao Governo, que ponha termo àqueles trabalhos, concluído-os, se se demonstrar com a maior evidência serem vantajosos, ou abandonados-os, quando se reconhecerem inúteis, para se não aumentarem as avultadíssimas quantias, que nela têm sido empregadas. As Máquinas de semelhante natureza entram na classe das comodidades prejudiciais, que não passam de mostrar o engenho de um homem, que sabe combinar o efeito simultâneo de 14,800 peças, e que se reputa com a habilidade de acudir repentinamente ao desarranjo de uma ou de milhares delas.¹⁵²

Além de ironizar a “genialidade” de Madureira Pará e solicitar ao governo que ponha um fim naquela obra, a *Comissão* considerou que a “Máquina” era um luxo prejudicial ao governo, e apontando ainda algo que já havíamos falado, a dúvida sobre a “capacidade” e a “habilidade” do inventor para combinar o funcionamento de muitas peças, e que somente ele poderia resolver qualquer problema que elas pudessem ter. Mas o ponto crucial do relatório é o número de peças no inventário feito pela *Comissão*, um total de 14.800 peças. Entretanto, Madureira Pará, em resposta ao Ministro, disse que a “Máquina” tinha 15.800 peças no total, e que “onze mil e setecentas” já estavam prontas, e restavam fazer “quatro mil e cem peças”. Foi talvez esta descoberta da *Comissão* que desesperou o “inventor”, existiam mais peças no armazém do que ele havia declarado para o Marquês de Paranaguá.

Mesmo próximo de ser descoberto, Madureira Pará apelou mais uma vez ao Imperador Pedro I em uma longa carta onde tentou transferir a culpa de tudo o que tinha sido descoberto pela *Comissão* para os seus “inimigos”. Como já era de praxe, ele começou fazendo um resumo de seus trabalhos como “inventor”, iniciando pela criação de sua tipografia em Belém no ano de 1821. Na sequência, ele passou a descrever os “eventos” que levaram a criação da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, onde diz que foi observando as dificuldades que os índios do Pará tinham na navegação dos rios da Amazônia, feitas apenas por remos – já que as altas árvores que margeavam os rios não deixavam correr os ventos para que se usassem as velas na navegação – que fizeram com ele começasse a concepção do projeto de uma máquina que pudesse fazer a navegação dos rios sem o auxílio de vento e da força do homem. Na realidade, quem observou as dificuldades dos índios do Pará foi o Padre João Daniel, esta passagem foi inteiramente copiada do *Tesouro*.

Adotando o costumeiro papel de “vítima” e “perseguido”, Madureira Pará continuou narrando a sua história de inventos e problemas, fazendo referência tanto àqueles que enfrentou em Portugal como aos que começaram quando ele chegou ao Rio de Janeiro para, sob as *ordens do Imperador*, começar os seus “trabalhos na *Máquina*” depois do teste bem

¹⁵² Representações. Império do Brasil: **Diário da Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, n. 36, sessão de 07 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749419/5185>.

sucedido feito em 1825. Madureira Pará relata que logo começou a trabalhar na obra ordenada, enfrentou muitas dificuldades e obstáculos, por conta de “artífices menos habilidosos”, que não estavam acostumados com esse tipo de trabalho, e pela falta de máquinas adequadas para ajudar na construção. No entanto, seu maior desafio tinha sido enfrentar um grupo de “Zoilos invejosos”, que não desejavam que ele fosse reconhecido pela sua glória e que também eram contrários aos interesses da Pátria, foram eles que, utilizando “intrigas e manobras sutis” fizeram de tudo para “atrasar, complicar e aumentar os custos da obra em andamento”¹⁵³.

Madureira Pará estava tentando convencer o Imperador de que todos os problemas que enfrentava eram por conta da perseguição que sofria de seus “inimigos”. Mas que apesar de todas as dificuldades e sofrimentos, ele tinha um espírito forte e “patriótico”, o que o fez concluir mais de dois terços dos trabalhos. No entanto, segundo Pará, e por ordem do Imperador, o trabalho, quase concluído, foi suspenso e inventariado, e uma “Comissão de Sábios” foi nomeada para examinar as peças e dar seu parecer sobre o resultado.

Pelo que escreveu, Madureira Pará teria grande dificuldade para convencer o Imperador, o Ministro da Marinha ou outros envolvidos na controvérsia de que as intrigas de seus “inimigos” eram a única razão pela qual a Máquina ainda não estava pronta. Isso porque as informações contidas em vários ofícios enviados pelo próprio Madureira Pará foram o que indicaram ao governo que ele poderia não saber o que estava fazendo ou, que ele estava, de fato, enganando o governo imperial. A primeira informação, contida nesta carta, é de que a “Máquina” estava quase pronta, mas em ofício anterior ele disse ao Ministro que precisaria de mais um ano de trabalho para concluí-la. Já a segunda é quando Pará falou sobre o inventário feito pela *Comissão* e diz que ele “obedeceu como lhe cumpria, e foi feito o inventário, e descoberto por meio dele a existência de maior número de peças além do que o Suplicante, por aproximação, tinha declarado”¹⁵⁴.

Recordemos os fatos: Madureira Pará enviou um ofício ao Ministro da Marinha, informando que a Máquina possuía 15.800 peças, e que 11.700 delas estavam prontas. No entanto, após a contagem feita pela *Comissão*, foi descoberto que havia mais peças prontas, 14.800, do que Madureira Pará havia declarado como “por aproximação”. Embora agora ele afirme que esses eram números aproximados, quando olhamos para o ofício original não há

¹⁵³ Artigos. *Astréa*, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 587, 10 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749700/2461>.

¹⁵⁴ Artigos. *Astréa*, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 587, 10 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749700/2461>.

menção a números aproximados, Madureira Pará forneceu uma declaração clara do número total de peças, quantas estavam prontas e quantas ainda precisavam ser feitas.

Isso, acreditamos, levantou dúvidas sobre o conhecimento do inventor em relação ao próprio invento, e o Ministro e o Imperador podem ter se perguntado como alguém que “inventou” e estava construindo uma máquina não sabia quantas peças a mesma tinha, sendo que Madureira Pará estava presente na contagem das peças para o inventário, o que torna improvável qualquer alegação de um “erro proposital” da Comissão. Para justificar a sua falha, e já indicando que não responderá à *Comissão*, Madureira Pará diz que não é por falta dos “conhecimentos necessários”, que ele não conseguiria responder aos quesitos, mas é porque, se o fizesse, estaria revelando o “seu segredo” e que a *Constituição do Império* lhe dava este direito como “inventor”.

E ao suplicar ao Imperador para que o dispensasse de responder aos quesitos, afirmando que tal proposta da *Comissão* tinha por único objetivo revelar o “segredo da sua Máquina”, diz que tais questionamentos deveriam ter sido propostos antes do início da obra e não depois para que não fosse gasto tanto dinheiro, mas que agora que ela estava “quase acabada” e que o seu alto custo era por culpa, sem dúvida segundo ele, “da imperícia dos Artífices, e da falta de máquinas próprias” a expedir os trabalhos, e depois dele ter superado tantos problemas, os questionamentos não faziam sentido¹⁵⁵.

E ao final desta longa carta, a nova estratégia do “inventor” aparece por completo, quando Madureira Pará apresentou ao Imperador a sua proposta para que ele possa terminar a obra por conta própria: que seja dado a ele novamente o acesso ao Armazém, ao Brigue e todas as peças que já estão feitas, e que se arbitre um preço razoável por cada uma delas, quando ele finalizasse a “Máquina” a usaria como “sua propriedade”, e que também lhe dessem um privilégio de uso do navio por trinta anos, tempo este no qual ele pagaria à Fazenda Pública todo o valor gasto pelo Governo, em prestações anuais, contanto que esses pagamentos comessem a ser feitos depois dos primeiros dez anos do privilégio, que segundo o inventor, era o tempo necessário para que ele recuperasse as suas finanças e tivesse algum lucro com o uso do *Brigue*.

Esta foi a proposta feita ao Imperador D. Pedro I por João Francisco de Madureira Pará que, após cinco anos de trabalhos na “Máquina” que dizia estar construindo e que não ficou pronta, agora queria que o governo imperial simplesmente lhe entregasse tudo: as peças, o navio e até mesmo o armazém, para que ele usasse como *sua propriedade* e que só

¹⁵⁵ Artigos. *Astréia*, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 587, 10 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749700/2461>

iria começar a pagar os custos da obra ao governo 10 anos depois de receber um “privilégio de uso” por um tempo de 30 anos que, obviamente, era contra a lei vigente.

Assim termina este capítulo, mas a controvérsia continuará no próximo, pois Madureira Pará seguiu firme na sua estratégia de publicar as suas bajulações ao Imperador com o intuito de manter a opinião pública ciente de que ele era uma “vítima” dos “inimigos do Brasil e de Pedro I”, e se ele não conseguisse a “Máquina” de volta, ao menos manteria a sua reputação como “gênio”. O que talvez Madureira Pará não estivesse levando em consideração era o fato de que o Imperador tinha problemas muito maiores para resolver, e não ouviria os pedidos de um “inventor” que nunca cumpria com as suas promessas e que sempre culpava os outros por suas falhas, e inclusive, como havíamos dito no início deste capítulo, o número de elementos que estavam ligados à “Máquina” era muito alto, Madureira Pará não tinha os meios necessários para controlar todos, e bastaria que um desses laços se rompesse para que ele caísse em desgraça.

Capítulo 4

Madureira Pará se afoga em um mar de mentiras: o fim da controvérsia e da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”

No livro *Ciência em Ação* (2000a), Bruno Latour faz uma análise sociológica da prática científica, cujo principal argumento é que a ciência é uma atividade coletiva, construída através da colaboração e da negociação entre os cientistas e outros atores sociais. O autor desafia a visão tradicional da ciência como um processo objetivo e linear, em que os cientistas seguem passos predefinidos para alcançar resultados confiáveis. Em vez disso, ele propõe que a ciência é uma atividade contingente, moldada por fatores sociais, políticos e culturais. Em resumo, Bruno Latour nos mostra que a ciência não é uma atividade isolada e objetiva, mas sim uma prática social complexa, construída através da colaboração e da negociação entre os cientistas e outros atores sociais, e moldada por fatores sociais, políticos e culturais que formam uma rede sociotécnica.

Contudo, é importante frisar que a visão da ciência apresentada por Bruno Latour nesta obra, mesmo tendo uma perspectiva contemporânea, pode ser aplicada ao estudo da ciência praticada no Primeiro Reinado, comandado por D. Pedro I, que ocorreu há quase dois séculos atrás. Podemos observar que tal ciência era fortemente influenciada por fatores políticos, culturais e sociais da época. A atividade científica era vista como um instrumento de progresso e desenvolvimento do país, e havia um grande interesse em explorar e catalogar a rica diversidade natural do país, bem como a fabricação e introdução de máquinas que beneficiassem a agricultura.

Nesse contexto, a ciência imperial era frequentemente financiada e promovida pelo Estado, que esperava que a pesquisa científica pudesse fornecer informações úteis para a exploração econômica do país. Além disso, a ciência era praticada por uma elite intelectual e social, que era fortemente influenciada por ideias e concepções europeias da época. Essa preocupação com o desenvolvimento científico e tecnológico levou à criação de diversas “sociedades promotoras”, que tinham como objetivo fomentar a pesquisa científica e tecnológica no país. Essas sociedades eram frequentemente formadas por grupos da elite e financiadas pelo Estado, e reuniam cientistas e intelectuais interessados em desenvolver a ciência e o desenvolvimento tecnológico no Brasil e foram responsáveis por apoiar a realização de pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento, incluindo a botânica, a zoologia, a geologia e a física.

Ao utilizar o *método simples* proposto por Latour (2000a), seguir os passos dos cientistas e engenheiros nos momentos e nos lugares nos quais planejam suas máquinas e teorias, e partindo de uma simples situação, na qual alguém faz uma afirmação e descrevendo tudo o que acontece quando outros acreditam nela ou não – para falar sobre a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” do inventor paraense João Francisco de Madureira Pará, na qual ele esteve trabalhando entre os anos de 1825 e 1832 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil, obtendo para isso um grande financiamento do Estado e que foi nomeado pelo Imperador como *Funcionário Adjunto* da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) – descobrimos uma série de atitudes do inventor que poderiam nos fazer acreditar que a teoria proposta por Bruno Latour não se aplicava às suas práticas.

Se Latour (2000a) diz que antes “da construção de uma máquina, são muitas as discussões para determinar a sua forma, a função e o seu custo”, Madureira Pará chegou ao Rio de Janeiro com um modelo pronto, funções já determinadas e sem um custo final definido. E se Latour diz também que o “destino das coisas que dizemos e fazemos está nas mãos de quem as usar depois”, Madureira Pará já havia definido que o único usuário de sua “Máquina”, mesmo ela sendo feita com dinheiro público, seria ele próprio e, por fim, se Latour diz que, “em suma, a construção de fatos e máquinas é um processo coletivo”, Madureira Pará nunca deixou que ninguém se aproximasse de sua “Máquina”, mantendo todos os seus “segredos” fechados no armazém, a sua própria “Caixa-Preta”.

Entretanto, quando nós, aqui no futuro, forçamos as portas do seu armazém, após uma pesquisa de mais de uma década, e entramos no meio das controvérsias nas quais o inventor se envolveu, não o encontramos trabalhando em uma máquina. Na realidade, encontramos João Francisco de Madureira Pará trabalhando ostensivamente, ao que nos parece, em uma mentira, não apenas em uma, mas em várias mentiras que escondiam o seu “grande segredo”: a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” não existe, é uma fraude, uma ideia roubada do Padre João Daniel, utilizada por Madureira Pará com o intuito de enganar o governo imperial e viver como o “nobre” que ele, mentindo, dizia ser.

Feito este apanhado conceitual, neste último capítulo, continuaremos a seguir o “inventor” no momento em que ele perdeu tudo, pois, ao transformar um processo coletivo em “obra de um único gênio” e se envolver em batalhas onde era ele quem tinha mais a perder, seus oponentes chegaram muito perto de descobrir a sua fraude, ele perdeu o pouco apoio que tinha, e também perdeu o acesso ao armazém, sua “Caixa-Preta” estava nas mãos de seu pior inimigo, e agora, para tentar manter a sua “reputação” como inventor e evitar que descobrissem a sua fraude, tudo o que ele podia fazer era continuar mentindo, continuar

plagiando textos, continuar em seu papel de “vítima” se dizendo perseguido por inimigos. E tudo isso sem perceber que não é apenas a sua fraude que se encaminha para um fim, o reinado de D. Pedro I também.

4.1 - A escrita do “Parallelo”: Madureira Pará tenta se mostrar cientista

Tentando fazer frente aos membros da *Comissão* que avaliou a sua “Máquina”, Madureira Pará adotou, acreditamos que tardiamente, uma postura de “cientista”, alguém que era capaz de falar em “termos técnicos”, alguém que tinha uma “profundidade de visão” (LATOURET, 2000a), e que dominava todo o assunto, mesmo que já tivesse dito, em ofícios anteriores, que não era capaz de fazer isso. Contudo, como não conseguia mais arregimentar aliados, e se reportando apenas aos seus próprios textos, o intuito de Madureira Pará aqui era ser visto pelo Imperador como a única “referência” que ele devia ter ao tratar da continuação ou não dos trabalhos na “Máquina”.

Desta postura surgiu mais um livro escrito por João Francisco de Madureira Pará, cujo título é *Parallelo das Utilidades da Nova Máquina da Navegação da Invenção de João Francisco de Madureira Pará a despeito da Navegação Ordinária e da do Vapor*. Seu texto está dividido em três partes, e segundo o próprio inventor, foi entregue nas mãos do Imperador Pedro I no dia 20 de julho de 1830. Para infelicidade nossa apenas o terceiro volume deste livro pode ser encontrado hoje em dia.

Uma versão digital está disponível para download na Biblioteca Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo¹⁵⁶ (USP) e apesar de todos os três volumes constarem como pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, as duas primeiras partes estão desaparecidas, acreditamos nós, desde o final do século XIX, já que um dos primeiros historiadores que escreveu sobre a vida de Madureira Pará, Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, diz em sua obra chamada *Paraenses Ilustres*, publicada originalmente em 1896, o seguinte sobre o livro do “inventor”:

O grande patriota escreveu algumas obras, e entre elas o “Parallelo”, em três volumes, nos quais demonstrou a utilidade de sua máquina. Infelizmente, por não ser encontrado, deixamos de apreciar o segundo, no qual, conforme nos informaram, estava explicado o problema do seu sistema. Se este fosse levado até o fim, seria de grande alcance para a humanidade, e para as companhias, de extraordinária economia e incalculáveis fontes de lucros, porque a máquina de seu invento ocupava menor espaço, o que permitia utilizar o resto para o recebimento de cargas, ou em camarotes para passageiros. (CUNHA, 1970, p. 26)

¹⁵⁶ PARÁ, João Francisco de Madureira. **Parallelo das utilidades da nova machina da navegação, da invenção de João Francisco de Madureira Pará a despeito da navegação ordinária, e da de vapor**. Três volumes. Rio de Janeiro, Na Typographia de Lessa & Pereira, 1830. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1596>.

Somente resta a nós, então, continuar a montagem deste quebra-cabeça, sabendo que mais duas peças estão faltando. Do que trata então esta terceira parte do *Paralello*? Madureira Pará fez, em 24 páginas, um breve relato histórico da criação da navegação a vapor, e traçou um “paralelo” entre este método de navegação e o novo “sistema” proposto por ele com a sua Máquina, na tentativa de demonstrar que o seu “sistema” é superior em todos os sentidos ao vapor, ao mesmo tempo, fez as suas já conhecidas reclamações ao Imperador sobre a perseguição que sofria dos seus “inimigos”, conforme ele mesmo escreveu na primeira página do volume.

Entretanto, quero chamar a atenção para a primeira frase do livro, pois ela nos indica que o “inventor” seguiu firme com uma das estratégias que servem como base da sua fraude, o plágio. “Excitar a emulação, espalhar as luzes, auxiliar os talentos”. Esta foi a frase que Madureira Pará retirou do *Caderno n.1, de Maio de 1822*¹⁵⁷ dos Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, o equivalente português da SAIN. É provável que a postura de “cientista” de Madureira Pará tenha surgido a partir do acesso à biblioteca da sociedade da qual ele sempre irá aparecer como “membro fundador”, e que lhe garantiu um grande acervo de livros e textos para serem consultados. Uma curiosidade é que um dos membros da sociedade portuguesa foi Clemente Alvares de Oliveira Mendes e Almeida, o Cônsul que ajudou Madureira Pará a sair de Lisboa e viajar até a capital do Império.

Depois de cometer (mais) este pequeno plágio, Madureira Pará escreveu que o Imperador conhece a sua dedicação ao trabalho. E enquanto estava confiante de que cumpriria a tarefa difícil que se propôs, ele não precisava de nada além do “princípio de vida” que emanava do Imperador sobre o seu coração. Ele não tinha medo, exceto do *crime*, tudo o que buscava era a glória do Imperador e o bem-estar e prosperidade de sua Pátria. No entanto, Madureira Pará dizia que “agora teme tudo” porque o Imperador o abandonou quando ele mais precisava.

Agarrado ao seu papel de “vítima”, ele escreveu que se via sozinho no meio de um vasto campo de inimigos que estão sempre prontos para difamá-lo. Ele se sentia isolado na corte e percebia que era apenas um brasileiro azarado, exposto a ser pisoteado a qualquer momento pelos governantes que atuam em nome do Imperador. No entanto, ele pede que a glória do Imperador, o bem da sua pátria e sua própria constância sejam considerados na balança da justiça, e não teme o “paralelo com os [seus] inimigos” (PARÁ, 1830, p. 3).

¹⁵⁷ *Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, Primeiro Anno. Lisboa. Imprensa Nacional, 1822. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Annaes/Z5kEAAAAYAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0>.

Madureira Pará, então, iniciou um relato da história da navegação a vapor, desde os primeiros testes em 1663 na Inglaterra, até chegar ao navio de Robert Fulton, lançado ao mar em 1807; depois pelo uso do vapor na navegação por várias nações até a chegada de duas barcas de vapor ao Império do Brasil em 1825. Vale ressaltar aqui que, como já dissemos antes, quando o Padre João Daniel teve a ideia dos “dois inventos úteis à navegação”, o vapor ainda não era utilizado em navios, logo, não existia em seu manuscrito nada relativo a isso, em termos de comparação, isto é, não existia nada que o “inventor” pudesse se basear.

Entretanto, isso não impediu Madureira Pará de começar uma série de comparações entre as “Qualidades da navegação a vapor” com as “Qualidades da sua Máquina de Navegação”. É interessante destacar que ele passou a chamar a sua “Máquina” de “máquina movida pelo meu sistema”, claramente com a ideia de ministrar um caráter mais científico ao seu invento. Todavia, conforme ele avança na comparação das qualidades, vemos quão pouco científico ele foi, pois como ele não pode revelar nada sobre o funcionamento deste “sistema”, tudo o que temos são punhados de explicações e aplicações.

Um exemplo disso acontece quando ele comparou as grandes despesas feitas com a tripulação e com combustível dos navios a vapor com os gastos do seu “sistema”, dizendo que “Os Vasos, movidos pelo [seu] Sistema, não estão sujeitos a este contraste terrível, e podem fazer huma [sic] viagem ao redor do Globo, sem gastar hum [sic] vintém” (PARÁ, 1830. p. 10). Primeiro, ele ignora os escritos de João Daniel, que dizia que a despesa com pessoal no navio com os seus inventos seria menor, pois seriam necessários menos homens para a sua operação, porém, a não ser que o navio de Madureira Pará se movesse sozinho, não existia chance nenhuma do gasto feito em uma viagem ser zero, muito menos de uma volta ao mundo.

Temos outro exemplo de explicação genérica logo a seguir, quando Madureira Pará fala sobre a questão da saída dos portos, dizendo que as barcas de vapor estragam muito combustível para conseguir fazer que o calor alcance o grau preciso para colocar o navio em movimento, enquanto que “os navios movidos pelo seu sistema”, “sairão do ancoradouro sem o menor tropeço, sempre que se queira, e seguirão logo a sua derrota sem a menor demora; o que não acontece ás Barcas de Vapor” (PARÁ, 1830, p. 11). Nada é dito pelo “inventor” sobre a velocidade do navio, a forma como ele se movimentava, de que maneira a sua máquina navega, apenas que isso aconteceria “sempre que se queira”.

Para finalizar, temos a comparação feita pelo “inventor” daquilo que é o grande mote do seu “sistema” – a navegação contra o vento e nas calmarias – que ele diz que uma barca a vapor, caso acabe o seu combustível, não conseguirá superar. Se Madureira Pará fosse

realmente o “inventor do sistema”, aqui estaria a grande chance para ele mostrar de que forma a sua máquina era superior ao vapor, bastaria que ele explicasse como a sua máquina funcionava quando estivesse com vento contrário ou em um mar sem vento e sem ondas, mas a descrição desta *qualidade* no seu sistema é a seguinte: “Os navios, propalados pelo meu Sistema, não serão expostos a estes inconvenientes, porque não necessitam de pernas auxiliares para andarem; e porque as próprias jamais lhe poderão faltar” (PARÁ, 1830, p. 12). Que “pernas auxiliares” do seu sistema seriam estas?

Já dissemos que, muito provavelmente, Madureira Pará encontrava-se neste momento na iminência de ser descoberto e desmascarado, pois suas atitudes – após a execução do inventário pela *Comissão*, que mostrou que a “Máquina” tinha mais peças do que ele havia dito – indicam que ele pensou até em sair do Rio de Janeiro. Entretanto, tudo o que ele escreveu neste livro, ao menos neste terceiro volume, pouco o ajudaram, se ele mesmo já havia dito que “não estava entre os grandes sábios do mundo”, isso agora está claro. E mesmo que o Ministro da Marinha, a *Comissão* e até mesmo o Imperador, nunca tenham descoberto a sua fraude, acreditamos que aqui ficou claro para quase todos eles que Madureira Pará não tinha ideia do que estava fazendo, e era hora de acabar com aqueles trabalhos, como havia determinado o relatório apresentado à Câmara.

Ao fim do terceiro volume, Madureira Pará insistiu mais uma vez para que o Imperador o deixasse terminar a obra por conta própria, como ele já havia proposto anteriormente e, como havia dito, não temendo o “paralelo com os inimigos”, fez duras críticas ao Ministro da Marinha – o Marquês de Paranaguá – e ao Inspetor do Arsenal – Tristão Pio dos Santos, também membro da *Comissão* de avaliação da sua Máquina – acusando os dois de estarem em conluio para derrubá-lo, e escrevendo que o Ministro estava com raiva dele, mas que isso não deveria impedir que a Nação e a humanidade se beneficiassem do seu trabalho.

Ele pediu ao Imperador que o seu requerimento fosse deferido para que ele pudesse concluir sua obra, embora acredite que possa ser eliminado para satisfação do Ministro e de seus inimigos, mas diz que está disposto a aceitar isso, desde que a Pátria triunfe e a verdade seja evidente para o Imperador, e termina dizendo que “Pereça eu então nas mãos do Piiiiiiiiíssimo Inspetor, que tem cara para tudo” (PARÁ, 1830, p. 24).

Este é o primeiro registro de uma acusação direta, feita por Madureira Pará, contra um funcionário do Arsenal, sugerindo ao Imperador que o Inspetor do Arsenal, Tristão Pio dos Santos, teria influenciado o Ministro da Marinha a decidir pela interrupção dos trabalhos na “Máquina”. É possível dizer que, talvez, Madureira Pará ainda não tivesse conhecimento de

que o verdadeiro responsável era o Intendente, Luiz da Cunha Moreira, ou que tenha considerado que denunciar o Inspetor como seu inimigo teria maiores chances de sucesso do que expor aquele que já havia sido ministro de Pedro I.

Essa acusação nos mostra o conflito existente no Arsenal da Marinha – a disputa entre o grupo de Madureira Pará, que neste momento contava apenas com o próprio “inventor” e também, de certa forma, com o Imperador e o “antigrupo” representado pela *Comissão* – pelo controle das decisões relativas à Máquina. A acusação feita por Madureira Pará foi uma tentativa de atribuir responsabilidade por uma decisão que afetou negativamente o seu “trabalho”, e ele utilizou essa estratégia para proteger seus próprios interesses tentando imputar ao Inspetor uma fraude que, na realidade, foi sua.

Madureira Pará havia escrito em seu livro que não temia o paralelo com os seus inimigos, faremos agora, então, um pequeno levantamento dos trabalhos de Tristão Pio dos Santos na Marinha Imperial, com intuito de encontrar as bases que sustentam as acusações do “inventor”, a partir de pesquisas nos jornais da época. Em 1824, Tristão Pio dos Santos ocupava o posto de Intendente do Arsenal da Marinha da Bahia, quando foi acusado de ter se apropriado indevidamente do cargo de Comandante das Barcas Canhoneiras, recebendo um pagamento exorbitante por esta posição. Esse acontecimento desencadeou uma intensa disputa entre o Intendente e seus acusadores, que acabou chegando ao conhecimento do Imperador e teve que ser mediada pelo Ministro da Marinha, o Marquês de Paranaguá, em 1825.

Em uma longa carta escrita ao redator do jornal *Grito da Razão*, alguém que se denominava “O Zeloso da Fazenda Pública” narrou a sua ida, por necessidade, até a Contadoria da Junta da Fazenda e disse que, *casualmente*, encontrou em cima de uma mesa uma relação das *Barcas Canhoneiras* que estavam no porto de Salvador, e movido por curiosidade, querendo saber quem era o comandante de tais barcas, descobriu admirado que se tratava de Tristão Pio dos Santos, e que este recebia *dois mil e quatrocentos de comedorias* pelo cargo. Dizendo que isto bastou para formar o seu “juízo” e como não poderia existir outro Tristão Pio dos Santos na cidade que não fosse o Intendente da Marinha, diz que:

“Quem acreditará que um tão bom Patriota, como o Snr. Tristão Pio dos Santos, um dos Fiscais da Junta da Fazenda Pública, seja o mesmo que tão pouco se compadeça da miséria das rendas públicas, e se atreva a receber, ao mesmo tempo, vencimentos de Comandante de Barcas e de Intendente da Marinha!”¹⁵⁸

¹⁵⁸ Correspondência *Grito da Razão*, Bahia, n. 23, p. 03, 30 abr. 1824. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749931/119>.

Contudo, o “Zeloso” diz na carta que as suas observações iam além, ele tinha mais coisas para dizer. Pois, segundo ele, tendo lido o Ofício de *Lord Cochrane*, afirma que o comando das Barcas fora dado a Tristão, momentaneamente, “enquanto se executava a operação que mandou fazer, de deitar bombas na Esquadra inimiga”, e que após a malograda operação, findou-se o comando de Tristão. No mais, “Zeloso” diz que estas *comedorias* deveriam corresponder apenas aos dias nos quais a operação foi executada, mas, segundo ele, elas ainda estavam sendo pagas ao Intendente.

Pedindo paciência ao redator, o “Zeloso” escritor na sequência da carta apontou mais um “crime” cometido pelo Intendente, dizendo que Tristão Pio dos Santos, com frívolos pretextos, ainda não havia distribuído o “conto de réis” que *Lord Cochrane* mandara para ser entregue ao Capitão de Fragata, João Fernandes de Oliveira Bottas, então Comandante da Flotilha de Itaparica, e que deveria ser repartido entre os oficiais e marinheiros como prêmio por eles terem tomado uma barca inimiga, mas diz que o Intendente nunca fez a entrega do valor, mesmo quando foi obrigado por diversas autoridades. “Zeloso” termina a sua carta escrevendo uma frase que poderia ser usada nos dias de hoje, para criticar o Intendente militar: “Muito gostam os homens de dinheiro, ainda que não seja o seu!!! Grandes Patriotas!”

Parece-nos, na leitura da carta acima, que existia uma certa semelhança nas formas de trabalho de Tristão Pio dos Santos e Luiz da Cunha Moreira enquanto ocupavam os cargos de Intendente. Acusações de roubo de itens e madeira, desvio de dinheiro público e recebimentos indevidos são comuns aos dois militares e talvez expliquem o motivo da ocorrência de tantos problemas no Arsenal do Rio de Janeiro, já que a função de Tristão Pio dos Santos deveria ser a de inspecionar as compras e vendas feitas pelo Intendente no Arsenal, ou ele não estava fazendo o seu trabalho com o zelo cobrado pelo Ministro, ou ele estava levando um bom dinheiro fazendo vista grossa para as compras de Cunha Moreira.

De volta ao ano de 1830, encontramos este dois atores mais uma vez envolvidos em um caso de sumiço de dinheiros, quando Francisco Villela Barbosa, o Marquês de Paranaguá, questiona Tristão Pio dos Santos sobre uma diferença nos valores das férias dos funcionários do Arsenal, nos ofícios enviados por ele e por Luiz da Cunha Moreira. O Marquês de Paranaguá escreveu que ao receber um ofício de Cunha Moreira, referente às férias dos funcionários do Arsenal, o valor total da despesa seria de 13.588U960rs. Entretanto, no ofício enviado por Pio dos Santos, o valor referente às mesmas férias era de 12.908U690rs. Dizendo que tais férias não estavam “compreendendo as comedorias dos Algarves, e dos pretos da Nação”. Paranaguá emitiu uma ordem ao Intendente, Cunha Moreira, para que este declarasse

a razão da diferença dos valores, mas que, mesmo com a nova relação, ainda estaria faltando 14U100rs, e por isso ordenou ao Inspetor que encontrasse o engano e que fizesse aparecer o valor da diferença¹⁵⁹.

Agora, traçando o “paralelo” entre Madureira Pará e seus “inimigos”, se eram estes os pontos que Madureira Pará utilizou como base para as suas acusações contra o Inspetor, com o intuito de questionar sua lisura e honestidade para avaliar a “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, a única coisa que podemos afirmar é que o “inventor” era acusado dos mesmos crimes, mas não contava com a mesma rede de apoio de Tristão Pio dos Santos.

Todavia, Madureira Pará conseguiu apoio de um aliado que ele acreditava tê-lo abandonado. Não sabemos por qual motivo, e não acreditamos que o que ele possa ter escrito nos primeiros dois volumes do *Paralelo*, e baseado nas suas “explicações científicas” genéricas do terceiro volume, possam ter motivado qualquer mudança de comportamento do governo imperial. No entanto, o Imperador Pedro I, contrariando o que havia determinado a *Comissão*, respondeu a Madureira Pará, por um ofício enviado pelo Ministro da Marinha que o governo não poderia negociar com o “inventor” nos termos que ele havia proposto, e solicitou que o mesmo enviasse uma nova proposta, indicando dois fiadores responsáveis por pagar a sua dívida caso ele mesmo não conseguisse. Com esta *surpreendente* resposta do Imperador, João Francisco de Madureira Pará foi colocado no meio de um embate que existia no Rio de Janeiro desde o ano de 1823, a disputa sobre quem representava, de fato, o povo brasileiro: o Imperador ou os deputados?

4.2 - Madureira Pará em meio ao embate entre o Imperador e o Parlamento

Quando João Francisco de Madureira Pará desembarcou no Rio de Janeiro, vindo de Lisboa, em 1825, um primeiro embate entre o Imperador e o Parlamento já havia acontecido. Ele teve início na formação da *Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil independente*, quando os cinquenta e dois deputados que a formavam se reuniram pela primeira vez no dia 17 de abril de 1823. O objetivo da *Assembleia* era criar a primeira constituição do Brasil independente.

Ao tentar aumentar a sua soberania, e tendo o Imperador tomado a decisão de não dividir o seu poder, a *Assembleia* teve uma curta duração, sendo dissolvida por ordem e decreto assinados pelo Imperador no dia 12 de novembro de 1823. Mas antes disso, mesmo enfrentando diversos obstáculos durante sua atuação, ela apresentou à consideração dos

¹⁵⁹ Repartição dos Negócios da Marinha. In: *Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, Vol. 15, n. 28, 06 fev. 1830.

constituintes um total de trinta e nove projetos de lei, sete requerimentos, cento e cinquenta e sete indicações, duzentos e trinta e sete pareceres, além do Regimento Interno e uma proclamação dirigida aos povos do Brasil. Dentre as proposições apresentadas, destacam-se a criação de universidades, memórias acerca da extinção da escravatura, mudança da capital do Império, catequese dos indígenas e colonização de terras.

Entre os trinta e nove projetos de lei apresentados, apenas seis foram aprovados e sancionados pela *Assembleia*. Em relação a esses seis projetos, uma deputação nomeada pelo Plenário apresentou, no dia 20 de outubro de 1823, as resoluções ao Imperador, com vistas à sua devida execução. Depois de transformadas em Cartas de Lei, as resoluções foram registradas e publicadas na forma estabelecida.

Um dia após a dissolução, o Imperador Pedro I instituiu um Conselho de Estado com o objetivo de elaborar um Projeto de Constituição e tratar de outras questões pertinentes à Corte. O texto constitucional foi finalizado em 11 de dezembro e encaminhado ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro e às Câmaras das Províncias para aprovação em vez de ser submetido a uma nova Assembleia Constituinte, conforme o Imperador havia prometido após a dissolução da anterior.

Pedro I tinha certo temor em convocar uma nova Assembleia Constituinte e não viu necessidade de tal medida para discutir e votar a Constituição elaborada pelo Conselho de Estado sobre as bases estabelecidas pelo monarca, e por isso, ele decidiu pela outorga do documento. Em 25 de março de 1824, foi expedida uma Carta de Lei que “manda observar a Constituição Política do Império do Brasil, oferecida e jurada por Sua Majestade, o Imperador D. Pedro I”. A primeira Constituição brasileira estabeleceu o Poder Moderador, que era exercido pelo Imperador e estava acima dos demais poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário¹⁶⁰.

Apesar da aceitação da Constituição de 1824, Pedro I atrasou a convocação do Senado e da Câmara pelo maior tempo possível. As duas casas do Parlamento só começaram a funcionar em 1826, deixando um intervalo de dois anos durante o qual ele pôde governar o país de forma independente, sem a necessidade de compartilhar o seu poder com o Legislativo. E foi neste intervalo que Madureira Pará chegou ao Brasil buscando rapidamente se aproximar do Imperador e, ao conseguir o apoio imperial para a sua “Máquina”, sempre se declarava como tendo sido “encarregado daqueles trabalhos pelo Imperador” e utilizava a “proteção imperial” como espada e escudo.

¹⁶⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

O financiamento da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” de Madureira Pará, todo bancado pelo Estado, era o menor dos frequentes abusos de poder por parte do Imperador que eram denunciados na imprensa carioca, e talvez o maior deles tivesse sido a declaração de guerra contra a Província Cisplatina, que ocasionou a perda do território pelo Brasil e a criação do Uruguai. Tais abusos desgastaram ainda mais a imagem de D. Pedro I. Tanto que durante a 2ª Legislatura da Câmara de Deputados houve uma forte oposição às “tendências absolutistas do imperador”, culminando em derrotas parlamentares impostas a ele. Esse período foi marcado pela mobilização dos deputados “exaltados”, que conquistaram o apoio popular, da imprensa e dos militares, talvez em uma resposta tardia ao golpe dado pelo imperador à Constituinte de 1823.

Segundo Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira¹⁶¹, esse embate envolvia uma tensão permanente, a disputa pela soberania e pela representação da nação. De um lado tinha-se a compreensão de que a soberania estaria sediada nos representantes do povo, os deputados. Do outro, a leitura da representação segundo a qual a figura do imperador, aclamado pelo povo, ungido pela igreja, seria o primeiro representante da nação, e isso tudo dizia respeito ao equilíbrio dos poderes, do quanto eles tinham de autonomia e quando eles poderiam intervir nas decisões um do outro.

Ainda segundo Ribeiro e Pereira (2009), chama atenção o fato de que esta noção de soberania se aplicava igualmente a outros aspectos da política imperial, como o econômico, as relações internacionais e aos tratados. Neste sentido, existiriam dois projetos no Primeiro Reinado, um que, por conta da herança portuguesa, era subordinado à Inglaterra, e outro que buscava uma maior autonomia em relação aos ingleses. Por fim, mas não menos importante para esta dissertação, existia também uma relação entre a política e o cotidiano, pois a população estava longe do perfil de “massa de manobra” como muitas vezes foi chamada, não estando a reboque das camadas dirigentes. O “povo” foi um ator político fundamental no cenário do Primeiro Império, seja por meio de revoltas e burburinhos nas ruas ou usando os mecanismos formais, tais como as representações, queixas e petições.

Ribeiro e Pereira (2009) criam um interessante conceito para falar sobre o Primeiro Império, que acreditamos ser de grande utilidade para colocar João Francisco de Madureira Pará nesta controvérsia que acabou por englobar a sua fraude. Segundo eles, teria havido três ondas políticas no Primeiro Reinado, a primeira começou com o anúncio do

¹⁶¹ RIBEIRO, Gladys Sabina, PEREIRA, Vantuil. O primeiro reinado em revisão. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo H. (Orgs.). **O Brasil Imperial**, volume 1: 1808-1831. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Constitucionalismo vindo da cidade do Porto em 1820 e durou até 1824 com a outorga da Constituição por Pedro I.

Em 1826 teve início a segunda onda, com a reabertura do Parlamento e o começo de uma discussão acerca de uma legislação realmente “brasileira” e os embates políticos acerca da Guerra da Cisplatina, tendo como pano de fundo uma intensa movimentação popular que buscava o reconhecimento, o respeito e a ampliação de seus direitos e a criação e circulação de jornais e panfletos, alguns ditos “incendiários”. E a união destes fatores vai colocar um fim à segunda onda em 1831, levando à Abdicação de Pedro I, fato este que iniciou a terceira onda.

Foi na “falsa calmaria” que existiu entre a primeira e a segunda onda, mais especificamente em 1825, que João Francisco de Madureira Pará chegou ao Brasil com o seu *bombástico discurso*, seu “título de nobreza” e com a sua engenhosa “Máquina para o Melhoramento da Navegação”. E talvez por conta de ter conseguido enganar o Imperador, e adquirido dele condições para que pudesse viver na Corte Imperial como um “Nobre”, ele não tenha prestado atenção ao mar revolto da política imperial e no surgimento da segunda onda política, onde cresceram as contestações nas ruas e o conflito político entre a Câmara e o Imperador Pedro I.

Entretanto, na nova “calmaria” entre a segunda e a terceira onda que acontece em 1830, Madureira Pará, mesmo com o seu escudo já bem amassado e com uma espada sem fio, conseguiu a renovação da sua “Proteção Imperial”, e por isso não tenha percebido que estava, juntamente com o Império que enganou, se encaminhando para o fim. Mas enquanto estivesse apoiado nos ombros daquele que acreditava ser o “deus mortal”, o paraense seguiria firme nas suas estratégias. Conforme o Imperador havia solicitado, Madureira Pará apresentou em um documento a sua “proposta” para finalizar a sua “Máquina” por conta própria, indicando os seus fiadores, e dizendo que:

se compromete a acabá-la ao seu próprio custo, com a condição, porém, que se a Máquina corresponder aos fins que o Suplicante anunciou, e do qual apresentou provas, pelo modelo que expôs as vistas mesmo de Vossa Majestade Imperial e de toda a Corte, o Estado lhe pagará a despesa feita pela conta que apresentar, a qual, aliás, ele se sujeita a perder no caso contrário. (PARÁ, 1832, p. 17)

Para isto, diz que é “indispensável” que lhe entreguem todas as peças da “Máquina” que já foram feitas, e todos os metais e utensílios destinados a ela constantes do inventário feito pela *Comissão*, e também o Brigue no qual “ela deve ser colocada”. Existe uma questão aqui que nos levanta dúvidas sobre como o governo imperial não descobriu que Madureira

Pará estava mentindo e que a sua “Máquina” era uma fraude, pois em 1827, Madureira Pará enviou um ofício ao Ministro detalhando todos os “trabalhos” que haviam sido feitos na “Máquina” até aquele momento, e no ofício ele diz que havia mandado abrir o *Brigue Empreendedor* para que ele começasse a montar a “Máquina”. Mas agora, sua proposta dá a entender que nada foi feito no navio e que a “Máquina” ainda seria montada e colocada no mesmo.

Na sequência, ele apresentou os seus dois fiadores: o leiloeiro, já conhecido por nós, João Ventura Rodrigues e também Estevão Alves de Magalhães¹⁶², farmacêutico mineiro bastante popular no Rio de Janeiro e que era, assim como Madureira Pará, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Madureira Pará diz que, após uma justa avaliação das peças na ocasião da sua entrega, os seus fiadores assinariam um “termo de responsabilidade”, ficando como responsáveis pelo cumprimento de suas obrigações do “Inventor”. E por fim, mais uma vez abusando da proteção imperial, Madureira Pará pede, sem qualquer sutileza, que lhe seja concedido um “prêmio sem taxa” caso ele consiga terminar a “Máquina”:

Além de tudo isto, fica a generosidade da Nação e a beneficência de Vossa Majestade Imperial, o prêmio correspondente a semelhante descoberta se ela, como o Suplicante espera, desempenhar os fins propostos, prêmio que não pode admitir taxa, e que o Suplicante deve esperar da alta Munificência de Vossa Majestade Imperial, e da liberalidade da Nação Brasileira, e prêmio que nada tem de comum com as despesas indispensáveis para a construção da Obra. Pede a Vossa Majestade Imperial que por bem deferir-lhe com a justiça de que todo o Império o reconhece dotado. Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1830. João Francisco de Madureira Pará. (PARÁ, 1832, p. 19)

Porém, em meio ao grande embate, e com a Câmara dos Deputados tendo decidido pelo fim dos trabalhos de Madureira Pará, este ofício ficou sem resposta por mais de um mês. Somente no final de outubro que o Ministro da Marinha finalmente respondeu ao inventor, dizendo que um dos seus fiadores, João Ventura Rodrigues, foi rejeitado pelo governo por ser estrangeiro – sendo que Ventura Rodrigues era português, o que tornava a situação irônica, pois vários membros do próprio governo, e até mesmo o Imperador, eram portugueses. Solicitaram então que Madureira Pará apresentasse um novo fiador, que ele disse que “Satisfaz, porém, o Representante, ao exigido, apresentando outro fiador no dia 20 de outubro de 1830, que foi aceito” (PARÁ, 1832, p. 6).

Após superar toda a burocracia imperial, Madureira Pará quem sabe acreditasse que conseguiria finalmente a sua “Máquina” de volta, neste caso, as peças que havia fabricado

¹⁶² Para maiores informações, ver <https://www.anm.org.br/estevao-alves-de-magalhaes/>.

sem nenhum critério. Ele conseguiu superar a *Comissão*, fez tudo o que lhe foi solicitado pelo Imperador, apresentou fiadores, novas condições, modificou a sua proposta para melhor se adequar ao que Pedro I achava “justo”, e provavelmente, estivesse pronto para manter o Imperador ligado ao seu “invento” por mais alguns anos. Infelizmente, tudo isso irá cair por terra quando um anúncio de leilão for publicado nos jornais cariocas em novembro de 1830.

4.3 - O leilão da elegante e bem escolhida mobília

A história da "Máquina para o Melhoramento da Navegação", de João Francisco de Madureira Pará, era amplamente conhecida na cidade do Rio de Janeiro, pois o “inventor” sempre fez questão de divulgar nos jornais os inúmeros obstáculos que enfrentou e também rebateu as diversas acusações que recebeu. O “Sistema de navegação” de Madureira Pará destinado a aprimorar o transporte marítimo, tinha uma grande repercussão pública e gerava grandes interesses a cada notícia que era publicada.

No entanto, o tal “Sistema” era uma fraude, e quando o governo decidiu colocar um fim nos seus “trabalhos”, já que seu “inventor” não havia apresentado nada durante cinco anos, Madureira Pará adotou o papel de “vítima”, sempre se dizendo perseguido por “inimigos dele e do Brasil”, que tudo faziam para que ele não terminasse a sua “Máquina”. O inventário feito pela *Comissão* colocou em xeque a sua eficácia como inventor e deixou o governo imperial muito próximo de descobrir o seu “grande segredo”.

Contudo, João Francisco de Madureira Pará ainda tinha neste momento, os meses finais do ano de 1830, o Imperador ao seu lado, de certa forma, suas estratégias de enfrentamento da *Comissão*, bem como as suas publicações nos jornais, onde dizia que apenas o Imperador poderia decidir o destino da sua “Máquina”, em uma tentativa de mostrar para a opinião pública como os seus “inimigos” descumpriam as ordens imperiais, em parte, surtiram o efeito desejado pelo “inventor”. Após o seu ofício do dia 20 de outubro, tudo indicava que ele sairia vitorioso desta controvérsia que já havia custado uma fortuna para o país, e que ainda teria o custo de mais 120 contos de réis.

Entretanto, como já dito, o número de elementos que estavam ligados à “Máquina” nesta controvérsia era muito grande, a rede de atores em volta era enorme e muitos laços foram criados por meio dos eventos narrados neste trabalho, que levavam a diversas conexões entre dois ou mais atores. Cabe aqui dizer que essas conexões não são permanentes e podem mudar com o tempo, dependendo das circunstâncias.

Segundo Latour (2012), para manter esses laços unidos, os cientistas precisam estar constantemente engajados com sua rede e trabalhar para mantê-la ativa. Isso significa que

eles precisam estar atentos às mudanças que ocorrem em sua rede e trabalhar para criar novas conexões sempre que possível, e também devem estar dispostos a adaptar-se às novas circunstâncias e ajustar sua abordagem de acordo com as mudanças que ocorrem em sua rede. Outra estratégia importante para manter os laços unidos é manter uma comunicação “aberta e transparente” com os membros da rede, os cientistas devem ser “honestos e abertos sobre suas intenções e objetivos, e devem estar dispostos a ouvir as opiniões e preocupações de seus colegas”. No caso de Madureira Pará, ele não podia utilizar esta estratégia, pois não era de fato um cientista, e se assim fizesse, o governo acabaria por descobrir a sua fraude.

Um dos laços que estava ligando à “Máquina”, e que conectava o seu “inventor” com o leiloeiro João Ventura Rodrigues, se rompeu quando o antigo fiador de Madureira Pará publicou um anúncio de um leilão, que aconteceria no dia 16 de novembro de 1830, nos jornais do Rio de Janeiro:

55-João Ventura Rodrigues previne ao respeitável Público, que hoje pelas 10 horas da manhã, há de ter princípio o leilão da elegante, e bem escolhida mobília, que foi de João Francisco de Madureira Pará, e que tem estado patente, para ser examinado na casa nº 221 da Rua Direita, e que tem merecido os elogios das pessoas de saber, e de gosto, previne-se mais, que entre as jóias, se acha um rico aparelho de jantar em prata para servir 78 pessoas.¹⁶³

Madureira Pará já tinha sido acusado por Cunha Moreira de ficar com o dinheiro dos pagamentos dos funcionários do Arsenal que trabalhavam na sua “Máquina”, e também de solicitar itens para os seus “trabalhos” sem declarar como seriam usados. Ele mesmo já havia dito que não recebia a sua gratificação, que era paga pelo governo, desde o ano de 1828, e todos sabiam que ele não tinha um emprego onde recebesse salário ou posses para viver de renda, nem mesmo o seu cargo de “funcionário adjunto” da SAIN era remunerado. Então, a leitura do anúncio de um leilão de uma “elegante, e bem escolhida mobília” que pertenceu ao inventor, logicamente, levantou muitas dúvidas e sérias suspeitas de que Madureira Pará usava o dinheiro que recebia do governo para a construção da “Máquina” em benefício próprio. Afinal, que outra forma poderia explicar como ele conseguiu comprar tantas coisas de luxo, e até mesmo possuir os escravos que tinha anunciado anteriormente?

No mesmo dia do anúncio acima e do leilão, 16 de novembro, alguns textos, escritos por *particulares*, apareceram nos jornais cariocas falando sobre a venda da “mobília” de Madureira Pará. Um deles, assinado por um “Atordoador” e publicado no jornal *Nova Luz Brasileira* é cheio de piadas e acusações sobre a tal “rica mobília” de Madureira Pará, Seu autor começa dizendo que estava lendo o “Diário do Rio de Janeiro de 13 do [ano] corrente”,

¹⁶³ Leilões. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.13, p.02, 16 nov. 1830. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/11837.

quando encontrou um papel avulso, cujo texto começava da seguinte maneira: “João Ventura Rodrigues faz leilão no dia Terça feira, 16 do corrente, da elegante, e bem escolhida mobília, que foi de João Francisco de Madureira Pará”.

Depois escreve que, ao terminar a leitura do avulso, a sua imaginação o levou ao “Palácio Soberbo da Mágica Falerina” e lá ele não viu tão “rica mobília”. Depois ele voou “à pomposa habitação de Verres”, e lá o que achou foi o “maravilhoso Candelabro... mas nada como a mobília”. O “Atordoado” segue na sua narrativa, e vai aos “Palácios do Império Otomano... mas nada como a mobília”, chegou ele “às mesas Targines, que a custa do Tesouro Público, ou Tesouro de fora, dava banquetes servidos com 80 talheres de ouro, que é hoje coisa rara... nada como a mobília!” Ele foi também para a “Mágica Dimitildinosa”, e não encontrou “nada como a mobília”, e finalizou o seu artigo com o seguinte questionamento: “Mas quem será este Sr. João Francisco de Madureira Pará, cuja magnífica mobília vai a leilão? Se é o que eu penso, o Sr. Redator, muitas reflexões há a fazer-se”¹⁶⁴.

Apenas o anúncio do leilão da sua mobília já seria suficiente para que todas as acusações feitas contra Madureira Pará fossem tomadas daqui para frente como verdade, fazendo com que o “inventor” fosse visto como um *parasita* que estava se alimentando do dinheiro público. E de fato, a publicação do *avulso* citado pelo leitor “Atordoado”, que continha a relação de todos os itens que seriam vendidos por Ventura Rodrigues no leilão, sepultou de vez quaisquer pretensões que João Francisco de Madureira Pará poderia ter tido de recuperar as peças da “Máquina”.

Este avulso¹⁶⁵, cuja única cópia existente pode ser encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, possui duas folhas e detalha todos os itens que seriam leiloados e que formavam a “elegante, e bem escolhida mobília” que foi de Madureira Pará, e já adiantamos aqui que o número total de objetos passa de 400. Madureira Pará vendeu praticamente tudo o que possuía, e se tal “venda” foi um acordo feito com Ventura Rodrigues para que este fosse o seu fiador junto ao governo, ou se aconteceu quando ele ainda pensava em ir embora do Rio de Janeiro é algo que não sabemos. Passemos então ao conteúdo do *Avulso* publicado por Ventura Rodrigues:

Consta a mobília dos objetos seguintes: Um rico piano filarmônico de *Clementi*, com teclado, tem quatro cilindros, e toca por máquina 32 peças de músicas diferentes e de muito bom gosto; tem um mocho de jacarandá (obra de talha) com rosca, e assento de marroquin encarnado. Um grande e rico *Espelho de*

¹⁶⁴ Correspondência. **Nova Luz Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 94, p. 04, 16 nov. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/700339x/388>

¹⁶⁵ **Comunicado de João Ventura Rodrigues sobre o leilão da mobília que foi de João Francisco de Madureira Pará**. Livro. Localização: Livros Raros - 040,009,029. Publicação: Rio de Janeiro: Tipografia de Lessa & Pereira, 1830.

vestir para o meio da sala, de mogno, elegantemente adereçado, com dourados em água e bronze, é de nova invenção, pois tem dois vidros que representam fielmente e sem detrimento a efigie de quem nele se vê por qualquer dos lados que se queira consultar; é próprio para uma senhora delicada e de fino tratamento. Um *dito*, como dito de Teque, guarnecido de bronze sem dourados, mas do mesmo feitio e tamanho, pode-se afirmar que são os primeiros, e únicos que tem aparecido nesta Corte. Um rico sofá de mogno almofadado com tecido de cabelo, com recosto do mesmo (obra de talha). 4 trémos de mogno com colunas. 4 espelhos dourados para ditos. 2 jarras de porcelana fina douradas, representando em esmalte o desembarque de S. M. F. em Inglaterra, guarnecidas de flores finas. 2 ditas com os retratos de SS. MM. II. como ditas. 1 par de Quemquers ricos de bronze dourados, com três estátuas do mesmo metal. 3 Quemquers de dito como dito de colunas. 8 jarras de cristal lapidadas para flores artificiais. 4 ditas de dito para flores verdes. 8 castiçais de cristal com dirandellas da mesma matéria. 16 mangas de vidro finas para castiçais. 1 par de castiçais de prata fina, representando a figura da Fama (obra do Porto). 4 castiçais da dita representando estátuas de meninos (obra do Porto).

2 trémos de mogno quadrados. 2 de dito redondos. 1 rica mesa de mogno para sofá. 1 dita redonda de um só pé (obra de talha). 2 dúzias de cadeiras de mogno, dito. 1 grande e rico Lustre de Cristal lapidado (obra inglesa) de muito elegante forma, tem 10 luzes, tem mangas que servem para azeite e para velas, com sobressalentes. 2 ditos pequenos de seis luzes cada um, como dito. 6 Bambinelas para portas de cetim azul com franjas de seda da mesma cor, e cortinados de casa fina de flores, de muito bom gosto. 7 capachos. 6 cuspideiras de louça de prata. 1 grande e riquíssima Cama francesa de mogno almofadado de seda cor de cana, guarnecida com galões de veludo carmesim, com recostos móveis cheio de penas, próprio para uma senhora de distinção. 1 painel de pintura a óleo, representando Vênus e o seu filho travesso, obra prima, e de muito bom Autor. 1 espevitadeira de casquinha de prata, com a sua bandeja de mesmo metal. 12 castiçais de casquinha de prata francesa. 1 paliteiro de muito bom gosto como dito. 1 colher para peixe de dita como dito. 6 salvas para copos de água de dita. 17 bandejas para garrafas de dita. 12 ditas de ditos para copos de vinho. 14 rolhas de garrafas de dita. 2 saleiros de dito e cristal. 34 descansos de faca de dita. 2 porta fatias de dita. 1 perfumador de dita. 1 rico cofre para guardar jóias, guarnecido de madrepérola, e marchetado de prata (obra da China). 1 aparelho de prata lavrada (obra do Porto) para chá e café, rico e de último gosto. 1 bandeja grande de casquinha de prata lavrada para o dito. 1 dúzia de talheres de prata fina. 1 guarda-prata de mogno, com todos os cômodos necessários. forrado de seda verde. 2 aparadores para a casa, de jantar, de mogno. 2 cantoneiras para dita de dito. 1 espaçosa mesa de mogno, elástica, para jantarem 30 pessoas. 1 sofá de mogno também almofadado com tecido de cabelo. 4 sofás de mogno com assentos e recosto de palhinha muito elegantes. um piano forte de jacarandá em muito bom uso, marchetado de metal com elegante forma.

2 trémos de mogno com gavetas. 2 espelhos dourados para os ditos. 1 lamparina de reverbero de porcelana fina para esquentar chá. 1 secretária muito cômoda de mogno, francesa, para escreverem 4 pessoas. 1 dita de cilindros com muitas arranjos. e uma cômoda em baixo, de mogno, muito bem feita. 1 guarda-roupa de mogno para homem com arranjos para casacas. 34 cadeiras de mogno, com assento de palhinha de gosto moderno. 2 bancas de jogo de mogno. 1 elegante marquesa de jacarandá com colchão de paina, e cortinado de cassa adamascada, e regaço de seda. 2 cômodas de mogno com colunas. 2 trémos de dito com figuras, e espelhos por baixo. 2 jarras de figuras de alabastro sustentando uma cesta com flores. 6 vasos de porcelana para flores verdes. 1 cama espanhola própria para viagem. Alguns livros. 1 tinteiro de porcelana fina. 1 espada dourada. 2 salvas de prata. 1 apito de prata para Náuticos. 1 concha de prata para sopa. 1 dita de dito para arroz. 1 relógio de sol com agulha e termômetro. 1 chapéu de pasta com plumas. 1 estojo portátil para escrever de marroquim. 1 par de vasos, cor de leite, para essências. 1 dúzia de facas para dessert, cabo de madrepérola, e folha de ouro. 1 dita com o dito e folha de aço, guarnecidas de ouro. 1 dúzia de talheres de dessert com as folhas de prata e o cabo de marfim (ingleses). 1 rica pasta de marroquim verde (obra de relevo) para desenhos de Senhoras. 1 estojo de matemática. 1 espadim de cabo de marfim, com bainha dourada, um rico par de óculos para teatro,

dourados d'água e engastados de madrepérola, para ambos os olhos. 1 lavatório de mogno com bidê e. 1 bidê com bomba para lavar a vasilha, muito asseado. 1 rica caixa de costura com música. 1 espelho dourado rico. 1 frasqueira para licor. 1 urna dourada e rica, própria para se fazer o chá sobre a mesa. 1 coleção de caricaturas. Vários quadros. 1 lâmpada de bronze, dourada, com três reverberos. 1 jogo de dominó. 1 manta de veludo rica, para Senhoras. 7 Quemquers de bronze. 1 aparelho de café, cor de cana, para duas pessoas, 1 dito dito azul para ditos dourados. 2 candeeiros próprios para a casa de jantar, com figuras de duas luzes cada um. 1 rico aparelho de cristal para água. 1 dito para licor. 2 dúzias de xícaras da Índia, ricas. 1 rico aparelho de mesa de porcelana fina inglesa, dourada. 1 dito de dessert muito rico e de muito bom gosto. 1 dito de porcelana fina muito rico para chá e café, dourado por dentro, e elegantemente pintado em esmalte (obra superfina). 1 dito como dito de gosto diferente, tudo do último gosto. 1 dito para chá e café de cristal. 1 dito para chá e café, de flores muito vistoso. 1 dito de mesa azul, da Índia. 1 sortimento de vidros. 2 vasos dourados de porcelana fina para Senhoras, 1 serviço de mesa de cristal muito rico. 1 carrinho muito leve e elegante, com arreios para um animal. 1 cadeira de mogno, de um só pé, com almofadas de marroquim, que serve para todas as alturas, com rosca, muito rica e elegante. Algumas jóias de gosto e valor, e mais miudezas.

A inclusão desta imensa lista de objetos se faz necessária para que se entenda tudo o que aconteceu com João Francisco de Madureira Pará deste momento em diante. Mais uma vez, relembremos que Madureira Pará não tinha um trabalho remunerado no Rio de Janeiro, pois se dedicava integralmente à “criação da sua Máquina”, ele também não havia, até este momento, prestado contas de todos os valores e bens que havia recebido do governo para a mesma “Máquina”, sofria acusações de “mau uso do dinheiro do governo”, e, para colocar em perspectiva a quantidade de objetos que haviam lhe pertencido, morava em uma casa de sobrado. E acreditamos que este *Avulso*, detalhando o grande número de objetos que pertenceram a Madureira Pará, deva ter sido alvo de muitas conversas e debates no Rio de Janeiro, pois logo chegou às mãos do Ministro da Marinha, o Marquês de Paranaguá, que prontamente enviou um ofício para o Procurador da Coroa, mandando suspender o leilão.

O historiador Manuel Barata (1973) incluiu o ofício a seguir nas *Efemérides Paraenses*, dizendo ter retirado o texto do jornal *Diário Fluminense*, e acrescentando a informação de que Madureira Pará “recebia por sua máquina, uma diária de 960 réis, que continuou a receber até 1830”. Porém, segundo o próprio “inventor”, ele receberia este valor semanalmente, e que havia deixado de receber o pagamento em 1828.

Repartição dos Negócios da Marinha

Constando, que ainda não se tomaram contas a João Francisco Madureira Pará, dos dinheiros, e mais objetos da Fazenda, que recebera, para a máquina de sua invenção, como fora determinado, se tomassem, pelo Aviso de cópia inclusa, de 16 de agosto último, dirigido ao Intendente da Marinha; e sendo público e notório, que se vai pôr em leilão uma rica mobília, que se diz pertencer ao referido Pará: Manda Sua Majestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, prevenir disto mesmo ao Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Interino, para que nesta inteligência haja de proceder, como for de Lei em tais casos, pelo bem da

segurança da Fazenda Pública. Paço em 16 de novembro de 1830. – Marquês de Paranaguá.¹⁶⁶

No entanto, o foco principal deste trabalho reside na constatação de que, apesar de nunca ter sido descoberto pelo governo imperial que a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” era uma fraude, o *Avulso* em questão tornou evidente para o Marquês de Paranaguá, também para o Imperador Pedro I, e para todos aqueles envolvidos na rede que envolvia a sua “Máquina”, que João Francisco de Madureira Pará também não passava de um aproveitador.

Todos os objetos que compunham a sua mobília eram provas suficientes para demonstrar que o “inventor” estava utilizando os recursos financeiros recebidos do governo em benefício próprio, corroborando as acusações contra ele, e que, durante um período de cinco anos, seu trabalho, repleto de “sacrifícios e dificuldades”, consistiu em enganar o governo e inventar mentiras cada vez mais elaboradas para manter um estilo de vida na Corte compatível com o de um nobre fidalgo.

Talvez esteja aqui o seu “grande segredo” e toda a sua “engenhosidade”, João Francisco de Madureira Pará era realmente um *gênio*, mas não para fabricar máquinas, desafiar as forças da natureza e escrever textos científicos. Sua genialidade consistia em roubo de ideias, mentiras e bajulações, e também no papel de “vítima” que interpretava muito bem, dizendo que só não conseguia dividir com o mundo a sua “genialidade” por conta dos seus “inimigos”.

Após o embargo do Leilão, por ordem do governo, muitas pessoas na cidade do Rio de Janeiro, certamente, deveriam estar esperando ansiosamente a resposta que Madureira Pará daria, em sua defesa, para todas as acusações que sofreu. Como ele explicaria ter sido dono de alguns objetos descritos por Ventura Rodrigues como “os primeiros, e únicos que tem aparecido nesta Corte”. Como ele havia conseguido comprar um “grande e rico Espelho de vestir para o meio da sala, de mogno, elegantemente adereçado, com dourados em água e bronze, e de nova invenção”? Onde ele colocava a sua “espaçosa mesa de mogno, elástica, para jantarem 30 pessoas”, sentadas nas suas “34 cadeiras de mogno”? E qual era a necessidade de tantos conjuntos para chá e café? Veremos, então, a resposta que foi dada pelo inventor para o embargo do leilão da sua mobília e para as acusações de desvio de dinheiro.

Sua “prestação de contas” foi feita em outro *Avulso*, denominado de “*Ao Respeitável Público*”, e publicado no jornal *Ástrea* de 27 de novembro de 1830. Abrindo o texto com a

¹⁶⁶ Repartição dos Negócios da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 16, n. 122, 22 novembro 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/7061>.

citação “Quem vence sem perigo, triunfa sem glória” (retirada da peça de teatro “*Le Cid*”¹⁶⁷, escrita em 1637, pelo dramaturgo francês Pierre Corneille), Madureira Pará afirma que, sendo ele o “Inventor do grande projeto de navegação” e que foi encarregado pela Sua Majestade Imperial de colocá-lo em prática, ainda é a mesma pessoa de “caráter forte” e que “tem enfrentado a inveja, a adulação e a impura e calúnia terrível contra a gloriosa empresa que ele está trabalhando para realizar”, e diz que é seu dever fornecer ao público todas as informações necessárias para “desmascarar as tentativas de manchar sua credibilidade e reputação”¹⁶⁸.

Na sequência, Madureira Pará diz que desde 1825 quando ele foi encarregado pelo Imperador dos trabalhos na sua “Máquina”, ele sempre “marchou de acordo com a legalidade, e a boa fé”, mas que, depois do embargo do leilão, que seria feito por Ventura Rodrigues, da mobília que “foi” sua, e tendo o Ministro usado como pretexto, em seu ofício, o fato dele não ter prestado contas do dinheiro, e outros itens que havia recebido, diz Madureira que “enquanto a dinheiros para a obra projetada jamais Pará o recebeu”, que só recebia os gêneros que pedia e que eram necessários para a sua “obra”, e que destes, ele deu conta pelo *Inventário* que foi feito de todas as peças já fabricadas, indicando que uma cópia do inventário está na Secretaria de Estado da Marinha e outra cópia está com ele.

É importante frisar aqui que Madureira Pará tinha razão em apontar que existia um grupo de pessoas determinadas a pôr fim ao seu trabalho, mas os levantamentos feitos pelo Ministro da Marinha mostraram que nem sempre o inventor agiu na legalidade, vide a questão da “contratação do ajudante”. Sobre a questão do recebimento de dinheiro, já dissemos anteriormente que, mesmo tendo sido autorizado pelo Ministro anterior a pagar os funcionários, com o seu próprio dinheiro, para receber o equivalente referente depois, aquele procedimento era contra a lei, não importando os documentos que ele afirmava possuir.

Na continuação da sua “Defesa”, Madureira reafirma que prestou contas dos objetos que recebeu pelo *Inventário* e que não podia prestar contas de dinheiros, pois não havia recebido valor nenhum. Aqui existe mais uma mentira de Madureira Pará, o *Inventário* foi feito por ordem do Ministro e ele se refere apenas às peças fabricadas para a “Máquina” e nele não pode constar, por exemplo, o que Madureira Pará fez com os colchões que recebeu, pois isso aconteceu depois do *Inventário* ter sido feito pela *Comissão*.

¹⁶⁷ Fonte: **Le Cid**. Disponível em: http://www.crdp-strasbourg.fr/je_lis_libre/livres/Corneille_LeCid.pdf. Acesso em. 15 de agosto de 2022.

¹⁶⁸ Papel Avulso. **Ao Respeitável Público**, *Astréa*, 27 novembro 1826. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1460/bndigital1460.pdf.

Depois ele diz que se houve “prevaricação nas compras dos gêneros”, a culpa seria de quem comprou tais gêneros, “Pará pedia gêneros; eram dados, e não lhe competia o exame dos seus preços”. O objetivo do “inventor” aqui é claro: tentar imputar os problemas do alto custo da “Máquina” ao Intendente e ao Inspetor do Arsenal, respectivamente Luiz da Cunha Moreira e Tristão Pio dos Santos.

Feito isto, ele retornou a questão do pagamento das férias dos funcionários, questão problemática e que foi muito bem aproveitada pelo Intendente para minar a reputação do inventor junto ao Ministro, e, por conseguinte, ao Governo, dizendo que em um acordo feito com o Ministro da Marinha anterior, o Marquês de Maceió, e cujo motivo era que não se parasse a “obra”. Madureira Pará pagava os funcionários de forma adiantada, e com o seu próprio dinheiro, e depois ele disse que o dinheiro que recebia era sobre o valor que havia adiantado. Depois ele reclamou que, quando em fevereiro deste ano, se mandou suspender o pagamento nos moldes do acordo, que insiste em dizer que foi legal, ele está sem receber o último adiantamento. Por fim, Madureira Pará diz que “mesmo quando alguma falta houvesse, não pode ser de certo imputável a Pará, a quem não competia fiscalizar obrigações alheias”.

O problema aqui é que, e como já apontamos anteriormente, mesmo tendo um acordo firmado com o antigo Ministro, o procedimento adotado era ilegal, ia de encontro com as leis do Arsenal da Marinha. Como estava no ofício de Paranaguá, que suspendeu os pagamentos, os funcionários trabalhavam para o Arsenal, e não para Madureira Pará, logo, mesmo que isso pudesse acarretar em um atraso na “obra da Máquina”, a lei deveria ser seguida. Ignorando este fato, Madureira Pará, já se encaminhando para o final da sua “defesa”, diz que todo este procedimento é infundado e só comprova as más intenções e o ódio daqueles que o acusam e, de forma irônica, diz que usando como pretexto o fato dele não ter prestado contas, embargaram o leilão da mobília que nem era mais sua, como provava o anúncio feito.

A explicação de Madureira Pará somente faz referência à venda de sua mobília, dizendo que mesmo contando com a ajuda de alguns amigos, não achou honroso se utilizar deles, não sem antes “exaurir os seus últimos vinténs”, e foi por isso que decidiu vender a sua mobília, “venda muito legítima”, segundo o “inventor” e que não podia ser impedida, pois ele não devia nada à Fazenda. E Madureira Pará terminou a sua carta *ao Respeitável Público* mais uma vez se dizendo “vítima” de uma perseguição, questionando o embargo do leilão dizendo que nada tinha de errado, pois a mobília não era mais *sua*, e apelando, mais uma vez, para a proteção de “Sua Majestade Imperial que quer, e que mandou que a obra se acabasse”.

Que João Francisco de Madureira Pará tinha ferrenhos opositores dentro do governo, isso é um fato, mas o papel de “vítima” talvez não lhe coubesse mais. Os questionamentos feitos sobre o leilão não questionavam o fato da mobília ser ou não dele, mas sim sobre como ele havia conseguido adquirir tantos objetos, sendo alguns deles “únicos na Corte”, como escreveu João Ventura Rodrigues. Ao apelar mais uma vez aos “poderes protetivos” do Imperador, e conhecedor da decisão que constava no relatório entregue pela *Comissão* na Câmara dos Deputados, Madureira Pará estava aqui claramente escolhendo um lado para buscar apoio.

Contudo, as movimentações do *plasma* ao redor desta controvérsia indicavam que não era apenas o fim do seu sonho de recuperar as peças da “Máquina” que estava próximo, o reinado de Pedro I também caminhava, a passos largos, para o seu fim, e Madureira Pará estava agarrando em outro navio que afundava rapidamente. Como resposta a sua “prestação de contas” a Secretaria de Negócios da Marinha, em dezembro, exigiu que os fiadores de Madureira apresentassem um inventário de suas posses e novas condições para provar que seriam capazes de pagar as dívidas que seriam adquiridas com a Fazenda e o ano de 1830 terminou com o “inventor” preso em meio ao grande embate, que não apenas decidiu o futuro da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, como também decidiu o futuro do Brasil.

4.4 - Uma nova ordem se impõe, e o inventor se perde

Não era somente a reputação de João Francisco de Madureira Pará que estava sendo destruída com os seguidos ataques de seus opositores. O mesmo estava acontecendo com o Imperador Pedro I. Desde 1829, quando estourou uma grave crise econômica no país após a Guerra Cisplatina, uma enorme controvérsia crescia na capital imperial, era um embate sobre quem representava, de fato, o povo brasileiro, e esta controvérsia colocou em lados opostos a Câmara dos Deputados e o Imperador.

Em 1830, parecia que os deputados estavam vencendo a batalha, fazendo forte oposição a todos os abusos cometidos por Pedro e angariando cada vez mais aliados na elite econômica e nos jornais. O crescimento desta controvérsia reverberou em todas as outras que estavam próximas, uma delas era a “Máquina para o Melhoramento da Navegação” de Madureira Pará.

Logo no início de 1831, alguns jornais cariocas, e um em especial era *O Repúblico*, passaram a publicar diversos artigos que questionavam diversas atitudes do Imperador. Uma delas se referia à sucessão do trono de Portugal, do qual Pedro I era herdeiro direto, mas havia mandado a sua filha Maria para ser coroada rainha em seu nome. Outros artigos faziam

referência ao *Gabinete Secreto* do Imperador, que era “liderado” por Francisco Gomes da Silva, o folclórico Chalaça, e que tinha planos de pôr fim à Constituição e declarar Pedro I o soberano de um novo reino criado com a reunificação de Brasil e Portugal¹⁶⁹.

O Imperador, que não estava disposto a aceitar as intromissões das Assembleias no seu governo e em suas decisões, chegou a cogitar a hipótese de dar um golpe em seu próprio governo e, com o suporte de soldados estrangeiros, suprimir o regime liberal e criar uma nova constituição para o Brasil, de cunho verdadeiramente monárquico.

No entanto, foi aconselhado a não colocar o plano em prática por seus ministros mais próximos, entre eles o Marquês de Paranaguá. Não se sabe como, mas alguns jornais liberais e que faziam oposição ao governo imperial ficaram sabendo da ideia do golpe. Escreveram artigos em que preveniam o Imperador no sentido de caso ele tentasse fazer alguma modificação na Constituição, era provável que acontecesse com ele o que acontecera com seu primo distante, Carlos X da França.

E enquanto os deputados no Rio de Janeiro gritavam contra este suposto crime contra o Brasil, outros montavam conspirações para proceder à descentralização do governo, principalmente os deputados das províncias do norte que reivindicavam uma maior autonomia, pois consideravam a centralização política do Império um novo colonialismo, no qual Lisboa fora substituída pelo Rio de Janeiro. O Imperador ficou ciente de tais agitações por carta, pois estava fora do Rio viajando com sua nova esposa, D. Amélia, pelos interiores das Minas Gerais, em uma excursão que duraria dez semanas.¹⁷⁰

Com toda esta agitação acontecendo na capital imperial, era óbvio que todas as propostas feitas por João Francisco de Madureira Pará ficariam sem qualquer resposta por parte do Ministro da Marinha. Sabendo que, após a notícia do Leilão, ele não podia mais contar com o apoio de qualquer membro do governo, e até mesmo a opinião pública tinha se voltado contra o “inventor”, e com todos os problemas que o Imperador enfrentava na Corte, restou à Madureira Pará enviar mais um ofício para o Imperador, no dia 29 de janeiro de 1831 (PARÁ, 1832).

Neste ofício, com um tom carregado de “desespero”, Madureira Pará pedia ao Imperador que, caso não lhe entregassem o Brigue e as peças da Máquina até o dia 11 de

¹⁶⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania em alguns jornais da época da Abdicação: uma análise dos periódicos *O Republico e O Tribuno do Povo*. In: **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)** / Organizadores, Mônica Leite Lessa, Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

¹⁷⁰ Para maiores informações ver: PANDOLFI, Fernanda Cláudia. **A abdicação de D. Pedro I: Espaço público da política e opinião pública no final do primeiro reinado**. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103162/pandolfi_fc_dr_assis.pdf.

fevereiro daquele ano, quando faria um ano que a obra estava parada, que lhe fosse entregue, então, uma “certidão” que o tirasse da “obrigação” de construir a sua “Máquina” à custa do Estado, para que ele pudesse começar a trabalhar em um novo modelo, feito por conta própria. Madureira Pará justifica o seu pedido dizendo que devia à nação brasileira um “testemunho de fidelidade das suas promessas”. O parágrafo inicial do ofício mostra uma mudança na escrita do “inventor”:

Senhor.

João Francisco de Madureira Pará, havendo tido a alta glória de ser por V. I. M, encarregado da construção da nova Máquina de Navegação de seu invento, e isto depois de haver dado as mais decisivas provas da sua prestabilidade, empregou-se nela com o mais assíduo desvelo, e através de imensos obstáculos que talvez de estudado propósito se lhe opuseram até o dia 11 de fevereiro do ano passado, quando, sem que o Suplicante soubesse o motivo, se lhe ordenou de suspender a obra e inventariar todas as peças feitas. (PARÁ, 1832, p. 19-20)

Relembrando aqui que não havia “decisivas provas” de que a “Máquina” funcionava, e sim apenas uma “prova”, o teste feito com o "protótipo" em 1825. Na sequência, talvez pensando que continuar os ataques feitos ao Intendente, ao Inspetor e ao Ministro pudessem piorar a sua situação após a divulgação do leilão, Madureira Pará disse que “talvez” os obstáculos fossem propositais e que não sabia o motivo pelo qual a obra foi suspensa, mas ele sabia sim, e nós também sabemos. Logo após temos um parágrafo de grande importância, pois ilustra bem de que forma o embate entre o Imperador e os Deputados influenciava a controvérsia que envolvia o “inventor”:

O Suplicante desejoso de desempenhar a sua fé comprometida, e ao mesmo tempo de concorrer com o seu fraco contingente a benefício de sua nação, por muitas vezes tem requerido a V. I. M. a continuação daqueles trabalhos até finalizar a obra; comprometendo-se ultimamente até a acabá-la a sua custa, para ser pago das despesas quando estivesse pronta, ou perdê-las, no caso contrário, ao que Vossa Majestade foi servido anuir, mandando-o prestar fianças às peças que houvesse de receber, fiança, que o Suplicante há prestado, e com todas as circunstâncias legais a seu ver; mas tem se passado bastante tempo depois disto, e não se efetua a entrega daquelas peças, para que possa ele continuar na obra e levá-la ao fim; perdendo-se desta arte um tempo precioso, e estando duvidoso o crédito do Suplicante, propriedade que ele sobremaneira aprecia. (PARÁ, 1832, p. 20)

Aqui temos Madureira Pará descrevendo o seu real problema neste momento, ele está preso em meio à disputa entre o Imperador e a Câmara. Ele escreveu sobre todos os seus pedidos para que pudesse terminar a “Máquina” por conta própria, disse que o Imperador concordou, e que ele, Pará, cumpriu com tudo o que lhe foi solicitado pelo governo, mas que até aquele momento, nada havia sido decidido e as peças não lhe foram entregues. Isso aconteceu porque, no outro lado do campo de batalha, os Deputados já decidiram que a

“Máquina” não será terminada, e o principal responsável por isso é o Ministro da Marinha, o Marquês de Paranaguá.

Como Ministro de Estado, logicamente, Paranaguá devia obediência ao Imperador, mas, neste momento, também devia certa obediência aos Deputados, pois fora encarregado por eles da missão de cortar os gastos da Marinha imperial após a Guerra da Cisplatina. Portanto, acreditamos que essa *dupla obediência* de Paranaguá afetava a “Máquina” de Madureira Pará da seguinte maneira: o ministro cumpria todas as ordens do Imperador, recebendo a nova proposta do inventor, e também dos seus fiadores, para que as peças da “Máquina” lhe fossem entregues, mas, sabendo que os Deputados haviam decidido pelo fim da obra, ele impõe ao “inventor” uma série de dificuldades burocráticas, como a recusa de um dos fiadores, o embargo do leilão, e faz as cobranças das prestações de contas.

Ao final do ofício, e apelando aos “poderes divinos” de Pedro I, Madureira Pará pede que ele remova “de pronto os obstáculos que infelizmente têm retardado a expedição do negócio”, e estabelece uma data limite para que o Imperador faça isso, até o dia 11 de fevereiro de 1831, quando se completava um ano do fechamento do armazém. E logo depois, diz novamente que, caso isso não aconteça, que ele seja liberado da “ordem” de fazer a “Máquina” à custa do Estado, para que possa fazer uma nova por sua conta. Como veremos mais à frente, essa “ordem” que obrigava João Francisco de Madureira Pará a fazer a sua “Máquina” com dinheiro público nunca existiu.

E neste momento, com todos os problemas que o Império enfrentava, é claro que as reclamações e pedidos de um “inventor” que tivera cinco anos para terminar a sua obra e não o fizera, não seriam levados em consideração. Depois de tanto tempo e tantos gastos e com todas as acusações que sofreu, e que foram confirmadas pelo leilão, Madureira Pará não tinha mais nenhuma credibilidade com o governo imperial, e tudo o que ele obteve como resposta ao seu ofício, foram novas solicitações aos seus fiadores, por ordem do Ministro. Enquanto isso, no plasma ao seu redor, as fortes ondas políticas varriam o Rio de Janeiro, com a intenção de levar o Imperador para o outro lado do oceano, e ao mesmo tempo, levariam o “engenhoso inventor” para o fundo de um mar de desgraças.

Na realidade, Madureira Pará havia escrito o seu ofício para ninguém, pois o Imperador ainda estava na sua viagem para Minas Gerais, Pedro I voltou ao Rio de Janeiro no dia 11 de março, e foi quando o seu governo se acabou. O Imperador foi recepcionado, no dia 13 de março, por uma decoração festiva de luminárias que ornavam várias casas da cidade. A iniciativa partiu de moradores que se identificavam com o Partido Português, grupo político que buscava fortalecer os poderes absolutos do monarca. Todavia, esta celebração foi

interpretada como uma provocação pelo Partido Brasileiro, agremiação que reunia liberais moderados e exaltados e reivindicava a instauração de uma república no país.

Enquanto os portugueses preparavam a grande festa para receber o Imperador, os brasileiros, revoltados com tudo o que vinha sendo publicado nos periódicos, atacaram os portugueses com pedras e garrafas. Moradores das Ruas da Quitanda e Direita apagaram todas as fogueiras que foram acesas pelos portugueses e das casas portuguesas, os membros do Partido Português passaram a revidar aos ataques e os enfrentamentos nas ruas se estenderam por pelo menos quatro dias.

Este episódio, que ficou conhecido como “Noite das Garrafadas”, foi um conflito generalizado, em que ambas as partes, portugueses e brasileiros, utilizaram diversos tipos de armas, tais como paus, pedras, garrafas e facas nos embates. Durante o conflito, os brasileiros emitiram *vivas* tanto à Constituição quanto à liberdade de imprensa, e os portugueses respondiam com aclamações em favor do imperador absoluto. A “Noite das Garrafadas” representou o ápice da politização intensa da sociedade carioca, que ultrapassou os limites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como dos espaços culturais como saraus e círculos palacianos, e transbordou para as ruas do Rio de Janeiro. A ordem pública só foi restabelecida pelas forças policiais, com a assistência de juízes de paz, em 17 de março¹⁷¹.

Entre março e abril de 1831, a hostilidade da elite brasileira em relação ao imperador aumentava significativamente. O jornalista Borges da Fonseca, à frente do periódico *O Republico*, publicou vários artigos, alguns com informações inverídicas a respeito do governo e conclamava a população a destituir o “Tirano Português” do trono, o qual fora estabelecido pela Nação Brasileira, em prol de um monarca constitucional.

No início de abril de 1831, Pedro I se encontrava em seus últimos dias no poder, e a situação política na Corte era tensa, com o Partido Liberal expressando descontentamento e desejando sua retirada do governo, e os deputados, sentindo que seriam vitoriosos, reivindicavam a representatividade do povo. Ademais, o próprio povo já não lhe conferia mais respeito, nem a seu cargo, nem a sua pessoa, e embora ainda não houvesse ocorrido formalmente a deposição de Pedro I do cargo, sua reputação, prestígio, influência e principalmente sua autoridade estavam desaparecendo rapidamente¹⁷².

¹⁷¹ PANDOLFI, Fernanda Cláudia. **A abdicação de D. Pedro I: Espaço público da política e opinião pública no final do primeiro reinado.** Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103162/pandolfi_fc_dr_assis.pdf.

¹⁷² LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Alguns dias depois, após receber informações de seus ministros de que a força policial e militar não era capaz de suprimir de vez os distúrbios na cidade e ciente de que a grande maioria das manifestações populares eram contrárias a sua liderança, o Imperador tomou a decisão de destituir todos os seus ministros. Na manhã do dia 06 de abril, ele empossou um novo gabinete, o qual era quase que inteiramente composto por indivíduos portugueses. Apenas o Conde de Lajes e o Marquês de Inhambupe eram brasileiros, e todos eles já haviam ocupado posições ministeriais anteriormente.

A substituição do gabinete formado exclusivamente por brasileiros e a nomeação de aliados próximos para compor o novo gabinete agravaram ainda mais a insatisfação popular com o Imperador. Como resposta, a população começou a se manifestar contra o novo governo no Campo de Santana. Afirma-se que cerca de quatro mil indivíduos estavam reunidos em protesto por volta das cinco horas da tarde, e nesse mesmo horário, oficiais e soldados do quartel de infantaria chegaram ao lugar do protesto.

Algumas lideranças populares se dirigiram à Quinta da Boa Vista com o intuito de pleitear a manutenção do gabinete brasileiro. Todavia, o Imperador se recusou a acolher a demanda, e foi nesse momento que proferiu uma de suas mais famosas frases: *Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo!* A negativa exacerbou ainda mais a situação já tensa, e coube ao General Lima e Silva retornar à Quinta na tentativa de convencer o Imperador a acolher os anseios populares. O General alertou Pedro de que, quanto mais ele demorasse em atender às demandas do povo, mais radical a população se tornaria. Entretanto, o Imperador permaneceu irredutível e afirmou que preferia abdicar de seu poder a permitir qualquer violação da Constituição.

E foi assim que, no dia 07 de abril de 1830, o Imperador Pedro I abdicou do trono brasileiro e o “cedeu” ao seu filho, o futuro Imperador Pedro II, que ainda era menor de idade. Em seu nome, o Brasil seria governado por uma *Regência Trina Provisória*, composta pelo militar Francisco de Lima e Silva, o liberal Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e pelo conservador José Joaquim Carneiro de Campos, até quando este alcançasse a *maioridade* e ascendesse ao trono.

Dessa forma, o único ator desta controvérsia que ainda acreditava em João Francisco de Madureira Pará, o Imperador Pedro I, saiu de cena. Um pequeno parágrafo escrito por Madureira Pará no seu livro *Representação*, nos mostra como a *Abdicação* foi vista pelo “inventor”: “Chegando porém, ao memorável dia 7 de Abril de 1831, e não tendo o Representante sido mais feliz, do que até então, e desenganado já que, o que se praticava com ele, não era mais que uma galhofa e estéril mangação” (PARÁ, 1832, p. 7). O escudo e a

espada de Madureira Pará tinham se quebrado e, enquanto os seus inimigos permaneceram em seus cargos, o “engenhoso inventor” estava agora completamente indefeso.

4.5 - O inimigo implacável

Alguns dias antes da *Abdicação de Pedro I*, o Ministro da Marinha, Marquês de Paranaguá, fez as suas últimas movimentações para restabelecer a *ordem* dentro do Arsenal da Marinha. Para isso ele teria que afastar da sua direção aquele que era o grande responsável pela *desordem* na qual aquele órgão se encontrava naquele momento, o Intendente Luiz da Cunha Moreira, e as antigas leis do Arsenal traziam algumas punições para os crimes cometidos por ele.

Porém, qual foi a pena aplicada à Cunha Moreira por todos os crimes cometidos contra a Marinha e contra o Brasil? Ainda no início de abril de 1831, o então Intendente do Arsenal da Marinha foi nomeado *Presidente da província do Pará*¹⁷³. Contudo, por ser um *Nobre da Corte* e um herói de guerra, Luiz da Cunha Moreira se negou a sair do Rio de Janeiro e viajar ao Pará. Reclamou sobre o procedimento do Ministro da Marinha em uma carta enviada à Câmara, e foi recolocado no cargo de Intendente do Arsenal apenas um dia depois de sua “demissão” ter sido publicada nos jornais¹⁷⁴.

E dessa forma, continuou com seus esquemas de sumiços de livros, ordens de pagamento e de grandes somas de dinheiro que desapareceram dos cofres da Intendência. Tristão Pio dos Santos, o Inspetor do Arsenal e braço direito de Cunha Moreira nos procedimentos também foi mantido em seu cargo. Quem realmente perdeu o seu cargo, após estabelecida a Regência e esta ter promovido uma troca geral dos ministros de estado, foi o Marquês de Paranaguá, que deixou o governo tendo cumprido boa parte dos objetivos que lhe haviam sido designados quando retornou em 1829, em seu lugar entrou José Manoel de Almeida, sendo este nomeado no dia 08 de abril.

Com a nova ordem estabelecida, as grandes ondas passaram e reinava a “calmaria”. João Francisco de Madureira Pará se encontrava tendo que negociar com um governo que não tinha mais nenhuma relação com ele e com a sua “Máquina”, e era possível que, mais uma vez, estivesse em uma situação de desespero, pois, no dia 28 de abril, o novo Ministro recebeu dois ofícios enviados pelo “inventor”, o primeiro ofício pedia que se indicasse alguém para receber a cópia da chave da porta do Armazém onde estava trancada a sua

¹⁷³ Repartição dos Negócios do Império. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 17, n. 81, 14 abr. 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/7517>.

¹⁷⁴ Repartição dos Negócios do Império. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 17, n. 84, 18 abr. 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/7529>.

“Máquina”, e o segundo, transcrito abaixo, pedia que fossem expedidos passaportes para que ele e sua *família* pudessem ir embora da Corte, rumo à Província do Pará:

Senhor.

Diz João Francisco de Madureira Pará, natural da Província do Pará, que tendo se dirigido a esta Corte no ano de 1825, e apresentado ao então Monarca deste Império o modelo de uma Máquina de Navegação de sua invenção, e apresentado todas as provas e experimentos dela, fora pelo Mesmo encarregado da sua construção, em que trabalhou constante e desveladamente, até 11 de fevereiro do ano passado, quando por efeitos da mais negra intriga foi mandado para a Obra; e bem que por todos os meios ao seu alcance e por esforços talvez superiores a sua possibilidade, tenha procurado levar ao fim a Obra começada; comprometendose mesmo a fazer o acabamento à sua custa, mas não tem sido possível obtê-lo, multiplicando ainda mais a mesma intriga e há a cada dia novos embaraços, e chicanas que justamente o fazem esmorecer e resfriar dos ardentes desejos que tinha do desempenho de suas promessas e de contribuir com o seu contingente a bem da pátria, que exige de seus filhos todo o gênero de sacrifícios; mas os do Suplicante a este respeito lhe são infelizmente obstados. Não devendo, pois, demorar mais tempo nesta Corte, faltando a granjear os meios de subsistência no seu país natal; Requer a V. M. lhe mande expedir passaporte para si, e sua família que indicará na Secretaria, para a sobredita Província do Pará, podendo fazer escala pelas mais do Império que lhe convier. Peço a Vossa Majestade Imperial que seja servido deferir-lhe com a Graça que suplica. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1831. João Francisco de Madureira Pará. (PARÁ, 1832, p. 22-23)

Mais uma vez o tom do texto mudou, e Madureira Pará retomou as acusações e voltou ao seu papel de “vítima”. Ele segue insistindo em dizer que não acabou a “obra” por conta das perseguições que sofreu, e quer entregar a cópia da chave do armazém e ir embora do Rio de Janeiro para o Pará, juntamente com a sua *família*. Destacamos aqui que esta é a primeira e única vez que Madureira Pará fala sobre a sua família nos documentos que encontramos na pesquisa para este trabalho.

Contudo, para a infelicidade de Madureira Pará e de sua família, ambos os pedidos foram negados, pois o Ministro da Marinha, José Manoel de Almeida, tendo assumido o cargo há pouco tempo, só poderia recorrer a uma pessoa para melhor entender o caso do “inventor”, e essa pessoa era Luiz da Cunha Moreira, o ainda Intendente do Arsenal da Marinha. Mesmo derrotado e desesperado, visto que abria mão de ser o portador de uma das chaves e informava que tinha a intenção de se retirar para bem longe do Rio de Janeiro, Madureira Pará não teria sua vida facilitada pelo seu antagonista, que respondeu às indagações do Ministro com as seguintes palavras, no ofício transcrito abaixo (PARÁ, 1832, p. 24-25):

Ilm. Exm. Snr.

Por aviso de 30 de abril último, se ordena que informe com o meu parecer, sobre dois requerimentos de João Francisco de Madureira Pará, que pede no primeiro, que seja designada uma pessoa a quem deva entregar a chave do Armazém em que se acham depositadas as peças da Máquina de sua invenção, e no segundo que se lhe haja de expedir o seu Passaporte para poder seguir viagem para a Província do Pará.

Cumprindo o dito aviso, tenho de expor a V. Exc, que nem por esta Intendência, nem pela Contadoria da Marinha consta haver ordem, ou nota, pela qual se ache o Suplicante responsabilizado em coisa alguma sobre concluir aquela Máquina, porém, pode acontecer que, para tal fim houvesse algum ajuste particular com o ex-ministro da Marinha, Marquês de Paranaguá, no seu ministério, entretanto, como tal obra já monta a quantia de duzentos e trinta contos, trezentos e vinte e três mil e vinte e oito réis, vinda ainda a faltar a de cento e vinte contos de réis para a sua conclusão, segundo a informação dada pelo dito Suplicante, fevereiro de 1830, fica ao arbítrio do Governo Imperial. Decidir se ela deve ou não acabar-se, porque há a atender-se que todas as peças de diversos metais, fabricadas para seu fim particular, no caso de parar aquela obra, de certo ao serem vendidas, não chegarão nem a terça parte dos seus respectivos valores, em que haverá um grande prejuízo para a Fazenda Nacional. Quanto a entregar a chave do Armazém, e expedir-lhe passaporte são pretensões que julgo não podem ser deferidas, sem primeiramente decidir o Governo se o Suplicante deve ou não concluir a Máquina de sua invenção.

Deus guarde a V. Exc.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1831.

Ilm. e Exm. Snr. José Manoel de Almeida.

Luiz da Cunha Moreira.

Os dois officios foram colocados na íntegra neste trabalho por dois motivos. O primeiro é que se trata da primeira vez que os dois oponentes se encontram “frente a frente” nesta controvérsia, e o segundo motivo é para mostrar como Cunha Moreira irá se empenhar para tirar tudo de Madureira Pará, pois, logo no início da sua resposta, Cunha Moreira diz que não existe nada, nenhum documento, nota ou papel que diga que João Francisco de Madureira Pará era responsável por concluir a “Máquina”.

O Intendente está dizendo o que nós já havíamos dito neste trabalho. Como Madureira Pará havia, de certa forma, burlado a lei do *Alvará de 28 de abril de 1809*, ele nunca teve uma patente do invento em seu nome e, em nossas pesquisas, nunca encontramos nenhum documento oficial que dizia ser Madureira Pará o “inventor da Máquina para o Melhoramento da Navegação”, apenas ele dizia isso nos officios e jornais.

Agora, cabia apenas ao Intendente a palavra final sobre aquele assunto, seria a Cunha Moreira que o Ministro recorreria sempre para conseguir informações sobre a questão da “Máquina” e só depois de ouvi-lo, ele tomaria qualquer decisão. Madureira Pará estava nas mãos de seu opositor e sabendo disso, ele solicitou novamente o passaporte para que ele e sua família pudessem ir embora para o Pará, mas desta vez enviou o seu officio para a Contadoria da Marinha. Contudo, este novo officio foi parar nas mãos do Intendente e, novamente, a resposta de Cunha Moreira foi dizer que não existia nenhum documento naquela Contadoria que indicasse ser ele o encarregado pela “Máquina” ou por qualquer outra coisa que pudesse lhe impedir de ir embora ou de fazer a entrega da chave que “dizia” estar em seu poder (PARÁ, 1832).

Sabendo que não conseguiria superar a força do Intendente, Madureira Pará resolveu recorrer diretamente ao Ministro da Marinha. Diz ele que conseguiu se reunir com o Ministro nos primeiros dias de julho de 1831 e, longe do Intendente inimigo, pôde expor tudo o que ele havia passado nos cinco anos de trabalho na Máquina e o quão pouco faltava para ele terminar a obra. O Ministro lhe respondeu que, com ou sem um documento de comprovação, o “inventor” era sim o responsável pela obra e que não seria bom para o governo e nem para a reputação de Pará que a nação perdesse todo o valor que já havia sido gasto naqueles trabalhos. Madureira Pará disse que concordou com o Ministro e pediu-lhe que fizesse logo a entrega do brigue e das peças para que ele pudesse recomeçar os trabalhos (PARÁ, 1832).

Entretanto, o próprio “inventor” nos fala o que aconteceu depois, e podemos inferir que foi mais uma movimentação feita por Cunha Moreira para barrar o acesso de Madureira Pará à “Máquina”: “Mandou que se tomasse [sic] as Fianças (que já tinham sido expurgadas pelos respectivos Auditor e Procurador da Coroa), mas inventaram-se novas dúvidas e o Representante ficou como no primeiro dia”. (PARÁ, 1832, p. 7).

De nada adiantou a conversa com o Ministro, o “inventor” sofreu mais uma derrota para o Intendente, e toda e qualquer movimentação feita por Madureira Pará para tentar recuperar as peças da “Máquina” após a divulgação do leilão de sua mobília foram barradas por Cunha Moreira e de nada adiantava se colocar em uma posição de “vítima” e de injustiçado, perseguido por inimigos que nunca procurou, como sempre escrevia nos seus ofícios.

Gostaríamos de reiterar aqui, com base na forte insistência de Madureira Pará para recuperar as peças da “Máquina”, que é possível que, em determinado momento, ele tenha acreditado que seria capaz de replicar a invenção do Padre João Daniel. No entanto, posteriormente, entre os anos de 1827 e 1828, suspeitamos que ele tenha encontrado alguma dificuldade significativa na montagem da “Máquina”, ou possa ter cometido um erro durante o processo de construção, o que o levou a criar uma rede de mentiras para encobrir o que havia ocorrido.

No entanto, de acordo com as fontes investigadas, nos parece que Madureira Pará estava mais interessado em ocultar seu “grande segredo” do que em entregar uma “Máquina” funcional ou, até mesmo, abrir a sua “Caixa-Preta” e permitir que outros o auxiliassem no trabalho. Por essa razão, a hipótese mais provável é que, de fato, João Francisco de Madureira Pará tenha enganado deliberadamente o governo imperial por todos esses anos, usando o dinheiro destinado à Máquina em benefício próprio.

É importante ressaltar que não negamos que Madureira Pará tenha sido perseguido pelo Intendente Luiz da Cunha Moreira, e que este, auxiliado por Tristão Pio dos Santos, pode ter sido a mente por trás de todo o caos instalado no Arsenal da Marinha. No entanto, é preciso enfatizar que, se Luiz da Cunha Moreira foi um aproveitador do dinheiro público, Madureira Pará também agiu de maneira desonesta e antiética, se aproveitando da desordem criada não somente pelo Intendente, mas também pelo momento político que vivia o Brasil Imperial.

Pautando a sua defesa apenas em seus discursos de vitimização, as suas contradições que estavam presentes em cada ofício, as suas negativas em mostrar a “Máquina”, que descobrimos ser apenas um amontoado de peças cinco anos depois, Madureira Pará, que acreditava que apenas a “proteção do Imperador” lhe bastava, caiu em completo descrédito, não somente com os políticos da Corte do Rio de Janeiro, como também com a população da capital imperial. E enquanto o seu “Protetor” estava em um navio, de partida para a Europa, o “inventor” estava preso no Rio de Janeiro e sozinho em meio aos seus inimigos.

Ao final desta controvérsia, Luiz da Cunha Moreira mostrou-se um inimigo implacável e imbatível para Madureira Pará. Ele possuía tudo o que o inventor apenas sonhava ter, como um título de nobreza, um cargo de confiança, fortes aliados e uma rede de apoio contra a qual Madureira Pará não teve nenhuma chance. Infelizmente, as motivações exatas que levaram o Intendente a buscar a “destruição” de Madureira Pará permanecem, para nós, desconhecidas.

Apesar dos seus procedimentos, é possível que Luiz da Cunha Moreira tenha percebido as verdadeiras intenções de Madureira Pará, ou que talvez aquele navio já pudesse estar em uso. Além disso, é provável que Moreira tenha se atentado para o fato de que os funcionários do Arsenal passavam apenas um curto período trabalhando com o “inventor”, pois Madureira Pará os demitia constantemente, alegando que não estavam fazendo o trabalho de forma adequada, e esse processo repetia-se a cada mês, com novos funcionários sendo contratados. Sabendo que sua posição na Corte lhe dava uma vantagem sobre o inventor, Moreira pode ter decidido usar sua influência para acabar com os trabalhos de Madureira Pará.

De certa forma, o trabalho do Intendente foi facilitado, pois qualquer ofício ou ordem referente à “Máquina” passava pelas suas mãos, e era a ele que os Ministros recorriam primeiro para conseguir informações sobre os trabalhos do “inventor”, e desde o relatório da *Comissão* formada para avaliar a Máquina, sob as ordens do Intendente, se colocou em dúvida a capacidade de Madureira Pará explicar como o brigue navegaria. Foi também o

Intendente que instruiu os funcionários demitidos a cobrar do governo os valores das férias que não foram pagas corretamente, e que acusassem o “inventor” de tê-los demitidos sem a ordem superior dada pelo próprio Imperador, já que trabalhavam para o Arsenal e não para Madureira Pará.

Tudo isso levou à suspensão dos trabalhos na Máquina e ao fechamento do Armazém onde se encontravam o Brigue e as peças do motor. Com o seu crédito e sua reputação exterminados pelo Intendente, o “inventor” sequer foi ouvido pelos Deputados quando estes decidiram pôr fim ao seu trabalho. Se aproveitando da grande rotatividade dos Ministros da Marinha e de toda a desordem que levou à Abdicação de Pedro I, Luiz da Cunha Moreira foi o responsável por negar o passaporte de viagem para Madureira Pará, afirmando que não havia documento nenhum que comprovasse ser ele o responsável pela Máquina. De nada adiantaram os seguidos ofícios, requerimentos e propostas feitas por Madureira Pará, pois todos passaram pelas mãos do Intendente e foram engavetados ou negados. Luiz da Cunha Moreira foi um antagonista praticamente impossível de ser derrotado por Madureira Pará.

E a última derrota mostrou a João Francisco de Madureira Pará que praticamente não havia mais nada que ele pudesse fazer para tentar recuperar as peças da “Máquina” e, ao menos no Ministério da Marinha, este assunto estava encerrado. Restaria ao “inventor” desistir de tudo e se retirar do Rio de Janeiro ou buscar um novo campo de batalha onde pudesse lutar pelas peças e onde não tivesse que enfrentar o Intendente. Madureira Pará escolheu a segunda opção, e a última batalha desta controvérsia teve início após a publicação de um requerimento feito na Câmara dos Deputados.

4.6 - A quem pertencia a “Máquina”?

No dia 17 de junho de 1831, a Regência Trina Permanente foi formada por três deputados: José da Costa Carvalho, político do sul do país, João Bráulio Muniz, do norte, e novamente pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Essa composição visava equilibrar as forças do norte e do sul do país, enquanto a permanência de Francisco de Lima e Silva garantia o controle da situação e da ordem pública.

Uma característica importante dessa Regência era a sua composição por deputados, ao contrário da anterior, trina provisória, que era formada por senadores. Dessa forma, a Câmara dos Deputados, vista como um símbolo da defesa da liberdade, marcava a sua vitória no embate contra o Imperador Pedro I, tornando-se a única representante dos interesses da nação brasileira. E assim, um dos primeiros atos dos Deputados foi a organização de novas

comissões para se investigar todos os problemas do Império e, também, todos os gastos feitos por cada Ministério no governo de Pedro I.

Na sessão do dia 06 de julho de 1831, uma nova *Comissão da Marinha* enviou para a Câmara um requerimento onde pedia ao Governo esclarecimentos sobre uma barca de vapor comprada na Inglaterra, e também que se fizesse um novo exame sobre a “Máquina de Navegação”, de João Francisco de Madureira Pará, e que se publicasse o resultado para que se pudesse deliberar acerca daquele invento¹⁷⁵. O Ministro da Marinha, José Manuel de Almeida enviou à Câmara, cinco dias depois, o ofício e o inventário feitos pela antiga *Comissão* que avaliou a “Máquina” de Madureira Pará, e que era liderada por Tristão Pio dos Santos¹⁷⁶.

A solicitação da *Comissão da Marinha* colocou novamente em evidência a “Máquina” de Madureira Pará, o que motivou o redator do jornal *O Americano* a publicar um artigo sobre ela, no dia 18 de agosto. O texto questionava o estado da obra e foi motivado pelas falas do deputado Francisco de Montezuma, que fazia parte desta nova Comissão. O redator do jornal pedia explicações ao “inventor” sobre o andamento do projeto.

Dizendo apoiador do requerimento do Deputado Montezuma que, segundo o redator, “seria verdadeiramente próprio do Cidadão Constitucional”, e que estando interessado na boa administração de seu país, principalmente no que diz respeito ao uso de dinheiro público, o redator diz querer também saber do estado da “máquina de navegação do Sr. João Francisco de Madureira Pará”, que o governo passado apoiou e na qual o “inventor” esteve ocupado por muito tempo. E que após a Fazenda Pública gastar mais de duzentos contos de réis na mesma, os trabalhos foram suspensos sem que o público soubesse o motivo, deixando a “nação privada das vantagens que ela prometia, e com as quais o público estava muito lisonjeado, outro tanto como agora está absorto, e aflito por não saber da despesa feita, e não saber de resultado algum”¹⁷⁷.

Ao final do artigo, o redator do jornal diz que se ele pudesse, assim como fez o Deputado, também pediria informações ao Governo sobre tal objeto, mas como não pode, ele enviaria suas perguntas e inquirições ao “Senhor Inventor” da “Máquina” para saber sobre o estado dela, e também sobre os motivos que levaram o “Inventor” a não cumprir as promessas públicas que havia feito. Ele termina dizendo que estas “ilustrações não só devem

¹⁷⁵ Sessão de 6 de julho de 1831. **O correio da Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, Vol. 01, n. 15, 18 jul. 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/702099/236>.

¹⁷⁶ Sessão de 11 de julho de 1831. **O correio da Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, Vol. 01, n. 19, 22 jul. 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/702099/251>.

¹⁷⁷ Artigos. **O Americano**, Rio de Janeiro, Pag. 04, n. 18, 20 ago. 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/702510/72>.

lisonjear aquele inventor, senão que ele as deve ao público, que no Sistema Constitucional em que vivemos, tem a elas direito e é juiz severo”.

Logicamente que Madureira Pará não deixaria aquele artigo sem resposta, e alguns dias depois, o mesmo jornal publicou a resposta do “inventor” aos questionamentos do seu redator:

Senhor Redator do Americano.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1831.

Tendo visto no nº 18 do seu periódico, algumas perguntas reflexas que me dirige, tendentes a nova máquina da navegação, de minha invenção, cujas eu devo contestar. Eu de bom grado me submeto a essa satisfação, rogando-lhe de suspender por enquanto o seu juízo, assim como todos os sarcasmos que se achem dispostos a me prodigalizar... Eu só necessito de algum tempo para bem podê-lo satisfazer, assim como ao judicioso critério de um Público tão ilustrado, e prudente, como o Brasileiro.

Sou Senhor Redator seu atento venerador.

João Francisco de Madureira Pará.¹⁷⁸

Novos elementos se ligavam ao “inventor” e à sua “Máquina”, e novos laços eram criados nesta *Rede*. Mas, uma coisa já estava diferente, a cobrança feita ao “inventor” pelo redator do periódico mostrava que, por ter permanecido ao lado do Imperador, Madureira Pará não era mais visto como “vítima”, e sim, como “cúmplice”. Os questionamentos do redator do jornal eram sim sarcásticos, como havia dito Madureira Pará em sua resposta, e nos parece que já traziam um pré-julgamento, mesmo dizendo que a intenção era de dar-lhe a chance de se explicar ao povo.

Enquanto aguardava o resultado do novo exame da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” que seria apresentada à Comissão da Marinha, Madureira Pará preparava uma representação que seria levada por ele à Câmara dos Deputados com o objetivo de reaver o brigue e as peças armazenadas, permitindo-lhe negociar diretamente com os parlamentares, e evitando, assim, a interferência do Intendente. Embora o exame tenha sido concluído e apresentado à Comissão, a Câmara não tomou nenhuma decisão em relação à Máquina até o final do ano, e para o “inventor”, essa demora foi favorável, pois permitiu que ele finalizasse sua representação e aprimorasse suas propostas aos deputados. Entretanto, Madureira Pará não tinha conhecimento das intenções de Luiz da Cunha Moreira, que preparava um “golpe final” contra ele, aproveitando-se de uma nova mudança de comando no Ministério da Marinha.

Em 28 de outubro de 1831, José Manoel de Almeida deixou o cargo de Ministro da Marinha e foi substituído por Joaquim José Rodrigues Torres, o futuro Visconde de Itaboraí.

¹⁷⁸ Correspondências. **O Americano**, Rio de Janeiro, Pag. 05, n. 20, 30 ago. 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702510/81>.

Uma das tarefas urgentes de Torres como novo Ministro era prestar contas à Comissão de deputados sobre a “Máquina de Navegação” de Madureira Pará, e este, ciente da situação, já sabia que Torres contaria com a opinião de seus funcionários para formar sua avaliação sobre o invento, e entre eles estava o Intendente Luiz da Cunha Moreira.

Contudo, assim como havia feito em 1822, quando levou mais de um mês para concluir a publicação do seu primeiro livro, *O Despotismo Desmascarado ou a Verdade Denodada*, para apresentá-lo junto com seu requerimento às Cortes de Lisboa, a demora de Madureira Pará em reunir alguns documentos que considerava necessários para sua Representação teve graves consequências para o “brigue Empreendedor” e para a sua “Máquina”. Enquanto Madureira Pará buscava os últimos documentos, que pretendia registrar em cartório antes de anexá-los à sua representação, foi publicado um ofício da Marinha com a autorização do atual Ministro para a venda do brigue Empreendedor em leilão. Este ofício marca o início do ataque final do Intendente contra João Francisco de Madureira Pará.

A Regência, em nome do Imperador, conformando-se com o que se propusera pela Inspeção do Arsenal da Marinha em ofício de 10 do corrente, acerca do Brigue Escuna Empreendedor, destinado para receber a Máquina de invenção de João Francisco de Madureira Pará, que se não levou a efeito; Há por bem que se proceda a alienação de semelhante vaso, na conformidade da Lei. Deus Guarde a V. Exc. Paço em 19 de novembro de 1831. Joaquim José Rodrigues Torres – Snr. Luiz da Cunha Moreira.¹⁷⁹

Enquanto Madureira Pará gastava seu tempo na busca dos tais documentos, Cunha Moreira agia com rapidez para, finalmente, cumprir as ordens da Câmara e colocar um fim na “Máquina”. Já Madureira Pará teve que parar a escrita da sua *Representação*, e foi ao encontro do novo Ministro para tentar, de qualquer maneira, suspender aquela venda. Ele narra que o Ministro o ouviu e mandou que ele fizesse a sua proposta pelo Brigue, o “inventor” diz que ele fez conforme solicitado, mas, como bem sabemos, a sua proposta foi rejeitada pela Regência, o mesmo Ministro pediu que Madureira fizesse uma nova proposta, modificando algumas condições, e lhe afirmou que seria deferida (PARÁ, 1832).

E assim, Madureira Pará apresentou mais uma proposta ao Governo, e de novo, ele faz um grande resumo dos seus “trabalhos na Máquina” e também outro grande resumo de todas as suas contradições. No texto do “inventor”, parece que pouco importa quem está no governo, o teor das suas *reclamações* é o mesmo que encontramos nos ofícios enviados ao Imperador D. Pedro I, onde ele é uma “vítima”, perseguido por muitos inimigos, “a turba de

¹⁷⁹ Ministério da Marinha. Império do Brasil: **Diário Fluminense**, Rio de Janeiro, Vol. 18, n. 123, 25 nov. 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/8252>

Zoilos”, que atrapalhavam o progresso da nação. E mesmo que ele estivesse correto ao escrever que todos os documentos enviados por ele ficavam parados na Secretaria da Marinha, ele mentiu ao dizer que nenhuma decisão havia sido tomada sobre a sua “Máquina”.

E com base em tudo o que foi descrito acima, sabemos que Madureira Pará nunca mais teria acesso às peças da “Máquina” e aquela obra seria abandonada, conforme a *Comissão* tinha determinado. Além disso, Madureira Pará não tinha nenhum documento, privilégio ou patente, que comprovasse ser ele o *inventor* da mesma e, como as peças da Máquina haviam sido feitas com dinheiro do Governo, bem como o brigue havia sido comprado pelo mesmo Governo, então o Governo imperial era o *verdadeiro dono* da Máquina.

Somente em fevereiro de 1832, é que Madureira Pará foi informado pelo Ministro que a sua proposta havia sido rejeitada, mas que ele podia apresentar mais uma, fazendo novas modificações em algumas das condições apresentadas e, talvez assim, a proposta seria aceita. O inventor disse que fez o que lhe fora solicitado pelo Ministro e lhe entregou uma nova proposta no dia 18 de fevereiro que foi enviada no mesmo dia para a Regência, mas Madureira Pará não teve melhor sorte e ela foi, assim como as outras, rejeitada pela Regência, e, enquanto isso, era publicado mais um anúncio de venda do *Brigue*:

Continua a andar em praça para se vender na Intendência da Marinha, nos dias 29, 30 e 31 do presente mês, o Brigue Escuna Empreendedor, segundo a nova avaliação que se procedeu, e por isso quem o quiser comprar compareça nos indicados dias, podendo em outros quaisquer se dirigir à mesma Repartição para ver a avaliação. Rio, 28 de março de 1832. João José Dias Camargo.¹⁸⁰

Estranhando que o *Brigue* fora novamente avaliado e seu preço diminuído, Madureira Pará procurou mais uma vez o Ministro da Marinha em busca de explicações para tal procedimento, pois disse ele ter feito uma proposta na qual pagaria um valor maior pelo brigue, que foi rejeitada. E foi então que, segundo o próprio “inventor”, o Ministro lhe disse que ninguém no Governo iria aceitar as suas propostas, e depois de duas tentativas de venda do navio, o Intendente emitiu uma ordem no Arsenal para que o Brigue fosse desmanchado (PARÁ, 1832, p. 8-9).

O *Brigue* tinha desaparecido, restavam apenas as peças que ainda estavam trancadas no armazém do Trapiche da Prainha, desde fevereiro de 1830. Mas, em relação a elas, o Ministro não havia dito para Madureira Pará que ele mesmo já havia solicitado, em ofício enviado para a Regência, que as peças fossem retiradas do armazém, ainda em fevereiro de

¹⁸⁰ Editais. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.21, p.01, 26 março 1832. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/13423.

1832, enquanto enganava o “inventor” mantendo-o ocupado com as propostas que nunca eram aceitas. A resposta da Regência dizia que o Ministro deveria proceder a “semelhante remoção na forma indicada”, e que ele deveria exigir que Madureira Pará fizesse a entrega da chave que estava em seu poder (PARÁ, 1832). O ofício de cobrança da entrega da chave foi enviado ao “inventor” pelo seu antagonista Luiz da Cunha Moreira.

Talvez tentando ganhar algum tempo, Madureira Pará respondeu ao ofício do Intendente, dizendo que havia “perdido” a chave quando ele se mudou, saindo da casa na Rua Direita, indo morar na Rua do Senado, e disse ao Intendente que ele poderia tomar as providências cabíveis neste caso. Então, no dia 9 de março de 1832, sem a presença de João Francisco de Madureira Pará, a porta do armazém do Trapiche da Prainha, onde se encontravam todas as 14 mil e 800 peças da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, foi arrombada por ordem do Intendente.

Todas as peças da Máquina foram levadas para as oficinas do Arsenal para serem derretidas e usadas nos novos navios que lá estavam sendo fabricados. Quando soube do ocorrido, já não havia mais nada que Madureira Pará pudesse fazer, o armazém estava completamente vazio, e restou a ele apenas uma última reclamação ao Ministro da Marinha que de nada adiantaria (PARÁ, 1832, p. 32):

Ilm. e Exm. Snr.

Constando-me que no dia, sexta-feira 9 do corrente, se abriu a porta do Armazém em que se acham depositados os diferentes objetos destinados à ereção da Nova Máquina da Navegação, de minha invenção e de que tive a honra de ser encarregado por S. M. I; sem que todavia, eu fosse chamado como cumpria em tais casos, como claviculário, para assistir ao Auto de Arrombamento, e Abertura da referida Porta, como responsável por tudo aquilo que ali se continha, segundo o Inventário a que se procedeu na forma dos Avisos de 11 e 12, e ofício de 13 de fevereiro 1830. E considerando-me por semelhante ilegalidade, escudado pela Lei, eu Protesto, em tudo, a minha irresponsabilidade desde aquele momento em diante.

Deus Guarde a Vossa Excelência.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1832.

Ilm. e Exm. Snr. Joaquim José Rodrigues Torres.

João Francisco de Madureira Pará

O interessante nesta sua reclamação é que ele ainda afirma que a “Máquina” é sua invenção, ainda fala da “honra” de ter sido encarregado dela pelo Imperador, se considerava “claviculário” mesmo tendo dito que havia perdido a chave que possuía e, por último, se dizia responsável por tudo o que estava dentro do armazém, mesmo não tendo nenhum documento que pudesse corroborar esta afirmação. O derretimento das peças da “Máquina” e o desmanche do Brigue colocaram um ponto final nesta controvérsia, e também na fraude de João Francisco de Madureira Pará.

4.7 - Os segredos mais bem guardados por Madureira Pará: a sua família, a sua morte e o início da versão fantasiosa da sua vida

Nesta última parte, falaremos sobre aquilo que consideramos ser o segredo mais bem guardado por João Francisco de Madureira Pará; a história da sua família. Acreditamos que, neste trabalho, conseguimos mostrar, com provas e fontes, a sua fraude contra o Império do Brasil na fabricação da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, muito em parte pelos escritos do próprio “inventor”, mas, em mais de 12 anos de pesquisa, encontramos pouquíssimas referências feitas pelo mesmo à sua família, e o que encontramos trouxe mais perguntas do que respostas.

Para tentar descrever esta pequena e última controvérsia, vamos recorrer à última fonte que temos sobre João Francisco de Madureira Pará, pois foi a partir dela que encontramos a sua esposa, seus filhos, e o ponto inicial da versão fantasiosa da sua vida que perdurou por quase 200 anos. Esta fonte é um anúncio, feito no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, da “movimentação do porto” do Rio de Janeiro, que mostrava as entradas e saídas dos navios.

Saídas no dia 6.

CABINDA, brigue americano *Beulah*, 279 tons. M. L. W Morrell, equip. 10: carga: fazenda e gêneros; passageiros: João Antonio de Magalhães, João Francisco de Madureira Pará; os portugueses José Paulino da Rocha, Joaquim José Peixoto, João Pedro Marques, e o napolitano Jacomo Victo¹⁸¹.

Neste anúncio, vemos que Madureira Pará finalmente, 20 anos após a sua chegada, conseguiu sair do Rio de Janeiro, após várias tentativas frustradas. Mas, ele não estava voltado para a sua cidade natal, Belém do Pará, ele estava indo para a África, mais precisamente para Cabinda, um antigo território português que já tinha sido ocupado por ingleses e holandeses e que, pelo Tratado do Rio de Janeiro, quando Portugal finalmente reconheceu a independência do Brasil, foi território brasileiro entre 1827 e 1830. Hoje o território é um exclave angolano, localizado entre os dois Congos.

No entanto, por qual motivo Madureira Pará viajou para Cabinda? Segundo o historiador Alves da Cunha (1971), ele foi receber a herança deixada pelo seu sogro para a sua esposa, Maria do Carmo Montauray. Todavia, às palavras de Cunha, o que Madureira Pará encontrou em Cabinda foi a morte:

Neste interím, chegou-lhe a notícia de que em *Loanda* tinha falecido o seu sogro, que ali exercia um dos mais altos cargos, deixando fortuna avultada. Logo que lhe foi possível, Madureira Pará seguiu viagem para lá, e depois de passados alguns dias, e de começada a respectiva arrecadação, lhe foi oferecido um baile.

¹⁸¹ Movimento do Porto. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 7085, p. 04, 8 dez. 1845. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/29352.

Sentindo-se incomodado, retirou-se antes deste terminar, e na manhã seguinte foi encontrado morto no seu quarto de dormir (CUNHA, 1971, p. 25).

Foi dessa forma, sem qualquer referência, nota ou fonte, que encontramos o relato da morte de João Francisco de Madureira Pará. Porém, chamamos a atenção para alguns detalhes: Cunha diz que o sogro de Madureira Pará morreu em *Loanda*, a cidade de Luanda, atual capital de Angola, mas a viagem do “inventor” foi para Cabinda. Depois, não existe qualquer referência ao ano da sua morte e a leitura do perfil biográfico de Madureira Pará, feito por Cunha dá a entender que isto aconteceu quando ele ainda estava trabalhando na sua “Máquina”. O capítulo sobre Madureira Pará contido no livro de Cunha foi o primeiro contato que tivemos, em 2011, com a história da vida do “inventor” paraense, e por ser um trabalho pautado na historiografia do século XIX, pouca ou nenhuma informação trazia acerca de quais fontes o autor utilizou.

Já no século XX, outro trabalho sobre a vida de Madureira Pará foi publicado, trazendo informações adicionais sobre a sua morte. O artigo intitulado "*Evocando a vida e a ação de um herói brasileiro*" foi escrito pela escritora carioca Dilke de Barbosa Rodrigues, que era bisneta de Eduardo Angelim, um dos líderes do movimento cabano, e também bisneta de João Francisco de Madureira Pará. O texto foi publicado no *Jornal do Brasil* em 1º de julho de 1934 e posteriormente foi inserido no livro *A Vida Singular de Angelim*, lançado em 1936.

O texto de Barbosa Rodrigues possui informações bastante semelhantes às contidas na obra de Alves da Cunha. Ela descreve a vida de seu bisavô, Madureira Pará, desde a sua infância e nos dá novas informações sobre seu casamento e sua morte, e em nossa pesquisa foi a primeira vez que lemos algo sobre a esposa de João Francisco de Madureira Pará, na seguinte passagem:

Foi então que o amor veio aureolar-lhe a vida! D. Maria do Carmo Montauray dos Reis, rica e formosa, surgia em seu destino. Mas, dentre tantos fidalgos ricos, decidir-se pelo inventor pobre era crime que o pai não lhe perdoava - sem a esquecer... Pelo amor que tudo pode, levou-a ao altar, Madureira Pará, que mais adorava no sacrifício da escolha¹⁸².

Apesar de encontrarmos algumas fontes sobre Maria do Carmo, como a da sua chegada ao Rio de Janeiro a bordo da *Galera Mercantil*, em 1828¹⁸³, todas as fontes que conectam o casal só aparecem depois de 1850, e a informação do pai holandês só vai surgir

¹⁸² Uma página de Dilke de Barbosa Rodrigues. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 155, p. 15, 01 jul. 1934. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/44621.

¹⁸³ Telégrafo. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 27, p.04, 31 jan. 1828. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/8552.

no final do século XIX. Por todo o tempo desta pesquisa, não encontramos nada que comprovasse que os dois eram, de fato, casados. A única fonte que temos é uma pequena transcrição do casamento de um dos filhos do “casal”, Mas, nos cabe dizer que se Madureira Pará falava muito pouco sobre o seu “grandioso invento”, ele falou menos ainda sobre a sua família durante todo este tempo, e até mesmo o parágrafo que falava sobre sua esposa e filhos que constava na publicação original do livro de Cyriaco da Cunha, feita em 1896, foi retirado na sua segunda edição de 1971, por motivos a nós desconhecidos.

No relato que faz sobre a morte de João Francisco de Madureira Pará, Rodrigues difere de Cunha ao dar mais detalhes sobre os momentos finais da vida do “inventor”. Entretanto, assim como Cunha, ela não descreve a data exata, nem aproximada, da morte de Madureira. Segue o relato feito por Rodrigues da morte do seu bisavô:

Neste interím chegou-lhe a notícia de que em Luanda tinha falecido seu sogro, que ali exercia um dos mais altos cargos, deixando avultada fortuna. O amor de pai é desmedido e perdoa – D. Maria do Carmo – era sua universal herdeira. Madureira Pará foi então, buscá-la para a esposa, que via agora, coroadas e realizadas as invenções do esposo, que eram sem máximo orgulho. Partindo para Luanda, lá satisfaz todas as formalidades da lei e foi recebido com honras admiráveis. Ao deixar essa terra em navio de sua propriedade, já ofereceu em retribuição, um banquete aos súditos de Luanda, servido com a baixela de ouro, que lhe vinha de herança. Sabiam-no, no entanto, louco por café e como mostra de gentileza obsequiaram-no à sobremesa com uma taça da famosa rubiácea. Ao ingeri-la, Madureira Pará sentiu-se mal e recolheu-se a seus aposentos na cabine de seu camarote. Em pouco entregava a alma a Deus. No conteúdo da xícara grande quantidade de arsênico fantasiava a inveja ou a cobiça. (RODRIGUES, 1934)

Esperamos que esta passagem do texto de Rodrigues esclareça quando teve início a história fantasiosa de João Francisco de Madureira Pará. Partindo do escrito de Alves da Cunha, Rodrigues destaca a “genialidade” e a “engenhosidade” de seu bisavô, o descrevendo como um “grande intelectual”. O parágrafo final é um claro exemplo do que falamos, nele, Rodrigues diz que “foi este, como o de muitos gênios primorosos, o destino inglório do patriota admirável que foi um dos meus bisavôs maternos”.

Quando fala sobre a “Máquina”, Rodrigues diz que “a subvenção para realizar, em maior escala, o desempenho de seu invento foi tão exígua, que fez com que Madureira Pará a recusasse com nobreza”. A “subvenção exígua” foi de 232 contos de réis, como bem sabemos, o equivalente hoje a 28 milhões de reais, e pela descrição da sua mobília, sabemos também que Madureira Pará não a recusou, como a utilizou em benefício próprio e ainda queria mais dinheiro.

Para fazer um destaque ao “engenho intelectual” de seu bisavô, Rodrigues escreve que a “vida de Madureira Pará, um exemplo de qualidades morais, intelectuais e cívicas, não

podia ser abatida tão cedo, se não pelo golpe do despeito e da traição...” e que ele “atirando-se ao trabalho para o sustento de sua sublime esposa e filhos, Madureira Pará sentia a necessidade também de seu engenho intelectual e, recusando ofertas que lhe ofendiam o orgulho e a hombridade, o paraense admirável lutava com denodo e sem emergências”.

Deixando de lado a romantização feita por Rodrigues, cabe aqui destacar que, segundo ela, Madureira Pará foi *envenenado* na viagem de volta ao Rio de Janeiro. Mas, em todos esses anos de pesquisa e levantamento de fontes sobre a vida e os inventos de Madureira Pará, não conseguimos encontrar nenhuma fonte que servisse como base para a sustentação das afirmações feitas por Alves da Cunha e Dilke Rodrigues. Não encontramos a sua certidão de óbito, qualquer anúncio da sua morte nos jornais, convocações para seu sepultamento ou para as missas de sétimo dia ou de um mês, dois meses, um ano de morte, nada que pudesse nos dar maiores informações sobre a morte do “inventor”.

Se ele realmente tivesse morrido na volta ao Rio de Janeiro, muito possivelmente, teríamos encontrado algumas das fontes listadas acima, pois em relação à sua família, todas elas foram encontradas, anúncios de casamento e dos óbitos dos seus filhos, e também da sua esposa, convites para os sepultamentos e das missas em honra de suas almas. Apesar de tudo, não conseguimos encontrar nada acerca da morte do patriarca da família Madureira Pará. A última fonte que encontramos sobre Madureira Pará é a da sua viagem para Cabinda.

Todavia, voltemos nosso foco para as relações entre as fontes que encontramos na pesquisa para esta dissertação e os relatos de Alves da Cunha e Rodrigues, pois existe aqui um novo ator, um personagem que une os três laços e que, temos quase absoluta certeza, foi o responsável pela criação da versão fantasiosa da vida de João Francisco de Madureira Pará, que ainda perdura até hoje: seu filho caçula, Thomaz Francisco de Madureira Pará, e com a entrada dele nesta última controvérsia, toda esta história irá adquirir contornos nebulosos.

A versão do livro de Alves da Cunha que usamos neste trabalho foi lançada no ano de 1970, mas a versão original foi lançada em 1896. Na versão original existe um parágrafo a mais no capítulo sobre João Francisco de Madureira Pará e que não consta no relançamento feito no século XX, na qual consta que o “inventor” “deixou viúva, dona Maria do Carmo Montauray dos Reis Pará e alguns filhos, entre os quais o Sr. Tenente Thomaz Francisco de Madureira Pará, que exerce zelosamente um dos cargos de conferente da Recebedoria d'este Estado” (CUNHA, 1896). Vamos dar a devida atenção ao uso da palavra “exerce”, feito por Alves da Cunha, pois ela parece indicar que o historiador e o *Tenente* Thomaz Francisco eram contemporâneos e se conheciam.

Na capa do livro de Alves da Cunha, nós podemos encontrar a resposta: Raymundo Cyriaco Alves da Cunha era Tenente-Coronel e Contador do Tesouro Público, Thomaz Francisco era Tenente e Conferente da Recebedoria do Estado. Ambos eram militares e funcionários públicos. Logo, podemos inferir que, ou Alves da Cunha procurou Thomaz Francisco para obter algumas informações sobre o seu pai, para colocar em seu livro, ou foi o próprio Thomaz que se ofereceu para contar a história de vida do seu “engenhoso pai” para Alves da Cunha.

Já a ligação com Dilke Barbosa Rodrigues é mais direta. Thomaz Francisco de Madureira Pará era o seu avô, e foi ela que nos deu maiores informações sobre ele. Thomaz Francisco de Madureira Pará era, possivelmente, o filho caçula de Madureira Pará e Maria do Carmo, tendo nascido, ou sido adotado pelos dois, alguns anos antes da morte de seu pai. Em 1866, ele chegou a Belém e logo foi para Barcarena morar na casa de um velho conhecido da família de seu pai no Acará, Eduardo Nogueira Angelim, um dos líderes da Cabanagem, e que iria se tornar padrinho e protetor de Thomaz.

Dois anos depois de sua chegada, Thomaz conseguiu um emprego de professor de “primeiras letras” na Vila do Conde, e em 1873 ele se casou com a sua “prima” Filomena Nogueira Angelim. Dilke Barbosa Rodrigues narra a divertida história deste casamento em seu livro *A Vida Singular de Angelim*, no qual diz que o pai da noiva, Eduardo Angelim, ficou possesso ao saber que sua filha queria se casar com o “primo”, pois já havia mandado buscar um noivo para ela em São Paulo, e o rapaz paulista já estava no meio da viagem para Belém.

Seu sogro dá de presente para o casal uma casa na cidade de Belém, que fica situada na antiga Travessa das Rosas, atual Dr. Assis nº. 11. Thomaz e Filomena tiveram cinco filhos: Adelina, América, Maria, Filomena e Thomaz Filho. E após a morte de Thomaz em 1897, sua filha mais velha, Adelina, ficou responsável por cuidar de seus irmãos. Os filhos caçulas, Filomena e Thomaz foram enviados para morar e estudar no Rio de Janeiro, e lá, Filomena foi morar na casa de João Barbosa Rodrigues e de sua esposa, que eram tios de seu pai, e acabou por se casar com o seu primo, João Barbosa Rodrigues Filho. A primeira filha do casal foi a escritora Dilke Barbosa Rodrigues.

Quando ela escreve o livro contando a história de vida de seu outro bisavô¹⁸⁴, Eduardo Angelim, uma boa parte dele é dedicada a falar dos Madureira Pará, tanto de Thomaz, quanto de João Francisco, mostrando que ela conhecia as suas histórias de vida. E pelas partes adicionais inseridas em seu texto de 1934 sobre Madureira Pará, podemos inferir que o

¹⁸⁴ RODRIGUES, Dilke Barbosa. **A vida singular de Angelim**. Rio de Janeiro. Irmãos Pongetti, 1937.

responsável pela versão fantasiosa da história de vida e da morte de Madureira Pará, foi Thomaz Francisco, o seu filho caçula. E possivelmente, por ser muito novo quando seu pai morreu, as informações sobre o que havia acontecido podem ter sido contendas por sua mãe e pelos irmãos mais velhos, e, muito provavelmente, foi também por conta de Thomaz Francisco que outro historiador e que também foi militar, se interessou pela história do “inventor”: Manuel Barata que, infelizmente, não escreveu nada sobre a morte de João Francisco de Madureira Pará.

Contudo, existe algo estranho e nebuloso em toda esta história, ainda na pesquisa feita para este trabalho, conseguimos encontrar, no Centro de Memória da Amazônia (CMA), a certidão de óbito de Thomaz Francisco de Madureira Pará, o documento contém o seguinte texto:

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e noventa e sete nesta cidade compareceu Armando Lamarão, na qualidade de chefe de família e exibindo atestado do doutor Ô de Almeida, declara: Que hontem pelas dez e meia horas da noite, casa onde reside, número onze à rua doutor Assis, districto da Sê, faleceu seu sogro Thomaz Francisco Madureira Pará, natural do Rio de Janeiro, branco, de quarenta e quatro annos de idade, empregado público, viúvo de D. Philomena de Angelim Pará, morador na dita casa, filho legitimo de João Francisco Madureira Pará, fluminense, e de Dona Maria do Carmo Montaury, hollandesa, ambos já falecidos. Sendo a morte natural e a causa conhecida, ruptura de aneurisma, e vai ser sepultado no cemitério de Santa Izabel¹⁸⁵.

Thomaz Francisco de Madureira Pará morreu no dia 14 de janeiro de 1897, e segundo a certidão, aos 44 anos de idade. Sabemos que, mesmo no final do século XIX, era muito difícil fazer o registro exato do dia de nascimento e da idade de muitas pessoas, mas se Thomaz tinha 44 anos e morreu em 1897, então ele teria que ter nascido em 1853, oito anos depois da viagem de seu pai para Cabinda e da sua “suposta” morte.

A busca por mais informações sobre a morte de João Francisco de Madureira Pará, nos levou a fazer uma intensa pesquisa sobre a vida de seu filho que, acreditamos, daria para escrever um novo trabalho apenas sobre o caçula dos Madureira Pará, o responsável pela criação da história fantasiosa da “genialidade” de seu pai. Mas, essa busca também nos levou a conhecer um pouco da história de seus irmãos.

O filho mais velho de Madureira Pará e Maria do Carmo era, como descrevemos nos capítulos anteriores, Francisco João Rafael, nascido, provavelmente, no ano de 1837, depois dele veio João Francisco de Madureira Pará Filho, as meninas Túlia Francisca do Carmo e Adelina do Carmo e, por último, o caçula Thomaz.

¹⁸⁵ *Certidão de óbito de Thomaz Francisco de Madureira Pará. Centro de Memória da Amazônia. Cartório Odon; Inventário 1897; 370.591.763.735-182, Caixa A.*

De Francisco João Rafael encontramos a sua certidão de casamento, que diz o seguinte:

Joana Cândida Dias, nascida na freguesia de Santa Rita, no Rio de Janeiro, e casada na matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo a 26 de novembro de 1859 (RJ03.B7, 14) com Francisco João Rafael de Madureira Pará, também batizado na freguesia de Santa Rita e morador em Cantagalo, filho legitimado de João Francisco Madureira Pará e Maria do Carmo de Azevedo Montauray dos Reis.¹⁸⁶

Duas coisas chamam a nossa atenção aqui. A primeira é que Francisco João Rafael é descrito como “filho legitimado” e não filho legítimo do casal, isso quer dizer que ele foi adotado pelo casal, e a segunda é que Maria do Carmo está com o seu nome de solteira na descrição.

A próxima fonte que encontramos sobre ele foi uma publicação feita no jornal *Correio Mercantil*, e era o anúncio da sua prisão para “averiguações”, ocorrida no dia 23 de julho de 1850, Rafael tinha 13 ou 14 anos na época. Em uma fonte, de 1859¹⁸⁷, encontramos informações sobre a ocupação de Rafael, ele era ator de teatro e fazia parte da “Companhia Gymnasio Dramático”, estabelecida no teatro da cidade de Cantagalo. Em outra fonte, de 1864, ele ainda é listado no “Almanaque” como ator da mesma companhia. Francisco João Rafael morreu no dia 23 de setembro de 1870, aos 34 anos de idade, como consta em seu obituário¹⁸⁸ publicado no jornal *Diário do Rio de Janeiro*.

Sobre o segundo filho do casal, João Francisco Madureira Pará Filho, temos poucas informações sobre ele. Em 1872, ele era o *andador*¹⁸⁹ da Irmandade do SS. Sacramento da Matriz de Santa Rita, cargo que ocupou até o ano de 1877. Neste mesmo ano, 1877, em uma publicação da *Lista de qualificação dos votantes*¹⁹⁰, feita no *Diário do Rio de Janeiro*, João Filho aparece como morador da freguesia de Santa Rita, com as seguintes informações: “João Francisco Madureira do Pará, 32 anos, solteiro, andador, filho de José Francisco Madureira Pará e Maria do Carmo Madureira Pará. matriz, renda 720\$, elegível, sabe ler”.

Logicamente que o nome do seu pai está errado, José ao invés de João, e, pela descrição, não temos como saber se ele é filho legítimo do casal, ou se foi adotado, como seu

¹⁸⁶ Disponível em: http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/rjserra_d.pdf. Acesso em: 1 jul. 2015.

¹⁸⁷ *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1859*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmerk ano 16, p. 1087. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/14344>.

¹⁸⁸ Obituário. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 265, p. 03, 25 set. 1870. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/26379.

¹⁸⁹ *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1872*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmerk ano 29, p. 439. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/34001>.

¹⁹⁰ Lista de qualificação de votantes. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 08, 04 fev. 1877. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/35571.

irmão mais velho. De informação mais relevante, temos o fato de que ele teria 32 anos em 1877, o que coloca o seu nascimento, muito provavelmente no ano de 1845, que foi o mesmo ano do “desaparecimento” de seu pai. Em 1880, João Filho passou a ser Sacristão efetivo da Igreja da Ordem Terceira do Bom Jesus do Calvário, e foi neste mesmo ano que ele morreu, no mês de novembro, aos 35 anos¹⁹¹.

Já em relação às duas filhas de João Francisco de Madureira Pará, a escassez de informações é ainda maior. A primeira fonte que encontramos sobre Túlia Francisca do Carmo Madureira Pará, foi uma “saudação” escrita em sua homenagem, por seu primo, J. M. Mourão, e que foi publicada no jornal *A Marmota* no ano de 1860¹⁹². O texto dá a entender que se trata do aniversário de 15 anos de Túlia, o que coloca a sua data de nascimento em janeiro de 1845, mesmo ano de nascimento do seu irmão João, o que pode indicar que foram adotados juntos pelo casal, ou eram irmãos gêmeos. O anúncio da sua morte¹⁹³ confirma a informação acima, pois Túlia morreu alguns meses depois de seu irmão, em fevereiro de 1881, também aos 35 anos.

Já sobre a outra filha, Adelina do Carmo, não conseguimos encontrar nenhuma informação sobre seu nascimento ou sua morte. O que temos apenas é o anúncio de seu casamento, em junho de 1877, com o Capitão – então viúvo – Manoel da Costa Pinto¹⁹⁴. Adelina somente aparecerá nos jornais ao fazer os anúncios das missas em homenagens aos seus irmãos mortos, João e Túlia, e também nos anúncios sobre a morte da sua mãe, Maria do Carmo, que ocorreu alguns meses antes do casamento de Adelina, em abril de 1877.

Apesar de ter morrido alguns anos antes de seus filhos, deixamos para falar sobre a esposa de João Francisco de Madureira Pará por último, pois as fontes levantadas sobre ela nos deram novas indicações, e novas dúvidas, sobre a morte de seu marido. Maria do Carmo Azevedo Montauray dos Reis é o nome da esposa de João Francisco de Madureira Pará, todavia, como já dissemos anteriormente, o “inventor” nunca falou sobre a sua esposa e filhos, nominalmente, em nenhum escrito seu e somente em um documento apareceu a palavra *família*.

Quem diz que Maria do Carmo foi casada com Madureira Pará foi, primeiramente, o historiador Alves da Cunha, e depois a sua bisneta, Dilke Barbosa Rodrigues. Tomando os

¹⁹¹ Missas. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 308, p. 6, 06 nov. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/2863.

¹⁹² Saudação. **A Marmota**, Rio de Janeiro, n. 1129, p. 4, 27 jan. 1860. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706922/450>.

¹⁹³ Obituário. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 2, 18 fev. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/1647.

¹⁹⁴ Casamentos. **Jornal da Tarde**, Rio de Janeiro, n. 93, p. 02, 22 jun. 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/748919/382>.

dois como base, o que sabemos é que ela era filha de um rico holandês, que ocupava um “alto cargo” em Angola e que foi contra o casamento dela com Madureira Pará. Dilke chega a dizer que os dois se conheceram em Lisboa e que chegaram juntos e já casados ao Rio de Janeiro, mas nós não encontramos nenhuma fonte que confirme esta informação. De fato, a primeira fonte na qual o nome de “Maria do Carmo Montaury” aparece é da sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1828¹⁹⁵, vindo de Cabinda a bordo da galera nacional “Henriqueta”, juntamente “com sua cunhada, e dois irmãos”.

Contudo, o fato do nome na fonte ser “Maria do Carmo Montaury”, faltando os sobrenomes, “Azevedo” e “Reis”, além de aparecer como “Dona” e não “senhora” ou “senhorita”, nos levou a duvidar, por muito tempo, que esta fosse a mulher de Madureira Pará. E talvez este mesmo “Dona”, escrito no jornal, possa ter feito com Dilke Barbosa Rodrigues acreditasse que ela já estava casada com o seu bisavô neste momento.

A primeira fonte na qual encontramos os dois relacionados é na descrição da certidão de casamento de Francisco João Rafael, e lá ela ainda aparece com o seu nome de solteira. A próxima fonte é do ano de 1848, nela está o nome de solteira de Maria do Carmo, e se pede que ela vá até a “rua do núncio, n. 13 para buscar cartas de Loanda em seu nome”¹⁹⁶. Sobre o conteúdo da carta, enviada três anos após a viagem de Madureira Pará, nada sabemos, nem mesmo quem foi o seu remetente.

Entretanto, a próxima fonte é bastante reveladora, ela é uma publicação feita no *Jornal do Comércio* em agosto de 1864¹⁹⁷. O anúncio diz que “precisa-se falar com a Sra. D. Maria do Carmo de Azevedo *Montony*, viúva de João Francisco Madureira *Paca*, ou com seus herdeiros, sobre a compra de bens que possui [sic] fora do Império”. Apesar do erro nos sobrenomes do casal, o que este anúncio nos indica é que Madureira Pará sequer chegou a vender os bens de herança da sua esposa em Angola, e 19 anos depois da sua “morte” este ainda era um problema que a sua família teve que resolver. Maria do Carmo morreu no dia 03 de abril de 1877, aos 64 anos, e o seu obituário¹⁹⁸ e o anúncio da sua missa de sétimo dia¹⁹⁹

¹⁹⁵ Telegrapho. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 04, 31 jan. 1828. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/8552.

¹⁹⁶ Cartas. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, n. 349, p. 03, 19 dez. 1848. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/13330.

¹⁹⁷ Cartas. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, n. 234, p. 03, 22 ago. 1864. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/7428.

¹⁹⁸ Obituário. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 01, 08 abr. 1877. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_01/2440.

¹⁹⁹ Anúncios. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, n. 99, p. 05, 10 abr. 1877. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_06/15609.

são as únicas fontes onde constam o seu nome de casada: Maria do Carmo de Madureira Pará.

Nosso objetivo com todo o exposto acima foi falar sobre a família de Madureira Pará que, apesar de ter sido escondida pelo “inventor” foi uma peça importante na sua história, afinal foi um dos seus filhos o responsável pela construção da versão fantasiosa de sua vida, que confundiu alguns pesquisadores e historiadores, ao longo de quase 200 anos, incluindo este que está escrevendo as últimas linhas deste trabalho. O que sabemos é que, depois de 1845, o nome “João Francisco de Madureira Pará” desapareceu dos jornais e de qualquer outra fonte pesquisada neste trabalho, exceto quando estava falando do seu segundo filho, o que nos confundiu durante muito tempo.

Não temos como fazer qualquer afirmação sobre a sua morte, e não encontramos qualquer fonte que confirmasse o objetivo da sua viagem, se ele foi envenenado, se ele morreu em Angola, ou Cabinda, antes ou depois de receber a tal “herança”, ou mesmo que ele morreu já na viagem de volta ao Rio de Janeiro, ou se realmente ele morreu em 1845. Os documentos relacionados com a sua família servem para mostrar que, caso ele tivesse morrido no Brasil, muito dificilmente não teríamos um obituário, anúncio da sua morte, missa de sétimo dia, missa de um ano de morte, ou até de dois anos publicados em vários jornais do Rio de Janeiro, pois toda a sua família teve.

Daqui pra frente, na história de Madureira Pará, tudo é conjectura, ou mesmo uma leitura ruim das fontes. Alguns historiadores colocaram o ano de 1834 como sendo o ano da sua morte, aparecendo até mesmo no site da Biblioteca Nacional. Isso se deu por conta da sua última publicação, a “Refutação” que foi feita neste ano, e também por ser o mesmo ano da morte do seu “Protetor”, Pedro I. Outros dizem que ele nasceu no Acará, mesmo ele colocando em todas as suas publicações que nasceu em Belém, e isso também foi uma confusão feita com o local de nascimento de Eduardo Angelim, o outro bisavô de Dilke Barbosa Rodrigues.

Conclusão

Quem foi João Francisco de Madureira Pará?

João Francisco de Madureira, nascido na cidade de Belém, no dia 12 de outubro de 1797, e que acrescentou o Pará ao seu nome por volta de 1822 em Lisboa, foi, segundo alguns historiadores, o inventor da primeira tipografia que existiu na província do Grão-Pará. Considerado um gênio desde pequeno, Madureira Pará criou sozinho todo o equipamento da sua oficina tipográfica, oficina esta que facilitaria o seu trabalho de Amanuense e, segundo o próprio inventor, teria o intuito de contribuir para a divulgação do conhecimento na sua província a partir da impressão de livros.

Entretanto, não tendo encontrado apoio oficial para os seus desejos entre os políticos da província, Madureira Pará decidiu empreender uma viagem até a cidade de Lisboa, capital do Reino de Portugal, para cumprir dois objetivos: enquanto o primeiro consistia em se especializar nos trabalhos de uma tipografia, o segundo era obter do Rei D. João VI uma licença para que a sua tipografia funcionasse como "imprensa oficial" do Grão-Pará. Mas, as mudanças políticas ocorridas na sua província e no Brasil, o fizeram desistir dos trabalhos na sua tipografia e o levaram para um novo caminho quando ele descobriu um novo invento que chamou de "Máquina para o Melhoramento da Navegação".

Tentou ele construir a sua "Máquina" ainda em Lisboa, iniciando pela fabricação de um "protótipo" cujo primeiro teste foi bem sucedido, mas a burocracia portuguesa, e o agravo da crise colonial, levaram o inventor a sair de Portugal e iniciar uma viagem até a cidade do Rio de Janeiro, capital do nascente Império do Brasil, para, portando uma suposta carta de recomendação do Cônsul do Brasil em Portugal apresentar o seu invento ao Imperador Pedro I e iniciar os trabalhos na sua "Máquina" no ano de 1825. Por não entenderem a "genialidade" de seu invento e o seu grande patriotismo, poderosos inimigos passaram a perseguir o inventor e, utilizando-se de intrigas, mentiras e acusações infundadas, fizeram com que o Ministro da Marinha suspendesse o seu grande trabalho, quando este estava quase pronto e mostraria a glória de um gênio brasileiro para todo o mundo, e traria grande fama para o Império do Brasil.

Nos três parágrafos acima, descrevemos a maior invenção de João Francisco de Madureira Pará. Não, não foi a sua tipografia e nem a sua grandiosa "Máquina" que faria um navio navegar sem vento e nas calmarias, sua maior invenção está exatamente em toda a história narrada acima, uma história fantasiosa, que se perpetuou na história como verdade e

deu a Madureira Pará uma posição entre os “Gênios incompreendidos”, pois ninguém conseguiu entender a sua “engenhosidade” e o seu “acrisolado patriotismo”.

Contudo, e ao final deste trabalho, após acompanhar de perto as controvérsias nas quais Madureira Pará se envolveu enquanto estava no Rio de Janeiro e trabalhava para fabricar a sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, a resposta para esta pergunta será um pouco diferente e, mesmo que pareça um grande paradoxo, quem nos mostrou a “verdadeira” história foi o próprio João Francisco de Madureira Pará.

João Francisco de Madureira Pará, muito provavelmente, nasceu em Belém no ano de 1803, já que no documento expedido pela polícia de Portugal em 1824, e que era necessário para que ele conseguisse o seu passaporte para viajar até o Rio de Janeiro, consta que ele tinha 21 anos. A data indicada por ele já levantava desconfiança, pois, 12 de outubro era a data de nascimento daquele que foi o seu principal apoiador, o Imperador Pedro I, que nasceu no ano de 1798, Madureira Pará apenas se colocou como um ano mais velho que Pedro.

Aproveitando-se das grandes mudanças e eventos ocorridos em Belém, por conta da Revolução do Porto e da *Adesão* da província à Constituição Portuguesa, Madureira Pará apresentou ao governo recém-formado a sua tipografia já pronta para funcionar, apenas três meses depois de tais eventos, em uma clara demonstração de toda a sua “genialidade”. Mas, é possível que a sua tipografia fosse uma cópia de uma máquina de imprimir constante na Enciclopédia de Diderot e D’alembert²⁰⁰. Sem maiores conhecimentos técnicos para fazê-la funcionar, ele imprimiu apenas três documentos na sua oficina, o ofício que apresentou para a Junta de Governo do Grão-Pará, o convite que fez para que alguns políticos da cidade fizessem uma visita a sua oficina, e a cópia de um documento que modificou o fardamento dos soldados na província, e que fora assinado pelo ainda Príncipe-Regente, D. João, que faz parte do acervo do Arquivo Público do Pará.

Dizendo estar cheio de dívidas por não receber os pagamentos dos documentos que imprimiu para a *Junta*, Madureira Pará tomou a decisão de viajar até Portugal com a desculpa de “se especializar nos manejos de uma tipografia”. Na realidade, Madureira Pará buscaria, por meio de contatos com alguns membros da corte portuguesa, se aproximar de D. João VI e conseguir do Monarca português algumas benesses e títulos de nobreza por meio da sua “triste história de abandono” e da sua “superação pela genialidade” que ele ofereceu à Coroa em um grande livro no qual narrou a sua participação na “Grande Revolução” que levou à

²⁰⁰ MARTINS, Fernanda de Oliveira. **Impresso no Pará: 1820-1910 – A memória gráfica como composição do espírito de época.** 2017. 757 f. Tese (Doutorado em Design) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Adesão do Pará e que mostrava todos os benefícios que Portugal poderia tirar daquela província.

O que descobrimos no decorrer deste trabalho foi que este livro, intitulado *O despotismo desmascarado ou a verdade denodada – dedicado ao memorável dia 1º de janeiro de 1821 em que a província do Grão-Pará deu princípio à Regeneração do Brasil. Oferecido ao Soberano Congresso da Nação Portuguesa* é, em sua grande parte, um plágio, em grande parte copiado de um livro impresso, também em Portugal, por Daniel Garção de Melo, e este sim trazia a descrição de toda a participação de um grande personagem paraense, declarado *patriota*, na história da *Adesão do Pará* à Constituição portuguesa, mas este personagem não era Madureira Pará, era o bacharel Felipe Patroni.

Não tendo conseguido a licença para que a sua tipografia se tornasse a “Imprensa Oficial do Grão-Pará” e tendo seu acesso ao Rei cortado por conta do momento político de Lisboa, que enfrentava uma crise após a independência de sua maior colônia, o Brasil, Madureira Pará buscou, mais uma vez, se aproximar do Monarca por meio de um “novo invento”, uma máquina que, segundo ele, iria revolucionar a navegação mundial e estimular o desenvolvimento da Amazônia.

Ironicamente, Madureira Pará falou a verdade quando disse que “descobriu dois inventos úteis para a navegação”, pois foi exatamente isso que ele fez. Ele não inventou a “Máquina”, ele a descobriu quando teve acesso ao *Manuscrito de Évora*, a sexta parte da obra intitulada “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas”, escrita pelo Padre João Daniel, entre os anos de 1758 e 1776, enquanto esteve preso em Lisboa, por ordem do Marquês de Pombal. Não sabemos de que forma Madureira Pará teve acesso ao *Manuscrito*, mas reside aqui uma hipótese de que tenha sido por uma ligação entre o Bispo Manuel de Almeida Carvalho, que era tutor espiritual de Madureira Pará, e o Bispo de Évora, D. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, portador do *Manuscrito* e doador do mesmo para a Biblioteca de Évora²⁰¹.

Madureira Pará, supostamente, construiu e apresentou em Lisboa um “protótipo” em pequena escala de seu invento, mas diz que teve seu “pedido de privilégio” para o invento negado, por descumprir os pedidos da Junta de Comércio de Lisboa, que pediu ao “inventor” os desenhos e explicações de funcionamento da sua “Máquina”. Por medo de ser descoberto, Madureira Pará decidiu fazer uma nova viagem, desta vez para o Rio de Janeiro, capital do

²⁰¹ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica Eborensis*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1868. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Catalogo_dos_manuscritos_da_Bibliotheca/Rc05AQAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0.

nascente Império do Brasil, pois havia conseguido convencer o Cônsul do Brasil em Portugal, Clemente Alvares de Oliveira Mendes e Almeida, de que a sua “Máquina” funcionava, e este lhe conseguiu uma passagem e uma, provável, “carta de recomendação” que deveria ser apresentada ao Ministro da Marinha do Brasil na época, o Marquês de Paranaguá. E este também convencido pela retórica do “Inventor”, o levou até o Imperador Pedro I, e João Francisco de Madureira Pará, graças ao *bombástico* Discurso que fez e ao teste feito no Rio de Janeiro, conseguiu de Pedro todo o auxílio que precisava para fabricar a sua “Máquina” revolucionária.

E foi por meio de um *Discurso*, que hoje se encontra na Biblioteca Nacional, com Madureira Pará tentando convencer o Imperador por meio de documentos falsos, de que era um “Cavaleiro da Ordem de Cristo” e tendo como grande trunfo uma “Máquina” cuja ideia ele tinha roubado, que teve início os sete anos de trabalho de Madureira Pará na sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, seu grande invento e sua grande fraude, que custou aos cofres imperiais o equivalente a mais de 28 milhões de reais em valores de hoje e que nunca ficou pronta.

Desde julho de 1825 até fevereiro de 1832, o “engenhoso inventor” mentiu e enganou o Governo Imperial do Brasil se dizendo “inventor” de uma “Máquina de navegação”. Sua fraude durou quase tanto tempo quanto o Primeiro Reinado, e se utilizando de plágios, documentos falsos e de uma retórica vitimista, sempre se dizendo perseguido por inimigos e apelando para a proteção de Pedro I, Madureira Pará desviou uma grande parte do dinheiro que deveria usar na fabricação da sua “Máquina” para viver a vida de um nobre que ele acreditava ser.

Nosso objetivo neste trabalho foi seguir o “inventor” de perto e descrever todas as controvérsias nas quais ele se envolveu, e assim fizemos, mas afirmamos que, inicialmente, também acreditávamos na versão fantasiosa da sua vida, mas o que descobrimos estava muito além. Sua fraude em nada diminui a força histórica do personagem João Francisco de Madureira Pará enquanto ator de sua própria história, em uma busca um tanto desesperada de se fazer conhecido como um “Grande Homem”, e ser aceito como um membro da nobreza imperial, mesmo que não por seu nascimento, e isso foi o que descobrimos por meio da descrição das controvérsias, pelo ponto de vista de todos os atores envolvidos, e de toda a grande rede sociotécnica que foi formada ao redor da sua “Máquina”.

A tentativa de aproximação, feita por Madureira Pará, com o Rei D. João VI se deu pelo fato de ter sido este monarca, o responsável pelo início das atividades científicas no Brasil (OLIVEIRA, 2005). As medidas de incentivo feitas por D. João VI foram o pontapé

inicial para a formação de uma cultura das ciências no país, mesmo que esta cultura ainda estivesse voltada para uma utilização imediata dos saberes, voltada apenas para a sua utilidade nas manufaturas e “indústrias”, conceituada aqui como “qualquer ação engenhosa e geradora de riquezas” (MALAVOTA, 2011), é neste cenário que temos o alvará de 28 de abril de 1809, tão conhecido por nós através de Madureira Pará.

Com sua estrutura voltada para o desenvolvimento da colônia, o governo incentivou as atividades científicas, mas não em conjunto com a absorção do conceito de Ciência, já que não havia universidades no Brasil, o que causava uma assimetria entre a ciência prática e a ciência teórica (OLIVEIRA, 2005). E essa introdução abrupta da ciência na sociedade brasileira trazia uma promessa de grandes desenvolvimentos para o país e o número de entusiastas, desenvolvedores e inventores cresceu de forma significativa, apesar de quase todos serem europeus, com alguma forma obtida em Coimbra.

Oliveira (2005) também diz que os decretos e ofícios de D. João VI carregavam a ideia de que a ciência deveria vir com resultados práticos e imediatos, e foi partindo dessa ideia que Madureira Pará surgiu, inicialmente com a sua tipografia, já pronta e “totalmente” funcional, e depois com a sua “Máquina” que tinha estreita relação com aquilo que era o maior trunfo português: a navegação. E com quase a totalidade dessa estrutura sendo implantada no Rio de Janeiro, fica fácil perceber o motivo que levou Madureira Pará a sair de Portugal e se apresentar ao Imperador Pedro I, filho e herdeiro de D. João VI.

Logicamente, tendo um grande conhecimento dessa estrutura, Madureira Pará soube tirar proveito dela em seu próprio benefício. O recém-criado Império do Brasil ainda funcionava, em grande parte, pautado nos ofícios coloniais, por isso o alvará de 1809 ainda era válido quando Madureira Pará chegou em 1825 para a concessão e regulação das patentes. O que ele soube muito bem perceber era que a decisão de qual pedido a Junta de Comércio iria apreciar cabia unicamente ao Imperador Pedro I, e este foi o cerne da primeira controvérsia.

As estratégias escusas também foram um ponto dessa estrutura que Madureira Pará soube tirar proveito, mas também foram a causa da sua queda, afinal, ele logo se viu no meio de pessoas que utilizavam o dinheiro público ao seu bel prazer. Luiz da Cunha Moreira e Tristão Pio dos Santos eram homens contra os quais Madureira Pará não tinha chance nenhuma de vencer e, talvez por não querer se unir a eles, o “inventor” foi entregue aos leões enquanto seus inimigos festejavam na Corte. Apesar de não ser o foco deste trabalho, os dois casos de desvios de dinheiro que descrevemos aqui, de Luiz da Cunha Moreira e de seu colega Tristão Pio dos Santos não são eventos isolados. Eles se juntam com outros que

ocorriam desde o período colonial em todo o Brasil, como destacou a historiadora Adriana Romeiro²⁰².

Para concluir, esperamos ter mostrado que tudo o que descrevemos neste capítulo foi a base de toda a fraude perpetrada por João Francisco de Madureira Pará contra o governo imperial brasileiro durante sete anos, e serve também como uma “certidão de nascimento” deste “engenhoso inventor”, já que não temos como dizer o que era verdade em qualquer coisa escrita por ele antes de 1825. Sua história de nascimento é uma mentira, toda a história de “superação” na fabricação da sua tipografia é uma mentira, e seus relatos sobre o que fez em Portugal são inventados ou plagiados.

Todavia, não temos como negar que ele foi, de fato, um *gênio*, não para construir máquinas, mas sim para a fraude. Um exímio manipulador e bajulador que conhecia bem as estruturas do governo e soube muito bem apelar para a “divindade” do Imperador, utilizando de todo o caráter ritualístico do Império, por meio dos documentos, quadros e gravuras, bem como os seus textos nos periódicos, que utilizava para se ligar ao *deus mortal* e tomar para si o direito de *não ser julgado por seus atos pelos homens*, mas apenas pelo próprio *deus*.

Com sua “inteligência ímpar”, nas palavras de Alves da Cunha, ele conseguiu, por meio de uma engenhosa rede de contatos, se aproximar de um Rei e de um Imperador, viver em meio a nobreza de Portugal e do Rio de Janeiro, enquanto fingia construir uma “Máquina” que não era sua, enfrentando uma forte oposição, não de pessoas que sabiam, efetivamente, que ele estava mentindo, mas sim de outros mentirosos e corruptos até piores do que ele.

Mas o que fica da sua história é que, no meio das grandes revoluções e convulsões sociais ocorridas no início do século XIX, em Belém, Portugal e no Rio de Janeiro, ele conseguiu criar uma história para sua vida que era grandiosa, apesar de fantasiosa, manipular quase todos os laços que se ligaram a um objeto inexistente, que o fez ser reconhecido como “grande gênio” e mesmo quando foi derrotado, sua história conseguiu sobreviver e se estabelecer até um ponto que era quase impossível de ser contestada.

E se conseguimos abrir uma pequena brecha na “Caixa-Preta” de Madureira Pará, isso aconteceu por conta da utilização da Teoria Ator-Rede e da Cartografia das Controvérsias. A utilização das duas metodologias nos deu as ferramentas necessárias para quebrar o “monopólio da palavra”, que era exercido por Madureira Pará até os dias de hoje. Ao trazer para o palco os outros atores envolvidos nas controvérsias, com seus nomes e títulos, e fugindo da caracterização de “inimigos” que foi feita pelo “inventor” e replicada por parte

²⁰² ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil**: Uma História, séculos XVI a XVIII. Coleção História & Historiografia, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

dos historiadores que se propuseram a falar, pouco que fosse, sobre a sua vida e seus “inventos”, conseguimos quebrar a fantasia e, se não conseguimos mostrar o “verdadeiro” Madureira Pará, e esse nunca foi o nosso objetivo, ao menos intentamos mostrar a real natureza da sua “genialidade”.

Confessamos que, no início, tivemos certa dúvida sobre a efetividade das duas metodologias, se elas poderiam dar conta da descrição da vida de Madureira Pará e a história da sua "Máquina" e manter o rigor científico necessário de um trabalho historiográfico. Em um primeiro momento, como escrevi em um dos capítulos, parecia que o "inventor" não se encaixava nos conceitos propostos por Bruno Latour e Tommaso Venturini, mas foi a partir de um artigo lido para uma das disciplinas do mestrado que tanto a TAR e a Cartografia das Controvérsias passaram a ser fundamentais para este trabalho.

O título do artigo, escrito pelo historiador francês Bernard Lepetit, "Arquitetura, Geografia, História: Usos de Escala", de 1992, talvez não revele a sua importância para este trabalho. Tomando como ponto de partida a Micro-História italiana, Lepetit tece algumas críticas sobre a metodologia, cujo maior expoente é o historiador Carlo Ginzburg, mas também faz alguns louvores ao falar sobre como ela lida com o ideal de totalização e o modelo dos contextos.

Entretanto, na leitura dos louvores, duas citações do historiador francês chamaram a nossa atenção; a primeira está nas páginas 239 e 240: “Leva a negar a permanência em proveito da mudança; traz para a frente da cena, antes ocupada pela atividade interpretativa do pesquisador, as capacidades e os esforços de decifração do mundo dos atores do passado” (LEPETIT, 2001). A segunda vem logo depois, nas páginas 241 e 242:

Os métodos de Network analysis permitem reconstruir as redes de relações dos indivíduos e das famílias. Essas redes resultam do espaço de experiência social de cada um e traçam seu horizonte. A identificação delas permite reconstituir as formas do agrupamento social a partir da multiplicidade das práticas individuais. (LEPETIT, 2001)

Duas citações, uma falando sobre o ator e a outra falando sobre a rede. Esta foi a primeira vez que nós lemos um historiador citar, mesmo sem fazer referência a Latour, conceitos da Teoria Ator-Rede. Logicamente, não ficaríamos apenas com estas duas citações e descobrimos que Bernard Lepetit ainda tinha mais a falar sobre o ator na História. E isso aconteceu logo no próximo artigo incluído no livro "Por uma Nova História Urbana" e este já deixava isso claro no seu título em forma de questionamento: "A História leva os atores a sério?" A epígrafe do artigo já traz a resposta do historiador francês e também fala sobre os principais pontos que ele aborda no texto:

O ato e a ação por muito tempo foram preteridos em benefício das estruturas de longa duração. O eclipse do ator parece chegar ao fim. A sociedade é agora vista como produto da interação, como uma categoria da prática social. Assistimos a uma verdadeira reviravolta pragmática. A postura do historiador modifica-se quando ele considera, no processo histórico, um presente em andamento. (LEPETIT, 2001, p. 263)

Em seu texto, Lepetit critica o "Explicar sem atores" das análises de longa duração de Braudel e nos estudos econômicos de Labrousse. Depois passa para o que ele chamou de "Representações comuns" da História das Mentalidades, dizendo que:

É em sua definição, completamente empírica, que se encontram sem dúvida os motivos do esquecimento do ator. Ela privilegia o coletivo em vez do individual, os processos culturais impessoais em vez da cultura dos atores e das obras, o psicológico ao invés do intelectual, o automático em vez do refletido. A questão dos atores dissolve-se no postulado da indiferenciação de identidades culturais partilhadas de que apenas a escala está por determinar. (LEPETIT, 2001, p. 268-269)

Em todo o artigo, são muitas as referências sobre as proposições de Latour, Lepetit fala sobre a sociedade como existindo somente na relação entre os atores, fala sobre as controvérsias, sobre a simetria e ainda mais sobre a rede. E ao fazer isso, ele nos deu as ferramentas necessárias para a melhor utilização da Teoria Ator-Rede, e também da Cartografia das Controvérsias neste trabalho, ao mostrar com exemplos, como poderíamos usar os conceitos sem a necessidade de uma deturpação do trabalho do historiador.

No mesmo ano de publicação deste artigo de Bernard Lepetit, François Dosse, outro historiador francês, publica um livro chamado *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Conhecido no Brasil por seus escritos sobre biografia, Dosse tomou para si a tarefa de biografar as Ciências Humanas.

Tendo como ponto principal a ideia de áreas do saber que se “complementam”, Dosse (2001) apresenta esta *humanização* como uma solução para a crise teórico-metodológica criada pela “história das mentalidades, que se contentava em transferir métodos em uso em um campo de investigação para outros em torno de uma noção deliberadamente fluida como a de mentalidade”. E fazendo referência a outra obra famosa sua, Dosse diz que este procedimento era a fonte de uma “história cada vez mais esmigalhada”.

Fazendo relações entre os estudos de outros historiadores, como Roger Chartier, Norbert Elias, Paul Ricoeur e Michel de Certeau e também do filósofo Michel Foucault, Dosse afirma que, tomando como base os escritos de Chartier, a “história sociocultural exclusivamente articulada nas classificações socioprofissionais viveu muito longamente numa concepção mutilada do Social” (DOSSE, 2018, p.19). Para mudar esta concepção,

Dosse propõe a criação de uma “nova história social” a partir de uma *saída* da história das mentalidades. A solução proposta é de uma “guinada pragmática”, com vias de humanização das ciências humanas, o subtítulo do livro, uma mudança de escala, uma nova concepção do social e a colocação do ator histórico no primeiro plano.

Antes de passarmos para a solução, convém pontuar aqui algumas considerações de mais um historiador francês, Antoine Prost, cuja obra chamada *Doze lições sobre a história* teve seu conteúdo formatado a partir de um curso realizado por ele na Sorbonne e que foi publicado em 1996.

Nela, Prost também faz ponderações e questionamentos sobre a *história social*, assim como Lepetit e Dosse, e também traz considerações sobre o ator histórico, indicando que foi a partir dos trabalhos de Ernest Labrousse, e da criação de um *paradigma labroussiano* no que diz respeito às pesquisas históricas feitas a partir do segundo terço do século XX, que o indivíduo, o ator, foi descartado. Prost escreve que “nessa concepção, não há lugar para os processos históricos pelos quais os atores individuais, ou coletivos, suscitam uma tomada de consciência, a um só tempo fundada e enviesada, das realidades objetivas” (PROST, 1996, p. 203).

Também diz Prost que esta interpretação errônea do social deixa os historiadores “no reino do determinismo, e a liberdade dos atores é deixada nas margens destituídas de importância e de significação” (PROST, 1996, p. 205). Ao se empenhar em fazer análises de “forças ocultas”, a história social acabou por deixar pouco, ou quase nenhum, espaço para que os atores fossem livres para contar a sua própria história e dessa forma, suas intervenções eram insignificantes frente às instituições personalizadas e entidades sociais.

Prost diz que “todo aquele que pretende fazer história é, na realidade, vítima de uma ilusão por ser impotente diante das forças profundas, aliás, elas é que decidem. O que acontece devia acontecer” (PROST, 1996, p. 205). E Prost também faz referência ao livro de Dosse, *História em Migalhas*, ao usar como exemplo uma pequena passagem, escrita por Fernand Braudel, que nos mostra o pouco espaço dedicado ao atores históricos pelos historiadores da longa duração, dizia Braudel que, “assim, diante de um homem, sempre fui tentado a vê-lo confinado em um destino para a construção do qual ele pouco contribuiu” (PROST, 1996, p. 205).

Devido ao acidente que o vitimou em 1996, Bernard Lepetit não pôde mais avançar nas suas ponderações sobre os atores históricos. Foi Antoine Prost que na conclusão de seu livro, se baseando em escritos de Lepetit, apresentou novos caminhos aos historiadores para superar os problemas causados pela história social:

(...) utilizar outro procedimento para decifrar as sociedades, ao introduzir-se no emaranhado das relações e das tensões que as constituem, partindo de um ponto de entrada particular (um acontecimento obscuro ou capital, a narrativa de uma vida, uma *rede* de práticas específicas), e ao considerar que todas as práticas ou estruturas são produzidas, forçosamente, pelas representações, contraditórias e em conflito, pelas quais os indivíduos e os grupos conferem sentido ao seu mundo (PROST, 1996, p. 255).

Prost também propõe que uma nova postura seja adotada pelos historiadores, que eles sejam imparciais e *simétricos* ao...

(...) utilizar o mesmo peso para as duas partes, formular questões sem opiniões pré-concebidas e se limitar aos fatos. Assim deveria ser o procedimento do historiador para evitar as perspectivas unilaterais. O historiador tem a necessidade de levar em consideração a posição de todos os atores, mostrar honestidade intelectual, deixar de lado suas próprias opiniões e impedir a manifestação de suas paixões, para isso deve se esforçar em elucidar e superar suas implicações pessoais (PROST, 1996, p. 258).

Prost já deixa claro, na sua conclusão, que para que haja uma mudança na questão do social na história, ela perpassa pela recuperação dos atores históricos, por algo a mais do que já havia sido tentado pela *micro-história italiana* e também por uma mudança de procedimento dos historiadores, em vez de objetividade, ele propõe distanciamento e imparcialidade, comparando os novos procedimentos com o trabalho feito por um juiz na apreciação de um crime.

Passando para a solução apresentada por François Dosse, logo na introdução de seu livro, ele é categórico em afirmar que este novo *paradigma interpretativo e pragmático* deve buscar novas relações com a filosofia e ampliar a dimensão filosófica do *social* é um imperativo, pois, segundo ele, é

(...) o único meio de preservar o pluralismo interpretativo, a pluralidade dos possíveis, dos mundos disponíveis. Ela torna possível a reabertura do espaço de investigação, evitando alternativas estéreis: liberdade/obrigação, indivíduo/sociedade, universalismo/relativismo, substancialismo/hermenêutica... tantos pares que por muito tempo frequentaram e empobreceram o trabalho em ciências humanas (DOSSE, 2018, p. 19).

Dosse diz também que os trabalhos que irá apresentar, utilizam a filosofia para uma melhor compreensão do querer dos *atores* na própria ação, e dessa forma surge uma *nova aliança*, em forma de tríade, entre as ciências exatas, ciências humanas e a filosofia, em uma relação calma e pacífica, não mais baseada na *deportação de conceitos* e em uma interdisciplinaridade de caráter selvagem, formando uma comunidade disciplinar, a transdisciplinaridade, um *pluralismo* em teorias para se revestir a “ciência tal qual se faz”, não mais importando *modelagens prontas* e sim levando em consideração tudo aquilo que os

atores das ciências dizem sobre elas, e termina o historiador francês dizendo que “é sob essa condição que a interdisciplinaridade fundada na pesquisa do agir humano em todas as suas dimensões pode responder às interpelações urgentes de nossa sociedade” (DOSSE, 2018, p. 20).

Contudo, para que os enunciados problemáticos pudessem melhor transitar por entre a tríade era essencial que existisse um caminho único, e por isso ele nos apresenta a noção de *tradução*, que designam as articulações dos atores dentro da rede e que são sempre motivadas por interesses particulares de cada um dos atores.

Dosse começa a biografar a *galáxia de discípulos* do filósofo francês Michel Serres. Esta comunidade de pesquisadores é apresentada como um exemplo bem-sucedido do emprego da noção de tradução, com o objetivo de possibilitar adentrar cada vez mais no interesse pelos vínculos entre conteúdo científico e ambiente social. Dois desses discípulos de Serres, Michel Callon e Bruno Latour são apresentados por Dosse, em suas pequenas biografias, como “defensores de uma nova disciplina transversal: a antropologia das ciências”. Esta disciplina é mais conhecida hoje como *Actor-Network Theory (ANT)*, aqui traduzida como Teoria Ator-Rede, e que nos leva a novas perspectivas para compreender os sujeitos, seus grupos e redes.

É do encontro entre um engenheiro, Callon, e um filósofo, Latour, que nasceu uma nova interpretação do social, partindo da subversão do *vínculo social* a partir de controvérsias geradas por novas técnicas, ou descobertas, científicas e que são o resultado de múltiplos efeitos de redes. Sendo esses os objetos de pesquisa, uma atenção especial é dada às crises, aos embates, às discussões, e nelas o conteúdo e o contexto são estudados em combinação.

Para estes dois estudiosos, e outros que os seguiram, a forma como o “social” é trabalhado em textos científicos, principalmente pelos sociólogos, transmite a falsa ideia de que um dado fenômeno poderia ser explicado a partir de teorias e contextos trazidos pelo próprio pesquisador, não cabe ao pesquisador a compreensão do social sob categorias e definições já estabelecidas previamente.

A Teoria Ator-Rede diz que a alta complexidade de um fenômeno social vai muito além da simples análise feita por pesquisadores; ele é a vivência do fenômeno que realmente o expressa e importa. Essa nova visão do social, a partir das controvérsias que se fundamentam no plano da prática dos atores, das redes, dos lugares e dos objetos científicos, permite aos pesquisadores que utilizam esta abordagem a superação de antigas dicotomias como o ator/sistema e o agente/estrutura.

Sendo assim, as bases da Teoria Ator-Rede são os conceitos de *tradução*, *rede* e *ator*, e ela tem dois princípios norteadores, o princípio da *imparcialidade* e o princípio de *simetria*, os mesmos apresentados por Antoine Prost.

O *ator* é definido a partir do papel que desempenha, do quão ativo e repercussivo ele é, e de quanto efeito produz na sua rede, portanto, pode-se dizer que pessoas, animais, coisas, objetos e instituições podem ser um ator. O termo *actante* é utilizado como uma forma neutra de se referir aos atores.

Já a *rede* representa as interligações de conexões – os laços – onde os atores estão envolvidos. A rede pode seguir para qualquer lado ou direção e estabelecer conexões com quaisquer atores que mostrem alguma similaridade e possam ser aliados ou opositores.

Esta teoria tem, como fundadores, pesquisadores de diversas disciplinas, juntamente com a engenharia e a filosofia, encontramos químicos, sociólogos, biólogos, matemáticos e historiadores, e Bruno Latour, mesmo sendo filósofo, escreveu livros e artigos voltados para a sociologia e a história. Em um desses artigos, *Pasteur et Pouchet: hétérogénéité de l'histoire des sciences*, publicado em uma coletânea organizada, em 1989, por Michel Serres, *Eléments d'histoire des sciences*, ele já apresentava uma saída da *história das mentalidades*, tão falada por François Dosse.

Esta metodologia dá total atenção ao discurso da ação dentro de uma controvérsia. O historiador deve “apenas” seguir os atores, levando em consideração os argumentos e as provas trazidas e *alistadas* por eles, não devendo reduzir, desqualificar ou opor aos atores uma interpretação trazida de outro lugar e, a partir da mediação das relações na rede, ele deve descrever, explicar, compreender e avaliar tais ações sempre partindo dos atores.

Dessa forma Latour fala sobre um método que poderíamos nomear de uma *história natural da controvérsia*, onde o *natural* é definido como “sem intervenção humana. Contraponto ao milagroso e ao sobrenatural. Sem artificios, sem adição de algo que altere as características originais”. E a controvérsia é definida como “opiniões distintas acerca de alguma coisa; contenda, debate. Discussão polêmica sobre alguma em que há divergência de opiniões. Ação de contestar algo; contestação. Discussão de ideias; divergência de opiniões; polêmica. Encontro violento entre opostos”.

Latour diz que algumas *condições* são necessárias para se estudar, pesquisar e descrever uma controvérsia: os *oponentes* devem ser claramente, e facilmente, identificados. Deve haver um *local* onde eles possam desenvolver os seus argumentos. Uma *agenda comum* definindo quais são os pontos de discussão. Uma série de *testes e experimentos* determinantes para a solução. *Juízes imparciais* que irão decidir quem “perdeu” e quem “ganhou”, e por

último, uma “*corte de apelação*” com procedimentos também imparciais para encerrar a controvérsia.

E o item mais importante desta lista para Latour: *historiadores “independentes”*, que não se comprometam nem com o vencedor e nem com o perdedor, para encontrar as explicações para o início e o fim da controvérsia, explorando, estudando e compreendendo todas as polêmicas que surgem nos determinados grupos e também as suas movimentações e mediações.

Porém, o que existe de interessante aqui, para nós historiadores, não está no fim e nem no começo da controvérsia, mas sim no seu desenvolvimento, na alta complexidade de apenas uma única controvérsia. Pois o que existe realmente de mais interessante na história natural da controvérsia é que os “objetos” que são o resultado do seu encerramento, na pesquisa do historiador, voltam ao seu início, ao momento da sua “descoberta”, antes de virarem uma “caixa-preta” e é neste momento quente da ação que eles recriam todos os agrupamentos sociais que estão comprometidos, interessados e fascinados pelo próprio objeto, e isso dá ao historiador a possibilidade de distinguir muitas maneiras diferentes de pensar todas as relações entre estes sujeitos e os objetos. Aqui encontramos a relação com a última parte da epígrafe escrita por Bernard Lepetit que diz “a postura do historiador modifica-se quando ele considera, no processo histórico, um presente em andamento” (LEPETIT, 2001, p. 263).

Ver o passado como *um presente em andamento*, como algo que está acontecendo conforme avançamos nas fontes, sem fazer julgamentos, sem o importe de paradigmas, sem comparações com outros tempos e outros espaços e tendo consciência de que são os atores que vão contar as suas histórias, que eles vão julgar os outros atores. Não seremos nós a fazer isso, e que a tarefa de definir o *social* e ordená-lo é também deles, dos atores, mais ainda, a postura padrão do historiador, em termos de reflexão, é de estar sempre *um passo atrás dos atores*, tomando o que eles falam e fazem sempre como verdade, sem impor nenhuma interpretação importada ou nenhuma paixão sua, como disse Antoine Prost. Talvez seja esta a verdadeira maior dificuldade para o historiador e esse deve ser o foco principal, ao fazer o seu trabalho de pesquisa nas fontes e na escrita de seu trabalho.

Foi tendo como base a rede formada por esses historiadores e suas interpretações dos conceitos de Bruno Latour sob a ótica da historiografia que esta dissertação tomou forma, mesmo a sua forma de escrita, pendendo para o romance, tem relação com o passado como presente em andamento proposto por Lepetit. A ideia geral por trás da sua escrita era como fazer uma aplicação prática dos conceitos mostrados acima, ideia essa que se mostrou um

tanto além das nossas capacidades de análise e de escrita, o que fez surgir um ou outro juízo de valor no decorrer do texto, e também pelo fato de que o seu ator principal, João Francisco de Madureira Pará, sempre buscava fugir de qualquer conceituação que nós considerássemos fazer.

E em relação à sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, acreditamos que não temos muito o que falar, afinal, ela nunca existiu. A “Máquina” não passava de um amontoado caótico de milhares de peças fabricadas com um único objetivo: perpetuar a fraude de Madureira Pará. Nunca foi a sua intenção fabricar a máquina do Padre João Daniel, que também era apenas uma ideia vaga, os textos escritos pelo Padre foram utilizados apenas para que Madureira Pará pudesse ser visto por todos na Corte como um “gênio”, um visionário inventor “a frente de seu tempo”, cuja “engenhosidade” ultrapassava o que era conhecido pela *ciência* em relação à navegação.

A história da “Máquina para o Melhoramento da Navegação”, um objeto que nunca existiu, mas que durou mais tempo que o reinado de Pedro I, pode ser vista como mais um exemplo de um governo que, por mais que quisesse ser visto como progressista, não conseguiria se desenvolver, em termos científicos, enquanto estivesse preso em leis coloniais, e que estava tão distante do que era discutido, pesquisado e desenvolvido em outros países, que apenas um homem, sem nada, conseguiu enganá-los.

Fontes bibliográficas

DUVAL, Edmond; FLACHAT, Eugène; CHEVALIER, Michel. **Des Machines à Vapeur aux États-Unis d'Amérique particulièrement considérées dans leur application à la navigation et aux chemins de fer**; traduit de l'Anglais. Précédé d'une introduction par E. Flachat, et accompagné de plans de machines à vapeur et de renseignements fournis par M. Chevalier. Paris, Librairie Scientifique-Industrielle De Il. Mathias (Augustin). Quai Malaquais, 15, 1842.

MELO, Daniel Garção de. **Peças interessantes relativas à Revolução efectuada no Pará**, a fim de se unir à sagrada causa da Regeneração Portuguesa. Lisboa: Na Imp. Nacional, 1821.

NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto e. **João Baptista Moreira, Barão de Moreira-esboço biographico**. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert. 1862.

PARÁ, João Francisco de Madureira. **O despotismo desmascarado ou a verdade denodada** – dedicado ao memorável dia 1o de janeiro de 1821 em que a província do Grão-Pará deu princípio à Regeneração do Brasil. Oferecido ao Soberano Congresso da Nação Portuguesa. Lisboa. Tipografia de Desidério Marques Leão, 1822.

_____. **A Verdade Triunfante, defendendo a invenção de João Francisco de Madureira Pará e destruindo a impostura de Venâncio da Silva Velho, offerecida ao respeitavel publico**. Rio de Janeiro, RJ. Officina Typografica da Astrea, 1828.

_____. **Parallelo das utilidades da nova machina da navegação, da invenção de João Francisco de Madureira Pará a despeito da navegação ordinária, e da de vapor**. Três volumes. Rio de Janeiro, Na Typographia de Lessa & Pereira, 1830.

_____. **Representação que à soberania nacional dirige João Francisco de Madureira Pará, inventor da nova machina de navegação, em que se demonstra a toda luz a deconnexada connivencia nas inexhaustas tortuosidades com que tem arrostado, sem outras armas que as do seu acrisolado patriotismo**. Rio de Janeiro, Lessa e Pereira, 1832.

_____. **Refutação da projetada companhia inglesa, iniciada pelo decreto de 1º de fevereiro de 1834, obtido com ob e sub-repção por Joaquim José de Siqueira para total ruína do Pará e talvez do Brasil inteiro, pelo patriota paraense João Francisco de Madureira Pará.** Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1834.

PARENTE, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel. **A Viagem de Patroni pelas províncias brasileiras;** de Ceará, Rio de São Francisco, Bahia, Minas Geraes e Rio de Janeiro, nos annos de 1829 e 1830. 2a Edição. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1851.

SANTO ANTÔNIO, Sebastião de. **Ensaio de Eloquência sobre diversos assuntos interessantes.** Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1791.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez** (Tomo 05: Letras Jo-Ma). Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Theotônio Meirelles da. **Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira.** Typographia Perseverança. Rio de Janeiro, 1881.

Referências bibliográficas

ALVES, Wallace Afonso. **Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro**: evolução histórica, diagnóstico do Estado atual e considerações sobre o planejamento de instalações. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, 2006.

ANDRADA, Ernesto Campos de. **Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861**. Rev. e coord. por Ernesto de Campos de Andrada. 5 v. Coimbra: Impr. da Universidade, 1928-1932.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo) Coleção Amazônica, Universidade Federal do Pará, 1969.

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará**: obras reunidas. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo) Belém: UFPA, 1973.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**, Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro** (Volume 5: Letras Jo-Ly). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. Reimpressão de Off-set, da edição de 1883-1902, 1970.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALLON, Michel; LAW, John. “The life and death of an aircraft: a network analysis of technical change”. In: BIJKER, Wiebe E; LAW, John (eds.). **Shaping Technology/Building Society**: studies in sociotechnical change. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. London, England, p. 21-52, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**. Belém: Cejup, 1993.

_____. **Letras & Baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará**. Belém: Cultural CEJUP, 1989.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. 2ª Ed. Volume 2. Belém, Governo do Estado do Pará, 1972.

_____. **Procissão dos Séculos**: vultos e episódios da História do Pará. Belém/Pará: Imprensa Oficial, 1999.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. **Paraenses ilustres**. 3ª edição. Conselho estadual de Cultura. Coleção “História do Pará”, Belém, Pará, 1970.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2004.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Coleção Imprensa Universitária, n. 37 e 38, vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

DOMANSKA, Ewa. “The Return to Things”. Trad. Magdalena Zapedowska. In: **Archaeologia Polona**, n. 44. p. 85-171, 2006a.

_____. “The Material Presence of the Past”. Trad. Magdalena Zapedowska. In: **History and Theory**, 45:3, p. 48-337, 2006b.

_____. “Para além do antropocentrismo nos estudos históricos”. In: **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**. V. 4, N. 1, janeiro-julho de 2013.

DOSSE, François. **O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

GALISON, Peter. **Einstein's clocks, Poincare's maps**: empires of time. New York, W.W. Norton Company, 2003.

GOULD, Stephen Jay. **Vida maravilhosa**: o acaso na evolução e a natureza da história. Tradução de Paulo César de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Pilares do tempo**: ciência e religião na plenitude da vida. Tradução de F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

GREENHALGH, J. **O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro na História**. Vol. 1. Rio de Janeiro, Editora Noite, 1951.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Uma face de Jano**: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro. (1838-1867). Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2008.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**, vol 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As casas e as coisas**: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3ª Ed. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBBS, Eric J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

_____. **A Era do Capital 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2010b.

HURLEY, Jorge. **Belém do Pará sob o domínio português (1616-1823)**. Oficinas Gráficas da Livraria Clássica, 1940.

IGLESIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. Coleção Tudo é história, volume 98. São Paulo: Brasiliense, 1993.

JOYCE, Patrick. "What is the Social in Social History?" In: **Past and Present** 206:1. p. 213-248 (216), 2010.

KURZWEIL, Ray. **A Era das Máquinas Espirituais**. São Paulo: Editora Aleph, 2007.

LATOUR, Bruno. Pasteur et Pouchet: hétérogenèse de l'histoire des sciences. In Michel Serres (sous la direction de) **Eléments d'histoire des sciences**, Paris, Bordas p. 423-445, 1989.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **ARAMIS**, or the love of Technology. Translated by Catherine Porter. Harvard University Press, Massachusetts, U.S.A, 1996.

_____. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

_____. “When things strike back: a possible contribution of “Science Studies” to the Social Sciences”. In: **British Journal of Sociology**, v. 51-1, p. 23-107, 2000b.

_____. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP, EDUSC, 2001.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, John. “Technology and heterogeneous engineering: the case of Portuguese expansion”. In: W.E. Bijker, T.P. Hugues, T. Pinch. **The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology** (pp. 111-134). Cambridge, USA: MIT Press, 1986a.

_____. “On the methods of long-distance control - vessels, navigation and the portuguese route to India”. In: **Sociological Review Monograph**, p. 234-263, 1986b.

_____. “Notes on theory of the Actor-Networking: ordering, strategy and heterogeneity”. In: **Systems Practice**, v. 5 n. 3, p. 379-393, 1992.

_____. “Objects and spaces”. In: **Theory, Culture, Society**, v. 19, n. 5/6, p. 91-105, 2002.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Salgueiro, Heliana Angotti, org. São Paulo, SP: Edusp, 2001.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACLEOD, Christine. **Inventing the Industrial Revolution: the English patent system - 1660-1800**. Cambridge University Press. Cambridge, UK, 1988.

MALAVOTA, Leandro Miranda. **Inovar, modernizar, civilizar: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

MARTINS, Fernanda de Oliveira. **Impresso no Pará: 1820-1910 – A memória gráfica como composição do espírito de época**. 2017. 757 f. Tese (Doutorado em Design) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará**. Volume 2. Belém. Grafisa, 1976.

MELO, Olímpio de. **Ordens Militares Portuguesas e outras Condecorações**. Imprensa Nacional, Lisboa, 1922.

MOMESSO, Beatriz Piva. **Indústria e trabalho no século XIX: o estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta d'areia**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

MORAES, Rubens Borba de. **Bibliographia Brasiliana**. UCLA: Latin American Center Publications, University of California, 1983.

MOTOYAMA, Shozo. org. **Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil**. colaboradores: NAGAMINI, Marilda. QUEIROZ, Francisco Assis. VARGAS, Milton. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNIZ, João de Palma. **Adesão do Grão-Pará à independência e outros ensaios**. Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1973.

NETO, Hélio Franchini. **Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)**. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

NEVES, Bruno Carlos Oliveira. **Do Despotismo desmascarado à verdade denodada: a tipografia de João Francisco de Madureira Pará e a Gênese da Imprensa no Grão-Pará no século XIX (1808-1825)**. Monografia, Universidade Federal do Pará, 2014.

OLIVEIRA, José Carlos de. **D. João VI adorador do Deus da Ciência?** A constituição da cultura científica no Brasil (1808-1821). São Paulo-SP. Editora E-Papers, 2005.

PALACIOS, David Alejandro Ramírez. “Bruno Latour e a Geografia: o território desde uma perspectiva não moderna”. In: **Espaço e Cultura**, N° 46, P. 85-110, UERJ, RJ, JUL/DEZ de 2019.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. **A abdicação de D. Pedro I: Espaço público da política e opinião pública no final do primeiro reinado**. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007.

PENTEADO, David Francisco de Moura. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825–1904)”. In: **Revista Brasileira de História da Ciência**. v. 15 n. 1. 2022.

PEREIRA, Aline Pinto. **A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da Formação do Estado no Brasil**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008.

RAINHO, Maira do Carmo Teixeira. **A Inventiva Brasileira na virada do século XIX para o XX**. Coleção Privilégios Industriais do Arquivo Nacional. Volume II, junho e outubro. Manguinhos, Rio de Janeiro, 1996.

REIS, Artur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1982.

RIBEIRO, Gladys Sabina & PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**, volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania em alguns jornais da época da Abdicação: uma análise dos periódicos O Repúblico e O Tribuno do Povo. In: **Entre a monarquia e a**

república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889) / Organizadores, Mônica Leite Lessa, Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. **Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2002.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1945.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro**. Revista Fontes, Guarulhos, SP, Brasil, 2014.

RODRIGUES, Dilke Barbosa. **A vida singular de Angelim: a Cabanagem**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1936.

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil: Uma História, séculos XVI a XVIII**. Coleção História & Historiografia, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

ROSAS, Roberto. “A Constituição de 1824 e a propriedade industrial”. In: **Revista de Informação Legislativa**, janeiro a março. Rio de Janeiro, 1974.

SÁ NETTO, Rodrigo de. **O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. (Publicações históricas; 100) (Cadernos Mapa; n. 2 – Memória da Administração Pública Brasileira).

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político revolucionário no Grão-Pará**. Belém: Cejup, 1992.

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. **Dos cometas do nordeste aos thesouros da Amazônia: os jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no contexto das Ciências Naturais do século XVIII**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHAPIN, Steven. **Nunca Pura**. Estudos Históricos de Ciência como se fosse produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. Belo Horizonte, Fino Traço, 2013.

_____. **The scientific revolution**. Chicago, IL. University of Chicago Press, 1998.

SHAPIN, Steven & SCHAFFER, Simon. **Leviathan and the air pump**. Hobbes, Boyle, and the experimental life. New Jersey, Princeton University Press, 2011.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SOBEL, Dava. **Longitude**. The true story of a lone genius who solved the greatest scientific problem of his time. New York, Penguin Books, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VENTURA, Magda Maria. “O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa”. In: **Revista Socerj**, n. 20(5), set-out, pp. 383-386. Rio de Janeiro, 2007.

VENTURINI, Tommaso. “Diving in Magma: how to explore controversies with Actor-Network Theory”. In: **Public Understanding of Science**. May 29, 2009.

_____. “Building on faults: how to represent controversies with digital methods”. In: **Public Understanding of Science**, n. 21, pp. 796-812, 2012.